UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DOUTORADO

Bernardete Bregolin Cerutti

MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO: COMPREENSÃO DAS TERRITORIALIDADES DA IMIGRAÇÃO FEMININA INTERNACIONAL RECENTE EM MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI, RS/BRASIL

Santa Cruz do Sul
2021



Migração, trabalho e gênero:

compreensão das territorialidades da imigração feminina internacional recente em municípios do Vale do Taquari, RS/Brasil

Bernardete Bregolin Cerutti

MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO: COMPREENSÃO DAS TERRITORIALIDADES DA IMIGRAÇÃO FEMININA INTERNACIONAL RECENTE EM MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI, RS/BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, vinculado à Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profª. Drª. Grazielle Betina Brandt

Santa Cruz do Sul

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Cerutti, Bernardete Bregolin
Migração, trabalho e gênero: compreensão das territorialidades da imigração feminina internacional recente em municípios do Vale do Taquari, RS/Brasil / Bernardete Bregolin Cerutti. – 2021.
200 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2021.
Orientação: PhD. Grazielle Betina Brandt.

1. Mulheres imigrantes. 2. Territorialidades. 3. Trabalho e gênero. 4. Vale do Taquari/RS. I. Brandt, Grazielle Betina. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bernardete Bregolin Cerutti

MIGRAÇÃO, TRABALHO E GÊNERO: COMPREENSÃO DAS TERRITORIALIDADES DA IMIGRAÇÃO FEMININA INTERNACIONAL RECENTE EM MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI, RS/BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, vinculado à Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

_____
Drª. Grazielle Betina Brandt
Professora Orientadora – UNISC

_____
Drª. Ângela Cristina Trevisan Felippi
Professora Examinadora – UNISC

_____
Drª. Cláudia Tirelli
Professora Examinadora – UNISC

_____
Drª. Rosmari Terezinha Cazarotto
Professora Examinadora – UNIVATES

_____
Dr. Valdir Jose Morigi
Professor Examinador – UFRGS

Santa Cruz do Sul
2021

Na letra da canção “A Estrada”, dedico este trabalho às mulheres, pela coragem e pela determinação de caminharem incansavelmente!

A ESTRADA[1]

Você não sabe
O quanto eu caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas
Antes de dormir
Eu nem cochilei
Os mais belos montes
Escalei
Nas noites escuras
De frio chorei, ei, ei, ei...
A vida ensina
E o tempo traz o tom
Pra nascer uma canção
Com a fé do dia-a-dia
Encontro a solução
Encontro a solução
Quando bate a saudade
Eu vou pro mar
Fecho os meus olhos
E sinto você chegar
Você chegar
Quero acordar de manhã
Do teu lado
E aturar qualquer babado
Vou ficar apaixonado
No teu seio aconchegado
Ver você dormindo
E sorrindo
É tudo que eu quero pra mim
Tudo que eu quero pra mim
Quero!
Quero acordar de manhã
Do teu lado
E aturar qualquer babado
Vou ficar apaixonado
No teu seio aconchegado
Ver você dormindo
É tão lindo
É tudo que eu quero prá mim
Tudo que eu quero prá mim
Meu caminho, só meu Pai
Pode mudar
Meu caminho, só meu Pai
Meu caminho, só meu Pai.

[1] “A Estrada” é uma canção da banda Cidade Negra, escrita em 1998, por André José de Farias (Bino), Paulo Roberto da Rocha Gama (Da Gama), Marcos Antônio Lázaro da Cruz (Lazão) e Antônio Bento da Silva Filho (Toni Garrido). A letra da canção remete à superação e esteve entre as mais tocadas nas rádios, na época. Foi regravada pela cantora mineira Regina Souza, em 2008, e continua sendo interpretada por diversos artistas, acompanhados por apreciadores de música popular brasileira.

AGRADECIMENTOS

Esta tese de doutorado surge do interesse em continuar caminhando. Há onze anos (2010), encontrava-me aqui, nesta posição, escrevendo a dissertação de Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento. Agora, em outros tempos e lugares, aqui estou novamente, mas, dessa vez, com outras histórias, novas práticas, inquietações e aspirações: tornar-me Doutora em Desenvolvimento Regional.

Muito mais do que a titulação, interessa refletir sobre os percursos, os ritmos imprimidos, as territorialidades construídas, as adversidades vencidas, as experiências vividas, as lições aprendidas e as transformações ocorridas com a ajuda de instituições e de pessoas queridas. Por isso, agradeço:

- à Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), por me receberem de modo respeitoso e comprometido, valorizando a minha caminhada como estudante;
- à professora e orientadora Drª. Grazielle Betina Brandt, por me acolher como sua orientanda de forma tão carinhosa, atenta e precisa. Com ela, a caminhada foi tranquila, segura e agradável. Tenho uma grande admiração pela “profe Grazi!”;
- aos professores do PPGDR, Drª. Ângela Cristina Trevisan Felippi, Drª. Cidonea Machado Deponti, Drª. Cláudia Tirelli, Dra. Erica Karnopp, Drª. Grazielle Betina Brandt, Dr. Marco André Cadoná, Dr. Markus Erwin Brose, Drª. Silvia Virginia Coutinho Areosa, Dr. Silvio Cezar Arend, Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira, Dr. Olgário Vogt e Drª. Virginia Elisabeta Etges, com os quais muito aprendi nas aulas e com os trabalhos de aula. Da mesma forma, agradeço às profissionais da secretaria do PPGDR, Carolina de Oliveira, Grasiela da Conceição e Marleti Silveira da Silva, sempre cordiais e solícitas diante de qualquer necessidade;
- aos professores Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira e Drª Cláudia Tirelli, pelas leituras cuidadosas do projeto de tese e às professoras Drª. Cláudia Tirelli e Drª. Rosmari Terezinha Cazarotto, pelas contribuições de seus pareceres na banca de qualificação da tese, as quais resultaram em complementações importantes na escrita deste trabalho;

- aos professores Drª. Ângela Cristina Trevisan Felippi, Drª. Cláudia Tirelli, Drª. Rosmari Terezinha Cazarotto e Dr. Valdir Jose Morigi, pelo privilégio de tê-los na banca examinadora da tese;
- aos colegas do doutorado (Cláudio, Daiane, Elias, Graciela, Mizael, Natacha, Osvaldo, Augusto, Taciane e Vanessa), pela troca de saberes em cada encontro. O ambiente de aula foi sempre leve, colorido e alegre, e os intervalos apetitosos, com os quitutes procedentes de diversos territórios, evidenciando a diversidade e a riqueza gastronômica do Brasil, assim como a integração e a amizade da turma;
- à Universidade do Vale do Taquari – Univates, meu local de trabalho, que me possibilita ensinar, (re)aprender e conviver com colegas que são amigos especiais e estão sempre por perto, acreditando na e motivando a concretização desta formação. Nomeá-los é uma tarefa difícil, então, cito as queridas equipes dos setores de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e do Escritório de Relações com o Mercado/Núcleo de Educação Continuada, extensivo às demais;
- aos estimados estudantes, pelo privilégio de compartilhar conhecimentos, sentimentos, objetivos, sonhos e conquistas. Com eles aprendo o profundo sentido das palavras de Paulo Freire ao dizer que *quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender*. Acredito que somos muito do que deixamos e tomamos dos outros em nossa caminhada. Que nossas relações prossigam!;
- à rede de colaboração formada para a realização da pesquisa de campo, constituída por amigos(as) e profissionais que trabalham em empresas do Vale do Taquari/RS. Com a generosidade e o apoio da Andréia, Cristiane, Delci, dona Gelsi, Karine, Marcenet, Matias, Sandra e Simone, foi possível o acesso às mulheres imigrantes internacionais;
- às mulheres imigrantes internacionais, protagonistas deste estudo, pela receptividade, disponibilidade, sensibilidade e confiança em compartilhar as experiências de vida, que foram essenciais para os dados da pesquisa. Serão inesquecíveis na minha memória e no meu coração!;
- à Andréia, à Denise, à Ingrid, à Marlene e ao Matias, exímios profissionais que ajudaram com as revisões para que esta tese tivesse mais qualidade;

- à Larissa, pela elaboração da capa desta tese, que retrata com maestria, a força, o afeto e o movimento das mulheres imigrantes internacionais;
- aos inúmeros amigos e amigas, representados por Amanda, Angela, Carlos, Carol, Cássio, Cíntia, Cris, David, Déia, Edí, Elenir, Elisete, Evânia, Gabriel, Fernanda, Jônatas, Kellem, Lelena, Lici, Mabel, Marcela, Pati, Seca, Sérgio, Silvia, Tamara, Vivi e Valmir, de longe e de perto, sempre “dentro” ou “entre” mim, presentes no meu processo de evolução;
- à minha família (pai, mãe, irmã, irmão, cunhado, sogro, sogra e cunhadas), pelo apoio incondicional às minhas escolhas e caminhos. Em especial, ao meu esposo Marco Daniel, por compreender a necessidade dos vários momentos de ausência, sendo sempre parceiro, com palavras de carinho e atitudes empáticas. Nada do que eu diga é suficiente para expressar a minha gratidão a ele;
- aos meus sobrinhos e afilhados, Lucas e Letícia, por iluminarem a minha vida. Quando penso neles, o que parece distante fica sempre mais perto. Quando estou com eles, sinto o amor na forma mais genuína que existe e não há outra maneira de retribuir senão amá-los muito também.

RESUMO

Esta tese consiste em trazer para a pauta de discussões do Desenvolvimento Regional, algumas reflexões sobre migração, trabalho e gênero, mais especificamente, as territorialidades da recente imigração feminina internacional em municípios do Vale do Taquari, região situada no centro do Rio Grande do Sul. Devido à sua diversidade econômica, a região destaca-se no contexto estadual, sendo a oferta de empregos um indicativo de atração de imigrantes. Com base nessa realidade, este percurso investigativo priorizou o universo das mulheres imigrantes internacionais, visando responder ao seguinte problema de pesquisa: Como as mulheres imigrantes internacionais, com vínculo de trabalho formal, constroem suas territorialidades em municípios do Vale do Taquari/RS? Para responder ao problema, delinearam-se os seguintes objetivos específicos: (i) identificar as trajetórias de mobilidade das mulheres imigrantes, considerando o país de origem, o país de acolhimento e a sua chegada ao Vale do Taquari/RS; (ii) identificar o perfil das mulheres imigrantes internacionais em municípios do Vale do Taquari/RS; (iii) analisar, a partir das narrativas, como ocorrem os processos de integração das imigrantes, na esfera familiar, laboral e no espaço público no Vale do Taquari/RS; (iv) averiguar os papéis da mulher e os mecanismos de proteção social que se constituem a partir das relações sociais e de trabalho estabelecidas nos municípios e na região acolhedora. O estudo se justifica pela importância de contextualizar as relações de trabalho e de gênero, tendo como base a vivência das mulheres imigrantes internacionais. Em termos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como qualitativa e bibliográfica e dialoga com a abordagem relacional, situada no campo da sociologia econômica contemporânea. Quanto aos procedimentos metodológicos, a coleta de dados se vale do levantamento de dados secundários para subsidiar a seleção dos seis municípios (Lajeado, Encantado, Poço das Antas, Arroio do Meio, Estrela e Teutônia) com maior representatividade de imigrantes internacionais que ingressaram a partir de 2010 na região e sua empregabilidade no mercado de trabalho formal em 2018, além de entrevistas semiestruturadas individuais e em profundidade, diário de campo e cartografia. Por meio de seleção não probabilística e por conveniência, participaram da pesquisa sete mulheres, de quatro nacionalidades diferentes. Os resultados possibilitam compreender que a mobilidade das mulheres imigrantes é motivada tanto pela necessidade de complementação de renda para prover melhores condições de vida para a família, quanto pela realização de projetos e sonhos pessoais, reafirmando a abordagem de que as ações econômicas e sociais estão inter-relacionadas e devem ser consideradas nos movimentos migratórios. No ambiente laboral, as imigrantes ocupam cargos operacionais em empresas dos segmentos industrial e de prestação de serviços, adequando-se ao que lhes é oferecido. Mesmo nessas condições, nota-se que o trabalho gera não somente oportunidade de acessar bens materiais, mas também eleva a autoestima, a motivação e a esperança. Entre as objeções à ascensão profissional e à contratação de mulheres imigrantes, observam-se os níveis de qualificação e de experiência profissional, além da dificuldade com o idioma, o que, no entanto, não isenta a segregação ocupacional por gênero e a vulnerabilidade advinda desta prática, que atinge os imigrantes, sobretudo, as mulheres. No ambiente privado, as imigrantes contam com a ajuda dos maridos e filhos adultos; contudo, continuam administrando o lar, exercendo uma jornada de afazeres domésticos-familiares superior a dos homens, persistindo a desigualdade de papéis entre os gêneros. Nas narrativas das mulheres imigrantes, também se observa que os serviços

públicos básicos de saúde e de educação são acessíveis, ao contrário da educação superior, cujos valores das mensalidades não cabem no orçamento familiar das imigrantes e as bolsas de estudo são restritas. Quanto à integração nos espaços públicos, limitam-se ao uso de praças e/ou parques próximos das suas residências. A falta de carro é mencionada como fator que dificulta o deslocamento da família para conhecer e usufruir diferentes espaços na região. Nesses casos, as igrejas constituem uma rede de relações e um local de encontro muito valorizado e apreciado pelas mulheres imigrantes, que, por meio dos cultos, reforçam os laços de amizade, de solidariedade e de cooperação, além de serem instâncias de inclusão social. Constata-se que as mulheres imigrantes internacionais desempenham um papel fundamental na manutenção do núcleo familiar e no desenvolvimento socioeconômico nos municípios e na região do Vale do Taquari/RS. Por isso, são necessárias políticas públicas de trabalho, orientadas para a proteção e a promoção do emprego formal, além do esforço regional para dar mais visibilidade às mulheres imigrantes, que, ao lado das brasileiras, são resilientes e mostram grande potencial para aprender, ensinar, produzir e transformar, com efeitos nos territórios de origem e de acolhimento.

Palavras-chave: Mulheres imigrantes. Territorialidades. Trabalho e gênero. Vale do Taquari/RS.

ABSTRACT

This thesis aims to reflect on migration, work, gender, and more specifically on the territorialities regarding the recent international female immigration to cities of the Taquari Valley, in the center of the State of Rio Grande do Sul/Brazil, within the scope of Regional Development. This is an important region for the state due to its economic diversity, with its job market attracting immigrants. Based on this, this investigation focused on the realm of the international female immigrants in an attempt to answer the following research question: how do these women, participants of the formal work market, build their territorialities in the cities of this valley? The following specific objectives were proposed to assist in answering it: (i) identifying the mobility path of this women, by taking into consideration their origin country, their receiving country, and their arrival in the valley; (ii) identifying these women's profile; (iii) based on their narratives, analyzing how the immigrant integration processes take place in the family and work scopes, and in the public spaces of the valley; (iv) investigating the women's roles and the social protection mechanisms in the social and work relations established in the cities and in the receiving region. This study is justified by the relevance of contextualizing work and gender relations, based on the experience of these immigrant women. Regarding its methodology, it is a qualitative and bibliographic research intertwined with the relational approach of the contemporary economic sociology. As for the methodological procedures, data collection was carried out through a survey of secondary data to enable the selection of six cities – Lajeado, Encantado, Poço das Antas, Arroio do Meio, Estrela, and Teutônia. These display a higher concentration of international immigrants who arrived from 2010 onwards in the region and higher employment rates in the formal work market in 2018. Furthermore, semi-structured interviews were done individually and in depth; field journal, and cartography were used as well. The nonprobability and convenience sampling selected seven women of four different nationalities to participate in the research. The outcomes indicated that the mobility of the immigrant women is motivated both by the need of finding income to supply them with better livelihood conditions and by their desire to fulfill their personal projects and dreams, thus supporting the fact that economic and social actions are interrelated, and should therefore be considered in the migration movements. In the job scope, these women occupy operational positions in industrial and service rendering companies, and they try to be suitable to what is offered to them. Even so, it may be concluded that not only does their work provide them with the opportunity to access material goods, but it also enhances their self-esteem, motivation, and hope. On the other hand, objections to ascending professionally could be their professional qualification and their experience, as well as their difficulty with the language; on top of all this, there is work and gender segregation and consequent vulnerability affecting the immigrants, mainly the women. Privately, these immigrant women are assisted by their husbands or grown-up children; however, they take care of their houses and do household and family chores more than the men, where inequality between the genders also prevail. Through these women's reports, one may also notice that basic health and education public services are accessible, unlike higher education, whose payment they cannot afford, and whose scholarships are limited in number. With regards to enjoying public spaces, they usually use the squares and/or parks near their homes. Not owning a car is mentioned as a hindrance for the family to go around and visit sights, and enjoy different venues in the region. In this light, their churches promote their networking and a venue for meeting, a place valued

and cherished by these immigrant women who, in the services, strengthen their friendship and cooperation bonds; these are also places for social inclusion. The conclusion shows that these international immigrant women play a central role in keeping their family together and in socially and economically developing the cities in the valley. Therefore, public work policies are needed to protect and promote formal jobs, as well as a regional effort to make these women more visible, women who, beside the Brazilian women, show their resilience and a great potential to learn, teach, produce, and transform, thus affecting their origin and receiving places.

Keywords: Immigrant women. Territorialities. Work and gender. Vale do Taquari/RS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Espaços ocupados pelas mulheres imigrantes participantes da pesquisa 156
Gráfico 1 - Trabalhadores imigrantes internacionais no Vale do Taquari/RS, de 2010 a 2018..... ..42
Gráfico 2 - Remuneração média dos imigrantes internacionais, com vínculo de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018 43
Gráfico 3 - Imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018, por sexo 44
Gráfico 4 - Municípios do Vale do Taquari/RS com maior número de mulheres imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal, em 2018 45
Gráfico 5 - Nacionalidades dos grupos migratórios no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, de 2010 a 2018 46
Gráfico 6 - Nacionalidade migratória feminina no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018..... 46
Quadro 1 - Entrevistas realizadas..... 32
Quadro 2 - Sistematização e categorias de análise 38
Quadro 3 - Síntese dos indicadores sociais 52
Quadro 4 - IFDM dos municípios onde residem as imigrantes entrevistadas..... 53
Quadro 5 - Perfil das mulheres imigrantes internacionais 121
Quadro 6 - Levantamento de serviços e espaços nas áreas residenciais das entrevistadas 157

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
COREDEs	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FOB	*Free on Board*
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IOM	*International Organization for Migration*
OBMIGRA	Observatório das Migrações Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RH	Recursos Humanos
SISMIGRA	Sistema Nacional de Registro Migratório
STI	Sistema de Tráfego Internacional
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16

2 PERCURSO METODOLÓGICO 27

2.1 Método de abordagem 27

2.2 Procedimentos de coleta de dados 29

2.2.1 Levantamento de dados secundários 30

2.2.2 Entrevista em profundidade 31

2.2.3 Diário de campo 34

2.2.4 Elaboração de cartografia 35

2.3 Procedimentos de sistematização e de análise dos dados 36

2.4 Recorte empírico: o Vale do Taquari/RS 39

2.4.1 Municípios com maior representatividade laboral internacional 44

2.5 Participantes da pesquisa 56

3 A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NOS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL 59

3.1 As vertentes teóricas de gênero nos estudos migratórios internacionais 59

3.2 Redes sociais no processo migratório 71

3.3 Contextualização das migrações femininas contemporâneas 75

4 TRABALHO, GÊNERO E MIGRAÇÃO COMO APORTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL 83

4.1 Abordagens das dimensões territoriais do desenvolvimento a partir da migração 83

4.2 As territorialidades dos imigrantes internacionais e as relações com as sociedades de origem, de percurso e de destino 87

4.3 As implicações territoriais da migração internacional em cidades brasileiras 90

4.4 As categorias de trabalho e gênero na re-territorialização de migrantes: caminhos e descaminhos para o desenvolvimento territorial 93

5 A (IN)VISIBILIDADE DA MIGRAÇÃO FEMININA INTERNACIONAL NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI/RS E SUAS DIMENSÕES TERRITORIAIS 97

5.1 A existência do ser migrante nas vozes femininas: perfil, trajetórias e significados 97
5.2 Territorialidades da mulher migrante: espaços familiar, laboral e público 122
5.3 Municípios e mulheres migrantes: inclusão ou segregação? 136
5.4 As territorialidades das mulheres imigrantes 143

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 159

REFERÊNCIAS 169

APÊNDICES 191
APÊNDICE A - Roteiro da entrevista em profundidade direcionada a mulheres imigrantes internacionais 192
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido 194
APÊNDICE C - Síntese do perfil das mulheres imigrantes entrevistadas 195
APÊNDICE D - Sistematização, categorias de análise e evidências de análise 198

1 INTRODUÇÃO

Esta tese consiste em trazer para a pauta de discussões do Desenvolvimento Regional algumas reflexões sobre migração, trabalho e gênero, mais especificamente, acerca das territorialidades da imigração feminina internacional, recente em municípios do Vale do Taquari[2], região situada no centro do Rio Grande do Sul. Devido à sua diversidade econômica, a região se destaca na oferta de empregos formais, sendo esse um dos principais indicativos de atração de imigrantes internacionais.

Com base nesta realidade, este percurso investigativo priorizou o universo das mulheres imigrantes internacionais que ingressaram na região a partir de 2010, fase essa de significativa necessidade de mão de obra, especialmente nos segmentos industrial e de prestação de serviços, e de busca de trabalhadores internacionais para suprir o quadro funcional das empresas.

A partir desse contexto, foram identificados os municípios do Vale do Taquari/RS com maior representatividade de mulheres imigrantes com vínculo de trabalho formal em 2018, a fim de alcançar as participantes da pesquisa para conhecer fatos, acontecimentos e territorialidades construídas e (re)construídas nos locais de origem e de acolhimento, estabelecendo conexões nacionais e transnacionais.

Assim, de antemão, considera-se que a migração internacional caracteriza-se por processos de mudanças geográficas, culturais, econômicas e sociais, que ocorrem em diferentes países e geram novas formas e configurações espaciais, novos ritmos de vida, novos valores, novos relacionamentos entre pessoas e organizações e novos processos produtivos em escala mundial.

Essas novas formas e configurações espaciais são articuladas por intensas relações sociais e por descolamentos populacionais que ocorrem em diversas direções, temporalidades e distâncias (LUBKEMANN, 2001), imprimindo nos migrantes uma transferência definitiva ou por tempo indeterminado, para habitar, trabalhar e/ou estudar em outro país, em meio a distintas estratégias e necessidades.

A saída do país de origem e as trajetórias até chegar ao país e à cidade de acolhimento podem representar maneiras de homens e mulheres buscarem melhores condições de vida, contribuindo para rearranjos familiares e de gênero (MARINUCCI, 2007). No atual momento histórico, os conflitos armados e os desastres naturais

[2] A caracterização do Vale do Taquari/RS é apresentada na seção 2, item 2.4.

também são fatores que ativam os movimentos migratórios e determinam seus contornos.

Registros da Organização Internacional para as Migrações (*International Organization for Migration*) mostram que a movimentação recente de migrantes tem avançado em todas as direções. A Europa e a Ásia destacam-se por terem recebido, cada uma, 75 milhões, em 2015, o que representa 62% do total de migrantes internacionais. Esses territórios foram seguidos, no mesmo ano, pela América do Norte, que recebeu 54 milhões de migrantes internacionais, a África com 9%, a América Latina e o Caribe, com 4%, e a Oceania, com 3% (IOM, 2018).

É possível observar nos mesmos registros, que a população mundial, em 1970, era de 3,6 bilhões, enquanto os migrantes internacionais somavam 84.460 milhões, representando 2,3% da população mundial; em 2015, a população mundial era de 7,3 bilhões e os migrantes internacionais eram 243.700 milhões, o equivalente a 3,3% da população mundial. A comparação dos dados de 1970 com os de 2015 revela que o número de pessoas que vive num país que não é o seu de nascimento cresceu quase três vezes em 45 anos (IOM, 2018).

O Brasil somou, nas últimas duas décadas, um crescimento expressivo no número de imigrantes. Conforme os dados dos Censos Demográficos de 2000, o Brasil recebeu nesse período 95.829 imigrantes e, em 2010, recebeu um total de 431.319 imigrantes, conforme apontam as pesquisas censitárias realizadas pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE). Na relação entre 2000 e 2010, o aumento do número de imigrantes é de 4,5 vezes. No período entre 2011 e 2018, o número de imigrantes no país totalizou 774,2 mil, dos quais 492,7 mil são considerados imigrantes de longo termo, geralmente os que permanecem no país por um período superior a um ano. No ano de 2018, foram concedidas 30.619 autorizações pela Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL), mantendo uma variação positiva de 18% em relação a 2017. Desse montante, 4.560 foram autorizações de residência e 26.012 autorizações de residência prévia[3] (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACEDO, 2019).

[3] Os dados de autorizações do primeiro semestre de 2018 foram separados por Residência e Residência Prévia conforme Resoluções Normativas editadas pelo Conselho Nacional de Imigração, órgão responsável pela formulação da política migratória brasileira. A Residência Prévia é concedida ao interessado que se encontra fora do território nacional, podendo ser exigida, pelas autoridades consulares brasileiras, como condição necessária para a concessão de visto temporário para ingressar no Brasil a trabalho. A autorização de Residência é concedida ao interessado que já se encontra no Brasil (DIEME *et al*., 2019).

Entre os estados brasileiros, São Paulo assume a primeira posição em autorizações de imigração, com um total de 154.074 mil pessoas, seguido do Rio de Janeiro, com 143.040 mil; Minas Gerais, com 10.628 mil; Paraná, com 10.628 mil; Rio Grande do Sul, com 8.028 mil pessoas. Ao analisar exclusivamente o ano de 2018, o estado do Rio de Janeiro aparece como principal destino dos imigrantes. No entanto, dos cinco estados citados, apenas o Rio Grande do Sul apresentou variação positiva em relação a 2011, com 23%, sendo São Paulo a maior das variações negativas, com -66,30%. Ao direcionar a análise para a distribuição por regiões, as Regiões Sul e Sudeste concentraram 89,60% das concessões em demandas de imigrantes em 2018 (DIEME *et al*., 2019).

Com maior ou menor variação, é possível afirmar que o processo migratório não implica apenas rupturas espaciais e temporais, mas também mudanças vivenciadas pelo indivíduo, que poderão ser positivas ou negativas, segundo as políticas do país receptor e as características da sociedade acolhedora, nomeadamente, as condições sociais, econômicas e políticas (RAMOS, 2009). Por isso, os fluxos migratórios internacionais podem ser compreendidos a partir de dois enfoques: o primeiro, de natureza quantitativa ou econômica, relacionado ao migrante que busca trabalho e renda no local de destino; o segundo, de natureza qualitativa, relacionado ao capital humano e social da sociedade acolhedora. Em ambos os enfoques, há potencial para identificar as territorialidades que ocorrem nos diversos espaços, que perpassam pelas migrações.

A identificação dessas territorialidades permite uma compreensão que vai além das noções de origem e de acolhimento. Embora essas noções sejam importantes para a classificação das migrações, apresentam limitações para sua compreensão, devido à diversidade dos fluxos migratórios, caracterizados pela trajetória de pessoas individuais, familiares ou grupais, por motivos econômicos ou sociais, em territórios fixos ou temporários.

O território pressupõe a ação social num determinado espaço[4]. Esse espaço revela múltiplas relações de poder, tanto pela sua produção material (relações econômicas e jurídico-políticas) quanto pela sua apropriação imaterial (produção de identidade, subjetividade e simbolismos), com certo lugar (HAESBAERT, 2010). A territorialidade é o conteúdo do território e está relacionada à ocupação de um

[4] O território pode assumir diversas dimensões, as quais são descritas na seção 4, item 4.1.

determinado espaço por um determinado grupo humano, seja ele constituído por etnia, nacionalidade, condição socioeconômica, nível cultural ou outro critério social (VERÁS, 1987). A territorialidade representa o comportamento vivido, as relações sociais cotidianas, que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais (HAESBAERT, 2006; 2010).

Para Robert Sack (1986), a territorialidade, enraizada social e geograficamente, está relacionada à maneira como as pessoas se organizam no espaço. Nesse processo, ocorrem as territorialidades nos lugares, que são novas organizações do território, nas quais se encontram novos habitantes e identidades, permeados pelas relações sociais, culturais, econômicas e políticas, que interagem entre si, visando potencializar ações e recursos para promover o desenvolvimento local-global (SAQUET, 2015).

Na interação das relações, Schiller-Glick; Basch; Blanc-Szanton (2019) apontam para a necessidade de compreender os imigrantes como transmigrantes, pois, ao mesmo tempo em que se instalam no novo país e constroem territorialidades, estão comprometidos com o país do qual emigraram, mantendo conexões e transações simultâneas que unem sua sociedade de origem com a de acolhimento, atravessando fronteiras geográficas, culturais e políticas, o que é denominado de práticas transnacionais.

Essas conexões e transações intensificam a produção das condições materiais e subjetivas que geram uma multiplicidade de tipologias de *status* migratório[5] (FURTADO *et al*., 2018), envolvendo intercâmbios culturais, escolares, desportivos e econômicos (financeiros, comerciais, industriais e turísticos), bem como desafiam os

[5] O Departamento da Polícia Federal brasileiro desenvolveu um Sistema de Tráfego Internacional (STI), para registrar os dados das entradas e saídas das pessoas no país pelos postos de controle de fronteiras terrestres, portos e aeroportos (OLIVEIRA, 2015). Por meio das classificações e respectivas especificações propuseram tipologias de status migratório, que são: **brasileiro** (com dupla nacionalidade); **residente** (estrangeiro com visto de residente no Brasil por tempo indeterminado, asilados, refugiados, solicitantes de refúgio, diplomatas e estrangeiro com visto ou tramitação de permanência); **temporário** (migrantes contemplados, por prazo determinado, para desenvolver atividades profissionais, acadêmicas ou religiosas, viajantes e visitas a negócios, solicitantes de refúgio com pedido denegado e vistos de cortesia a diplomatas); **trânsito** (estrangeiros em trânsito, tripulantes de empresas de transportes, estrangeiros expulsos por problemas no embarque, interrupção da viagem por motivos imperioso ou clandestino, transbordos e presos); **turista** (estrangeiros em viagem de lazer ou negócios, com prazo de permanência máxima de 90 dias); **fronteiriço** (estrangeiros residentes em países limítrofes com documento de identificação e que vivam em cidade contígua à fronteira); **não nacionais deportados, expulsos ou extraditados** (pessoas que deixam o país nessas condições); e **não aplicável** (quando não abrange as categorias anteriores) (FURTADO *et al*., 2018). Com a criação do "Portal da Imigração Laboral", lançado em maio de 2019 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o solicitante, por meio da "Navegação Guiada", tem acesso a todas as informações e etapas a serem percorridas para obter a autorização e visto adequados à sua necessidade (grifo da autora).

paradigmas convencionais de migração, fundamentados nos fatores de expulsão e de atração (SASSEN, 2010). Nessa perspectiva, colocam-se em evidência as redes sociais, por proporcionarem conexões entre os países de origem e os países de acolhimento dos imigrantes, firmando-se, assim, uma territorialidade, numa pluralidade de redes, nas quais circulam ideias, pessoas, capitais, mercadorias, laços familiares e comunitários.

O conceito de redes sociais, conforme Marshal (1998), embasa-se em pelo menos quatro perspectivas: a análise do fluxo-chave da rede, com ênfase na sua expansão e propagação; a análise do sistema como um todo, referindo-se às estruturas migratórias; a análise que foca os indivíduos, os “nós” das redes; e a análise da importância das relações interpessoais na constituição de redes migratórias.

Granovetter (1985, 1992, 2007) define as redes sociais como um conjunto de atores, que podem ser pessoas, organizações ou mesmo cidades, que desenvolvem algum tipo de vínculo, também denominado de laço. Ao estabelecerem relações entre si, emergem laços fortes e laços fracos. A caracterização do tipo de laço depende da combinação de atributos como o tempo da interação humana, a intensidade emocional, a intimidade, a mutualidade, a reciprocidade, a confiança e a similaridade (laboral, étnica, entre outras).

Corroborando essa compreensão, Lima e Braga (2010) afirmam que a decisão do local de destino pelos imigrantes depende da preexistência de algum tipo de laço, seja ele econômico, cultural, afetivo e/ou solidário. Granovetter (1985) e Mamed; Lima (2015) destacam que, nas redes sociais, é preciso considerar também a existência de relações pessoais de má-fé, no caso, a atuação de redes ilegais de tráfico de pessoas e de aliciamento de coiotes e informantes.

Voltando à perspectiva de relações solidárias, as redes sociais possibilitam o acesso do imigrante a diferentes recursos, minimizando os riscos presentes na migração internacional, à medida que estimulam relações interpessoais, conhecimentos, contatos, trocas sociais e culturais, acesso a mercados de trabalho e a transferência de valores financeiros. Nessas condições, muitas mulheres migram por meio de redes, gerando territorialidades a partir de seus movimentos de apropriação e de reprodução de novos modos de vida, de novas funções e de novos objetos materiais. A respeito disso, Martin (2007) afirma que as mulheres imigrantes são assíduas contribuintes de remessas financeiras para os países de origem, auxiliando seus familiares nos planos social, educativo, sanitário, a fim de propiciar-

lhes melhor qualidade de vida.

Nesse sentido, justifica-se a relevância de compreender as territorialidades das mulheres imigrantes internacionais nos contextos social e econômico, bem como, sua importância para o desenvolvimento local-global, por meio da diversidade cultural, da produção de conhecimentos, da integração e da valorização da troca de saberes e da relação com os territórios e com os indivíduos que os ocupam.

Dito de outra forma, a perspectiva de valorizar e de buscar compreender as territorialidades das mulheres imigrantes internacionais é importante para perceber sua participação na dinâmica do desenvolvimento, tendo em vista que as suas relações são construídas e reconstruídas entre os territórios de origem, de percurso e de acolhimento e são processadas, aperfeiçoadas e mantidas pelos vínculos e pelos contatos existentes entre imigrantes e não migrantes, entre instituições e imigrantes, por meio de uma ação mútua de rede (SANTOS, 2018), que compreende um terreno próprio de movimento e de fluidez.

Ainda, o tema abordado é especialmente importante para a área do Desenvolvimento Regional, pois o respectivo campo de conhecimento constitui-se de variáveis sociais e econômicas, colocando novos desafios à forma como o Vale do Taquari/RS deve responder à multiculturalidade, no que diz respeito aos direitos de cidadania e à integração de populações imigrantes internacionais, especialmente, das mulheres, estando a diversidade cultural, as relações de gênero e de trabalho no centro do desenvolvimento humano (PNUD, 2019) e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e assegurar que todas as pessoas, em todos os lugares, possam ter paz e prosperidade, dezessete[6] ODS foram universalmente acordados, entre eles, o de igualdade de gênero. A ONU deseja alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas acabando com as formas de discriminação e de violência nas esferas privada e pública, incluindo o tráfico e a exploração sexual; eliminar práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças, e

[6] Os dezessete ODS são: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança global do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; e 17. Parcerias e meios de implementação. Mais informações em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs.

mutilações genitais femininas; reconhecer o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio de serviços públicos, de infraestrutura, de políticas de proteção social e de promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família; garantir a participação das mulheres e a igualdade de oportunidades em espaços de liderança, nos níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública; asseverar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, *on-line*).

Convém também destacar que o interesse pelo tema tem relação com o curso de mestrado em Ambiente e Desenvolvimento, frequentado pela pesquisadora no Centro Universitário Univates, hoje Universidade do Vale do Taquari – Univates, campus Lajeado/RS, no qual foi desenvolvido um estudo acerca da construção de um modo de vida sustentável com a participação dos diversos atores sociais, entre eles, as mulheres. O percurso dessa pesquisa científica gerou o interesse em compreender a situação vivenciada pelas mulheres imigrantes internacionais em municípios do Vale do Taquari/RS, tendo em vista que o contato com esse universo ainda ser pouco explorado no ambiente acadêmico, fato notável frente à dificuldade na obtenção e na compilação de dados específicos sobre os imigrantes na região.

Apesar de um expressivo número de publicações científicas produzidas nos últimos anos, referentes às questões de migração, trabalho e gênero, ainda são escassas as produções que buscam melhor compreender a relação entre imigração, trabalho e gênero, em municípios do Vale do Taquari/RS.

Nessa perspectiva, Mary Nash (2012) argumenta que o gênero é um princípio que influencia tanto na experiência do projeto migratório das mulheres e nas variáveis condicionantes à sua emancipação e participação cívica, quanto na hora de procurarem emprego e/ou de serem selecionadas para algumas tarefas e não para outras, ou, ainda, no momento de usufruírem de alguma política pública. Segundo Schulze (2018, p. 43), “a questão de gênero e de classe social são categorias importantes na compreensão da forma como esses sujeitos vivenciam as expressões de desigualdades nas suas relações socioculturais e econômicas”.

Evidentemente, existem especificidades nas variáveis condicionantes, conforme os países de origem e de acolhimento e a condição social e étnica das imigrantes. Contudo, acredita-se que existem também elementos significativos e merecedores de reflexão e de análise, pois ainda se observa que “a sociedade está feita de acordo com as características do gênero dominante, isto é, o masculino [...]”

(SILVA, 2000, p. 93). Monica Boyd (1989) afirma que não se pode analisar a decisão de migrar sem diferenciar por sexo os indivíduos envolvidos, pois, muitas vezes, a migração transfere a autoridade patriarcal da sociedade de origem para a de destino, mantendo intactas as relações de gênero na família.

Dar visibilidade às experiências vividas pelas mulheres imigrantes internacionais constitui uma dimensão necessária para compreender os processos de integração dessas mulheres na esfera laboral, nos espaços públicos, nas relações de gênero e no desenvolvimento local-global, pois as territorialidades acontecem a partir da ação de todas as pessoas e da relação entre si, numa dinâmica de reciprocidade e de contínuo movimento para além dos países e dos territórios.

Nesse sentido, é preciso contrapor a visão do território como fonte de recurso estático ou estável no tempo, a serviço de alguns (SANTOS, 1994a). O território é dinâmico e se manifesta na existência humana, nas relações de apropriação e de dominação do espaço no cotidiano, afirmando a territorialidade, que é material e imaterial, social e natural. Saquet (2015, p. 164) destaca que as territorialidades são "[...] desejos, necessidades, linguagens, edificações, signos, miséria, riqueza, repetições, mudanças, conquistas, frustrações, técnicas, famílias, trabalhos, redes, desencontros, encontros, conflitos; desigualdades e diferenças, unidade, vida e morte". Dessa forma, busca-se identificar quais são as territorialidades das mulheres imigrantes internacionais e em que condições vivem, trabalham e se relacionam, em municípios do Vale do Taquari/RS.

Cabe destacar que a integração do imigrante exige aprender a viver e a respeitar a multiplicidade de pertenças e de referências, não sob a forma de dicotomias, de discriminação e de exclusão, mas de um modo plural, inclusivo e complementar. Da mesma forma, os mecanismos de proteção não devem ser mecanismos de exclusão (FOUCAULT, 2009). Os acessos aos serviços públicos e a comunicação entre os diferentes grupos que vivem no mesmo espaço precisam promover o desenvolvimento humano, a inclusão, a igualdade de oportunidades e o pleno acesso à cidadania.

As mulheres imigrantes internacionais, através das suas relações e práticas, participam da produção do espaço urbano dos municípios analisados. Assim, estruturam, a cada tempo histórico, determinada organização social, econômica, política e cultural, possível e necessária, para atender as suas necessidades materiais e imateriais. É nesse universo que a investigação deste trabalho busca responder ao

seguinte problema de pesquisa: ***Como as mulheres imigrantes internacionais, com vínculo de trabalho formal, constroem suas territorialidades em municípios do Vale do Taquari/RS?***

Para responder ao problema de pesquisa, delineou-se como objetivo geral, compreender como as mulheres imigrantes internacionais constroem suas territorialidades em municípios do Vale do Taquari/RS. Já os objetivos específicos são: a) identificar o perfil das mulheres imigrantes internacionais em municípios do Vale do Taquari/RS; b) identificar as trajetórias de mobilidade das mulheres imigrantes, considerando o país de origem, o país de acolhimento e a sua chegada no Vale do Taquari/RS; c) analisar, a partir das narrativas, como ocorrem os processos de integração das imigrantes na esfera familiar, laboral e no espaço público no Vale do Taquari/RS; d) averiguar os papéis da mulher e os mecanismos de proteção social, que se constituem a partir das relações sociais e de trabalho estabelecidas nos municípios e na região acolhedora.

A análise das territorialidades, com base na dinâmica de desenvolvimento do Vale do Taquari/RS, requer uma abordagem que permita considerar as trajetórias migratórias como fluxos caracterizados pela inter-relação entre a estrutura social e a atividade econômica. Por isso, em termos teórico-metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e dialoga com a abordagem relacional, no campo da sociologia econômica contemporânea[7], a partir de estudos de Mark Granovetter (1973, 1985, 1992, 2007); Steiner (2006); Swedberg (2005) e Zelizer (2010, 2011), que são referências nessa área de investigação.

A sociologia econômica contemporânea, que procura inspirar um olhar mais abrangente, dedica-se a demonstrar as diversas formas de comportamento social para explicar a articulação entre os atores e o mercado. De acordo com Steiner (2006, p. 28), na sociologia econômica contemporânea, a sociologia econômica não rejeita a teoria econômica, ao contrário, ela "[...] busca seu caminho unindo análises

[7] A base filosófica da sociologia econômica contemporânea tem origem em estudos de Max Weber e Émile Durkheim, além de ideias provenientes de Pierre Bourdieu, Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill, na sociologia econômica. "O ressurgimento incontestável da sociologia econômica contemporânea está associado aos trabalhos de Mark Granovetter [...]", que a "[...] enfeitou [...]" denominando de "[...] nova sociologia econômica" (STEINER, 2006, p. 27). A expressão *nova* foi referida por Granovetter em uma conferência realizada na Associação Norte-Americana de Sociologia, em Washington, em 1985. A mensagem era a de que a moderna sociologia econômica, comparada à velha sociologia econômica dos anos de 1960, deveria identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência destas relações sociais nos resultados econômicos (SWEDBERG, 2005). Este estudo adota a denominação de sociologia econômica contemporânea, por ser o termo mais universal citado na literatura.

sociológicas e econômicas de maneira a obter uma explicação melhor para os fatos do que a explicação fornecida pela teoria econômica".

Desse modo, a sociologia econômica contemporânea revela a ideia de que o indivíduo não pode ser analisado de forma isolada e atomizada, pois as atividades econômicas são socialmente orientadas. Isso implica compreender os desenhos sociais e as práticas de apropriação nos territórios, abrindo espaço para a heterogeneidade de experiências, vivências, opiniões, hierarquias e valores, para entender as verdades que são produzidas e fazem sentido em determinados períodos sem, no entanto, deixar de recorrer aos fatos históricos para entender a constituição de uma época.

Ao transitar no campo da sociologia econômica contemporânea, procura-se validar o argumento de que as relações entre as atividades econômicas e sociais são interdependentes, trazendo à discussão a experiência de mulheres imigrantes que escolherem o Vale do Taquari/RS para construir caminhos e territorialidades que se manifestam cotidianamente nas paisagens de cada lugar.

Para tanto, a estrutura da tese está organizada em seis seções, contando esta *introdução*, que apresenta o tema do estudo, o problema e os objetivos, geral e específicos, propostos. Na segunda seção, *Percurso metodológico*, descreve-se o método de abordagem, os procedimentos de coleta de dados, os procedimentos de sistematização e de análise dos dados, o recorte empírico e as participantes da pesquisa, para atender ao problema e aos objetivos propostos.

Na terceira seção, *A (in)visibilidade das mulheres nos estudos sobre migração internacional,* trata-se das principais vertentes teóricas de gênero nos estudos migratórios desenvolvidos ao longo dos anos por pesquisadores. Na sequência, discorre-se sobre redes sociais no processo migratório e contextualizam-se as migrações femininas contemporâneas.

Na quarta seção, *Trabalho, gênero e migração como aportes para o desenvolvimento regional*, discutem-se as abordagens das dimensões territoriais do desenvolvimento a partir da migração, a territorialidade dos imigrantes internacionais e as relações com as sociedades de origem e de destino, as implicações territoriais da migração internacional em cidades brasileiras e as categorias de trabalho e de gênero na re-territorialização de migrantes.

Na quinta seção, *A (in)visibilidade da migração feminina internacional nos municípios do Vale do Taquari/RS e suas dimensões territoriais,* apresentam-se quatro

subseções que descrevem as narrativas das mulheres imigrantes internacionais, para conhecer como suas territorialidades se constituem, bem como, as percepções observadas durante a realização deste estudo, aproximando-as dos conceitos discutidos, promovendo assim o encontro entre a prática e a teoria. Nas subseções, aborda-se a existência do ser migrante nas vozes femininas, apresentando o perfil das mulheres imigrantes participantes da pesquisa, suas trajetórias e significados; as territorialidades da mulher migrante enquanto espaços familiar, laboral e público; os municípios e as mulheres migrantes; e as territorialidades a partir do uso da cartografia.

Na sexta seção, as *Considerações finais,* retomam-se o problema de pesquisa e os objetivos da investigação com o intuito de reafirmar o argumento de que a imigração feminina internacional recente apresenta distintas características e territorialidades. Outras possibilidades de estudos são sinalizadas, por compreender que, ao fazer escolhas, deixa-se de contemplar variáveis que podem ampliar o constructo teórico-empírico relacionado aos estudos dos fluxos migratórios. Deixar de contemplar não significa que são variáveis menos importantes, mas, sim, que este estudo precisa dar conta do foco a que ele se propôs num tempo e num espaço determinados. Por fim, são apresentadas as referências consultadas e os apêndices elaborados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o movimento da pesquisa e o percurso metodológico para atender aos propósitos do estudo. Parte-se da descrição do método de abordagem, dos procedimentos de coleta de dados, dos procedimentos de análise dos dados, do recorte empírico e das mulheres imigrantes participantes da pesquisa.

2.1 Método de abordagem

Delinear o contexto metodológico significa demarcar o caminho a ser percorrido pelo pesquisador na coleta de dados, na tentativa de alcançar os objetivos que motivam a pesquisa. Ao eleger as territorialidades da imigração feminina internacional recente como foco de estudo, o método desta pesquisa se ancora na abordagem relacional, no campo da sociologia econômica contemporânea.

A abordagem relacional permite problematizar as relações entre os aspectos sociais e econômicos. Mark Granovetter (1992, 2007) afirma que estes dois aspectos caracterizam a abordagem relacional no campo da nova sociologia econômica por se conectarem direta e indiretamente, uma vez que todos os fenômenos econômicos são sociais por natureza, isto é, estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social.

Assim, neste estudo, ao integrar a Sociologia e a Economia, busca-se explicar a relação entre migração, trabalho e gênero, pois existem componentes econômicos e sociais entrelaçados nessa ação, na medida em que, de um lado, há a racionalidade e os interesses do agente econômico, e, do outro, o ator social modelado por estruturas e normas sociais (WEBER, 1949).

O objetivo de estudo da abordagem relacional na sociologia econômica contemporânea é entender os fenômenos econômicos contemporâneos de uma maneira distinta da proposta pela teoria dedutiva da abordagem econômica neoclássica. A diferença reside no interesse pelos aspectos irracionais da ação ou das organizações econômicas, no sentido de repensar as noções de racionalidade, preferências, mercado e demais conceitos fundamentais da economia (MARTES, 2009). Observam-se os comportamentos para compreender os motivos que orientam a ação econômica, pois, como afirma Viviana A. R. Zelizer (2011), a vida humana não se realiza em esferas distintas, separadas.

Tal posicionamento metodológico define a importância da relação entre o problema de pesquisa e o contexto no qual esse problema emerge, cuja ênfase recai sobre como as mulheres imigrantes internacionais constroem suas territorialidades em municípios do Vale do Taquari/RS. É no percurso deste caminho que este estudo tem relevância, ao oferecer possibilidades para identificar as territorialidades das mulheres imigrantes internacionais, como vivem e se relacionam, e em que condições organizam seus sentimentos em conjunto com práticas econômicas.

Entende-se, assim, que a pesquisa orientada pela abordagem relacional no campo da sociologia econômica contemporânea possibilita um olhar que combina aspectos das diversas práticas sociais e econômicas, para compreender o processo de decisão de migrar. Da mesma forma, acredita-se que esta abordagem auxilia a pesquisadora a compreender os elementos que surgem ao longo do processo de investigação, permeados de informações e de experiências que as mulheres imigrantes trazem consigo. Ainda, revela as peculiaridades da dinâmica das redes sociais e do processo migratório, em meio à dimensão econômica.

As redes sociais realçam as relações existentes entre os atores, evocando a perspectiva da abordagem relacional (STEINER, 2006), abarcando as práticas e os vínculos que constituem a vida cotidiana, sem verdades absolutas, pois nas relações estão os indivíduos, com seus valores, crenças, concepções, ações, motivações, interações e experiências; além disso, mudanças no ambiente podem resultar em mudanças no comportamento (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003; HARRIS; TODARO, 1980). Portanto, o campo social e econômico é dinâmico e fluido, assim como as migrações.

A perspectiva da abordagem relacional no campo de pesquisa sobre o processo migratório, a partir das relações materiais e imateriais e observando sua integração, que pode ser marcada por resistências e dominações, é o fio condutor deste estudo, na perspectiva de compreender as relações e sua complexa rede de conexões.

A pesquisa também tem natureza qualitativa. A partir de Heidrich (2016, p. 22), compartilha-se o entendimento de que,

> Por pesquisa ou metodologia qualitativa, pode-se compreender a prática ou o conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo.

O objetivo da pesquisa qualitativa é entender os aspectos subjetivos do

comportamento humano, explorando o mundo dos sujeitos, suas experiências cotidianas e suas interações sociais. Por meio desses elementos, vão sendo construídas as interpretações, os significados e a visão de realidade que a eles conferem (MOREIRA, 2011). Vieira e Zouain (2005) reiteram que a pesquisa qualitativa atribui importância aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles, uma vez que toma como pressuposto a experiência humana, mediada pela interpretação, que se dá na interação com o outro.

Este estudo segue esta orientação por proporcionar melhor percepção, compreensão e participação dos sujeitos no que diz respeito aos problemas investigados (MINAYO, 2014). Ou seja, a pesquisa qualitativa procura esclarecer fatos da vida social dos sujeitos estudados com o menor afastamento possível do ambiente no qual se encontram (MERRIAM, 1998). Destaca-se que não se busca regularidade, mas a compreensão do sujeito, do que o levou a agir de tal maneira, a partir da sua lógica e da exposição das suas razões (GODOI; MATTOS, 2006), viabilizando uma construção teórica mais aprofundada em relação aos elementos investigados.

Assim, o interesse pela pesquisa qualitativa está na interpretação dos significados atribuídos pelas mulheres imigrantes internacionais às suas ações, numa realidade socialmente construída. Por meio do estudo qualitativo, é possível entender a trajetória dessas mulheres e como elas se relacionam com as dinâmicas sociais e econômicas dos territórios.

Destaca-se, ainda, a utilização de pesquisa bibliográfica, por meio de livros, teses, dissertações, artigos, revistas, jornais, entre outros materiais acadêmicos, nacionais e internacionais, publicados em bancos específicos de universidades e/ou de instituições afins, para a consolidação da fundamentação teórica deste estudo. A finalidade da pesquisa bibliográfica é colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto. De acordo com Gil (2012), a pesquisa bibliográfica cumpre vários propósitos, mas o principal é o de compartilhar com o investigador, a cobertura ampla de informações adequadas à sua necessidade.

2.2 Procedimentos de coleta de dados

Foram adotados diversos procedimentos de coleta de dados para a adequada consolidação da pesquisa qualitativa, detalhados nos itens que seguem. Esses

procedimentos foram adotados de acordo com os objetivos da pesquisa, para facilitar sua posterior análise e interpretação.

2.2.1 Levantamento de dados secundários

Esta etapa é constituída do levantamento de dados secundários, que consiste em usar dados pré-existentes, condizentes com o objeto de estudo em questão. As informações pertinentes sofrem um processo de tabulação e de análise. A partir da interpretação dessas informações, foi possível produzir conhecimento através de dados que antes estavam dispersos. Esse tipo de análise contribui para mostrar o quadro investigado de uma forma mais completa (GIL, 2012).

Para identificar a representatividade laboral formal internacional no Vale do Taquari/RS, no período entre 2010 e 2018, e a empregabilidade em 2018, foram realizados levantamentos de dados secundários no banco de microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizado pelo Ministério da Economia (BRASIL, 2019).

O banco de microdados da RAIS contém detalhamentos de dados possíveis de serem manuseados e trabalhados, conforme o objeto de estudo do pesquisador. Desse modo, com o uso do *software* estatístico *Excel*, os dados foram sistematizados em planilhas eletrônicas percorrendo o seguinte caminho:

a) identificação quantitativa de trabalhadores imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, no período de 2010 a 2018;
b) identificação da remuneração média dos trabalhadores imigrantes com vínculo formal de trabalho no Vale do Taquari/RS, em 2018;
c) identificação quantitativa de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018, por sexo;
d) identificação dos municípios do Vale do Taquari/RS com maior número de mulheres imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal em 2018;
e) identificação das nacionalidades dos grupos migratórios no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, no período entre 2010 a 2018;
f) identificação da nacionalidade migratória feminina no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari, em 2018.

Esses dados são apresentados por meio de gráficos, seguidos de análises,

disponíveis no item 2.4.1.

2.2.2 Entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade é a técnica de coleta de dados central para a resolução da problemática do estudo. Segundo Gill *et al*. (2008), a entrevista em profundidade é uma forma de interação social, ou seja, um diálogo entre pesquisador e pesquisado, que consiste de várias questões-chave que ajudam a definir as áreas a serem exploradas.

Com esse procedimento de coleta de dados, composto por um roteiro semiestruturado de questões que versam sobre idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, etnia, tipo de visto, religião, entre outras, identificou-se o perfil socioeconômico das mulheres imigrantes participantes da pesquisa. Com a lista de tópicos gerais[8], foi possível identificar as territorialidades das mulheres imigrantes em municípios do Vale do Taquari/RS, intermediadas por redes sociais, relações de trabalho, relações de gênero, utilização dos espaços privado e público, e a forma como se inserem nestes espaços.

As entrevistas individuais, devidamente autorizadas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para uso de depoimento, ocorreram presencialmente, entre os meses de setembro e novembro de 2020, e, sequencialmente, nos municípios de Poço das Antas, Estrela, Lajeado, Arroio do Meio, Teutônia e Encantado, respeitando a disponibilidade das participantes. Quatro entrevistas foram realizadas nas próprias residências das mulheres imigrantes; uma foi realizada na residência da vizinha e melhor amiga da entrevistada; outra, numa cafeteria, num espaço específico para reuniões; e a outra entrevista foi realizada numa área de convivência de um *shopping*, com pouco movimento, não havendo interrupções por ser um ambiente comercial. Todas as entrevistas transcorreram num clima agradável, descontraído e receptivo.

Este estudo utilizou uma seleção não probabilística e por conveniência para realizar a pesquisa. De acordo com Malhotra (2012), é frequente o uso de amostras em pesquisas sociais, caso seja inviável a utilização de todos os elementos que

[8] O roteiro da entrevista semiestruturada e o TCLE encontram-se nos Apêndices, no final do trabalho.

abrangem a população[9]. Desse modo, foram entrevistadas sete mulheres imigrantes, de quatro nacionalidades diferentes, que ingressaram recentemente no Vale do Taquari/RS (a partir de 2010 e com empregabilidade em 2018). O Quadro 1 ilustra a ordem da realização das entrevistas, as nacionalidades das entrevistadas, os respectivos municípios onde residem e ocorreram as entrevistas, bem como, o tempo de duração.

Quadro 1 – Entrevistas realizadas

Entrevista	Nacionalidade	Município da entrevista	Tempo da entrevista
01	Haitiana	Poço das Antas/RS	3h30min
02	Peruana	Estrela/RS	2h55min
03	Colombiana	Lajeado/RS	3h10min
04	Haitiana	Arroio do Meio/RS	3h15min
05	Haitiana	Teutônia/RS	3h20min
06	Haitiana	Encantado/RS	3h40min
07	Nigeriana	Lajeado/RS	3h05min
Total	**04**	**06**	**23h55min**

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

Ressalta-se que, no início de cada entrevista, havia uma explanação sobre a pesquisa e o objetivo da conversa, além da leitura do TCLE, para compreenderem que elas tinham plena liberdade para recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir da colaboração a qualquer tempo.

Também solicitava-se autorização para gravar a entrevista, mas nem todas as mulheres imigrantes sentiam-se à vontade para falar. Nessa situação, foi importante perceber a necessidade de recuar e substituir a gravação por registros escritos, além de utilizar uma linguagem mais simplificada, para facilitar a compreensão e tornar o diálogo o mais acessível possível. Muito se descobriu a respeito do que funcionava e o que não, na entrevista e nos contatos para os agendamentos das entrevistas, sem, no entanto, eliminar o roteiro temático e o percurso metodológico, mas apenas adequá-lo, no sentido de deixar a entrevistada desenvolver suas narrativas sem cortes ou redirecionamentos, para estimular a aproximação do cenário vivido pelas mulheres, de onde provêm as experiências e as narrativas. As entrevistas e análises encontram-se na quinta seção desta tese.

[9] A população é o conjunto de indivíduos que apresentam características comuns e a amostra é uma parcela selecionada da população (MALHOTRA, 2012).

Em função do caráter qualitativo da pesquisa, são adotadas categorias que auxiliam a compreensão das narrativas e das concepções teóricas para entender a territorialidade das mulheres imigrantes internacionais. As categorias são: *rede de sociabilidade* (como as mulheres chegaram ao local de destino, como se articulam); *percepção territorial* (como percebem a cidade, a infraestrutura); *trabalho* (como acessam o trabalho, que tipo de trabalho, em que condições); *integração no mercado de trabalho* (desigualdades de gênero, diferenças); *reprodução social* (produção material e cultural, linguagens, lugares e espaços onde circulam e vivem); *mobilidade espacial* (condições de mobilidade, transporte público); *integração no espaço público* (facilidade, dificuldade, preconceito, exclusão, segregação, inclusão, inserção, acesso a serviços públicos); *lugares de origem* (existência de miséria, riqueza, signos, simbologias); *relações com familiares* (presença de unidade, conflitos, conquistas, relações de gênero); *expectativas pessoais* (conquistas, frustrações, relações intrafamiliares e afetivas no país de origem e no de destino).

Destaca-se que, em entrevistas em profundidade, as narrativas seguem uma sequência livre, com movimentos de avanços e recuos, exatamente como é o ato de lembrar. O tempo das lembranças não é linear; ao contrário, é um “tempo reversível”, em que o passado, o presente e o futuro se articulam e se entrelaçam (BERGSON, 2006). Assim, em diferentes descrições a partir das narrativas das mulheres imigrantes participantes da pesquisa, as categorias são percebidas sem a rigidez de sequenciá-las na ordem mencionada acima, em virtude das variadas questões relembradas pelas entrevistadas e dos diversos assuntos dialogados nos encontros.

Dessa forma, as narrativas, que são apresentadas na quinta seção, estão organizadas, descritas e analisadas numa estrutura textual. Para facilitar a leitura, as transcrições das falas das entrevistadas, a partir de registros escritos da pesquisadora, estão destacadas pelo efeito itálico. Registrar lembranças, experiências e vivências é uma tarefa desafiadora em trabalhos com entrevistas; por isso, ressalta-se que fragmentos repetidos poderão aparecer em diferentes itens dessa seção da tese, para compreender as relações sociais e laborais e as territorialidades de mulheres imigrantes internacionais que residem em municípios do Vale do Taquari/RS.

2.2.3 Diário de campo

O diário de campo é o instrumento utilizado pelo pesquisador para registrar comentários, observações e reflexões de situações vivenciadas em campo. Elza Maria Fonseca Falkembach (1987) recomenda que os registros sejam datados (especificando local e hora) e organizados em três etapas: na primeira, a descrição das situações ocorridas no dia e nas entrelinhas das falas dos sujeitos durante a intervenção; na segunda, a interpretação do observado, estabelecendo relações entre os fatos e as consequências; e na terceira etapa, o registro das conclusões preliminares, das dúvidas, imprecisões e desafios de qualquer natureza.

De acordo com Barros; Kastrup (2014, p. 70), o processo de escrita das anotações no diário de campo é importante, pois "[...] colabora na produção de dados e têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de um campo em conhecimento e modos de fazer". As anotações da pesquisadora foram feitas ora no momento em que os fatos vividos ocorreram, ora após a situação vivenciada. Acredita-se que esse modo de registro não interfere na espontaneidade dos diálogos, pois, conforme a situação, a anotação de uma ação no momento presente pode influenciar seu desfecho: "[...] o mais importante é que os escritos devem guardar o caráter de totalidades não homogêneas" (BARROS; KASTRUP, 2014, p. 71), transmitindo o que se viu, viveu e ouviu no campo (CAIAFA, 2007).

O material adotado, para evitar estranhamento ou constrangimento, foi um bloco de tamanho médio, suficiente para descrever sensações, impressões, sentimentos, saberes, expectativas e comportamentos das mulheres imigrantes, manifestados nas relações estabelecidas no espaço social.

Conforme Rocha e Eckert (2008), este procedimento de coleta de dados é possível quando a interação é compreendida como condição da pesquisa, sendo necessário mais do que apenas encontros eventuais, mas uma relação que se prolonga no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços vivenciados pelos grupos em que o pesquisador se insere. As autoras afirmam ainda que é necessário, além de postura ética do sujeito que pesquisa, obter o consentimento das pessoas que se pretende observar, com disposição para experimentar uma sensibilidade emocional que permita penetrar as espessas camadas dos motivos e das intenções presentes nas relações humanas. Admite-se, assim, a perspectiva de Favret-Saada (2005) de que o campo de pesquisa é um espaço no qual o pesquisador, quando se permite ser

afetado, é modificado pela experiência em campo.

Em cada uma das sete entrevistas com as mulheres imigrantes internacionais, a pesquisadora conheceu seus espaços, no caso, suas casas ou locais de trabalho ou de lazer, que oportunizaram observações, interações diretas e descobertas singulares, que estão registradas no diário de campo e que fazem parte deste trabalho.

Salienta-se, também, que, em virtude das orientações sanitárias para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, após as entrevistas presenciais com as mulheres imigrantes, as relações interpessoais foram (e continuam sendo) mantidas por meio da rede social *on-line*, via aplicativo *WhatsApp*. O uso desse recurso, muito presente na contemporaneidade e entre as imigrantes entrevistadas, foi o meio para manter a interação recomendada por Rocha e Eckert (2008).

2.2.4 Elaboração de cartografia

A cartografia como método de pesquisa destina-se à elaboração de mapas, cartas, plantas, entre outras formas de expressão ou de representação de objetos e de ambientes físicos e socioeconômicos, numa tentativa de o homem conhecer o território que habita (IBGE, 2020e). Refere-se, portanto, a um modo de mapear a realidade no campo, de acompanhar processos de produção, de possibilitar o acompanhamento de movimentos e intensidades dos sujeitos que integram a produção de territórios. A elaboração de mapas também pode permitir a visualização da territorialidade espacial de uma população específica, neste caso, de mulheres imigrantes em municípios do Vale do Taquari/RS.

Em outras palavras, o procedimento de cartografar possibilita informações de controle e de poder do território, bem como ilustra a fração de espaço que é controlada, ou que se pretende controlar. Conforme asseguram Fonseca e Kirst (2003), a cartografia cria relações de diferença entre “territórios” para dar conta de “espaços”, investigando os elementos provenientes do território, como “[...] matérias fluidas, forças tendenciais, linhas em movimento – bem como fragmentos dispersos nos circuitos folheados da memória” (KASTRUP, 2007, p. 21), pois a cartografia investiga um processo de produção e não a representação de um objetivo previamente estabelecido.

Assim, fica claro que a representação em cartografia demonstra a

intencionalidade de quem a concebe, constituída não só pelo sujeito, mas também pela interação que ele estabelece, definindo elementos a serem demonstrados e dando a noção de estabilidade ao controle territorial, bem como, denominando as frações de espaço como utilizadas para determinadas funções. Santos (2019, p. 44) explica que

> [...] a cartografia é o espaço representado, ou seja, é uma imagem do espaço, deste território visto/vivido. Uma cartografia pode ser, então, um instrumento para legitimar ou refutar estas ações, ou, ainda, este território, sendo a sua produção e posse um importante referencial de reivindicação territorial dentro de estratégias individuais e coletivas.

Com base nesse argumento, apontamos a importância de registrar, por meio da cartografia, as relações e os espaços de domínio das mulheres imigrantes, a fim de identificar como produzem suas compreensões e constituem espacialmente suas territorialidades, o que também favorece a revisão de concepções hegemônicas e dicotômicas. Para isso, as participantes da pesquisa foram questionadas a respeito dos espaços públicos nos quais mais circulam e convivem no município onde residem e os que são mais significativos para a sua reprodução social.

Estas representações a partir do mapa dão a ideia de delimitação e de fixidez ao território. Para a geração e a organização de informações na forma cartográfica, utilizou-se o mapa do Vale do Taquari/RS, destacando os seis municípios, a fim de possibilitar a caracterização e a localização das diferentes formas de uso dos espaços pelas mulheres imigrantes, conforme exposto na quinta seção desta tese.

2.3 Procedimentos de sistematização e de análise dos dados

Após a coleta de dados, procedeu-se à sistematização e à categorização, a fim de possibilitar a análise dos dados, respondendo ao problema e aos objetivos desta pesquisa (MALHOTRA, 2012). Considerando a abordagem qualitativa e o uso de categorias, conforme mencionado anteriormente, a análise dos materiais coletados foi orientada pela análise de conteúdo.

A análise de conteúdo é uma técnica apropriada para agrupar elementos, ideias ou expressões em torno de um conceito. Ela permite explicitar e categorizar elementos ou aspectos com características comuns ou que se relacionam entre si, para auxiliar na compreensão das narrativas e das concepções teóricas, visando identificar como as mulheres imigrantes constroem suas territorialidades (BARDIN, 2011).

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (1995, p. 43-44), “[...] toma em consideração as significações”, procurando “[...] conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça [...]”, ou seja, “[...] é uma busca de outras realidades através das mensagens”. Esta análise organiza-se em três etapas: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados. A pré-análise destina-se a sistematizar as ideias dos documentos para conduzir as operações sucessivas da análise. A segunda etapa dedica-se a explorar o material coletado e envolve procedimentos de recorte, contagem, enumeração e classificação de conteúdos, agrupando-os e captando os sentidos de suas comunicações. A terceira etapa é o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação, de acordo com o quadro teórico e os objetivos propostos, além de indicar novas dimensões teóricas sugeridas pela leitura do material (BARDIN, 2011; MINAYO, 2014).

Assim, na pré-análise deste estudo, os conteúdos das entrevistas foram organizados seguindo o roteiro da entrevista em profundidade, com as descrições realizadas pela pesquisadora e as transcrições das conversas autorizadas. Na sequência, buscou-se explorar as narrativas tendo em vista a identificação de conteúdos mais presentes nas anotações das entrevistas, nas leituras e nas sínteses, encaminhando progressivamente as categorias adotadas. Nesse processo, voltou-se às anotações e transcrições das conversas tantas vezes quantas fosse necessário, para a observação de semelhanças e diferenças no conteúdo das falas de uma determinada categoria. Na terceira etapa, com base nos conteúdos emergentes, elaboraram-se comentários analíticos, com aportes teóricos que auxiliam a sustentação destes comentários, bem como a compreensão do fenômeno estudado, neste caso, as territorialidades das mulheres imigrantes internacionais.

A análise de conteúdo visa pensar, respectivamente, o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem (BARDIN, 2011) e os conteúdos relatados nas entrevistas, que são fundamentais para assegurar a análise da relação social-econômica, segundo a perspectiva da mulher imigrante internacional no Vale do Taquari/RS, e contribuir para o aprimoramento do conhecimento nesta área de investigação. Vale lembrar que nenhum método é isento de limitações; por isso, a mesma base de dados, analisada por diferentes pesquisadores, pode gerar conclusões distintas (MAYS; POPE, 1995).

A análise está diretamente relacionada à capacidade de interpretação do pesquisador, em especial, de seu repertório, visto que o resultado de uma análise não

tem a pretensão de encerrar um único caminho interpretativo, mas a de mostrar possibilidades. Nesse sentido, a subjetividade intrínseca ao método compreende a interligação e a mútua influência entre o pensamento individual, grupal e social. Assim, a dificuldade em elaborar conclusões é uma limitação ponderada nesta pesquisa, por mais que se busque o suporte teórico e contextual para que o pesquisador não submerja e se perca em sua própria subjetividade. O Quadro 2 dá suporte para compreender o processo de sistematização e as categorias adotadas, partindo dos objetivos do estudo.

Quadro 2 – Sistematização e categorias de análise

Objetivo geral: Compreender como as mulheres imigrantes internacionais constroem suas territorialidades em municípios do Vale do Taquari/RS.		
Objetivos específicos	**Recursos utilizados**	**Categorias**
Identificar o perfil das mulheres imigrantes internacionais em municípios do Vale do Taquari/RS.	Entrevista Diário de campo	- Lugares de origem - Relações com familiares
Identificar as trajetórias de mobilidade das mulheres imigrantes considerando o país de origem, o país de acolhimento e a sua chegada ao Vale do Taquari/RS.	Entrevista Diário de campo	- Rede de sociabilidade - Percepção territorial
Analisar, a partir das narrativas, como ocorrem os processos de integração das imigrantes na esfera laboral e no espaço público no Vale do Taquari/RS.	Entrevista Diário de campo Cartografia	- Trabalho - Integração no mercado de trabalho - Reprodução social - Expectativas pessoais
Averiguar os papéis da mulher e os mecanismos de proteção social que se constituem a partir das relações sociais e de trabalho estabelecidas na escala dos municípios e na região acolhedora.	Entrevista Diário de campo	- Mobilidade espacial - Integração no espaço público

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).

A apresentação das categorias encontra-se distribuída ao longo da seção de análise desta tese (quinta seção), sem seguir uma ordem rígida de exposição, porque elas estão interligadas a partir das narrativas das entrevistas e das observações realizadas no campo de pesquisa.

2.4 Recorte empírico: o Vale do Taquari/RS

O recorte empírico deste estudo é o Vale do Taquari, uma região situada no centro do estado do Rio Grande do Sul, conforme a regionalização funcional e de planejamento instituída pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), adotada neste estudo. É importante destacar que os COREDEs atuam para a promoção de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional. Sua divisão compreende 28 regiões, que aglutinam os 497 municípios do referido estado.

Criado em 1994, o COREDE Vale do Taquari/RS é composto por 36 municípios que totalizam 4.826,4 Km² (2015). A população estimada em 2019 foi de 375.366 habitantes (FEE, *on-line*), a grande maioria de origem alemã, italiana e açoriana[10], embora, antes da vinda dos portugueses, em 1740, vivessem na região negros e índios de várias origens, entre elas, os Ibiaiaras, os Caatiguaras, os Guaiabeguaras e os Guaranis (PORTAL DO VALE DO TAQUARI, *on-line)*. O nome Vale do Taquari é atribuído ao rio que o atravessa, o Taquari, cujo nome indígena original é *Tebicuary*, que significa “rio do barranco profundo”.

Na poesia “Lendário Rio Taquari”, de Genuino Antônio Ferri (Gino Ferri),[11] há uma referência a populações anteriores à chegada do homem branco, numa clara evidência de que o nome Taquari foi mudado em oposição à relação entre índios e brancos. Conforme Herrlein Júnior e Carvalho (1998), estima-se que haviam 10.000 índios antes do contato com o homem branco, os quais viviam à base da caça, da pesca e da coleta de raízes e frutas. Com a dominação do homem branco e a colonização das terras localizadas às margens do Rio Taquari, os índios foram sendo dizimados. Contudo, destaca-se que a formação do território do Vale do Taquari/RS se dá a partir desses povos, e como bem afirma Ferri (1991), todas as etnias foram (e são) importantes na configuração da população e da economia atual dessa região.

A economia do Vale do Taquari/RS é diversificada, com agricultura familiar,

[10] Os alemães se instalaram em Lajeado e Estrela, os italianos colonizaram Encantado e os açorianos se concentraram em Taquari. Outras etnias que apareceram na região são os afros, austríacos, suíços, poloneses, belgas, israelenses, sírio-libaneses, argentinos, paraguaios, uruguaios, espanhóis, franceses, japoneses, haitianos, camaroneses, dominicanos, senegaleses, venezuelanos, bolivianos e bengalis (PORTAL DO VALE DO TAQUARI, *on-line*).

[11] Desde épocas mais remotas, / Habitantes de suas ribanceiras, / O denominaram de rio “Tebiquari”, / Somente, muitos anos mais tarde, / Com a chegada do homem branco, / Teve o nome mudado para Taquari (FERRI, 1991, p. 293).

agropecuária e agroindústria[12], voltadas para a cadeia produtiva de frango, suínos e leite. O cultivo de fumo e de erva-mate, além da silvicultura, também são segmentos presentes na região. Na indústria de transformação, predomina a fabricação de produtos alimentícios (cortes de aves, suínos derivados de leite e de erva-mate, balas, pirulitos, refrigerantes, sucos, água, sorvetes, chocolates e produtos coloniais), de móveis, calçados, fármacos, metalmecânicos, gemas e joias, produtos de limpeza e higiene e cosméticos, responsáveis por ampla geração de empregos diretos e pelo crescimento dos municípios, bem como por abastecerem o mercado do Rio Grande do Sul, além de outros estados e países (SEPLAN, 2015).

Em 2014, as exportações totais da região alcançaram a US$ FOB[13] de 397.928.765 e, em 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) superou R$ 9 bilhões (FEE, *on-line*). Outros dados revelam que a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 4,06% (2010); a expectativa de vida ao nascer é de 73,61 anos (2000) e o coeficiente de mortalidade infantil é de 7,74 por mil nascidos vivos (2018) (FEE, *on-line*). O Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico (IDESE), que mede o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul com base na Saúde, Educação e Renda, coloca o COREDE do Vale do Taquari/RS na sexta posição no *ranking*, com índice de 0,781, sendo 0,750 atribuído à Educação (4º lugar no *ranking*), 0,734 à Renda (7º lugar) e 0,859 à Saúde. Esses valores identificam o Vale do Taquari/RS como nível Médio de desenvolvimento (FEE, *on-line*)[14].

[12] A agricultura familiar refere-se ao cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais tendo como mão de obra, essencialmente, o núcleo familiar. A agropecuária é a junção da agricultura e da pecuária, ou seja, refere-se ao cultivo de plantas e hortaliças e à criação de animais para o consumo próprio ou para o fornecimento de matérias-primas a indústrias, cooperativas e afins. E, a agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, silvicultura, entre outras (MAPA, *on-line*).

[13] A sigla FOB identifica a expressão *Free On Board.* Refere-se a uma regra comercial internacional em que o exportador é responsável pelos custos de transporte e seguro da carga até que esta seja embarcada no navio, no porto indicado pelo importador. A partir daí, é o importador que torna-se responsável pelo pagamento do transporte e do seguro da carga (IPEA, *on-line*).

[14] O estudo mais recente apresentado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE, *on-line*) refere-se ao desempenho de 2015. A instituição classifica o IDESE em três níveis: nível Alto, quando o índice for acima de 0,800; nível Médio entre 0,500 e 0,7999; e nível Baixo, quando o índice for abaixo de 0,4999.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)[15], dos 36 municípios do Vale do Taquari/RS, 29 encontram-se na faixa de Desenvolvimento Humano Alto e 7, na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (Arvorezinha, Coqueiro Baixo, Fazenda Vila Nova, Forquetinha, Marques de Souza, Progresso e Sério) (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, *on-line*).

Em relação à geração de postos de trabalho formais, o Vale do Taquari/RS acompanhou a expansão do país no período de 2004 a 2014. Segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgadas pelo Ministério do Trabalho, foram criados 2,52 milhões de empregos com carteira assinada no ano de 2010 no Brasil, o que representa um recorde histórico. Até então, a maior criação de empregos formais havia sido registrada em 2007, quando foram abertas 1,61 milhão de vagas (GLOBO, 2011).

Alguns municípios da região foco deste estudo, impulsionados pelos empreendimentos produtivos, principalmente do setor de alimentos, somados aos da construção civil, enfrentaram escassez de mão de obra no período de 2010 a 2014. Nesse sentido, a manchete do jornal lajeadense A Hora, do dia 19 de outubro de 2012, publicou: “Empresas inovam em busca de mão de obra – Primeira feira de empregos reúne 29 empresas da região, que oferecem 1.258 vagas”. A insuficiência de mão de obra motivou empresas a participarem da feira promovida pela Associação Comercial e Industrial de Lajeado (ACIL), em parceria com órgãos públicos, sindicatos e instituições de ensino locais (JORNAL A HORA, 2012).

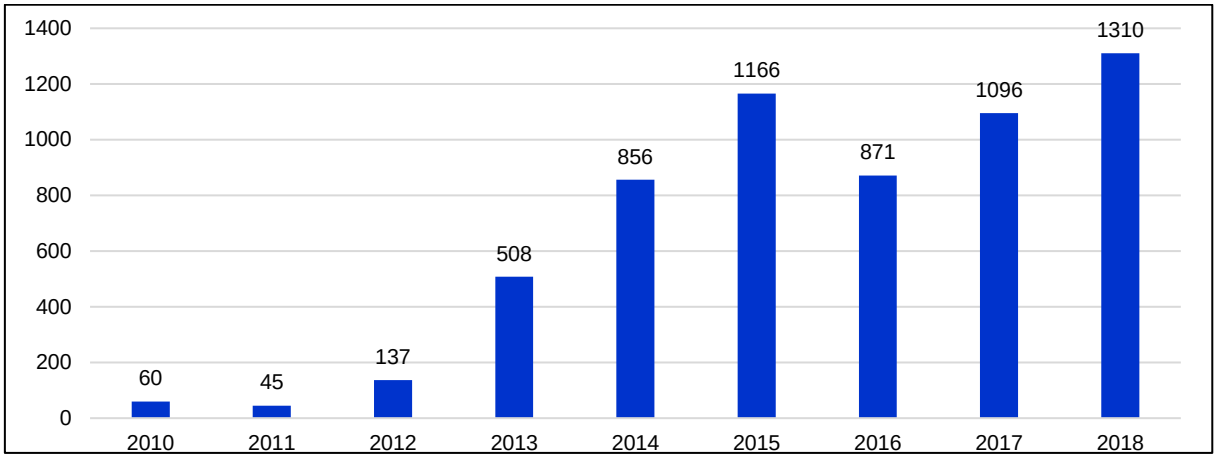
Dessa forma, a entrada de imigrantes mostrou-se como uma possibilidade para suprir essa necessidade. Foi o que aconteceu a partir de 2010, quando empresários do Vale do Taquari/RS recrutaram uma parcela de imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil pela fronteira do estado do Acre com o desejo de se inserirem no mercado

[15] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa proposta pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir de indicadores socioeconômicos ponderados e agrupados por blocos, para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano", em **países desenvolvidos** (desenvolvimento humano muito alto, quando o índice for entre 0,800 a 1000), **países em desenvolvimento** (desenvolvimento humano alto, quando o índice for entre 0,700 a 0,799 e desenvolvimento médio, quando o índice for entre 0,600 a 0,699) e **países subdesenvolvidos** (desenvolvimento humano baixo, quando o índice for entre 0,500 a 0,599, e desenvolvimento muito baixo quando o índice for entre 0,000 a 0,499). A média geométrica é composta por três componentes: saúde/longevidade (IDH-L), educação (IDH-E) e renda (IDH-R), em nível nacional. Cada ano, os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) são classificados de acordo com essas medidas. O IDH também é usado por organizações locais ou empresas para medir o desenvolvimento de entidades subnacionais como estados e cidades, utilizando os mesmos critérios e índices (ou faixas) de desenvolvimento humano.

de trabalho formal (MEJÍA; CAZAROTTO, 2017).

No Gráfico 1, é possível observar que, no período entre 2010 e 2018, o Vale do Taquari/RS registrou um crescimento de trabalhadores imigrantes internacionais na ordem de 2.183,3%, ou seja, de 60 trabalhadores, em 2010, passou para 1.310, em 2018. Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, a mão de obra migrante com vínculo de trabalho formal, em 2018, correspondia a 8,47% do total de mão de obra estrangeira (15.469), enquanto, em 2010, representava 1,7% desse contingente populacional (3.571) (BRASIL, 2019).

Gráfico 1 – Trabalhadores imigrantes internacionais no Vale do Taquari/RS, de 2010 a 2018



Fonte: Brasil, Ministério da Economia, RAIS (2019). Elaborado pela autora.

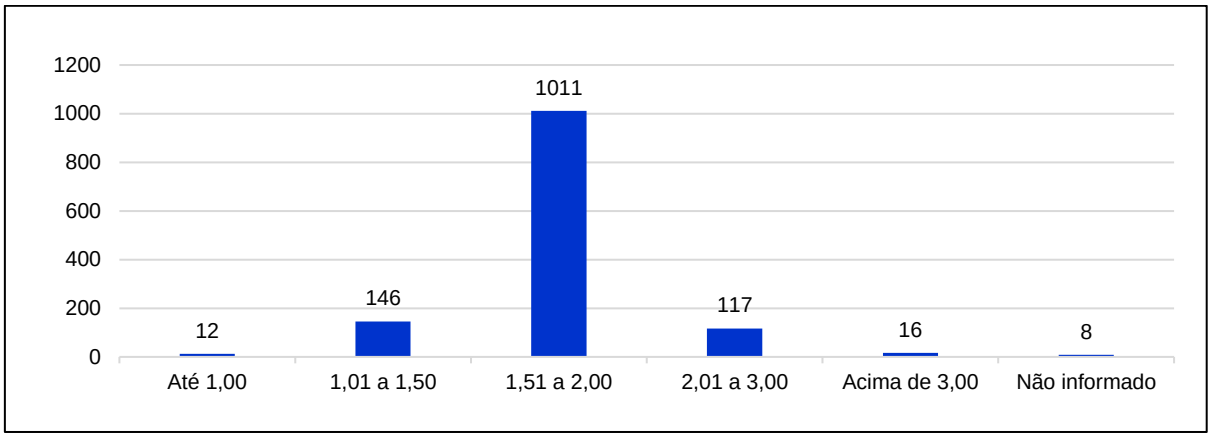
Analisando os dados do gráfico, também é possível perceber o crescimento de vínculos de trabalhos formais de imigrantes internacionais no período entre 2011 e 2012, com um percentual de 204,4%, e de 2012 a 2013, de 270,8% (BRASIL, 2019). Esse dado revela que o crescimento econômico não ocorre somente em grandes cidades que demandam força de trabalho internacional com conhecimento técnico específico, mas também em municípios pequenos e interioranos. Deste modo, observa-se que o movimento de atividades econômicas fora das regiões metropolitanas favorece os fluxos migratórios e atrai imigrantes para outras regiões, a exemplo do Vale do Taquari/RS.

Esse processo acontece, segundo Schiller; Çaglar (2011), em regiões com capacidade de empreender, de inovar, de ampliar e de diversificar laços e conexões entre distintos atores e grupos sociais, gerando gradualmente o movimento internacional de trabalhadores. Além disso, a escolha dos imigrantes por determinadas regiões está relacionada ao menor custo de vida, já que trabalham,

muitas vezes, em atividades desvalorizadas pela população local e com menor remuneração. Mesmo assim, sujeitam-se a essas atividades, pois o que recebem ainda é superior à renda que conseguiam no seu país de origem, onde as possibilidades de emprego, saúde, educação, estabilidade e até mesmo de sobrevivência são menores ou nulas (MAMED; LIMA, 2015).

A representação gráfica a seguir sintetiza a remuneração média dos imigrantes internacionais, em salário mínimo, com vínculo de trabalho formal no Vale Taquari/RS, em 2018. Os dados revelam que 77% dos imigrantes internacionais receberam de um e meio a dois salários mínimos. O salário mínimo nacional, naquele ano, foi de R$ 954,00, o que significa que esses imigrantes receberam entre R$ 1.431,00 e R$ 1.908,00. O grupo de imigrantes que soma 11% recebeu de um a um e meio salário (até R$ 1.431,00) e o grupo de imigrantes que totaliza 9% de dois a três salários mínimos (até 2.862,00).

Gráfico 2 – Remuneração média dos imigrantes internacionais, com vínculo de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018



Fonte: Brasil, Ministério da Economia, RAIS (2019). Elaborado pela autora.

Perfazendo uma média, observa-se que mais de três quartos dos trabalhadores imigrantes internacionais receberam de um e meio até dois salários mínimos, evidenciando uma remuneração inferior à média praticada no Rio Grande do Sul, onde aproximadamente 70% receberam até dois salários mínimos; 19%, entre dois e três salários mínimos e 12%, mais de três salários. Essas informações demonstram que, em outras regiões do estado, os trabalhadores imigrantes internacionais podem estar ocupando cargos mais estratégicos (que requerem mais competências e habilidades) em comparação à região do Vale do Taquari/RS. Esse dado pode estar relacionado ao grau de instrução e de experiência profissional, assim como a setores produtivos

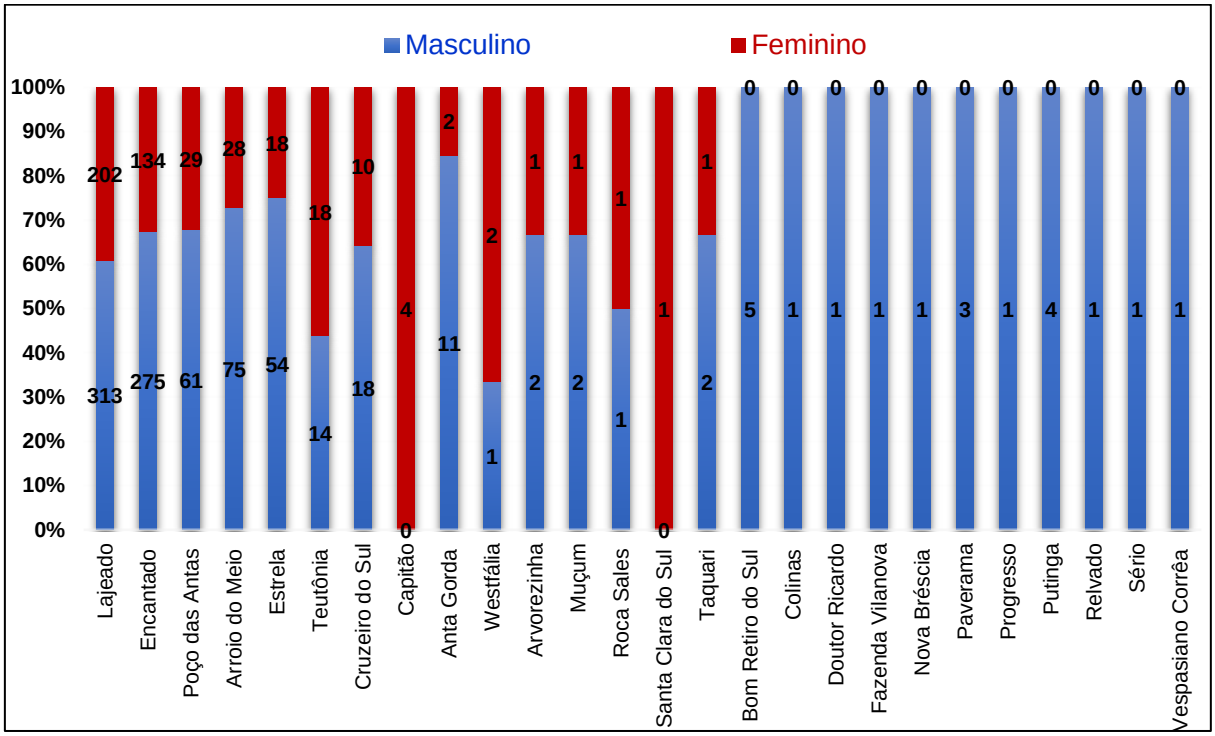
mais diversificados ou à cultura das organizações.

2.4.1 Municípios com maior representatividade laboral internacional

Para subsidiar a seleção dos municípios com maior representatividade de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, visando compreender as territorialidades da imigração feminina recente, identificou-se, a partir do banco de microdados da RAIS, disponibilizado pelo Ministério da Economia (2019), o número de imigrantes que ingressaram na região a partir de 2010 (apresentado no GRÁFICO 1) e sua empregabilidade em 2018 (GRÁFICO 3).

É possível observar no Gráfico 3, que, em 26 municípios dos 36 que compõem o Vale do Taquari/RS, houve a presença de imigrantes em atividades laborais formais, representando 78,79% de abrangência regional. **Lajeado, Encantado, Poço das Antas, Arroio do Meio, Estrela e Teutônia** são os municípios com maior presença de imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal. Nestes municípios, o número de imigrantes homens (792) empregados é 84,61% superior ao número de imigrantes mulheres (429) empregadas.

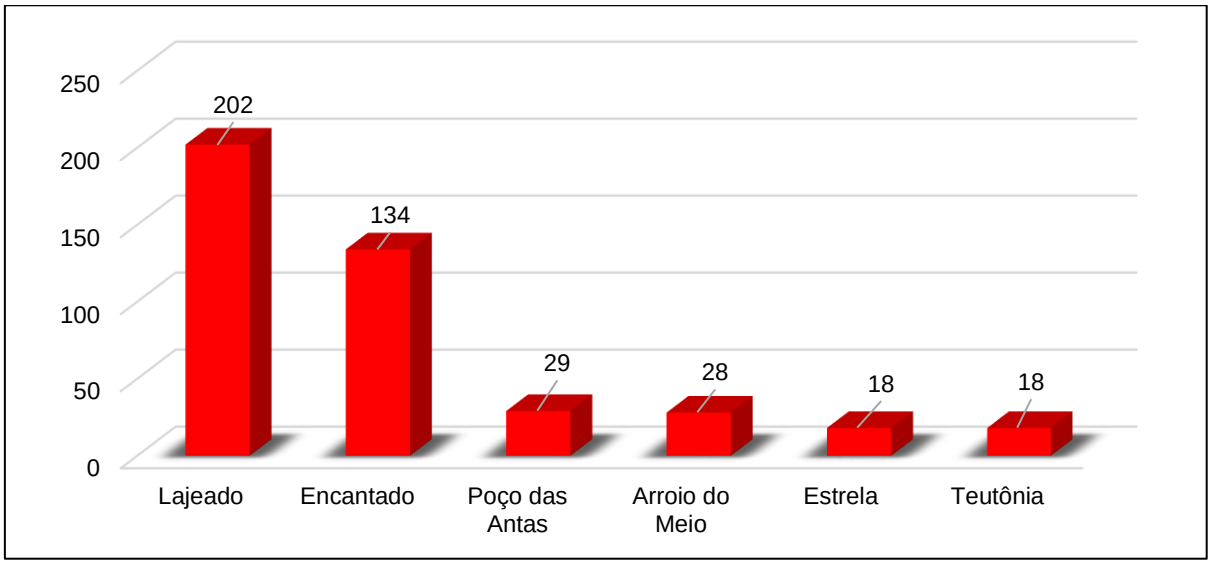
Gráfico 3 – Imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018, por sexo



Fonte: Brasil, Ministério da Economia, RAIS (2019). Elaborado pela autora.

Especificamente, quanto ao número de mulheres imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, Lajeado figurou com 202 mulheres; Encantado, com 134 mulheres; Poço das Antas, com 29 mulheres; Arroio do Meio, com 28 mulheres; Estrela e Teutônia, cada um com 18 mulheres, ou seja, o mesmo número de estrangeiras no mercado de trabalho formal, conforme destacado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Municípios do Vale do Taquari/RS com maior número de mulheres imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal, em 2018

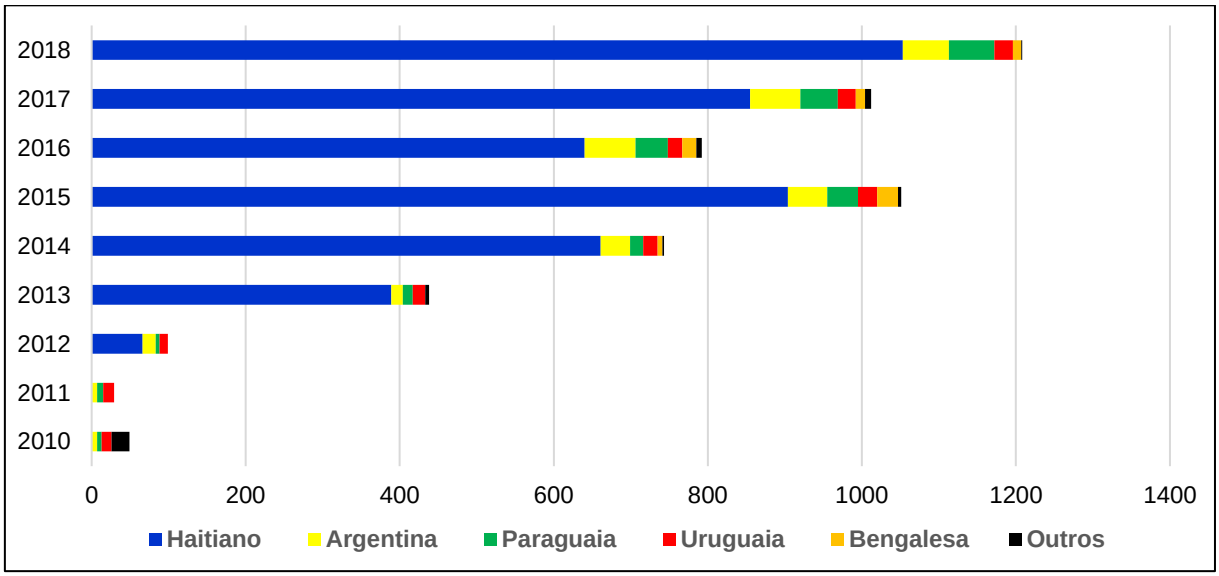


Fonte: Brasil, Ministério da Economia, RAIS (2019). Elaborado pela autora.

Neste contexto, reitera-se que este estudo utilizou uma seleção não probabilística e por conveniência para realizar a pesquisa. De acordo com Malhotra (2012) e Martins (2011), a seleção não probabilística e por conveniência é representada através de escolha deliberada dos elementos da amostra, não sendo possível generalizar os resultados, pois, nesse caso, ela não abrange a representatividade da população, mas atende aos objetivos propostos no estudo. Assim, a amostra deste estudo é de sete mulheres imigrantes internacionais.

Quanto à nacionalidade dos grupos migratórios no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018, destaca-se a haitiana, com 80,40% do total, seguida da nacionalidade argentina, com 4,60%. Embora com percentuais menores, os dados também informam a presença das nacionalidades paraguaia, uruguaia, bengalesa, peruana, colombiana, argeliana, entre outras, no *ranking* da inserção de trabalho formal na região, conforme ilustrado no Gráfico 5.

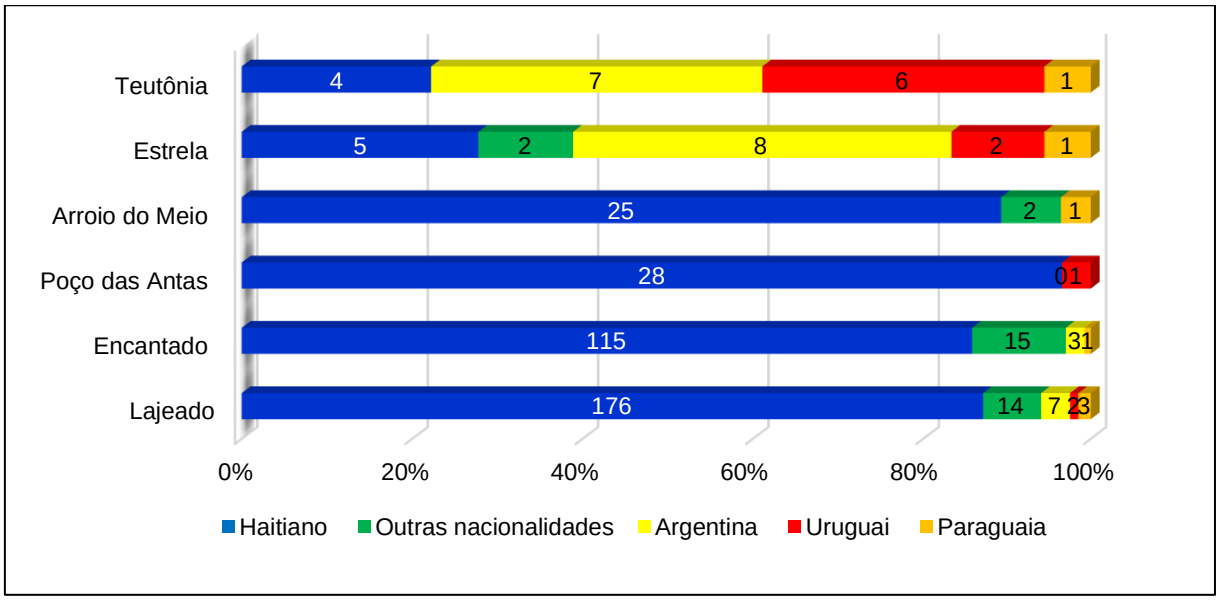
Gráfico 5 – Nacionalidades dos grupos migratórios no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, de 2010 a 2018



Fonte: Brasil, Ministério da Economia, RAIS (2019). Elaborado pela autora.

Em relação à nacionalidade migratória feminina no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS em 2018, a maior representatividade é a haitiana, com 176 estrangeiras em Lajeado, 115 em Encantado, 28 em Poço das Antas e 25 em Arroio do Meio. Os municípios de Estrela e Teutônia diferem, uma vez que a predominância é a nacionalidade argentina, com, respectivamente, 8 e 7 estrangeiras no mercado de trabalho formal, conforme apresentado no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Nacionalidade migratória feminina no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, em 2018



Fonte: Brasil, Ministério da Economia, RAIS (2019). Elaborado pela autora.

Para conhecer um pouco de cada um dos seis municípios com maior representatividade formal de trabalho feminino internacional no Vale do Taquari/RS em 2018, descreve-se uma breve caracterização, a iniciar pelo município de Lajeado, seguido dos demais, em ordem decrescente de representatividade.

A colonização de **Lajeado** teve início em 1855, quando Antônio Fialho de Vargas fundou a Colônia dos Conventos. Emancipou-se de Estrela em 26 de janeiro de 1891, atendendo a uma reinvindicação da população de quase 18 mil habitantes, situada à margem direita do Rio Taquari. A instalação oficial ocorreu no dia 25 de fevereiro do mesmo ano, com a posse do presidente nomeado pela Junta Municipal, sendo o primeiro administrador do município, Frederico Henrique Jaeger (PREFEITURA DE LAJEADO, *on-line*).

As águas do rio Taquari e do arroio do Engenho formavam cascatas sobre lajeiros, daí o nome de Lajeado. Devido à barragem de Bom Retiro do Sul, os lajeados do Taquari, bem como suas cascatas estão submersos. A estimativa mais recente aponta que a população é de 85.033 habitantes (2020), sendo o maior município em número de habitantes do Vale do Taquari/RS e um dos menores em área territorial, com 91,314 km² (2019) (IBGE, 2020d). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 98% (2010). O analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 2,69% (2010). A expectativa de vida ao nascer é de 75,41 anos (2010) e o coeficiente de mortalidade infantil é de 10,29 óbitos por mil nascidos vivos (2018) (IBGE, 2020d; FEE, *on-line*).

Quanto ao IDH, Lajeado ocupa a 16ª posição entre os municípios gaúchos, com 0,778 (2010), o que o situa na faixa de desenvolvimento humano alto. A dimensão que mais contribui para o IDH do município é a Longevidade, com índice de 0,840, seguida da de Renda, com índice de 0,796, e da de Educação, com índice de 0,704 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, *on-line*). Ainda, o PIB do município foi de R$ 4.241.234,60 (2018); o PIB *per capita,* R$ 51.129,40 (2018) e o volume total de exportações somou U$ FOB 90.537.533 (2014) (FEE, *on-line*).

Pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), edição 2018, ano base 2016, que acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos mais de cinco mil municípios brasileiros, configurado em três áreas fundamentais ao desenvolvimento humano – Educação, Saúde e Emprego & Renda, Lajeado ocupa a 2ª posição no Rio Grande do Sul e a 6ª posição no Brasil como melhor cidade em Desenvolvimento Municipal (FIRJAN, *on-line*).

A localização geográfica de Lajeado é privilegiada, sendo ponto de ligação

entre as principais regiões e cidades gaúchas (Serra Gaúcha, Vale do Rio Pardo, Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos), além da proximidade da área Metropolitana e da capital, Porto Alegre. A BR 386, pela qual passa grande parte do escoamento da produção, é uma das vias que cortam o município. Lajeado mantém-se como líder em valorização imobiliária e em formação e aperfeiçoamento profissional, por meio de instituições de ensino que oferecem educação básica, técnica e superior, atentas às necessidades locais e às tendências do mercado.

Existe uma concentração em termos de oferta de serviços e de comércio e uma diversificação industrial com maior representatividade dos setores de alimentos e bebidas, que complementa o quadro econômico favorável. Essa concentração define o município “[...] como polo regional de desenvolvimento: de estabelecimentos comerciais, educandários, serviços de saúde, rede bancária, hotelaria, entretenimento, entre outros”. O conjunto desses aspectos representa “[...] fatores de atração dos mais diversos interesses da comunidade regional e que permite reconhecer e justificar a cidade como polo no Vale do Taquari” (JORNAL O INFORMATIVO DO VALE, 2016, p. 10).

Ainda, é grande a rede de relações e de interações, que se estabelece diariamente, mobilizando nativos, imigrantes e organizações, apontando diferentes combinações de produtos e mercados, recursos novos e/ou antigos, fornecedores e distribuidores, alianças construídas ou desfeitas, criação de redes empresariais e suas repercussões nas redes pessoais e sociais, imbricadas e enraizadas umas nas outras, afetando a dinâmica (VALE, 2007a), a configuração e a evolução da região do Vale do Taquari/RS.

Contudo, embora os indicadores socioeconômicos atestem um padrão de qualidade local, bem como um movimento de internacionalização das empresas, responsáveis pela abertura de novos espaços e novas redes de conexão com outros territórios, há desafios, especialmente no que tange a aspectos ambientais, como serviços de saneamento básico e poluição dos rios, mobilidade urbana, segurança pública e desigualdade social (JORNAL O INFORMATIVO DO VALE, 2020).

O município de **Encantado** emancipou-se de Lajeado e de Soledade em 31 de março de 1915. Sua área territorial é de 140,006 Km² (2019) e a população estimada é de 22.880 pessoas (2020) (IBGE, 2020d). O município fica a 140 km da capital Porto Alegre, pela BR-386. A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 95,50% (2010); o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 3,26% (2010); a expectativa de

vida ao nascer é de 76,50 anos (2010) e o coeficiente de mortalidade infantil é 6,85 óbitos por mil nascidos vivos (2017) (FEE, *on-line*).

O IDH de Encantado é 0,767 (2010), o que garante a faixa de desenvolvimento humano alto, na 36ª posição entre os municípios gaúchos. A dimensão que mais contribui para o IDH de Encantado é a Longevidade, com índice de 0,858, seguida de Renda, com índice de 0,764, e de Educação, com índice de 0,687 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, *on-line*). O PIB do município é de R$ 886.854,35 (2018); o PIB *per capita* é de R$ 39.380,74 (2018); e as exportações totais, U$ FOB 93.559.437 (2014) (FEE, *on-line*).

A atividade econômica também é diversificada em Encantado, com predominância de empreendedores locais. O setor comercial representa mais de 20% do movimento econômico, absorvendo 68% da mão de obra. Nesse setor, destacam-se as empresas de produção e de exportação de erva-mate, de cortes de carne suína e do ramo de higiene e limpeza. Cresce o setor de cosméticos, que amplia o mercado para outras regiões e estados, conforme dados da Prefeitura de Encantado (*on-line*).

A origem do nome Encantado, segundo os historiadores Ferri e Thomé, está relacionada ao cacique de uma tribo de índios chamado "Maná", que, ao navegar pelo rio Taquari com sua canoa, acompanhado por outros dois integrantes da tribo, avistou um vulto branco, sem precisar sua forma. Ao pressentir a aproximação dos indígenas, o vulto teria se jogado nas águas profundas do rio, desaparecendo como que por encanto. Surpresos e ao mesmo tempo encantados com aquela visão diante do desconhecido, a primeira palavra que pronunciaram após se refazerem do susto foi “Encantado”, fato que se tornou uma espécie de lenda. O local onde aconteceu o episódio hoje se chama arroio Encantado. O registro desse nome apareceu pela primeira vez no livro da paróquia, em 1856 (PREFEITURA DE ENCANTADO, *on-line*).

O município de **Poço das Antas** emancipou-se de Salvador do Sul em maio de 1988. A população estimada é de 2.101 pessoas (2020), numa área territorial de 67,571 Km² (2019) (IBGE, 2020d). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 99,10% (2010); o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 2,74% (2010); a expectativa de vida ao nascer é de 77,63 anos (2010); o coeficiente de mortalidade infantil é 64,52 óbitos por mil nascidos vivos (2018); e o IDH é 0,744 (2010), o que garante a faixa de desenvolvimento humano alto (FEE, *on-line*).

A origem do nome "Poço das Antas" deve-se à existência de grande quantidade de antas no local. Contam os moradores do município que, antigamente, as antas

viviam nos morros e os caçadores, utilizando cães brabos, faziam com que elas se aproximassem (MINISTÉRIO DO TURISMO, *on-line*).

O setor primário é o destaque econômico de Poço das Antas, com exploração da suinocultura, da avicultura e da silvicultura. A atividade comercial oscila em pequenas e médias empresas, voltadas ao consumo básico da população, e o setor industrial, que vem crescendo com a integração de suínos e frangos de corte. O PIB representou R$ 88.241,05 (2018) e o PIB *per capita* R$ 42.139,95 (2018), enquanto as exportações totais do município somaram U$ FOB 1.832.037 (2014) (FEE, *on-line*).

O município de **Arroio do Meio**, com área territorial de 157,580 Km² (2019) e uma população estimada em 20.967 habitantes em 2020, emancipou-se de Lajeado e Encantado em 28 de novembro de 1934 (IBGE, 2020d). Recebeu o nome de Arroio do Meio devido ao seu posicionamento entre o Arroio Forqueta e o Arroio Grande (PREFEITURA DE ARROIO DO MEIO, *on-line*). Os indicadores do município revelam que a taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 99,80% (2010); o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 1,87% (2010); a expectativa de vida ao nascer é 76,62 anos (2010); e o coeficiente de mortalidade infantil (2018) é 3,73 óbitos por mil nascidos vivos (FEE, *on-line*).

O IDH de Arroio do Meio é 0,769 (2010), enquadrando-se, a exemplo dos demais municípios mencionados, na faixa de desenvolvimento humano alto, na 31ª posição entre os municípios gaúchos. A dimensão que mais contribui para o IDH de Arroio do Meio é a Longevidade, com índice de 0,860, seguida de Renda, com índice de 0,750, e de Educação, com índice de 0,706 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, *on-line*).

O PIB de Arroio do Meio é de R$ 1.219.234,21 (2018) e o PIB *per capita* R$ 59.080,01 (2018). As exportações totais somaram U$ FOB 25.762.703 (2014) (FEE, *on-line*). A 126 Km da capital e apenas a 7 Km da BR-386, o município se caracteriza por uma atividade econômica diversificada, tanto na cidade, com a indústria de transformação, quanto no interior, onde há um forte modelo de agricultura familiar.

Em relação à **Estrela**, segundo diz a lenda, o município tem este nome, porque, quando os primeiros imigrantes alemães chegaram, avistaram uma luminosidade incomum nas proximidades do rio Taquari. Imaginaram que, naquele local, havia caído uma estrela, o que interpretaram como um presságio positivo, um sinal do céu, de que a terra escolhida traria felicidade e fortuna. Assim, surgiu a denominação de “Estrela”. A explicação para o fato, porém, é que, no local, havia um pântano, que provocava a

luminosidade (PREFEITURA DE ESTRELA, *on-line*).

O município de Estrela emancipou-se de Taquari em 20 de maio de 1876. Ao completar 144 anos, sua população estimada é de mais de 34.399 habitantes, numa área de 184,267 Km² (2019) (IBGE, 2020d). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 98,7% (2010); o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 2,47% (2010); a expectativa de vida ao nascer é de 75,97 anos (2010); e o coeficiente de mortalidade infantil é de 11,11 óbitos por mil nascidos vivos (2017) (FEE, *on-line;* IBGE, 2020d).

O IDH de Estrela é de 0,767 (2010), ostentando a faixa de desenvolvimento humano alto, na 36ª posição do estado, mesma posição de Encantado. A dimensão que mais contribui para o IDH do município é Longevidade, com índice de 0,850, seguida de Renda, com índice de 0,776, e de Educação, com índice de 0,684 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, *on-line*). O PIB do município foi de R$ 1.474.062,30 (2018); o PIB *per capita* R$ 43.585,52 (2018); e as exportações foram calculadas em U$ FOB 10.559.310 (2014) (FEE, *on-line*).

Banhado pelo rio Taquari, Estrela é um um dos poucos municípios no estado que contam com um entroncamento rodo-hidro-ferroviário, devido à presença do Porto de Estrela, de uma ferrovia ligada à Ferrovia do Trigo e das rodovias BR-386 e RST-453 (Rota do Sol).

Por fim, o município de **Teutônia**, cuja origem etimológica é *euto* ou *eutônico*, adjetivos relativos aos colonizadores alemães procedentes de São Leopoldo, mas oriundos da região de Hunsrück (Alemanha), emancipou-se de Estrela em maio de 1981. Sua população estimada é de 33.766 pessoas (2020), numa área territorial de 178,524 Km² (IBGE, 2020d). A taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 99,40% (2010); o analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 2,00% (2010); a expectativa de vida ao nascer é de 76,31 anos (2010); e o coeficiente de mortalidade infantil é de 4,55 óbitos por mil nascidos vivos (2018). Quanto ao IDH, o município encontra-se na faixa de desenvolvimento humano alto, com 0,747 (2010) e, quanto ao IDESE, o índice é de 0,812 (2016) (FEE, *on-line*).

A base da economia de Teutônia é a agropecuária, com uma produção bastante diversificada. Na pecuária, destacam-se a bovinocultura leiteira, a avicultura, a suinocultura e a criação de aves de postura. A principal cultura é o milho, seguindo-se de produtos de subsistência (feijão, aipim, batata e hortaliças). A produção de lenha (acácia e eucalipto) também merece destaque. Uma característica das propriedades

rurais é o minifúndio, com uma média de 8,8 hectares por propriedade (PREFEITURA DE TEUTÔNIA, *on-line*).

O setor industrial é liderado pelas indústrias alimentícia e calçadista, seguidas pelos setores de esquadrias, moveleiro, metalúrgico e lapidação de pedras. O comércio, da mesma forma, é diversificado e se concentra nos maiores bairros do município. O PIB foi de R$ 1.426.977,35 (2018) e o PIB *per capita* foi de R$ 43.670,50 (2018). O total de exportações somou o equivalente a U$ FOB 8.362.349 (2014) (FEE, *on-line*).

Para melhor visualização, o Quadro 3 apresenta uma síntese das características sociais dos seis municípios, relacionando-os com a região do Vale do Taquari e o estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 3 – Síntese dos indicadores sociais

Municípios*, Região, Estado	**Número habitantes estimado**	**Mortalidade infantil**	**Expectativa de vida**	**Escolarização (6 a 14 anos)**	**Analfabetismo (15 anos ou mais)**	**IDH**
Lajeado	85.033	10,29	75,41	98,00%	2,69%	0,778
Encantado	22.880	6,85	76,50	95,50%	3,26%	0,767
Poço das Antas	2.101	64,52	77,63	99,10%	2,74%	0,744
Arroio do Meio	20.967	3,73	76,62	99,80%	1,87%	0,769
Estrela	34.399	11,11	75,97	98,70%	2,47%	0,776
Teutônia	33.766	4,55	76,31	99,40%	2,00%	0,747
Vale do Taquari	375.366	7,74	73,61	---	4,06%	0,734
Rio Grande do Sul	11.422.973	9,67	72,05	88,00%	---	0,746

Fonte: FEE, *on-line*. Elaborado pela autora.
Nota: *Os municípios estão ordenados pela representatividade formal de trabalho feminino internacional.
Nota: --- Dados não disponíveis.

De acordo com o quadro, dos seis municípios do Vale do Taquari/RS em que residem as mulheres imigrantes entrevistadas, Poço das Antas apresenta o maior índice de mortalidade infantil, com 64,52 mortes a cada mil nascidos vivos, enquanto Arroio do Meio apresenta o menor, com 3,73 mortes. O índice referente à região é inferior à taxa de mortalidade infantil do estado, no mesmo período.

A expectativa de vida ao nascer em cada um dos seis municípios analisados é superior à média do Vale e do estado, que apresentam respectivamente 73,61 e 72,05 anos. Neste indicador social, Poço das Antas, emancipado em 1988, apresenta a maior expectativa de vida, com 77,63 anos de idade.

Referente à educação, observa-se que os seis municípios apresentam um índice superior no número de matrículas no ensino fundamental em relação ao estado. Já a taxa de analfabetismo para pessoas a partir de 15 anos de idade do Vale do Taquari/RS é maior em relação aos seis municípios pesquisados.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano, os seis municípios superam a média do Vale do Taquari/RS e cinco municípios superam a média do estado. Lajeado destaca-se com maior crescimento entre os seis municípios, o Vale e o Estado, enquanto Poço das Antas apresenta o menor índice de crescimento entre os mesmos municípios e o Estado, mas superior à média do Vale.

Buscando mapear mais alguns indicadores referentes aos municípios, destaca-se o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), por acompanhar o desenvolvimento socioeconômico em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Para fins de interpretação, o índice classifica o desenvolvimento de cada município de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (de 0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 e 0,8) e alto (de 0,8 a 1). Então, quanto mais próximo de 1, maior o índice de desenvolvimento do município.

No Quadro 4, é possível verificar o IFDM dos seis municípios onde residem as mulheres imigrantes entrevistadas.

Quadro 4 - IFDM dos municípios onde residem as imigrantes entrevistadas.

Município	Ranking nacional	Ranking estadual	Índice geral	Emprego & Renda	Educação	Saúde
Lajeado	6º	1º	0,8789	0,7674	0,9190	0,9502
Teutônia	110º	20º	0,8442	0,6735	0,8936	0,9654
Arroio do Meio	112º	21º	0,8439	0,6812	0,8971	0,9533
Encantado	238º	46º	0,8205	0,6368	0,8926	0,9323
Estrela	393º	69º	0,8032	0,6207	0,8514	0,9374
Poço das Antas	445º	84º	0,7991	0,6342	0,8727	0,8904
Média municípios*	-	-	0,8316	0,6690	0,8877	0,9382
Média Brasil	-	-	0,6669	0,4664	0,7689	0,7655
Média RS	-	-	0,7371	0,5167	0,8145	0,8802

Fonte: IFDM, edição 2018, ano base 2016. Elaborado pela autora.
Nota: * Refere-se à média dos seis municípios onde residem as imigrantes entrevistadas.

Considerando a média geral do IFDM Brasil de 0,6669 pontos e a média geral do Rio Grande do Sul de 0,7371 pontos, observa-se que os seis municípios do Vale do Taquari/RS onde residem as mulheres imigrantes entrevistadas apresentam

índices superiores nos indicadores de Emprego & Renda, Educação e Saúde em relação aos demais municípios do Estado (FIRJAN, *on-line*).

Outro indicador importante é o Índice de Gini, um valor numérico que varia entre 0 e 1 e expressa a desigualdade entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos num determinado território. Ou seja, quanto mais este índice se aproximar de zero, menor a desigualdade de renda da população. Enquanto o PIB leva em conta o valor referente à produção e a renda *per capita,* a média deste PIB por pessoa, o Índice de Gini leva em consideração a desigualdade de renda.

O Índice de Gini no Vale do Taquari/RS era de 0,4990 em 1991 e passou, nos anos 2000, para 0,4650 e, em 2010, para 0,4130, demonstrando evolução na redução da desigualdade social (DATASUS, 2010a). Entre os seis municípios onde residem as mulheres imigrantes entrevistadas, Lajeado apresenta o maior índice de desigualdade social, com (0,4633), seguido de Encantado (0,4275), Estrela (0,4219), Poço das Antas (0,3840), Arroio do Meio (0,3580) e Teutônia (0,3557), em 2010 (DATASUS, 2010b). Comparando com o ano de 2000, os seis municípios tiveram pequena redução média no índice, o equivalente a 0,0619. Ainda, com base nos números, Lajeado, Encantado e Estrela apresentam Índice de Gini superior à média do Vale, refletindo maior desigualdade em relação aos outros três municípios. Em relação à média do Estado, que é de 0,5400 em 2010, o Vale e os seis municípios apresentam índices inferiores de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* (DATASUS, 2010a).

Em se tratando de pobreza, informações regionais indicam proporções menores do Vale em relação a outras regiões do estado. Conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari 2015-2030, coordenado por Agostini (2017, p. 41),

> São percebidas pessoas de baixa renda, mas é menos significativa a indigência e a extrema pobreza. Já em se tratando da inclusão social, a região tem muito por avançar [...] para além das questões econômicas [...], (como) limitações de renda, pois envolve as formas de trabalho, a migração, o papel, o tamanho e a questão de gênero nas famílias, o mercado de consumo construído e apropriado, as políticas públicas e a atuação estatal.

Na área da segurança pública, os dados da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul indicam que os seis municípios tiveram queda no número de ocorrências criminais, entre 2019 e 2020[16]. Lajeado registrou 1.684

[16] Os períodos comparativos compreendem 01.01 a 30.11.2019 e 01.01 a 30.11.2020.

ocorrências criminais em 2019 e, no mesmo período em 2020, foram 1.344 registros; Encantado registrou 285 ocorrências criminais em 2019 e 278, em 2020. Poço das Antas apresentou o menor número de registros entre os seis municípios, com 16 ocorrências criminais em 2019 e 14, em 2020; Arroio do Meio teve a menor diminuição, de 235 ocorrências em 2019 para 234, em 2020; em Teutônia, as ocorrências criminais registradas somaram 419 em 2019 e 354 em 2020 (SSP/RS, *on-line*[17]).

A soma de todas as ocorrências criminais do Rio Grande do Sul, em 2019, foi de 280.146. Já a soma de janeiro até novembro de 2020 (último dado disponível até o momento desta escrita), foi de 237.299 ocorrências, indicando uma possível redução na comparação dos dois anos. Segundo a mesma secretaria, o principal indicador que mensura a segurança pública do estado é a taxa de homicídios dolosos. A maior parte dos homicídios tem acontecido na Região Metropolitana de Porto Alegre (Porto Alegre, Viamão, Canoas, Alvorada, Gravataí e São Leopoldo).

Um levantamento publicado no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Taquari 2015-2030 (AGOSTINI, 2017) mostra que o número de ocorrências policiais cadastradas no Vale do Taquari/RS e no estado reduziu ao longo de dez anos (2005 a 2015). O Vale apresentou redução de 2,85% (199 ocorrências a menos) enquanto o Estado, 10,75% (38.761 ocorrências a menos) do total de ocorrências registradas.

De modo geral, os índices indicam melhorias nos resultados, mas, ainda assim, não são suficientes para poder afirmar que os seis municípios e o Vale do Taquari/RS são socialmente desenvolvidos, pois o desenvolvimento, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é uma meta que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, promovendo a realização do seu potencial, o aumento de suas possibilidades e a liberdade de viver a vida que elas desejam.

Nesse sentido, o Vale do Taquari/RS, no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento, tem diretrizes claras e validadas pela comunidade regional, nas dimensões econômica, estrutural, social, ambiental e institucional para os próximos anos, por meio de sete estratégias[18], que envolvem desenvolvimento sustentável,

[17] Disponível em: https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais. Acesso em: 28 dez. 2020.

[18] Conforme o Plano de Desenvolvimento do Vale do Taquari (2017, p. 81-91), as estratégias são: “1) Construir o Vale do Taquari a partir da perspectiva do desenvolvimento harmônico e sustentável; 2) Consolidar o Vale do Taquari como referência em produção de alimentos, agregando valor e obtendo a maior parte de integração nas operações produtivas oriundas do agronegócio; 3) Agregar valor em novas cadeias e promover a diversificação produtiva do Vale do Taquari; 4) Desenvolver o

empreendedorismo, inovação, formas de associação e consolidação da identidade regional.

2.5 Participantes da pesquisa

Considerando a questão central da pesquisa, *Como as mulheres imigrantes internacionais, com vínculo de trabalho formal, constroem suas territorialidades em municípios do Vale do Taquari/RS?*, emerge a necessidade de escolher participantes que integrem a construção de caminhos investigativos para a pergunta enunciada. Neste estudo, as participantes da pesquisa são mulheres imigrantes internacionais que ingressaram na região a partir de 2010 e sua empregabilidade em 2018. O período de tempo justifica-se por representar fluxos migratórios recentes.

A escolha das participantes ocorreu por meio de seleção não probabilística e por conveniência, mencionada anteriormente. Consiste, neste caso, em mulheres imigrantes internacionais dispostas a colaborar com o estudo, independente de condição social, cultural, econômica, intelectual e profissional, mas que ingressaram a partir de 2010 no Vale do Taquari/RS e estiveram empregadas no mercado de trabalho formal em 2018.

Seguindo o cronograma de execução desta pesquisa, na primeira quinzena de janeiro de 2020, iniciaram as articulações com empresas dos seis municípios selecionados pelo critério de maior representatividade de mulheres imigrantes internacionais empregadas, visando identificar se havia no quadro funcional mulheres imigrantes internacionais, para aproximação e posterior realização das entrevistas.

Semanas depois, em fevereiro, as primeiras repercussões relacionadas ao novo coronavírus começaram a surgir no Brasil, com a repatriação de brasileiros que viviam em Wuhan, cidade chinesa epicentro da infecção[19]. No final do mesmo mês, o

empreendedorismo e inovação, pesquisa e desenvolvimento e formas associadas como fundamentos nas mais diversas dimensões do desenvolvimento regional no Vale do Taquari; 5) Ampliar no Vale do Taquari a perspectiva do ambiente e do desenvolvimento sustentável como responsabilidade coletiva, priorizando o saneamento básico; 6) Aprimorar a matriz estrutural do Vale do Taquari; 7) Consolidar a identidade do Vale do Taquari, a partir da integração interinstitucional e intramunicipal".

[19] A Organização Mundial da Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta da doença, em 31.12.2019, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma misteriosa pneumonia na cidade de Wuhan, na China. O novo vírus é apontado como uma variação da família coronavírus e recebeu da OMS, a denominação de COVID-19, em 11.02.2020. Ainda não se sabe como ocorreu a mutação que permitiu o surgimento do novo vírus, mas ele já infectou mais de 141 milhões de pessoas e causou mais de 3,01 milhões de mortes no mundo, até 25.04.2021. O Brasil registrou mais de 13,9 milhões de casos

Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo/SP, confirmou a primeira contaminação de um homem, quando a Europa já tinha centenas de casos e dezenas de mortes decorrentes do vírus.

No dia 11 de março, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde, declarou que a organização elevou o estado da contaminação à pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), devido à sua rápida disseminação geográfica. Assim que a notícia se tornou mais pública aos brasileiros, por meio dos veículos de comunicação e das redes sociais, o Ministério da Saúde começou a recrutar profissionais da área da saúde, prevendo o número de casos e a necessidade de atendimentos em postos de saúde e hospitais.

Nos quatro meses subsequentes, houve elevados índices da doença no Brasil; por isso, uma série de recomendações e protocolos foi adotada, entre eles, o fechamento temporário de empresas consideradas não essenciais e o isolamento social. Naquele momento, a falta de conhecimento sobre o vírus e o número de pessoas contaminadas e de óbitos registrados diariamente geraram insegurança e medo entre a população.

Muito do que estava planejado e agendado por empresas, profissionais e famílias foi cancelado ou transferido, sem definição de novas datas ou períodos. Escolas e universidades suspenderam as aulas presenciais e algumas adotaram a virtualização das aulas teóricas até o final do ano letivo, a exemplo da Univates[20], universidade em que esta pesquisadora trabalha, em Lajeado/RS.

Além da pandemia, dez[21] municípios do Vale do Taquari/RS foram atingidos pelas fortes chuvas e cheias do Rio Taquari no mês de julho do mesmo ano, resultando em danos sociais, ambientais e econômicos. Segundo a Associação dos Municípios do Vale do Taquari (Amvat), os prejuízos econômicos deste evento climático no Vale

---

confirmados e 373 mil mortes em decorrência do novo coronavírus, até a mesma data. No Rio Grande do Sul, são mais de 920 mil pessoas infectadas e 23 mil mortes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, *on-line*). No Vale do Taquari/RS, Lajeado lidera com 956 casos confirmados de coronavírus e 148 óbitos, em 18.04.2021 (HOSPITAL BRUNO BÖRN, *on-line*).

[20] Apenas as atividades essencialmente práticas ocorrem na universidade; todas as demais foram virtualizadas.

[21] Os dez municípios são: Arroio do Meio, Bom Retiro do Sul, Colinas, Cruzeiro do Sul, Encantado, Estrela, Lajeado, Muçum, Roca Sales e Taquari. Entre os dias 8 e 13 de julho, a região enfrentou duas cheias do Rio Taquari. No dia 09 de julho, o rio alcançou o nível histórico de 27,39 metros; após quatro dias (13.07), houve nova elevação das águas, embora com menor alcance. Dezenas de famílias perderam seus pertences, entre elas as famílias de imigrantes internacionais que residem em áreas de alagamento, assim como empresas instaladas próximas às margens do Rio Taquari (JORNAL O INFORMATIVO DO VALE, 2020).

chegaram ao montante de 143 milhões de reais (JORNAL A HORA, 2020, p. 3).

Em virtude dessas duas situações, a pesquisa de campo foi impactada e retomada no segundo semestre de 2020, quando as novas práticas sanitárias e de isolamento social estavam mais assimiladas. Para conseguir entrevistar mulheres imigrantes internacionais que atendessem aos objetivos do estudo, foram necessários vários contatos e uma rede de colaboração constituída por amigos(as) e empresas. Como afirma Goldenberg (2007), numa pesquisa qualitativa não se estabelecem regras rígidas, justamente para poder haver flexibilidade e perceber particularidades e interações de elementos, dando importância às pessoas no processo de construção do conhecimento, a partir da preparação e do trabalho de campo.

Assim, a pesquisa ocorreu procurando explorar da melhor forma possível os territórios, escutando e observando atentamente as sete mulheres de quatro diferentes nacionalidades, para compreender a relação entre migração, trabalho e gênero. A intenção deste estudo não é generalizar os resultados, mas dar destaque ao que se apresenta como mais singular no processo da imigração feminina internacional recente, considerando suas territorialidades.

Ismenya, Sophia, Darline, Widelene, Lovelie, Nana e *Shara* constituem o grupo de mulheres imigrantes internacionais participantes da pesquisa. Os nomes utilizados são fictícios, tanto das imigrantes quanto de familiares citados, visando preservar sua identidade e privacidade. As narrativas, a partir das entrevistas realizadas de modo presencial, são apresentadas na quinta seção desta tese (conforme já mencionado).

Descrito o percurso metodológico, inicia-se, a seguir, o processo de investigação científica com o olhar para a (in)visibilidade das mulheres nos estudos sobre migração internacional.

3 A (IN)VISIBILIDADE DAS MULHERES NOS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL

Esta seção procura apresentar as principais vertentes teóricas de gênero nos estudos migratórios desenvolvidos ao longo dos anos por pesquisadores, evidenciando a complexidade do tema, mas também perspectivas que possibilitem compreender melhor os fluxos contemporâneos, a partir de olhares multidisciplinares. Na sequência, discorre-se sobre as redes sociais, suas concepções e interações nos processos de migração, bem como busca-se contextualizar as migrações femininas contemporâneas.

3.1 As vertentes teóricas de gênero nos estudos migratórios internacionais

Os fluxos migratórios no contexto europeu do final do século XIX e início do século XX foram representativos, em virtude de intensos movimentos internos (com a transferência de populações rurais para as cidades) e de migrações transoceânicas (em que populações rurais deslocaram-se para povoar centros urbanos em novos continentes); contudo, foram incipientes na abordagem da maioria dos autores clássicos das Ciências Sociais no período (PEIXOTO, 2004).

Ao longo do século XX, apesar do crescente interesse pelo tema, as relações disciplinares das teorias sobre migrações internacionais também não foram evidentes e dispersaram-se no mesmo campo das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas, com critérios de inserção nem sempre claros, “[...] seja em razão dos diferentes objetos de pesquisa, seja por conta dos distintos referenciais epistemológicos [...]” (SILVEIRA, 2018, p. 232).

Diante disso, Brettell; Hollifield (2000) acentuam que os estudos migratórios internacionais apresentam diversas correntes teóricas que procuram “encaixá-las” em tipologias pré-estabelecidas, segundo as quais um indivíduo ou um grupo social que tenha características semelhantes no seu percurso de migração é “enquadrado” de acordo com as características de uma das teorias.

Massey (1990) e Massey *et al.* (1993) destacam que, além de buscar encaixar os movimentos migratórios em quadros específicos, as teorias são fragmentadas em função da falta de convergência entre os pesquisadores, alicerçada em quatro dimensões. A primeira dimensão de divergência é se o tema deve ser estudado de

forma sincrônica (concomitante ao acontecimento dos fatos) ou de forma diacrônica (ocorrências que acontecem através do tempo, numa perspectiva histórica). A segunda dimensão diz respeito ao *lócus* da ação de migrar, questionando se seria melhor compreendida a partir de uma análise estrutural ou de uma análise individual. A terceira dimensão refere-se ao nível de análise a ser realizado – indivíduo, domicílio, município, região, país ou outro. Por fim, a quarta dimensão de divergência diz respeito ao impasse em relação à ênfase colocada nas causas e nos efeitos da migração.

Além da importância da convergência de ideias e ações para a obtenção de melhores reflexões e conhecimentos, Morokvasic-Muller; Erel; Shinozaki (2003), Pessar (1999), Castro (2006), Lomnitz (2009), Baeninger (2012), entre outros autores, sugerem incorporar no debate da migração internacional as diferentes características entre homens e mulheres, isto é, um olhar para as relações de gênero, afirmando que as experiências entre homens e mulheres são distintas e cada uma delas tem um impacto singular em estruturas como a família, o domicílio e a comunidade. Nesta perspectiva, Castro (2006) afirma que, ao longo do processo migratório, homens e mulheres reconstroem, negociam ou reafirmam relações de poder, de hierarquia e a própria identidade, o que justifica a relevância de considerar os estudos de gênero nos fluxos migratórios.

O resultado da falta de interdisciplinaridade e da falta de intercomunicação das dimensões e de gênero entre os estudiosos, segundo Massey (1990, p. 4), é que “[...] o nosso conhecimento teórico sobre a migração é incompleto e incorreto, fornecendo bases fracas para pesquisa e políticas públicas”. Em comum a Massey (1990), Barbieri (2007) reitera as várias vertentes que citam o tema migrações na literatura científica, privilegiando determinados aspectos e negligenciando outros. Entre as diversas vertentes teóricas, destacam-se a Teoria Econômica Neoclássica da Migração – Níveis Micro e Macroeconômico, a Teoria *Push-Pull,* a Teoria Histórico-Estrutural, a Teoria da Nova Economia da Migração do Trabalho, a Teoria do Capital Humano, a Teoria do Ciclo de Vida e a Trajetória Social, a Teoria das Redes Sociais, a Teoria Sociológica e a Teoria da Nova Sociologia Econômica.

Para os teóricos da *Teoria Econômica Neoclássica da Migração – Nível Microeconômico*, como Sjaastad, (1962), Todaro (1969, 1976, 1980, 1989), Harris e Todaro (1980) e Todaro e Maruszko (1987), o migrante é um ser racional, que calcula o custo e o benefício da permanência e da mudança de território, e é isso que

influencia a escolha entre as alternativas, a partir de sua preferência, de modo independente, com base em informações. Em outras palavras, antes da tomada de decisão de migrar, o indivíduo realiza uma base de cálculos considerando as despesas associadas ao movimento de um ponto a outro e a expectativa de receitas financeiras positivas que terá no local onde pretende fixar-se, avaliando suas competências e habilidades produtivas.

Assim, a migração é um processo econômico e a escolha dependerá da renda futura esperada ou da segmentação do mercado de trabalho urbano nos países em desenvolvimento. Essa premissa era defendida por Todaro (1980), ao afirmar que o progresso era responsável pela transferência dos agentes econômicos de áreas de agricultura tradicional para as de atividades industriais localizadas em áreas urbanas. Propôs, em seus estudos, formular um modelo econômico do comportamento da migração rural-urbana, considerando duas variáveis na decisão de migrar: a primeira, o diferencial de renda rural-urbano, e a segunda, a probabilidade de conquistar um emprego urbano. A transferência de mão de obra de áreas rurais para áreas urbanas teve como consequência o êxodo rural, embora os movimentos migratórios não ocorram apenas em função de diferenças salariais entre uma região e outra, mas também por causa de diferenças nas taxas de emprego.

Analisando o nível microeconômico dessa teoria, Teresa Sales (1999) afirma que os movimentos migratórios são provocados pelos indivíduos que buscam melhores condições de vida, até o ponto em que as expectativas de renda são atendidas. George J. Borjas (1989) complementa, definindo o movimento como um “jogo de mercado”, no qual a mão de obra se mobiliza conforme os estímulos salariais. Em síntese, na concepção em nível microeconômico, a migração é um processo econômico, sendo as escolhas dos imigrantes feitas após avaliar custos e benefícios, sempre visando a um diferencial de renda.

No *Nível Macroeconômico,* os principais expoentes são Lewis (1954), Fei; Ranis (1961), Harris e Todaro (1980) e Todaro (1976), que explicam a migração, considerando as diferenças regionais entre a oferta e a demanda por trabalho. As mudanças nos meios e modos de produção do modelo fordista para o modelo flexível impuseram novas formas de regulação aos processos de trabalho nos anos de 1970 e a consequente necessidade de mão de obra flexível, alterando o nível de exigência em relação ao perfil do imigrante, com espaço para pessoas com pouca qualificação e com elevado nível de qualificação, em função do uso de tecnologias (especialmente

nos grandes centros urbanos), situação que atrai e atraiu imigrantes provenientes de regiões menos desenvolvidas para regiões mais desenvolvidas (PIORE, 1977).

Assim, nas regiões com grande oferta de trabalho em relação ao capital, os salários seriam baixos, enquanto nas regiões com pequena oferta de trabalho em relação ao capital, os salários seriam elevados (LEWIS, 1954). Dessa forma, o deslocamento populacional ocorreria de regiões com baixos salários ou oferta de mão de obra para regiões com elevados salários ou falta de mão de obra. Quando eliminada a diferença salarial entre o local de origem e o local de destino, a imigração tenderia a cessar (FEI; RANIS, 1961). Segundo essa abordagem, a imigração é uma forma de equilibrar o mercado de trabalho pela oferta e pela demanda de mão de obra.

Assim, a premissa do pensamento macroeconômico é a de que os movimentos migratórios seguem a dinâmica das diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho, segundo a qual, trabalhadores migram de regiões onde há excesso de trabalho e oferta de baixos salários para regiões com escassez de trabalho e oferta de melhores salários. A renda é a variável essencial para explicar o fenômeno migratório e o mercado de trabalho é o dispositivo que o induz. A variação de recursos ou de fatores de produção nos diversos espaços provoca diferenciação na relação capital-trabalho, alterando os níveis de produtividade do trabalho e acelerando a migração (SALIM, 1992).

Na hipótese otimista, a migração possibilita a transferência de excedentes populacionais de um local para outro, mas, como consequência, constatam-se as desigualdades regionais. A própria migração tem papel decisivo na eliminação dessas diferenças, à medida que procura potencializar a oferta e a procura entre os diversos setores para gerar condições de emprego e renda. Na perspectiva macroeconômica, o principal fator de atração é a demanda por força de trabalho.

Dentro dessa visão neoclássica, aparecem os modelos ***Push-Pull Theories*****,** de Everest Lee (1966), para os quais as causas das migrações seriam uma combinação de fatores que expulsam (*push factors*) os indivíduos de seus lugares de origem e de fatores que os atraem (*pull factors*) para determinados destinos. Os fatores que geralmente levam à rejeição de uma região estão associados à ordem econômica, social ou política, conduzindo os migrantes a áreas que promovem atração, especialmente em função do potencial de vagas de emprego e dos níveis de rendimentos, terras disponíveis, vantagens econômicas, entre outras variáveis. A essência desse modelo é o desejo do indivíduo de melhorar sua condição de vida.

Segundo André B. Golgher (2004), o que move o processo migratório no modelo dos fatores que expulsam (*push*) é o baixo nível de qualidade de vida no local de origem, o que motiva o indivíduo a escolher um destino que lhe ofereça melhor condição. É o caso dos indivíduos na base da pirâmide social, que apresentam dificuldade de obtenção de renda mínima para sua subsistência. Esses indivíduos são impelidos a trocar de local de moradia em função da incapacidade de se manterem de forma minimamente satisfatória na sua atual condição.

No modelo dos fatores que atraem (*pull*), a decisão do indivíduo pela migração não seria motivada pela baixa qualidade de vida no local de origem, mas pela remuneração superior no local de destino, elevando significativamente seu nível de vida. Indivíduos nos níveis mais altos da pirâmide, que apresentam boa qualidade de vida no local de moradia, só se mudariam se as vantagens no local de destino fossem muito especiais.

Ao dirigir o foco para as questões de gênero, Gláucia de Oliveira Assis (2007) destaca que nos modelos *push-pull* havia o pensamento de que os homens eram mais aptos a assumir riscos e ir em busca de novas oportunidades, enquanto as mulheres eram as guardiãs da comunidade e da estabilidade, caracterizando a esfera do privado, do mundo doméstico e da invisibilidade como sujeito.

Diferente da abordagem determinada pelo funcionamento do mercado de trabalho, na **Teoria Histórico-Estrutural,** que tem entre seus principais mentores Singer (1980), a migração é compreendida como um fenômeno estrutural, historicamente condicionado e relacionado à classe social e ao desenvolvimento do capitalismo, principalmente, por meio da industrialização.

Nesse enfoque, a migração é percebida como um processo social que resulta de mudanças estruturais regionais, nacionais e/ou internacionais, relacionadas à industrialização e à urbanização, que levam à concentração das atividades econômicas, que geram desequilíbrios e provocam o deslocamento de pessoas de seu local de origem para residir em outro local (SOUZA, 1980).

A migração seria consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, que, por sua, vez, dá-se através do processo de industrialização, de urbanização e da mobilidade populacional. Diante disso, Paul Singer (1980) propôs analisar o processo de industrialização, apontando que os aspectos que levam às desigualdades regionais estão relacionados à expulsão do migrante, que pode ocorrer devido a fatores de mudança ou de estagnação. Os fatores de mudança estariam

ligados ao próprio processo de industrialização, atingindo diretamente o meio rural, no sentido de, através do uso de tecnologias, provocar-se um fluxo de saída, que leva a uma redução da população rural. Já os fatores de estagnação resultariam da incapacidade dos produtores rurais de implementar tecnologias para elevar a produtividade da terra e de adequar-se aos novos padrões de produção exigidos. Nesse caso, o meio rural se mantém estático.

Dos fatores de atração, o mais relevante é a demanda por força de trabalho no meio urbano, tendo em vista as oportunidades econômicas, principalmente, a possibilidade de melhor remuneração no novo local de trabalho, que nem sempre é derivada da indústria, mas também da expansão dos serviços privados, das empresas públicas e dos profissionais autônomos. Todavia, há obstáculos que se colocam entre migração e oportunidade econômica, como a baixa qualificação do imigrante; a insuficiência de recursos, que o impede de ter êxito no mercado de trabalho urbano; a oferta de trabalho menor que a demanda, devido à imigração; a demanda por mão de obra crescer menos que o produto; e, por fim, a marginalização do imigrante, que resultaria num exército industrial de reserva de trabalhadores que o sistema capitalista mobiliza quando necessita, pressionando sua remuneração (SINGER, 1980) e seu estado de bem-estar (*welfare state*).

Segundo Richmond (1988), em função dos benefícios e do *welfare state* conquistados por meio dos sindicatos, os trabalhadores nativos nas sociedades industriais não estavam preparados para a redução de remuneração em trabalhos que exigiam mais esforço físico e longas jornadas. Por isso, empregadores encorajavam a imigração de países de menor desenvolvimento para ocupá-los em serviços subalternos, com menor remuneração, mas, contraditoriamente, não os encorajavam a permanecer, pois eram desprovidos de benefícios.

Na perspectiva econômica, Gunnar Myrdal (1965) destaca os efeitos das atividades produtivas, afirmando que as regiões mais prósperas continuarão a acumular benefícios e resultados positivos, enquanto nas regiões mais estagnadas, os resultados são negativos, intensificando a transferência de mão de obra, e consequentemente, os movimentos migratórios internacionais.

O pressuposto da **Teoria da Nova Economia da Migração do Trabalho** é de que as decisões migratórias não são tomadas pelos atores individuais isolados, mas por unidades maiores de pessoas relacionadas, ou seja, por grupos de referência, ligados por laços familiares ou por amizades (STARK; BLOOM, 1985; STARK;

TAYLOR, 1991). Dessa maneira, as pessoas agem coletivamente, não apenas para maximizar a renda esperada, mas também para minimizar os constrangimentos associados a uma variedade de mercados de trabalho (SASAKI; ASSIS, 2000).

Nessa concepção, o diferencial da renda não é uma condição necessária para ocorrer a migração internacional, uma vez que pode contar com o apoio do grupo de referência, mesmo diante de um mercado de trabalho instável. Os integrantes do grupo administram as dificuldades do domicílio e as migrações seguem seus fluxos, ao contrário do pensamento dos economistas neoclássicos. A migração representa uma possibilidade de melhorar a posição do domicílio, medida a partir do conceito de privação relativa, que considera um determinado padrão de distribuição de renda no domicílio. Contudo, Stark; Taylor (1991) destacam que, ao migrar, sempre há o risco de substituição do grupo de referência por um grupo do local de destino, o que levaria o domicílio a ter elevado sentimento de privação do padrão de vida, devido à redução de rendimentos. Neste caso, afirmam os mesmos autores, os grupos tenderão a indicar locais de destino onde o potencial de retorno seja mais seguro e onde o risco de substituição do grupo de referência seja o menor possível (STARK; TAYLOR, 1991).

Para a **Teoria do Capital Humano**, que tem entre seus principais intelectuais Gary Becker (1993), os indivíduos avaliam racionalmente os custos e os benefícios de suas várias atividades, hábitos e decisões. O ato de migrar está condicionado à análise econômica de custo-benefício, cujos resultados podem ser atingidos a longo prazo, com a tomada de decisão individual ou coletiva. O imigrante aposta na sua capacidade de gerar maiores rendimentos no futuro, mesmo que para isso seja necessário investir no curto prazo.

Entre os “custos de investimento” para uma situação de imigração estão, por exemplo, a procura por informações sobre novas oportunidades, os deslocamentos, o acesso à moradia, a adaptação (novo idioma, nova cultura, redes de apoio) e o afastamento do país de origem. Em contrapartida, estima-se que os benefícios da imigração passam pelo aumento da renda do indivíduo, que é uma das razões da mudança de território (BECKER, 1993).

Dessa forma, investimentos realizados pelo indivíduo em sua formação formal e extracurricular são determinados pelo retorno que espera receber no futuro. Neste ponto, Acácia Z. Kuenzer (1997) chama a atenção, uma vez que a educação aparece como um “fenômeno salvador”, visto como o movimento que solucionará os problemas

sociais, respondendo a todas as demandas impostas pelo capital, além de consolidar valores democráticos. Embora se acredite que o investimento em educação leva a um aumento de renda e de produtividade do indivíduo pelo fato de apropriar-se de conhecimentos e desenvolver habilidades, o que reflete em maior capacidade de analisar e resolver problemas, a autora destaca que a educação possui caráter mediador. Essa teoria mascara seu propósito, na medida em que

> A distribuição do saber é produzida socialmente, e segundo as necessidades do capital, o que permite entender que a sua não democratização expressa pelo seu caráter seletivo e excludente não é uma disfunção, mas a sua própria forma de articulação com o capital (KUENZER, 1997, p. 22).

Conforme a autora (KUENZER, 1997), a escola torna-se uma instituição de formação na qual prevalecem as relações de produção, normalmente usadas como mediadoras dos interesses do capitalismo. Nesse processo, o imigrante, logo após a sua chegada ao país de destino terá, provavelmente, menor renda, se comparada a dos nativos, pois não possui determinados conhecimentos e habilidades necessários, especialmente, em relação à cultura e à língua, para a sua plena inclusão social e laboral.

Nesse sentido, Piore; Doeringer (1971) apontam que há uma "complementariedade" entre o imigrante e o nativo na medida em que atenderiam a diferentes necessidades de mão de obra, num mercado de trabalho que é segmentado em dois estratos: o primário e o secundário. O mercado de trabalho primário se caracteriza por requerer alta qualificação, melhores salários e possibilidades de crescimento profissional, presentes nas grandes empresas capitalistas; enquanto o mercado de trabalho secundário requer baixa qualificação, oferece pequena remuneração, apresenta elevado índice de rotatividade e poucas possibilidades de crescimento profissional. O mercado de trabalho secundário seria ocupado por mulheres, jovens e minorias étnicas. Observa-se, nessa teoria, as marcas da desigualdade de gênero. As relações sociais ficam em segundo plano e a educação, subordinada à política econômica e ao modelo capitalista, formando um cidadão apto para o sistema vigente.

Na **Teoria do Ciclo de Vida e da Trajetória Social**, Peter Rossi (1955) demonstrou que a influência do casamento, a expansão do núcleo familiar com o nascimento de filhos, o divórcio, a viuvez, entre outras variáveis, alteram o ciclo de vida, assim como a carreira profissional altera a trajetória social de um indivíduo. Estas

variáveis promovem mobilidade familiar ou individual, especialmente, entre os adultos e as famílias jovens. À medida que a idade progride, reduz a influência dessas variáveis e, consequentemente, a mobilidade. Estudos de Sandefur; Scott (1981) evidenciam que indivíduos casados e famílias mais numerosas apresentam menor probabilidade de migração devido aos elevados custos econômicos.

A partir das modificações na estrutura familiar e da fragmentação do tradicional ciclo de vida em múltiplos modelos familiares (celibato prolongado, recasamentos, filhos separados, famílias monoparentais, entre outras), o conceito de “ciclo de vida” (*life cycle*) também alterou para “curso de vida” (*life course*), que, segundo Emily Grundy (1992), permite compreender um maior conjunto de particularidades entre a mobilidade social e a espacial. Por exemplo, se os divórcios e os recasamentos representam mobilidade, que tanto podem aumentar a ocupação urbana local como serem motivo de imigração, o aumento de esperança de vida possibilita um novo comportamento espacial, que pode incluir duplas residências.

Especificamente, a perspectiva da Trajetória Social (ou mobilidade social e profissional) refere-se à realização de um percurso do indivíduo por diferentes posições sociais. Independentemente do grau de influência das variáveis coletivas, normalmente esse percurso é individualizado, caracterizado pelo desejo de crescimento pessoal e profissional (FORD, 1992). As recompensas de uma carreira não diferem, no sentido mais amplo, dos motivos da mobilidade: busca-se maior remuneração, cargo e poder, liberdade e autonomia, além de referência na profissão. Para Peixoto (2004), o novo emprego, o crescimento social e a mobilidade territorial estão diretamente relacionados, causando, muitas vezes, as migrações.

Conforme Mike Savage (1988), nos países mais desenvolvidos, predominaram estratégias organizacionais de mobilidade por meio de carreiras burocráticas com necessidade de deslocamento para outro local, evidenciando a relação da mobilidade social e espacial. Neste caso, ao contrário do que postulam as teorias microeconômicas sobre a mobilidade, quem decide sobre o ato de migrar não são os atores individuais, mas as organizações e instituições, em função de suas multilocalizações e estratégias de recursos humanos (PEIXOTO, 2004).

Outra teoria do fenômeno migratório é a das **Redes Sociais**[22], que, na década de 1970, chamou a atenção de alguns teóricos como Granovetter (1973; 1985),

[22] No item 3.2, descreve-se mais sobre as redes sociais, especialmente sua importância no processo migratório.

Massey (1988, 1990), Rocha-Trindade (1995), Sayad (1998), e alguns mais recentes como Marteleto (2007), Portugal (2007), Lomnitz (2009), Baeninger (2012) e Castells (2013), que deslocam a análise das migrações a partir de redes, que podem ser constituídas por um conjunto de pessoas (migrantes, ex-migrantes, familiares agenciadores, coiotes, agentes religiosos, agentes de turismo, agências de emprego, policiais de fronteira, entre outros), organizações (empresas privadas e públicas, Estado) ou instituições sociais (organizações não governamentais, entidades de apoio a migrantes), interligadas por algum tipo de relação.

A rede social constitui uma forma de capital social que proporciona às pessoas acesso a determinados recursos, especialmente, assistência e informações (ROCHA-TRINDADE, 1995), facilitando os movimentos migratórios, à medida que reduz o grau de insegurança da migração ao permitir conhecer as características dos lugares de destino, no caso, acesso ao mercado de trabalho, remuneração, estilo de vida, clima, cultura, moradia, entre outras. As redes sociais aproximam os imigrantes e impulsionam potenciais migrantes a partir do vínculo de reciprocidade, da confiança e da cooperação, bem como a partir dos laços familiares, de amizade, de vizinhança ou procedentes de uma determinada origem social em que as mulheres se inserem ativamente (SOUZA, 2002; ASSIS, 2007).

Douglas Massey (1988, 1990) destaca a importância das relações sociais e familiares na tomada de decisão de migrar, desmistificando a ideia de que o migrante decide racionalmente, visando apenas ao custo-benefício do deslocamento. Nesse sentido, o mesmo autor afirma que as migrações recentes resultariam do desenvolvimento das redes sociais, não apenas motivadas por crises econômicas.

Ainda, Maria Beatriz Rocha-Trindade (1995) ressalta as redes sociais que se estabelecem entre os imigrantes, a partir de suas relações interpessoais, explicando que, quando há escassez de mão de obra em determinado país, os estrangeiros já estabelecidos no país de destino estimulam a vinda de familiares, amigos, vizinhos e conhecidos, auxiliando em todo o processo de acolhimento (moradia, trabalho, reconhecimento do novo local) desse recém-chegado, mesmo sabendo que isso não é suficiente para superar o problema do desenraizamento resultante da mudança de país. A unidade de propósitos e o sentimento de pertencimento ocorrem quando há um grupo de migrantes enraizados no país de acolhimento. Contudo, as redes sociais podem limitar as opções dos migrantes, concentrando-as nas localidades onde há ligações com o lugar de origem, sem considerar outros destinos possíveis.

Nota-se, a partir das teorias descritas, que o fluxo migratório é complexo e resultante de vários fatores, como a industrialização, os aspectos histórico-estruturais, institucionais, econômicos e sociais. Nesse cenário, a Teoria Sociológica aproxima-se da Economia para melhor compreender os fluxos migratórios, considerando que o migrante carrega uma dupla condição, uma vez que ora é “emigrante” (quando sai de seu país de origem), ora é “imigrante” (quando chega ao país de destino). Sua existência individual e social gera incertezas quanto à definição da dimensão da migração como um processo econômico e/ou sociológico, ou seja, a decisão de migrar pode ter como pressuposto o aspecto afetivo de familiares, amigos, vizinhos, grupos étnicos e classes profissionais (SAYAD, 1998).

O campo da sociologia procura avaliar a trajetória social do imigrante, a influência do ciclo de vida (individual e familiar), o casamento, o nascimento dos filhos, o divórcio, entre outras experiências, incluindo também a carreira profissional para entender as migrações motivadas por aspectos afetivos (PEIXOTO, 2004). No entanto, Rosana Baeninger (2012) sinaliza que as reflexões mais recentes sobre migrações sugerem uma mudança de conceito. A migração necessita ser compreendida como um fenômeno que envolve rupturas espaciais e temporais, carregando consigo transformações de ordem social, econômica e cultural, tanto nos locais de origem como de destino, provocadas pela estrutura econômica que promove a circulação de informações, mercadorias, recursos financeiros e recursos humanos e cria certas condições para a migração emergir como opção.

Neste sentido, Mark S. Granovetter (1985, 1992), nos estudos que denominou de **Teoria da Nova Sociologia Econômica,** recoloca as relações econômicas como sendo relações sociais, pois não são elementos independentes e apartados da sociedade. A denominação “Nova Sociologia Econômica” foi referida por Granovetter, numa conferência realizada na Associação Norte-Americana de Sociologia, em Washington, em 1985. A mensagem era a de que a moderna sociologia econômica, comparada à velha sociologia econômica dos anos de 1960, deveria identificar as formas de inserção social das ações econômicas e a influência destas relações sociais nos resultados econômicos (SWEDBERG, 2005).

Granovetter (1985, 1992), que critica as abordagens economicistas que veem as relações sociais como um epifenômeno das relações econômicas, como um comportamento racional do *homo economicus,* argumenta que a abordagem relacional possibilita compreender as relações econômicas como relações imersas

nas relações sociais e, por isso mesmo, adquirem novos significados que vão além das visões neoclássicas da economia.

Zukin e DiMaggio (1990) identificaram na Nova Sociologia Econômica quatro formas de inserção social na economia: a social, a política, a cultural e a cognitiva. A inserção social refere-se aos limites impostos pelos processos mentais ao exercício do raciocínio econômico. A inserção política sinaliza para o processo em que as lutas de poder que envolvem os atores econômicos moldam as instituições e as decisões econômicas. A inserção cultural faz referência à influência dos valores e das crenças coletivas sobre os objetos e as estratégias econômicas. Por fim, a inserção cognitiva (ou estrutural, como também é denominada) diz respeito ao papel das redes sociais.

Esta análise reforça que os contextos sociais influenciam a realidade econômica e os movimentos migratórios. Nesse aspecto, representantes da escola clássica como Sjaastad (1980) e Harris e Todaro (1980) concordam que a teoria dos custos/benefícios no processo migratório não contemplam a abordagem sociológica, como fizeram Granovetter (1973; 1985), Massey (1988, 1990), Rocha-Trindade (1995), Sayad (1998), Pessar (1999), Lomnitz (2009), Baeninger (2012), entre outros autores, que buscam aprofundar sua análise tentando identificar, nos aspectos sociais, os comportamentos e as decisões de mobilidade.

Ainda, a esse respeito, Eduardo Marques (2007) destaca que, em qualquer relação de mercado enquanto atividade de negócios, está presente a relação social por meio do capital humano e, com ela, a constituição de relações de confiança, de contatos, de integração de origem social e cultural, como também, de exclusão e de marginalização dos grupos, conforme afirma Larissa Lomnitz (2009); logo, a visão econômica por si só não dá conta de compreender os sentimentos, as motivações e os comportamentos dos indivíduos.

Nessa perspectiva, compartilha-se a ideia de que, apesar das diversas vertentes e divergências encontradas nas teorias dos estudos migratórios, elas não são excludentes entre si, pelo contrário, são complementares. Segundo os economistas Hatton; Williamson (1998, p. 12-13)[23], "*While our approach is essentially economic, it does not rule out other approaches. Indeed, noneconomic hypotheses are tested* [...]*, and the often survive, thus broadening and enriching an otherwise narrow,*

[23] Enquanto a nossa abordagem é essencialmente econômica, não descartamos outras abordagens. Na verdade, hipóteses não econômicas são testadas, [...] e, muitas vezes, perduram, ampliando e enriquecendo assim uma explicação de outra forma econômica (tradução nossa).

economic explanation".

A Nova Sociologia Econômica emerge como possibilidade de ampliar a consciência e perceber que as dimensões material e imaterial (como a subjetividade dos migrantes) estão entrelaçadas e devem ser consideradas na mesma medida para uma civilização possível e global. Nesse sentido, é preciso complexificar as análises que se restringem aos aspectos econômicos, pois a migração não está desconectada das relações sociais, além de compreender as distintas concepções de redes sociais no processo migratório – tema que é abordado no item a seguir.

3.2 Redes sociais no processo migratório

No percurso dos processos migratórios, observa-se a importância das redes sociais. Inicialmente, cabe contextualizar o termo *rede*, especialmente, porque ele remete a um conjunto de diferentes matrizes disciplinares e epistemológicas das Ciências Sociais. Até o final do século XVIII, a noção de rede era relacionada à origem orgânica do corpo humano, mas, aos poucos, foi ganhando uma dimensão social e política, por meio das pessoas, das mensagens e dos valores que a compõem (SANTOS, 2002). Nos dias atuais, a rede "[...] é abundantemente usada na linguagem corrente, acadêmica ou política e designa uma grande variedade de objectos e fenômenos [...]", presentes "[...] no território, nas empresas, no Estado, no mercado, na sociedade civil, nas universidades, na investigação, na prestação de serviços" (PORTUGAL, 2007, p. 1).

As principais razões desse uso linguístico, segundo a mesma autora (PORTUGAL, 2007), são o amplo desenvolvimento das comunicações, que possibilita a existência de conexões onde antes havia isolamento, e a valorização das relações entre as pessoas e as coisas, o que explica, consequentemente, a relevância que as redes sociais assumiram, seja em nível de acesso a informações, seja em nível da prática, por meio da criação de comunidades que se baseiam na proximidade (CASTELLS, 2013), emergindo uma nova ciência, a *ciência das redes*.

> [...] nos tranquilos corredores da Academia, uma nova ciência vem emergindo – uma ciência que fala diretamente aos momentosos eventos à sua volta. Na falta de nome melhor, chamamos essa nova ciência de redes. E, ao contrário da física das partículas subatômicas ou da macroestrutura do universo, a ciência das redes é a ciência do mundo real – do mundo das pessoas, amizades, boatos, doenças, modismos, empresas e crises financeiras. Se esta época específica da história humana tivesse de ser caracterizada de

> forma simples, poderíamos descrevê-la como o período mais altamente, globalmente e inesperadamente conectado de que se tem notícia. E se a nossa era, a era da conectividade, deve ser entendida, precisamos, primeiro, saber como descrevê-la cientificamente; ou seja, precisamos de uma ciência das redes (WATTS, 2009, p. 1).

O foco deste estudo não é a teorização da ciência das redes, mas vale-se dela para entender a formação, o desenvolvimento e a relação existente entre os interesses e valores individuais em meio a uma rede de que, neste caso, participam as mulheres imigrantes internacionais. A ciência das redes busca padrões individuais e de interação social para explicar comportamentos de um sistema maior, conforme ressalta Dosse (2003, p. 132): “a noção de redes torna possível a compreensão dos efeitos de extensão, dos efeitos em escala”.

Essa afirmação leva-nos a entender que a ciência das redes é utilizada na análise dos processos migratórios, cabendo investigar se existe algo de padrão nos comportamentos, personalidades e subjetividades dos integrantes da rede, para emancipar e legitimar seus interesses e valores, tendo a compreensão de que uma rede social é um campo de relações entre indivíduos (LOMNITZ, 2009), que têm a singularidade de atuar como estrutura emergente, própria de sistemas complexos e dinâmicos (KLUVER; SCHMIDT, 1999).

> Em outras palavras, as redes revelam estruturas sociais (padrões de interação) que podem evoluir de forma não-linear e, portanto, produzir conseqüências imprevistas sobre determinado contexto. O importante é que essa ação emergente tem implicações nas macro e microdimensões, e a compreensão desse processo crítico nos aproxima muito mais da realidade cotidiana (CAVALCANTE, 2009, p. 36).

Nesse sentido, é importante observar que as redes sociais podem conectar migrantes, ex-migrantes e não-migrantes nos lugares de origem e de destino (MASSEY, 1988), por meio de relações horizontais ou verticais (LOMNITZ, 2009). As relações horizontais caracterizam-se pelos elos entre os indivíduos e o fluxo de informações, marcados pela confiança e pela reciprocidade, as quais podem gerar a recomendação de um país, região ou local para migrar ou investir, ajudando a reduzir o grau de incerteza que está associado a esse processo de mudança para um ambiente desconhecido (LOMNITZ, 2009).

No processo migratório, as redes sociais, que representam um forte vínculo entre os imigrantes e as relações horizontais, criam condições fundamentais para superar o medo e a ansiedade e viabilizar seus projetos e sonhos. Conforme Castells (2013, p. 163), a horizontalidade “[...] favorece a cooperação e a solidariedade, ao

mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal", pois o que parece ser inoperante como forma de gestão e tomada de decisão é o alicerce necessário para gerar confiança entre os envolvidos.

Contudo, Colonomos (1995) adverte que, nas relações horizontais, os resultados nem sempre são positivos; os indivíduos podem inserir-se em redes sociais marcadas por relações de desconfiança, de violência e de exclusão espacial. Ou seja, a estrutura horizontal não exclui a existência de relações de poder e de dependência interna, além de relações com unidades externas. Nesse sentido, Sayad (1998) afirma que muitos imigrantes enfrentam situações de desigualdade, de vulnerabilidade e de discriminação cultural, racial e de gênero. Por outro lado, alguns aspectos favorecem as relações, como a língua, a religião e hábitos de vida semelhantes.

Tais sentimentos e aspectos nos remetem a um dos estudos mais influentes na área da Sociologia, intitulado *The Strength of Weak Ties* (A força dos laços fracos), de Mark Granovetter (1973). Por meio deste estudo, Granovetter mostra como determinado tipo de laço permite estabelecer relações entre diferentes grupos sociais, possibilitando que as pessoas acessem mundos que lhes estariam vedados na sua rede de relações próximas. Ou seja, as relações menores de amizade (apenas entre pessoas conhecidas, por isso, laços fracos) são mais efetivas que as relações maiores de amizade (entre amigos próximos, familiares; por isso, laços fortes) nos processos de transmissão e de difusão espacial da informação nas redes.

A tendência é pensar que os laços fortes favorecem o conhecimento de dados, de fatos e de oportunidades, pois podem dar todas as informações necessárias e mobilizar seus contatos para ajudar os amigos próximos à procura de algo. Além disso, de modo geral, os amigos próximos conhecem melhor nossas habilidades e competências, otimizando a busca mais adequada do que se deseja. Porém, segundo o estudo, ocorre o contrário. Nos laços fracos, as ligações que se estabelecem entre as pessoas ou entre os grupos expandem a rede de contato para além do seu meio social e possibilitam acessar informações e contatos que se situam em outros meios. Assim, Granovetter defende a primazia dos laços fracos sobre os laços fortes e destaca que "[...] as ações dos atores sociais são condicionadas pelo seu pertencimento a redes de relações interpessoais" (GRANOVETTER, 1985, p. 501).

Dessa forma, as redes sociais representam canais para a propagação de informações (possibilidades de emprego, moradia, eventos, deslocamentos, enfermidades e outros problemas comuns do grupo) ou para o exercício de

influências. A posição do ator social na rede determina a que informações tem acesso ou a quem ele está em posição de influenciar (GRANOVETTER, 1985), ou seja, “o papel social de uma pessoa, assim, não depende apenas dos grupos aos quais ela ou ele pertencem, mas também de sua posição dentro desses grupos” (WATTS, 2009, p. 27), o que permite constatar a forma e o conteúdo da relação.

Logo, as redes sociais servem de apoio à migração feminina internacional, que inicia com o incentivo ao migrar e passa pelo acolhimento, pela indicação de trabalho, pela viabilização de moradia e pela criação de relações de reciprocidade e de sentimento de pertencimento, à medida que a rede se torna, muitas vezes, a família ampliada. Essa relação de ordem prática e subjetiva ameniza a sensação de ser o “estranho” em terra estrangeira (LISBOA, 2007) e reafirma a identidade de origem, por intermédio de lembranças e de ideias compartilhadas e/ou de práticas similares, numa combinação de interação e vínculo social, sendo a identidade permanentemente reconstruída pelo imigrante e pela rede social.

Com isso, observa-se que os locais de origem e de acolhimento do imigrante relacionam-se mutuamente, pois vinculam pessoas, percepções, sentimentos, representações, histórias, ocupações e experiências em que presente, passado e futuro se imbricam e se articulam, permitindo compreender as territorialidades das mulheres imigrantes internacionais.

As relações verticais, por sua vez, caracterizam-se por estruturas hierárquicas que relacionam unidades sociais-globais, envolvendo direitos e responsabilidades em vários níveis de tomada de decisões e de relações assimétricas de hierarquia e dependência (COLONOMOS, 1995; LOMNITZ, 2009). As unidades podem ser grupos informais como parentes, conterrâneos, ou estruturas formais como empresas, instituições e associações. Nessa perspectiva, Mercklé (2004, p. 4) destaca que uma rede social pode ser “[...] constituída de um conjunto de unidades sociais e das relações que essas unidades sociais mantêm umas com as outras, direta ou indiretamente, por meio de encadeamentos de extensões variáveis”.

Nas redes sociais, as interações dos indivíduos, das empresas, das instituições e/ou associações podem ocorrer no mesmo nível geográfico (local-local, nacional-nacional, internacional-internacional) como em contextos geográficos diversos (local-nacional, local-internacional, nacional-internacional), admitindo-se, porém, que possa haver diferentes níveis de confiança entre eles. Para Santos; Ribeiro (2004), a preferência pelo nível ou pelo contexto geográfico baseia-se na frequência dos

contatos e no grau de credibilidade oferecido pelo parceiro situado num determinado país ou numa determinada região, revelando a força das informações e a consolidação das redes sociais.

3.3 Contextualização das migrações femininas contemporâneas

A migração sempre esteve ligada ao indivíduo e ao trabalho, cujas formas e concepções passam por grandes variações, de acordo com os momentos históricos. Até a metade do século XX, as pesquisas sobre migrações internacionais prescrevem a trajetória dos homens como sendo a migração padrão, ocultando a presença feminina desse processo de deslocamento, o que reflete o domínio do sexo masculino sobre o feminino (PESSAR, 1999).

No entanto, a influência dos movimentos feministas na década de 1960 e o aumento do número de mulheres imigrantes a partir da década de 1970 contribuíram para a incorporação da categoria gênero numa dimensão universal e, consequentemente, nos estudos de migrações internacionais. À medida que ocorre essa incorporação, a categoria gênero passa a ser repensada como construção social e não como fator biológico, abrangendo, de acordo com Mirjana Morokvasic-Muller (1984), um espaço amplo em que é possível observar diferentes manifestações e diferentes motivações das migrações femininas contemporâneas.

De acordo com a mesma autora, as mulheres não migram apenas por razões econômicas, mas também em virtude do rompimento com sociedades discriminatórias; por causa de problemas conjugais, de violência física e de opressão familiar, de casamentos infelizes e desfeitos, da falta de oportunidades e de reconhecimento, da desigualdade de poder no âmbito familiar e da vontade de realizar sonhos (MOROKVASIC-MULLER, 1984).

Por conta dessas motivações, muitas mulheres são as primeiras a se inserirem no movimento migratório familiar, deixando seus territórios de origem, seus vínculos afetivos, rompendo o paradigma de coadjuvantes, de acompanhantes dos maridos ou dos filhos, de agentes passivas ou dependentes das decisões dos homens. Segundo a IOM (2020), o número estimado de migrantes internacionais em 2000 foi de 150 milhões de pessoas, enquanto a proporção estimada de mulheres entre os migrantes internacionais foi de 47,5%, o que representa 71,2 milhões de mulheres migrantes. Já em 2019, o número estimado de migrantes internacionais foi de 272 milhões de

pessoas, enquanto a proporção estimada de mulheres foi de 48%, representando 130,5 milhões de mulheres migrantes, a maioria, em idade produtiva (entre 20 e 64 anos de idade). Observa-se um acréscimo de 59,3 milhões de mulheres migrantes internacionais no mundo, em vinte anos.

Esse aumento do número de mulheres migrantes, somado aos avanços no seu processo de emancipação, à mudança do perfil e à inserção cada vez maior no mercado de trabalho, é chamado por alguns autores de “feminização das migrações” (MARINUCCI, 2013; HIRATA, 2016; CASTLES, 2005). Para Hirata (2016) e Castles (2005), a feminização das migrações internacionais é uma das consequências da globalização contemporânea, tanto para contribuir com o desenvolvimento econômico e social quanto para promover a estagnação da desigualdade social numa região. Os autores consideram também que os países em desenvolvimento atraem deslocamentos populacionais, tendo em vista as oportunidades de trabalho; contudo, tendem a reduzir quando os rendimentos dos migrantes aumentam.

Nesse contexto, Boyd e Grieco (2003) compreendem o processo migratório feminino a partir de três estágios. O primeiro refere-se à pré-migração, que inclui fatores como as relações de gênero, a hierarquia e os papéis desempenhados por mulheres e homens no país de origem. O segundo estágio diz respeito às políticas migratórias dos países de origem e de destino, atreladas à atividade de emitir vistos, permanências, residências, expulsões, entre outras tipologias, que podem apoiar ou dificultar a migração, interferindo no potencial de entrada de mulheres e homens no mercado de trabalho no país de destino. O terceiro estágio, o da pós-migração, corresponde ao impacto das mulheres no mercado de trabalho no país de destino e no *status* dos papéis na família.

Dois dos três estágios do processo migratório feminino citados por Boyd e por Grieco (2003) podem ser apreciados quando retornamos às razões e ao número de mulheres que se deslocam para assumir um emprego remunerado no país de destino, visando garantir o próprio sustento e o de seus familiares. O acesso mais rápido ao emprego para grande parte dessas mulheres é como empregada doméstica e como cuidadora de idosos ou de crianças. Essa é uma realidade na Ásia e na África, onde milhares de mulheres saem do Sri Lanka, das Filipinas, da Indonésia, da Tailândia, de Blangladesh, do Nepal, da Indonésia, do Quênia e da Etiópia para trabalhar em Hong Kong, na Malásia, em Singapura e no Oriente Médio (OIT, 2004).

De igual forma, em diversos países da América Latina e do Caribe, em rotas

migratórias nacionais (entre países da própria região) e internacionais (entre países de fora da região), são as mulheres que ajudam nos cuidados domésticos-familiares, com o agravante de sofrerem “[...] maior nível de precariedade laboral e vulnerabilidade que as trabalhadoras locais, visto que a precariedade do trabalho doméstico se associa [...] à condição de migrantes, o que as expõe mais frequentemente a situações de discriminação [...]” (ONU MULHERES, 2020, p. 3).

Nesse horizonte, entre 11 e 18 milhões de pessoas se dedicam ao trabalho doméstico-familiar remunerado na América Latina e no Caribe, das quais 93% são mulheres. Desse percentual, 17,2% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico são imigrantes e 73,4% do total são mulheres (ONU MULHERES, 2020). Complementando estes dados, as necessidades de cuidados doméstico-familiares em diversos países são também chamadas de “serviços terceirizados de cuidados”, supridos pelas mulheres imigrantes (CEPAL/OIT, 2019).

Esse mercado de serviços terceirizados de cuidados conecta territórios através do fluxo migratório de pessoas, assim como condiciona a inserção das mulheres que não puderem continuar seus estudos ou que não tenham tido acesso à formação profissional. Como consequência, em inúmeros casos, sofrem discriminação em função do trabalho que realizam e da condição de migrante, o que reafirma o caráter de vulnerabilidade social e de desigualdade de gênero.

Com a crise sanitária desencadeada pela Covid-19, em que medidas de distanciamento são adotadas na maioria dos países, mais mulheres têm assumido, além da limpeza do domicílio onde trabalham, a responsabilidade pelos cuidados de populações de risco (pessoas idosas, doentes, deficientes) e/ou de crianças, devido às restrições de mobilidade e à suspensão das aulas presenciais, permanecendo, com frequência, mais horas diárias no trabalho do que o habitual. Em outros casos, contratos de trabalho foram cancelados ou o tempo de trabalho foi reduzido, gerando diminuição proporcional de salário (ONU MULHERES, 2020). Observa-se que a desaceleração econômica ampliou a precariedade das condições gerais da mulher no mercado de trabalho, marcada pela flexibilização das relações de trabalho e pela fluidez da mão de obra.

De acordo com a CEPAL/OIT (2019), as mulheres têm maior probabilidade de ficarem desempregadas do que os homens. A análise dos indicadores de trabalho requer um enfoque particular em, pelo menos, dois dos grupos mais vulneráveis aos efeitos da desaceleração econômica: o de mulheres e o de jovens. Especialmente no

caso feminimo, a taxa de desemprego nos primeiros três trimestres de 2019 na América Latina e no Caribe foi de 10,2%, enquanto no mesmo período em 2018 foi de 10,0%. Este aumento na taxa de desemprego feminino contrasta com a estagnação do indicador em relção aos homens, de 7,3%, nos mesmos três trimestres de 2018 e 2019.

Outras informações a partir da OIT (2016) apontam que a maior desigualdade de gênero entre os desempregados é observada no Norte da África e nos Estados Unidos Árabes. No norte, sul e oeste da Europa e na América do Norte, essa disparidade aumentou e é explicada pela crise financeira em setores dominados por homens, elevando as taxas de emprego para mulheres casadas, que, em alguns contextos, estão ingressando no mercado de trabalho para compensar a perda da renda familiar causada pelo desemprego masculino (OIT, 2016).

A esse respeito, Floya Anthias (2000) destaca que as mulheres migrantes contemporâneas encontram um mercado segmentado por gênero, na medida em que determinadas ocupações laborais continuam sendo femininas, a exemplo do já citado trabalho doméstico-familiar. Além disso, as mulheres sofrem com a categorização de estereótipos conforme padrões sociais, raciais e econômicos, como a de mulheres vítimas, referindo-se às mulheres do Sri Lanka, de mulheres submissas, referindo-se às mulheres das Filipinas, de mulheres belas, referindo-se às mulheres do leste europeu, e de mulheres sensuais e mulatas, referindo-se às mulheres brasileiras. Tais estereótipos de gênero tornam visíveis situações de discriminação que afetam as mulheres.

Recentemente, Brandt e Wasserman (2021), por meio do artigo intitulado “O estereótipo como elemento discursivo: reflexões a partir da figura do imigrante no Brasil”, evidenciam que os estereótipos discriminatórios da imigração na sociedade brasileira têm raízes históricas, relacionados à nacionalidade, raça e religião. De acordo com os referidos autores, desde a Primeira República, o Estado Novo, a ditadura militar, até o governo de Getúlio Vargas, o estereótipo do imigrante como sujeito indesejado, que ameaçava a identidade nacional era explícito. Com a redemocratização do país, houve alterações na política migratória brasileira, as quais são mencionadas ainda neste item.

Retornando às informações da OIT (2016), destaca-se que a taxa de desemprego entre as mulheres jovens na América do Norte e nos Estados Árabes é maior em comparação à registrada entre os homens jovens, chegando a 44,3% e a

44,1%, respectivamente. Em contraste, na América do Norte, na Ásia Oriental, Norte e Sul e na Europa Ocidental, a taxa de desemprego juvenil é maior entre os homens do que entre as mulheres. Na esteira da crise financeira, essa diferença invertida de gênero no desemprego juvenil aumentou até mesmo no norte, sul e oeste da Europa e na América do Norte; no entanto, na última região, tem havido alguns sinais de redução das desigualdades nos últimos anos (OIT, 2016).

Apropriando-se de estudos recentes da IOM (2020), observa-se que a Índia continua tendo o maior número de migrantes residentes no exterior, com 17,5 milhões, seguida pelo México, com 11,8 milhões e pela China, com 10,7 milhões de migrantes. Os Estados Unidos da América mantêm o primeiro lugar entre os países de destino, com 50,7 milhões de migrantes internacionais (IOM, 2020).

Em relação ao terceiro estágio do processo migratório feminino mencionado, Delia Dutra (2013, p. 2) acredita que cada sociedade determina o que se espera de cada um dos sexos nas instituições sociais e “[...] o grau de responsabilidade e/ou de submissão assumido por uma mulher migrante varia enormemente conforme a situação social em que se encontre”. Assim, é possível perceber a existência das “[...] diversas variáveis que, em maior ou menor grau, [...] acabam configurando as possibilidades reais de efetivar ou não as mudanças desejadas no processo migratório”.

Portanto, a migração também pode representar uma oportunidade de afirmação e de emancipação feminina, eliminando relações hierárquicas arbitrárias, alterando papéis e práticas marcados pela condição de gênero (BOYD, 1989) e transformando estilos de vida, com importantes reflexos nos projetos de vida individuais e familiares pelos quais são responsáveis. Em alguns territórios, onde as mulheres já alcançaram expressiva emancipação e autonomia, a migração internacional é uma consequência natural e inevitável. Já em outros contextos, é justamente o desejo pela emancipação que leva a mulher a sair do seu local de origem.

A família, a religião, a educação, a economia, a política e o estado são forças sociais com capacidade de estruturar as relações de gênero, sendo fundamentais para questionar as relações de dominação e de exploração, de divisão do trabalho, de sexualidade, entre outras dimensões. Em sintonia com Boyd (1989), Marinucci (2013) ressalta que o próprio contexto cultural das sociedades de origem e de destino gera influência nos papéis e nas limitações da mulher no ato migratório, uma vez que “gênero” é uma construção social e cultural, baseada no que a sociedade espera em

relação aos papéis atribuídos a mulheres e homens.

Nesse caso, numa sociedade normalizada pela cultura da hegemonia patriarcal, a mulher é considerada o apoio, a secundária, a inferior em relação ao homem, enquanto numa sociedade guiada por uma cultura heterogênia, reconhece-se o outro, compartilha-se com o outro, por meio da igualdade de tratamento e de oportunidades para todos os gêneros. E, para (re)lembrar a responsabilidade de cada indivíduo, transcreve-se a importante reflexão de Chimamanda Adichie (2015, p. 48), a partir do olhar sobre padrões de comportamento e de atitudes que caracterizam o indivíduo e a sociedade: “A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura”.

Nesse sentido, a observação de Rosana Baeninger (2013) é pertinente ao sustentar que, para lidar com a migração feminina, é preciso saber respeitar a diversidade cultural, racial e social no mesmo território. Portanto, uma teoria migratória não pode deixar de considerar as mulheres, que representam quase a metade da população migrante do mundo, para que não corra o risco de, como no passado, ignorar sua presença como agentes do fenômeno migratório.

Para a mesma autora (BAENINGER, 2013), os imigrantes internacionais somente terão acesso a recursos sociais e econômicos quando a sociedade acolhedora os assimilar, por meio da convivência coletiva cotidiana e da criação de políticas públicas regionais, nacional e globais, com decisões, planos, metas e ações governamentais claras e contínuas, voltadas para o efetivo desenvolvimento das pessoas e a resolução de problemas migratórios de interesse público.

No Brasil, especificamente a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, rompeu com os fundamentos normativos previstos na Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, chamada de Estatuto do Estrangeiro, concebida no período em que o Estado brasileiro era administrado por militares e considerava aspectos voltados, principalmente, à segurança nacional, apresentando-se como discriminatória e contrária aos fundamentos e princípios da Constituição Federal de 1988.

A Nova Lei da Migração retrata a situação atual dos imigrantes, que até então eram vistos como hóspedes (ou indesejados), e garante em todo o território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, uma série de direitos que anteriormente

não eram concebidos.[24] Vale destacar que a capacidade dos Estados para promover políticas públicas para as mulheres varia segundo seu tamanho e seu nível de desenvolvimento. A nova lei de migração deixa claro que os Estados devem cumprir determinadas obrigações de forma imediata, como a não discriminação pela condição migratória, a inclusão social, trabalhista e produtiva do migrante e a igualdade de acesso a direitos, liberdades, garantias e obrigações. Os Estados também dispõem de certa margem para traçar seus próprios objetivos, estratégias e prazos para alcançar a igualdade para os migrantes, considerando as particularidades dos territórios (IOM, 2020).

Tais condições favorecem os direitos humanos, "[...] ao mesmo tempo em que contribuem para manter, alimentar e produzir novas e múltiplas redes de relações que viabilizam os fluxos migratórios" (TEDESCO; MELLO, 2015, p. 181) e a construção de territorialidades nos lugares por onde os migrantes internacionais passam, vivem e se constituem, num processo constante e fluido de interações, reações e sentimentos experienciados no cotidiano. Ainda, tais práticas "[...] dimensionam o afeto, as obrigações, as compensações, a sobrevivência, [...] e a solidariedade [...]" entre quem ficou no local de origem e quem partiu (TEDESCO; MELLO, 2015, p. 181).

Nesse processo, as redes sociais formadas por laços familiares, amigos ou por solidariedade representam um apoio importante aos imigrantes sem experiência migratória, pois fornecem informações que podem minimizar possíveis problemas ou riscos durante o processo migratório, ao mesmo tempo em que atenuam os efeitos da ausência e da saudade da família e da terra natal, buscando promover um sentimento

[24] Entre os direitos concebidos aos imigrantes estão: a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; direito à liberdade de circulação em território nacional; direito à reunião familiar do imigrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes; medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos; direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável; direito de reunião para fins pacíficos; direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento; direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do imigrante, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; direito a abertura de conta bancária; direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em residência; e direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória. Mais informações da Nova Lei da Migração em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes.

de pertencimento no país receptor, sem deixar de manter as identidades locais, étnicas e culturais do imigrante (SAYAD, 2000).

Contudo, há de se cuidar para não cair em redes sociais que exploram com ameaças ou outras formas de coação, exercendo autoridade sobre a pessoa para fins de exploração laboral e sexual, que afeta as mulheres, muitas vezes, de forma direta. Compreende-se que a presença das redes sociais não exclui o papel do Estado em relação aos fluxos migratórios. Pelo contrário, reitera-se a necessidade da sua participação nas interações, relações e trocas institucionais, por meio de políticas públicas em que mulheres e homens sejam acolhidos com dignidade, incentivando o processo de inserção no novo lugar e o acesso a serviços públicos de assistência e de prevenção à violência de gênero.

À medida que a sociedade compreende a migração como um problema e adota políticas restritivas à circulação, não só discrimina a população migrante e reduz a sua tentativa de uma vida melhor, mas também se torna uma sociedade que impede, ou, no mínimo, limita seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, adotar uma perspectiva de direitos humanos para as migrações internacionais é uma estratégia importante para descontruir representações discriminatórias e violentas e fomentar mobilizações transnacionais pelo reconhecimento de espaços sociais plurais, inclusivos e universais (IOM, 2020).

4 TRABALHO, GÊNERO E MIGRAÇÃO COMO APORTES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nesta seção, coloca-se em evidência as abordagens das dimensões territoriais do desenvolvimento a partir da migração; a territorialidade dos imigrantes internacionais e as relações com as sociedades de origem e de destino; as implicações territoriais da migração internacional em cidades brasileiras; e as categorias de trabalho e gênero na re-territorialização de migrantes.

4.1 Abordagens das dimensões territoriais do desenvolvimento a partir da migração

O território abarca uma grande diversidade e multiplicidade de interpretações, conforme o autor, o contexto histórico, o referencial filosófico e a área do conhecimento. A partir dessa abrangência, é necessário apresentar como se propõe pensar e entender o território nesta investigação. Para isso, utiliza-se a compreensão dos estudos de Haesbaert (2005, 2006, 2010), Raffestin (1993) e Santos (1988, 1994a, 1994b, 2002), os quais permitem vê-lo como uma porção do espaço apropriado por um indivíduo/ator/agente/grupo, que, a partir de suas práticas (ações) e das relações de poder que ali desenvolve, apropria-se tanto física como simbolicamente, domina e dá a noção de limite para esta porção de espaço num território definido. Em outras palavras, o território é um processo de construção social em constante exercício de poder e de relações sociais entre os indivíduos/atores/agentes/grupos com esta porção de espaço apropriado.

Com base na compreensão de território como construção social, utiliza-se a abordagem de Haesbaert, para quem há a dimensão material e a dimensão relacional do território. A material diz respeito à visão predominantemente político-econômica, na qual as formas de apropriação do território ocorrem por meio da produção do espaço pelo Estado e pelas atividades produtivas. Já a dimensão relacional do território dirige o olhar para o valor simbólico, não apenas material, pois o território exerce domínio sobre o espaço tanto para “realizar” funções quanto para “produzir” significados (HAESBAERT, 2006).

A proposição desta tese se aproxima da dimensão relacional, de que “[...] o território é primeiro um valor [...]”, construído a partir de “[...] uma relação forte, ou

mesmo de uma relação espiritual [...]", simbólica e afetiva com os espaços de vida (HAESBAERT, 2006, p. 71). Acredita-se que as relações sociais que compõem os territórios ajudam a compreender a complexidade do mundo contemporâneo, marcado por formas de apropriação social dos espaços mais flexíveis, mutantes e em redes. Nesse sentido, os indivíduos, os grupos sociais, o Estado, as empresas e as instituições, por meio de relações articuladas em diversas dimensões e escalas, constroem as dinâmicas dos territórios.

Por ser relacionais, os territórios "[...] não são, evidentemente paisagens: são atores, interações, poderes, capacidade e iniciativas – condição própria e lugar específico nas ordens (e nas desordens) societais" (REIS, 2005, p. 53). São, portanto, "[...] movimento, fluidez, interconexão" (HAESBAERT, 2006, p. 82). Assim, os territórios estão imersos em relações de dominação e/ou de apropriação pelos atores que o apropriam "[…], ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais "concreta" e "funcional" à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica" (HAESBAERT, 2006, p. 95-96).

Para o mesmo autor, as relações de dominação, influenciadas pelo poder político do Estado, por organizações e conflitos armados, foram, gradativamente, se fortalecendo e reduzindo os espaços apropriados. As rupturas advindas deste processo podem "[...] desempenhar múltiplos papéis de abrigo, recurso, controle e/ou referência simbólica" (HAESBAERT, 2006, p. 96).

Nesse contexto, e tendo em vista o desejo de compreender a territorialidade da imigração feminina internacional, cabe destacar que os processos migratórios e a expansão da territorialidade humana não ocorrem de forma harmônica e cordial; ao contrário, muitas vezes, predominam a resistência e as forças políticas, econômicas, sociais e culturais. Paiva (2013) enfatiza que a construção de territórios de migração reserva vários sentidos e contradições, numa complexa teia de papéis socioeconômicos e de relacionamentos mantidos por mútuas expectativas.

Com base nesses argumentos, faz muito sentido a afirmação de Haesbaert (2006, p. 96), ao destacar que, enquanto alguns imigrantes "[...] se territorializam numa razoável integração entre dominação e apropriação, outros podem estar territorializados basicamente pelo viés da dominação, num sentido mais funcional, não apropriado" (HAESBAERT, 2006, p. 96). Cabe lembrar que a forma de apropriação do espaço é tecida de acordo com o próprio movimento da sociedade que ali habita, relevando a produção territorial.

Diante disso, advém uma questão importante: a reflexão de como a sociedade acolhedora recebe e integra o imigrante. Conforme Silva (2015), com frequência, a sociedade acolhedora percebe o imigrante apenas como força de trabalho, esquecendo que ele transmite conhecimentos, experiências, ideologias e valores culturais, que muito contribuem para o desenvolvimento dos territórios.

No Vale do Taquari/RS, é evidente a relevância dos imigrantes ao longo da sua história, tanto na materialidade visível e no que é mensurável, quanto no conjunto de relações sociais que constituem a dinâmica dos movimentos e as transformações do seu território. Os princípios, os valores e a diversidade produtiva que caracterizam a região recebem a influência da população imigrante. Esse entendimento é necessário para eliminar a ideia de que os imigrantes são inferiores (SILVA, 2015), menos capazes, ou um problema para a sociedade, conforme já mencionado.

A discriminação à raça, ao gênero, à idade, à escolaridade, à origem cultural, à classe social, à experiência, ao grau de domínio do idioma local, entre outros marcadores sociais é estabelecida por relações de dominação que provocam violência simbólica. Homens e mulheres migrantes sofrem violência simbólica, uma vez que, segundo Bourdieu (1989, p. 11),

> Os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) [...] para a domesticação dos dominados. As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses [...].

Tal violência gera diferenças de integração, de inserção laboral, de rendimentos e de *status* ocupacional. Em larga medida, os imigrantes ocupam cargos de trabalho semiqualificados ou não qualificados, em comparação aos nativos. Ademais, acredita-se que a condição de migrante acentua a violência simbólica por causa da situação de vulnerabilidade que ela acarreta.

Nessa perspectiva, Haesbaert (2005, 2006, 2010) e Santos (1988, 1994b) reafirmam a dimensão relacional como forma de desenvolvimento, a partir da identificação com o território, da construção ideológica e do imaginário territorial ao alcance de todas as pessoas, de todas as instituições e de todas as organizações e, por entenderem que o território é a extensão de espaço apropriado e usado, é simultaneamente território de vida e de trabalho, material e imaterial; portanto, precisam ser considerados e devem ser alcançados por todos, por meio de políticas

públicas específicas que proporcionem dignidade às pessoas, sobretudo, aos imigrantes, como forma de extinguir, ou, pelo menos, minimizar o paradigma da vulnerabilidade em situação migratória.

Assim, a dimensão relacional permite pensar em territorialidades como práticas territoriais, ou seja, como espaços “vividos”, relacionados à maneira como as pessoas ocupam e transformam esses espaços para melhores condições de reprodução social, dando-lhes sentido e significado.

Para tanto, assume-se que nem toda a territorialidade está contida dentro do território. Essas práticas podem estar espalhadas no cenário da mobilidade (locais de origem, percurso e destino), porque o “[...] território, antes de ser posse, é expressão” (SOUZA, 1995, p. 99), que é refletida em diversos espaços, em suas inúmeras faces, a partir da simultaneidade dos processos de “desterritorialização” e de “reterritorialização”, isto é, ao mesmo tempo em que se abandonam territórios, criam-se novos (HAESBAERT, 2006).

Contudo, de acordo com Haesbaert (2006), os territórios abandonados nunca se destroem; permanecem as territorialidades subjetivas (território imaterial), que acabam determinando uma nova produção (reterritorialização), dotada de mais sentido de reprodução humana, numa sequência que dá origem a um ciclo, absorvendo a cada momento novas territorialidades, numa escala em que, como afirma Santos (1988), o cotidiano é mais uma das dimensões do espaço.

A compreensão de Santos (1988) também é a de Haesbaert (2006, p. 138), quando reitera que a “[...] a vida é um constante movimento de desterritorialização e de reterriorialização, pois estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”. Os imigrantes, nesse contexto, inserem nos espaços percorridos traços culturais, que, com o passar do tempo, integram-se à cultura local por meio da miscigenação, surgindo as territorialidades e confirmando a reprodução do espaço a partir do processo migratório.

As territorialidades construídas pelo imigrante terão aspectos singulares, a partir de sua bagagem imaterial de identidade e de papéis sociais, resultando numa reterritorialidade própria e em construção, não definida nem acabada, pois a dinamicidade do cotidiano é essencial, enquanto as multiterritorialidades se nutrem da espacialidade-temporalidade (HAESBAERT, 2006).

4.2 As territorialidades dos imigrantes internacionais e as relações com as sociedades de origem, de percurso e de destino

Partindo da compreensão de que o território só se forma a partir da ação de um indivíduo/ator/agente/grupo, pode-se assegurar que estes também territorializam o espaço. A territorialização do espaço é um componente indissociável da condição humana, entendida como um processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. Em síntese, corresponde às relações sociais e às atividades diárias que homens e mulheres mantêm com seus territórios. Apropriando-se do repertório de Saquet e Briskievicz (2009, p. 6), "é o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana".

Nesse sentido, a identidade é construída, desconstruída e reconstruída por meio das múltiplas "relações-territorialidades" que se estabelecem diariamente, envolvendo valores materiais e imateriais, no mesmo lugar ou em lugares diferentes, como ocorre com os processos migratórios (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2009). O imigrante, ao deslocar-se de um território para outro, precisa adaptar-se a uma nova cultura, a um idioma diferente, a novos hábitos e atividades laborais, enfim, a uma dinâmica de vida nova, num movimento de produção e de renovação de identidades. Há, consequentemente, novas territorialidades através da incorporação de novos elementos sociais, independente do lugar.

Como resultado desses processos de construção social e de identidade, surge a perspectiva de correlacionar territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Conforme enfatizam Guattari e Rolnik (1986, p. 323), "o território pode desterritorializar-se, isto é, abrir-se, [...] e até sair do seu curso e se destruir [...]", pois ele é movimento, ritmo, "rel-ação" de territorialização e de desterritorialização, sendo a reterritorialização o movimento de construção do território.

Por meio desse raciocínio e considerando o projeto de imigração, pode-se pensar a desterritorialização das mulheres imigrantes internacionais no sentido de perda de uma "experiência" ou de uma "sociabilidade no espaço", consequência dos processos de segregação e de exclusão socioespacial. Como afirma Haesbaert (2005), a perda de laços de identidade territorial, destituídos de valores e de costumes de origem, a que o imigrante está sujeito pela força da própria imigração, constitui um dos indicativos da desterritorialização.

No caso de algumas mulheres imigrantes internacionais, além da perda de valores adquiridos no país de origem, ficam sem seus familiares, especialmente, seus filhos. Não raramente, essa condição está atrelada a dar continuidade ao modo de vida ou a buscar uma vida melhor para eles, sendo o eixo das decisões, o sustento da família à distância.

A experiência migratória e a vivência no território particularizam-se, levando cada mulher a desenvolver diversas estratégias de produção de um espaço. Mas Rodrigues e Vasconcelos (2010) convidam para um olhar mais amplo sobre a migração feminina internacional, desconstruindo visões reducionistas e esteriotipadas de mulheres subjugadas nas sociedades de origem, passando a percebê-las como mulheres em busca de transformação da sua vida e das condições que as rodeiam nas sociedades de destino e de acolhimento.

Desse modo, pode-se relativizar o caráter desterritorializado do imigrante, na medida em que “[...] os processos de desterritorialização são inseparáveis dos de territorialização, (uma vez que) toda saída de um território implica a construção de outro” (HAESBAERT, 2005, p. 43). É o que foi observado entre as mulheres imigrantes entrevistadas. Para elas, o trabalho formal teve centralidade na reterritorialização, como territorialidade e como componente de identidade. Nesse sentido, a reterritorialização não é simplesmente uma transferência da identidade de origem, mas uma força do imigrante ou do grupo de imigrantes, responsável pela sua coesão (HAESBAERT, 2005).

Observa-se, nesse sentido, que a construção de territorialidades é marcada pelo movimento de apropriação simbólica dos diferentes grupos sociais e das relações políticas e econômicas que condicionam suas vidas e dão ritmo ao desenvolvimento local. As relações cotidianas, seja por meio de redes sociais, seja através de outras organizações, reforçam-se mutuamente numa certa unidade para a geração do novo lugar de vida (SAQUET, 2015).

Especificamente no plano das redes sociais, destaca-se a capacidade de gerar benefícios aos seus integrantes, como a possibilidade de acesso a usufruir e compartilhar informações e inovações; a oportunidade de exercício de poder, de controle e de influência; e a capacidade de alavancar e de gerar solidariedade (VALE, 2007a). Nessas condições, as redes sociais representam um meio importante para o projeto migratório, pois ligam as comunidades de origem aos pontos específicos de destino, constituindo-se numa estrutura afetiva que serve de referência para quem as

integra, contribuindo para uma melhor adaptação e manutenção dos costumes, uso da língua materna e afirmação da origem nacional, o que gera sentimento de solidariedade entre os imigrantes e a construção do pertencimento na sociedade acolhedora.

Em meio a esse contexto, os imigrantes internacionais buscam reconstruir suas identidades, a partir das novas relações interpessoais estabelecidas no contato com as sociedades de percurso e de destino. Sua bagagem cultural rica e diversificada, ao entrar em contato com a cultura receptora, gera novas possibilidades. Desse modo, “há, sempre, recriação, novas territorialidades, novas identidades, novos arranjos territoriais, redefinições, novos significados [...]” (SAQUET, 2015, p. 163) e múltiplos resultados, numa constante des-re-territorialização (HAESBAERT, 2006).

Contudo, é preciso mencionar que, em diferentes países de trânsito e destino migratório, as esferas governamentais responsáveis pela administração e pelo controle das migrações internacionais se reestruturam e se organizam para militarizar fronteiras e construir muros, afetando as condições de mobilidade e os direitos humanos das pessoas migrantes (ANGUIANO TÉLLEZ, 2010).

Essas barreiras promovem uma “zona de exclusão”, em que os imigrantes são vítimas de preconceito, de discriminação e de xenofobia por estarem num lugar que não lhes pertence. Nesse lugar, afirmam-se as diferenças (ARENDT, 1999), para justificar a não participação do outro nos mesmos espaços. Sem acolhimento, os imigrantes são excluídos da vida política, econômica, social e territorial. E é nestas condições que muitos imigrantes internacionais se encontram. Ou seja, migram para encontrar oportunidades que possam reconstruir ou manifestar sua identidade, mas deparam-se com restrições territoriais de ingresso, de circulação e de permanência.

Dito isso, concorda-se com Haesbaert, ao asseverar que a desterritorialização para cada grupo social é distinta. Para os ricos, é segura, flexível, no sentido de propiciar experiências múltiplas de uma mobilidade opcional. Já para os pobres, a desterritorialização é insegura, resultado da plena falta de alternativas, de flexibilidade, imersa em experiências múltiplas imprevisíveis em busca da simples sobrevivência diária (HAESBAERT, 2001).

O acolhimento, a aceitação e a integração da diversidade e da pluralidade deve ser “[...] a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 1999, p. 16). Esta constatação não é um jogo de palavras, mas

implica perceber as pessoas em suas singularidades.

4.3 As implicações territoriais da migração internacional em cidades brasileiras

As cidades são importantes locais de relações sociais, culturais, econômicas e políticas, além de fluxos migratórios. Nelas há organizações industriais, comerciais e de serviços (financeiros, religiosos, educacionais, entretenimento, lazer), que Castells (1983) denomina de “aglomerados funcionais”, que diferem entre as cidades e podem ser classificadas de acordo com suas atividades predominantes. Essa classificação permite compreender o uso de adjetivos para falar das características de uma cidade como, por exemplo, cidade satélite, cidade polo, cidade interiorana (LENCIONI, 2008), ou cidade primaz, cidades regionais, cidades sub-regionais, cidades locais (FRIEDMAN, 1972), entre outros adjetivos. Logo, a cidade é uma área urbanizada que combina elementos que a tornam distinta de outros espaços.

As faixas hierárquicas das cidades geralmente são expressas pelo número de habitantes, sendo classificadas como pequenas, médias, grandes, metrópoles, megacidades ou megametrópoles, megalópoles e globais. No Brasil, segundo o IBGE, uma cidade pequena tem até 100 mil habitantes, uma cidade de porte médio tem entre 100 mil a 500 mil habitantes e uma cidade grande tem mais de 500 mil habitantes, independente de sua área territorial ou taxa de urbanização. Este conceito recebe muitas críticas, especialmente de geógrafos e urbanistas, por acreditarem que a base quantitativa de habitantes é insuficiente para refletir as relações intra e interurbanas. Para esses profissionais, uma cidade com 110 mil habitantes, distribuídos numa malha urbana dispersa e com relações voltadas para atividades rurais, por exemplo, não traduzem o dinamismo e a centralidade expressa como cidade de porte médio (BERGAMASCHI, 2014).

As cidades metrópoles são as que possuem um número populacional acima de um milhão de pessoas; as megacidades ou megametrópoles têm um contingente populacional acima de dez milhões de pessoas, habitando um determinado espaço; as megalópoles não necessariamente apresentam agrupamento físico, mas econômico e territorial; já as cidades globais fazem referência à sua capacidade de influência sobre outros centros urbanos em diferentes partes do mundo. Para as cidades globais, foram criados três níveis de qualificação: o nível Alfa, para as cidades de maior influência no mundo; o nível Beta, para cidades de nível intermediário de

influência; e o nível Gama correspondente às cidades globais de menor nível de influência mundial (BOTELHO, 2018).

A cidade de São Paulo está no primeiro nível de influência, ou seja, é uma das cidades globais do nível Alfa; Rio de Janeiro encontra-se no nível intermediário de influência, sendo uma das cidades Beta; já Curitiba está no terceiro nível, como cidade Gama. Na região sul do Brasil, Porto Alegre possui porte de cidade grande, com população estimada em 1.488.252 (IBGE, 2020d), sendo uma metrópole nacional e a capital do estado do Rio Grande do Sul. Por essa expressividade, deve manter relações nas escalas regional, nacional e internacional, buscando desenvolver-se com qualidade.

No Vale do Taquari/RS, Lajeado classifica-se como cidade pequena pelo tamanho demográfico (pouco mais de 85 mil habitantes), porém, considerando sua funcionalidade e capacidade de atendimento da demanda regional, a oferta de serviços de maior complexidade e qualidade, o comércio, as atividades industriais e o mercado consumidor, a influência, a importância e as interações espaciais, pode vir a tornar-se uma cidade média (que é diferente de uma cidade de porte médio, definida pelo parâmetro demográfico).

A discussão em torno das faixas hierárquicas para a classificação das cidades e a falta de consenso não é recente. Por isso, além do critério da dimensão demográfica, envolvendo número de habitantes, grau de urbanização e sistema de povoamento, é preciso levar em conta a dimensão simbólica, tendo em vista que esse espaço é o lugar onde distintos grupos sociais vivem e se relacionam (CORRÊA, 1989), produzindo territorialidades a partir de suas crenças, valores, saberes, práticas e trocas, que constituem a produção histórica e social, que é um produto das ações das pessoas estabelecidas naquele território. Portanto, as cidades não têm “[...] significado apenas na materialidade visível e no que é mensurável [...]”, mas também “[...] no conjunto de relações que pode manter com outros elementos da vida social” (ALMEIDA, 2015, p. 184-185).

As cidades tornam-se atrativas, sobretudo, à imigração internacional, quando oferecem dinamismo e funcionalidade com o espaço, por meio de condições necessárias de moradia, de saúde, de educação e de segurança, além de oportunidades de trabalho. O crescimento e o desenvolvimento de cidades brasileiras interioranas de porte pequeno e médio, em áreas não metropolitanas, a partir da década de 1970, são significativos, o que se reflete nos fluxos migratórios, como

afirmam Stamm *et al*. (2013).

> As atuais cidades de porte médio não metropolitanas exerceram grande atração de fluxos migratórios, e algumas delas atingiram e/ou irão atingir um estágio submetropolitano, cuja dimensão varia segundo as dinâmicas de cada região brasileira. Nessa perspectiva de crescimento, as cidades de porte médio não só cumpriram o papel de contenção dos fluxos migratórios, que se dirigiram para os grandes centros em períodos anteriores, mas também representam a dispersão da população nacional, a qual está relacionada à desconcentração industrial e à mobilidade da fronteira agrícola (STAMM *et al*., 2013, p. 258).

Nesse contexto, o Rio Grande do Sul e o Vale do Taquari/RS protagonizaram crescimento demográfico significativo de imigrantes internacionais a partir da década de 2010. No Vale, no período entre 2010 e 2018, constatou-se a vinda de um número expressivo de imigrantes internacionais, especialmente haitianos, além de outras nacionalidades. Lajeado, Encantado, Poço das Antas, Arroio do Meio, Estrela e Teutônia foram os municípios que mais absorveram mão de obra estrangeira nos setores ligados ao abate de animais, ao processamento de carnes e leite e à construção civil.

Essa atração se justifica essencialmente pela dinâmica da economia regional e pelo interesse de empresas locais, que foram ao encontro de imigrantes laborais, em momentos de maior necessidade de recursos humanos. Há de se considerar, aqui, a parcela de nativos que não se candidata a vagas com baixo *status* social (funções operacionais repetitivas, ambientes de trabalho com baixa temperatura, trabalho noturno, trabalhos em finais de semana, entre outras características), as quais são ocupadas pelos imigrantes internacionais. As vagas de trabalho representam oportunidades e também revelam formas veladas de segregação da população receptora em relação à população imigrante.

Com base no período analisado, é possível afirmar que o perfil dos imigrantes internacionais no Vale do Taquari/RS reflete uma imigração laboral, uma vez que, em 2010, eram 60 imigrantes no mercado de trabalho formal; já em 2018, foram 1.310 imigrantes com carteira assinada, sendo a predominância masculina, a maioria formada por solteiros, mas também há casados, com idade entre 30 e 39 anos. O grau de instrução prevalecente é o equivalente ao ensino fundamental, destacando que alguns completaram essa formação, enquanto outros não. Também há imigrantes com ensino médio completo. A maior parte dos imigrantes internacionais recebe uma renda média de um e meio a dois salários mínimos (BRASIL, 2019).

4.4 As categorias de trabalho e gênero na re-territorialização de migrantes: caminhos e descaminhos para o desenvolvimento territorial

O trabalho e as migrações são categorias tradutoras de ideologias e de representações construídas socialmente. Assim, de acordo com os momentos históricos, as formas e concepções de trabalho e de migração passam por variações. O sonho de ter um trabalho, de ter uma identidade profissional, de ter qualidade de vida, de sustentar a família, de estudar, de viver sem medo da violência, entre outros, levam muitos migrantes a deixar seus lugares de origem, num destino que tem o mundo como limite geográfico.

A ideia de “mundo como limite geográfico” tem relação com a definição de globalização, o que é um tema complexo, pois possibilita distintos olhares e interpretações. Ou seja, ao mesmo tempo em que a globalização remete a um espaço dinâmico, totalmente integrado, de mobilidade instantânea, sem fronteiras e de oportunidades, ela também acentua desigualdades internacionais e promove fluxos migratórios segundo o modelo econômico dos países ricos, que concentram o capital e a comercialização de bens e serviços (CEPAL, 2002), o que leva ao desnivelamento da distribuição de renda e, consequentemente, da cooperação mundial.

A migração, nesse contexto, é um processo inevitável, que aponta desafios e descaminhos, mas também possibilidades e caminhos de re-territorialidades, pois a aparente desterritorialização do lugar de origem é o primeiro passo de uma reterritorialização no lugar de destino. A reterritorialização é compreendida como a construção de novos territórios “[...] tal como a multiterritorialização do nosso tempo carrega sempre a própria multivalência, o múltiplo, o sincrético ou [...] para usar o termo da moda, uma condição híbrida” (HAESBAERT, 2006, p. 365).

No território de destino, o imigrante depara-se com novas condições econômicas, políticas, sociais e culturais, que vão influenciar a sua vivência e gerar comparações com as territorialidades do antigo território (de origem). Todas essas experiências levam a novas territorialidades, ou melhor, a múltiplas territorialidades, pois mesclam as influências vividas aqui e lá.

> Mais do que “território” unitário como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou “multiterritorialidade”, melhor expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização, principalmente agora que a(s) mobilidade(s) domina(m) nossas relações com o espaço. [...] No

> caso de um indivíduo e/ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (HAESBAERT, 2006, p. 341 – grifos do autor).

A dinâmica entre o aqui e o lá possibilita re-territorialidades, faz "[...] nascer virtualidades e contrariedades, complementariedades e antagonismos, que têm por resultado, configurações novas [...]" (HANCIAU, 2005, p. 138). Estas configurações poderiam ser a ideia de mundo globalizado, de trabalho e renda para todos e de equidade de gênero.

É preciso perceber a emergência de novos discursos e práticas, pois, num mundo globalizado, imigrantes não podem ser chamados de *outsiders,* pessoas estranhas, recém-chegadas, ou as "de fora" (ELIAS, 2000). Além de muitos imigrantes trabalharem na linha de produção das indústrias como mão de obra barata, aceitando o que lhes é proposto, são discriminados nos lugares de destino.

Na tentativa de diminuir ou de superar os efeitos da precariedade e da exclusão laboral, as mulheres se mobilizaram por melhores condições e por igualdade de direitos civis (direito à vida, à liberdade, à igualdade, à migração), políticos (participação na sociedade) e sociais (educação, trabalho, salário justo, saúde), em vários países da Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX. A partir dessa mobilização das mulheres, a ONU oficializou o Dia Internacional da Mulher, em 1921 e, posteriormente, a incluiu nas discussões sobre um novo modo de vida, criando a Década da Mulher.

Na década de 1975-1985, várias conferências sobre a mulher foram realizadas em todas as partes do mundo, representando avanços na defesa pela igualdade de gênero, entre eles, uma agenda social compartilhada por diferentes países, com recomendações e metas para integrar as mulheres e a questão do gênero em todos os níveis de governo e nas atividades correlatas de todas as agências da ONU.

Dessas conferências e dos respectivos debates, emergiram considerações de realidades laborais já conhecidas, caracterizadas por categorias de trabalho não remunerado e de trabalho informal, que, em grande medida, são desempenhados por mulheres. O trabalho não remunerado refere-se ao realizado no âmbito privado, como as atividades domésticas, para consumo próprio e do grupo familiar, não sendo considerado como trabalho, nem é computado nas estatísticas econômicas. Porém, quando as mesmas atividades são realizadas por uma pessoa contratada para esse fim, sendo devidamente remuneradas, elas são computadas como trabalho formal,

com a denominação de serviço ou emprego doméstico (BRUSCHINI, 2006). Embora seja uma profissão regulamentada por lei, infelizmente, não está isenta da violação de direitos.

A categoria trabalho informal refere-se à produção ou à prestação de serviços em pequena escala, classificada como mão de obra pouco qualificada, de baixo nível de organização e de renda, ocupado por pessoas que, na maioria das vezes, deixaram de procurar emprego. Os trabalhadores informais utilizam um espaço na cadeia produtiva, à medida que ajudam a escoar produtos diversos, serviço realizado por vendedores ambulantes e de ponto fixo, por catadores na reciclagem de materiais advindos das organizações (papel, papelão, metal, plástico, vidro e outros) ou ainda prestando serviços para pessoas físicas e jurídicas. “Isso não significa, porém, que esta inserção seja importante na geração de renda. Pelo contrário, ela é extremamente precária [...], além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos [...]” (JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2000, p. 11) a esses trabalhadores.

A origem da informalidade é atribuída a fatores como o desempenho da economia, a substituição de trabalho por formas renovadas de produzir mediante novas tecnologias, os novos modelos de gestão do trabalho adotados por algumas empresas, com vínculos alternativos de contratação de trabalho, como o trabalho em tempo parcial, o trabalho por tempo determinado ou temporário e o trabalho intermitente[25], além da excessiva regulamentação da economia pelo Estado, que impõe barreiras legais e dificulta a sobrevivência do trabalhador informal (POCHMANN, 2000).

Nesse processo, as opções de terceirizar e de subcontratar mão de obra se intensificam e contribuem para simplificar tarefas e ocupações laborais até então existentes nos quadros funcionais das grandes empresas. Com isso, ganham dimensão as ocupações na categoria informal. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD COVID-19), publicados pelo IBGE (2020a), apontam 29,1 milhões de pessoas no mercado de trabalho informal no Brasil até a

[25] O contrato de trabalho por tempo parcial é de 30 horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares, ou de 26 horas semanais com a possibilidade de acréscimo de até 6 horas suplementares semanais; o contrato de trabalho por tempo determinado ou temporário é o contrato com datas de início e de término definidos; e o contrato de trabalho intermitente é o firmado para o trabalhador atuar em dias ou horas alternados, ou seja, significa que o trabalho é desenvolvido com intervalos ou interrupções.

quarta semana de maio de 2020, representando 34,5% em relação ao total de trabalhadores formais (84,4 milhões) no mesmo período. Quanto ao número de desempregados no país, eram 14,4 milhões até a quarta semana de setembro do mesmo ano (IBGE, 2020a).

Os números são influenciados pela crise sanitária mundial, consequentemente, pelas medidas de contenção da pandemia da Covid-19, somados à frágil conjuntura econômica e política do país, atingindo famílias, sobretudo mulheres, geralmente de menor escolaridade, em atividades ligadas ao comércio. Observa-se também a crescente participação de negros e imigrantes entre os trabalhadores informais e desempregados no país (IBGE, 2020a).

Esse cenário desfavorável à construção da autonomia financeira e da cidadania dos grupos historicamente oprimidos não pode ser ignorado nas análises da globalização e das mudanças em curso no mundo do trabalho, nem nas políticas públicas para a retomada da economia com o horizonte de justiça social.

5 A (IN)VISIBILIDADE DA MIGRAÇÃO FEMININA INTERNACIONAL NOS MUNICÍPIOS DO VALE DO TAQUARI/RS E SUAS DIMENSÕES TERRITORIAIS

Nesta seção, descrevem-se as narrativas a partir das entrevistas com as mulheres imigrantes internacionais. Por meio das narrativas, carregadas de histórias e lembranças, foi possível aproximar-se da experiência, tal como ela é vivida pela mulher imigrante. Também são descritos os registros dos diários de campo[26], com percepções observadas no campo de pesquisa, e as territorialidades a partir da cartografia.

5.1 A existência do ser migrante nas vozes femininas: perfil, trajetórias e significados

Inicialmente, apresenta-se o perfil de cada uma das sete mulheres imigrantes internacionais participantes da pesquisa, para conhecer quem são as interlocutoras sobre as quais versa esta construção; na sequência, o respectivo diário de campo, seguido de um quadro que sintetiza as principais informações do perfil. As apresentações seguem a ordem natural dos acontecimentos, ou seja, a ordem da realização das entrevistas.

Ismenya, negra, 31 anos de idade, nasceu no Haiti, numa comunidade chamada Saint Michel de l'Attalaye. Seus pais tiveram três filhos, duas meninas e um menino, que permanecem na mesma localidade. Em função de dificuldades financeiras, os filhos não tiveram oportunidade de completar os estudos. A escolaridade de Ismenya equivale ao ensino fundamental, mas fala três idiomas – crioulo, francês e espanhol, e arranha o inglês.

Casada há sete anos, tem duas filhas. O marido veio ao Brasil há seis anos e ela, depois, há três anos. Veio de Saint Michel de l'Attalaye com a filha de 2 anos nos braços para se juntar ao marido e fazer a vida em Poço das Antas/RS. Após quatro meses no município, conseguiu emprego no frigorífico de suínos.

No frigorífico, base do emprego dos haitianos no município, ela desossa suínos durante o dia, enquanto o marido trabalha à noite, na mesma empresa. Essa foi a

[26] Os registros dos diários de campo estão escritos na primeira pessoa do singular, expressando os sentimentos e as experiências vivenciadas pela pesquisadora.

“logística” que eles encontraram para conciliar o cotidiano após a chegada da segunda filha, uma “brasileirinha” de 4 meses, e o trabalho, com a anuência da empresa, porque, até então, ambos trabalhavam no turno da noite.

De estatura alta, cabelos pretos e curtos trançados, Ismenya é muito educada, tímida e vaidosa. Reside com o marido e as filhas numa casa alugada de dois andares, o primeiro, de alvenaria, e o segundo, de madeira, ambos simples, em área central do município.

Vale destacar que, para chegar até a Ismenya, houve uma linda articulação e colaboração de pessoas, que iniciou no dia 2 de setembro, no turno da manhã, quando contatei, por telefone, a área de Recursos Humanos (RH) de uma cooperativa situada em Teutônia/RS. Após me apresentar como professora da Univates e estudante de doutorado, a coordenadora dessa área diz que me conhece, que fui sua professora num dos componentes curriculares da graduação, que ela está cursando na modalidade a distância. Senti imensa felicidade e o peso da responsabilidade do meu ofício, além da convicção de que não éramos desconhecidas, mesmo não a associando como estudante antes do contato.

Após seu comentário, foram explicados os objetivos da pesquisa de campo e perguntado se a empresa tinha em seu quadro laboral mulheres imigrantes. De imediato, a coordenadora disse que sim. Diante da resposta positiva, solicitou-se ajuda para uma aproximação com as mulheres, visando entrevistá-las. De forma muita atenciosa, a coordenadora destaca que, para conversar com colaboradores no ambiente de trabalho, necessita-se de autorização da direção da cooperativa, por meio de encaminhamento de pedido formal, que é analisado, e após comunica-se o deferimento ou o indeferimento.

É informado que não se deseja usar o ambiente de trabalho para as entrevistas, considerando o tempo necessário para cada diálogo, e reitera-se que a ajuda necessária é para o primeiro contato com as mulheres imigrantes que atuam há mais de dois anos na cooperativa. A partir desse primeiro contato, as entrevistas seriam agendadas em outros locais, fora do ambiente laboral. A coordenadora compreende a explicação e conclui que, neste caso, não haveria necessidade de um pedido formal. Fica em silêncio por alguns segundos e, em seguida, comenta que na unidade da cooperativa em Poço das Antas/RS, havia mulheres imigrantes que atenderiam as necessidades da pesquisa.

Ela pede se é possível aguardar ao telefone para que possa falar com a

responsável da área de RH da unidade de Poço das Antas/RS. Digo que sim, agradeço a atenção, despeço-me e aguardo. Passados aproximadamente oito minutos (tempo que a coordenadora conversou com a colega), a responsável pelo RH da unidade de Poço das Antas/RS me cumprimenta, sinalizando que ela tentaria me ajudar. Retribuo o cumprimento, apresento-me e começo a explicar a pesquisa, repetindo parte das informações já passadas à colega. Ao concluir a explicação, a profissional diz: *"vou indicar uma pessoa que vai te ajudar a chegar nas imigrantes mais do que eu"*. Manifesto alegria e pergunto quem é essa pessoa e ela responde: *"Minha mãe*. *Minha mãe conhece todos eles aqui em Poço* (referindo-se aos haitianos residentes no município). *Vou te dar o telefone dela e tu fala com ela"*. Anotei o número, o nome e combinei que ligaria no turno da tarde, para dar tempo de ela falar com a mãe no intervalo do horário do almoço, para que, quando recebesse minha ligação, soubesse do assunto. Depois de tudo combinado, agradeci e nos despedimos.

No mesmo dia, às 14 horas, liguei para a dona Gelsi, mãe da responsável pelo RH da cooperativa em Poço das Antas/RS. Conforme o esperado, ao me apresentar, ela sabia quem eu era e o motivo do meu contato. Conversamos por quase 10 minutos. Ela mencionou o que a filha já havia dito: *"aqui em Poço eu conheço todos os haitianos, dou aula de português para algumas crianças, filhos de haitianos, e vou te ajudar".*

Quase sem saber o que dizer para agradecer-lhe, pergunto se posso adicioná-la no *WhatsApp*, para agendarmos o encontro, conciliando a disponibilidade dela com a da imigrante a ser entrevistada. Prontamente achou a ideia ótima e pediu que eu fizesse isso logo após a ligação, pois, mais tarde, teria um encontro com um casal haitiano e já tentaria agendar. Ela perguntou ainda se tinha preferência por algum dia da semana, mas a lembrei de que, considerando o trabalho formal da imigrante, acreditava que sábado, domingo ou feriado seriam opções viáveis. Sugeri os dias 5, 6 ou 7 de setembro, nos turnos da manhã ou tarde. Ela disse que verificaria, destacando que a imigrante não viria sozinha, tendo em vista a dificuldade de falar em português: *"O marido certamente vem junto, para traduzir"*. Respondi que não haveria problema e combinamos que ela verificaria a data e me comunicaria. Ao nos despedirmos, o sentimento foi de gratidão mútua.

No dia 3 de setembro, às 9h36min, recebi mensagem da dona Gelsi, por *WhatsApp*, informando que a entrevista estava agendada para o domingo, dia 6, às

14 horas, em Poço das Antas/RS. Muito feliz, agradeci e solicitei o endereço do encontro. Gentilmente, ela forneceu o endereço da sua casa e disse que de lá iríamos juntas à residência da imigrante. Mais uma vez agradeci e confirmei a presença no dia e na hora marcados.

No dia 5 de setembro, às 17h37min, novamente por *WhatsApp*, recebi uma mensagem da dona Gelsi comunicando que a entrevista teria que ser remarcada, pois o casal haitiano lembrou que teria um aniversário. Na sequência, enviou uma mensagem de voz, pelo mesmo aplicativo, dizendo que eles continuavam disponíveis, no aguardo de reagendarmos uma nova data. Respondi (por escrito) que compreendia o compromisso e questionei se poderia ser no dia seguinte, no mesmo horário (14 horas). Ela informou que iria consultá-los e responderia o mais breve possível.

No dia 6 de setembro, próximo das 11 horas, ouço o som de mensagem no meu celular. Corro para olhar, confiante que era a dona Gelsi. E era! A mensagem era clara e objetiva, dizendo que o encontro estava agendado para o dia seguinte, no mesmo horário, conforme havia sugerido. Imediatamente, respondi confirmando a presença e agradecendo, mais uma vez, todo seu empenho na articulação da entrevista. Os detalhes desse encontro estão descritos no primeiro diário de campo, a seguir.

Diário de campo nº 1
Dia: 7 de setembro de 2020 (segunda-feira)
Local: Poço das Antas/RS
É 7 de setembro, feriado nacional. O dia está chuvoso. Aliás, os últimos três dias têm sido assim no Rio Grande do Sul. A temperatura é baixa, típica do inverno no sul do Brasil. Mas nem a chuva, nem o frio atrapalham meu deslocamento para entrevistar uma imigrante haitiana. Saí de casa com antecedência, para garantir pontualidade. Cheguei a Poço das Antas/RS e rapidamente localizei a casa da dona Gelsi, pois o município é pequeno e sua residência situa-se na área urbana, de fácil acesso. Estaciono o carro, visto a máscara de proteção ao coronavírus e logo vejo uma mulher de estatura baixa e de cabelos castanhos claros na altura dos ombros se aproximando, também de máscara. É a dona Gelsi! De braços abertos e sorriso visível pelos olhos, foi inevitável um grande e recíproco abraço. Por alguns instantes, inconscientemente, esquecemos a necessidade do distanciamento social. Imediatamente, a imagem e o gesto da dona Gelsi remeteram-me à lembrança das

(Continua...)

(Continuação)

minhas avós (*in memorian*), tão afetivas e gentis com as pessoas, inclusive com as pouco conhecidas, consequentemente, compreendi a razão de os haitianos a chamarem de “mãe”.

Definitivamente, é possível ser mãe sem o imperativo sanguíneo, simplesmente pelo fato de gostar de ajudar, de cuidar, de zelar, de respeitar (BOFF, 2013). A dona Gelsi “cuida” dos imigrantes – intermedeia documentos e passaportes, agenda consultas médicas, ministra aulas de português para as crianças na sua casa, acolhe as crianças quando os pais necessitam, recebe prestadores de serviços em horário comercial nas casas dos haitianos para que não se ausentem do trabalho, além de visitá-los semanalmente em suas residências.

Dona Gelsi me convidou para ir a pé até a casa do casal, que fica a poucos metros da sua. Ao chegar ao portão da casa, o esposo da Ismenya informa que ela não está, mas que logo chegará. Constrangido em nos receber no lar haitiano, pede à dona Gelsi que a entrevista seja realizada na casa dela. Retornamos e dona Gelsi me convidou para entrar na sua casa, ampla, aconchegante, com vista para muitas árvores e flores.

Em seguida, chegou o esposo da Ismenya e a filha mais velha, acompanhados de um haitiano, amigo da família. Ismenya, protagonista do encontro, veio aproximadamente 20 minutos depois, com a filha de colo nos braços. Vaidosa, ela quis fazer “tranças” nos cabelos afros para sentir-se mais bonita e apresentável para a entrevista. Aproxima-se das cadeiras em que estávamos sentados em torno da mesa e cumprimenta, gesticulando a cabeça. Usava um lindo vestido estampado longo e um casaco preto grosso. Cumprimento e explico o objetivo da entrevista e da assinatura no TLCE.

Aos poucos, nos sentimos desinibidas e, contando com a tradução do marido em vários momentos, foi possível conhecer sua trajetória de vida e suas práticas cotidianas. Seus olhares, gestos, sorrisos e silêncios também me instigaram a refletir e me desafiaram a aprender a ler a imigração internacional como “leituras de classes” como se fossem textos, conforme alerta Paulo Freire (1995, p. 68): “Se, para a leitura de textos, necessitamos de instrumentos auxiliares de trabalho como dicionários [...], também para a leitura de classes, como se fossem textos, precisamos de instrumentos menos fáceis de usar”. O autor prossegue explicando: “Precisamos, por exemplo, de bem observar, de bem comparar, de bem intuir, de

(Continua...)

(Conclusão)

bem imaginar, de bem liberar nossa sensibilidade [...]".

A leitura de classes é desafiadora e nos coloca em permanente movimento de atenção aos acontecimentos, sem esquecer que compomos esse texto. Foram mais de três horas de boa conversa. Prevendo a necessidade de um tempo maior, levei lanche (bolos de chocolate e de cenoura) para que pudéssemos degustar e, até mesmo, para conhecer um pouco mais as preferências gastronômicas da família. A ideia foi assertiva. Aprendi muito sobre temperos, que diferenciam o sabor da gastronomia haitiana da brasileira. Ismenya e seu esposo me convidaram para um almoço à base de receitas típicas do Haiti. Mais uma vez senti a receptividade do casal.

* * *

Sophia, parda, 25 anos, nasceu em Lima, no Peru. É a caçula de uma família de cinco filhos, três meninos e duas meninas. Seus pais são separados. Tinha 15 anos quando ela, a irmã e sua mãe Edna entraram num ônibus e fizeram a viagem transpondo a Bolívia, a Argentina, até chegarem ao Brasil, para se juntarem aos irmãos, que já estavam morando em Estrela/RS. A decisão da mãe de migrar deu-se em função da necessidade de cuidar de um dos filhos, após sofrer um grave acidente que o deixou tetraplégico.

Ainda adolescente, Sophia inseriu-se no cotidiano estrelense com facilidade: cursou parte do Ensino Fundamental e o Ensino Médio na mesma escola pública estadual, fez amizades e frequentou "baladas". Aos 16 anos, a peruana, começou a trabalhar fazendo "bicos" para ajudar nas despesas da família. Somente há três anos conseguiu emprego formal, com carteira assinada e estabilidade trabalhista, que ela tanto preza; com 22 anos, ingressou como estagiária numa indústria de embalagens metálicas, em Estrela/RS, empresa existente há mais de 40 anos no município, que emprega, em média, 450 pessoas.

Depois de oito anos de namoro com um estrelense, Sophia uniu-se numa união estável, da qual nasceu um filho, hoje com três meses de idade. O companheiro é auxiliar de motorista numa empresa em Lajeado/RS e os três, mais a mãe, vivem numa casa de madeira com quintal, recém comprada, num bairro periférico em Estrela/RS.

De estatura média, cabelos pretos e uma linda pele morena, Sophia fala bem a

língua portuguesa. Estava em licença-maternidade[27] até o final do mês de outubro/20, dispondo de tempo para dedicar-se aos cuidados do filho e dos seis cachorros, quase todos adotados. Diz que não pode ver um bichinho abandonado, que fica com pena, dá comida, água, banho, e eles vão ficando na casa.

Diário de campo nº 2
Dia: 21 de setembro de 2020 (segunda-feira)
Local: Estrela/RS
Hoje é segunda-feira, um lindo dia de sol, com temperatura próxima aos 20 graus à tarde, após 7 graus ao amanhecer. Saí de casa às 15h em direção a Estrela/RS, para conhecer Sophia, uma jovem peruana. Nosso encontro foi agendado na semana passada, com a ajuda de um profissional que trabalha na área de RH da mesma empresa da imigrante. É importante registrar o quanto tenho recebido ajuda de amigos(as) e profissionais da área de Recursos Humanos para localizar as mulheres imigrantes com o perfil necessário para as entrevistas. Nesse processo, dou-me conta da importância da rede de relações, segundo seus conceitos científicos. De acordo com Portugal (2007), a rede de relações é uma forma de organização composta de elementos de interação que viabilizam a intermediação da comunicação entre as pessoas. Com o endereço em mãos, localizo a casa de Sophia com certa facilidade, num dos bairros de Estrela/RS. Ao chegar no portão, chamo-a em voz alta, pois, na casa ao lado, havia várias crianças brincando no jardim. Quando as crianças me viram, cumprimentei-as e elas, muito atenciosas, também retribuíram o cumprimento. Em seguida, Sophia abre um terço da porta da casa, olha, e eu me apresento. Ela pede para aguardar um pouco e fecha a porta. Passados mais ou menos 10 minutos, abre novamente a porta e desce alguns degraus de alvenaria para chegar até o portão, abre e me convida para entrar. Agradeço a oportunidade de conversar e ela me conduz até a sala de estar, indicando onde devo sentar. Explico o objetivo do estudo e do TLCE, enquanto ela me observa em silêncio e

(Continua...)

[27] A licença-maternidade é um benefício de caráter previdenciário instituído pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), disposto no Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que garante às mães o direito de licença-gestante de 120 dias nos estágios finais da gravidez ou logo após darem à luz, sem danos ao trabalho e à renda (VADE MECUM SARAIVA, 2018).

(Conclusão)

depois diz: *"Percebo que é tudo certo, eu confio em ti. Que bom que posso ajudar"*.

Fiquei muito feliz e lembrei de Sinner (2004), quando afirma que confiança pressupõe apostar na reação da outra pessoa, esperando que ela a honre. Agradeço, e nisso chega dona Edna, uma senhora pequena, simpática, com um olhar que transmite doçura. Apresenta-se dizendo que é a mãe da Sophia. Iniciamos a conversa com a participação dela, mas, depois de aproximadamente 50 minutos, ela se retira justificando que lavaria a louça na cozinha, enquanto o neto dormia no quarto do casal.

Conversamos das 15h20min às 18h15min, sem interrupção e sem degustar o lanche que havia levado. A conversa fluiu tão bem, que nem lembramos. No final, dona Edna me acompanha até a porta principal da casa e Sophia até o portão, ambas se colocando à disposição para qualquer necessidade. Despedimo-nos e retornei a Lajeado/RS, muito grata pela confiança e pela acolhida dessas duas lindas mulheres imigrantes.

* * *

Darline, branca, 26 anos de idade, nasceu em Bogotá, na Colômbia. Morava com a mãe e o gatinho de estimação, pois seu único irmão, mais velho, constituiu família e mudou-se para uma casa própria. Mesmo com a mudança de endereço, o irmão visita a mãe com frequência, acompanhado da esposa e do filho. As residências são próximas, o que facilita os encontros. O pai deixou a família quando os dois filhos eram crianças.

A colombiana é proativa, simpática e aberta ao diálogo. Relata que tem espírito inquieto; por isso, veio ao Brasil, há pouco mais de três anos, com o namorado, que virou "namorido". Após quatro anos de planejamento financeiro, rumaram de avião para o Rio de Janeiro, que foi o primeiro destino, onde permaneceram por um mês, mas não se adaptaram. Perceberam que a vida lá se assemelhava à insegurança da Colômbia. Então, decidiram migrar novamente e vieram parar em Lajeado, no Vale do Taquari/RS, por intermédio de amigos colombianos que moram na cidade.

Esses amigos enalteciam Lajeado, afirmando ser um lugar calmo, tranquilo e com oportunidades de emprego. Assim, o casal colombiano saiu da capital carioca e investiu na "capital do Vale", após uma viagem de ônibus de quase 24 horas consecutivas. A residência nos primeiros quatro meses foi numa pensão, próxima ao centro da cidade, com amigos colombianos. Seu companheiro conseguiu rapidamente

um emprego em tempo integral, numa grande rede de supermercados local, onde é açougueiro. Ela crê que a obtenção da vaga para ele foi rápida por já estar familiarizado com a língua portuguesa.

Darline, que não teve aulas do idioma na Colômbia, conseguiu fazer aulas intensivas somente aqui, com a ajuda de cursos na internet e a colaboração do companheiro. Após cinco meses em Lajeado, ela conquistou seu emprego na mesma rede de supermercados em que o companheiro trabalha, mas numa unidade localizada em outro bairro, no cargo de Operadora de Caixa.

Após entregar seu currículo em várias organizações da cidade, Darline narra que a conquista da vaga se deu por meio de processo seletivo composto de várias etapas, entre elas, a triagem dos currículos de acordo com a descrição do perfil do cargo e entrevista pessoal. Acredita que sua experiência como líder numa loja de telecomunicações em Bogotá, a escolaridade (ensino superior incompleto) e o português mais acessível, resultado de várias horas de estudo diário, foram elementos que contribuíram para a conquista da vaga.

Além de suas competências técnicas, são notórias as competências comportamentais, como habilidade de relacionamento interpessoal, senso de responsabilidade, postura de empatia, estabilidade emocional e bom humor. De estatura pequena e cabelos escuros cacheados até os ombros, Darline diz ser grata aos brasileiros, em especial, aos colegas de trabalho do marido que ajudaram a encontrar um apartamento pequeno, funcional e de aluguel compatível à renda do casal. Emocionada, conta que nesta ocasião foram presenteados com uma cama e cobertores, pois a estação do inverno se aproximava, o que demonstra o acolhimento tão característico que impressionou a colombiana.

Diário de campo nº 3
Dia: 8 de outubro de 2020 (quinta-feira)
Local: Lajeado/RS
A tarde dessa quinta-feira foi reservada para entrevistar uma imigrante colombiana, no *shopping* de Lajeado/RS. O primeiro contato com ela ocorreu no dia 1º de outubro, no seu local de trabalho, após a intermediação de um dos coordenadores da rede de supermercados e da supervisora da unidade onde a estrangeira está lotada. Nessa ocasião, apresentei-me e expliquei o objetivo do

(Continua...)

(Conclusão)

estudo. Imediatamente, ela colocou-se à disposição para conceder a entrevista. Assim, marcamos o dia 8 de outubro, no turno da tarde, no *shopping*, por ser seu dia de folga e o local, próximo à sua residência. Também trocamos o número do telefone celular, caso houvesse necessidade de lembrar ou de remarcar o encontro, em função de algum contratempo.

Aproveitando o número do telefone celular fornecido, contatei-a no dia 7, por meio do aplicativo *WhatsApp*, para lembrá-la. Em poucos minutos, Darline respondeu estar lembrada e que estaria no local. No horário marcado (13h30min), encontramo-nos no segundo andar do *shopping* e de lá nos dirigimos à área de convivência, no terceiro andar, para que pudéssemos conversar confortavelmente, seguindo os cuidados que a Covid-19 requer.

Explico novamente o objetivo do estudo e, em especial, o TLCE. Ela diz perceber a seriedade da pesquisa e da pesquisadora e, concordando com os termos, afirma: *"Sei o quanto pesquisas são importantes, eu cursava Tecnologia de Recursos Humanos, por isso estou aqui para ajudar você no que puder"*. Agradeci, e, a partir dessa informação, senti que havia muita afinidade entre nós, pois sou professora em disciplinas do curso de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos, modalidades presencial e a distância, na Universidade do Vale do Taquari – Univates.

Assim, com brilho nos olhos, a conversa inicia e a questiono buscando saber detalhes das disciplinas cursadas, o motivo da escolha do curso e do desejo ou não da continuidade para concluir a graduação. A cada resposta, fui identificando a riqueza de saberes dessa imigrante, que estuda pelo menos uma hora por dia, lendo ou assistindo a videoaulas *on-line* gratuitas nas redes sociais. Após 3h10min, combinamos marcar um próximo encontro, no verão, num dos parques de Lajeado/RS, lugar preferido do casal em domingos de tarde.

* * *

Widelene é negra e tem 52 anos de idade. Foi a primeira mulher vinda de Jacmel, no Haiti, para trabalhar numa cooperativa de alimentos em Arroio do Meio/RS, há oito anos. Ela relata sua história de luta e de superação desde a saída da sua cidade de origem, passando pelo Acre, até chegar ao Vale do Taquari/RS, com trabalho garantido pela referida cooperativa.

A imigrante desembarcou aqui sozinha, deixando o marido e os três filhos no

Haiti, em busca de novos conhecimentos, oportunidades e segurança. Professora de séries iniciais no Haiti, Widelene é de uma família esclarecida, que teve acesso a estudos e trabalho no país de origem. Seu irmão é jornalista haitiano, do qual ela sente muito orgulho, mesmo a distância.

O marido de Widelene, advogado e professor de inglês, chegou um ano depois dela a Arroio do Meio, em 2013. No final de 2014, veio o filho mais novo (14 anos) e, finalmente, os filhos gêmeos (22 anos), em 2016. Há quatro anos, a família juntou-se integralmente e reside numa casa alugada, com cômodos que abrigam bem a família, no bairro Aimoré, em Arroio do Meio/RS.

O bairro Aimoré, de considerável extensão territorial, é populoso e apresenta boa infraestrutura urbana, com serviços básicos de qualidade, como água, luz, supermercado, posto de saúde, escola, área de lazer, transporte público, rede telefônica, asfalto e pavimentação na maior parte das ruas, além de ser um bairro seguro, que acomoda uma das unidades da cooperativa em que Widelene trabalha, bem como a igreja e a comunidade haitiana. O deslocamento para o trabalho se dá normalmente de bicicleta, trajeto realizado em menos de 15 minutos.

Por ser espontânea, ter conhecimento da língua portuguesa e referência haitiana, Widelene costuma ser entrevistada por jornalistas e chamada para palestras em escolas do bairro, para falar da cultura haitiana. Com desinibição, ela expõe e faz um paralelo entre a vida no Haiti e no Brasil. A tranquilidade encontrada no Brasil vale a superação de qualquer adversidade, sendo talvez a maior delas, a distância dos cinco irmãos que Widelene não vê há oito anos.

A saudade existe, mas Widelene afirma gostar de Arroio do Meio/RS. *"Aqui é muito bom!"* Enfatiza que nunca faltou ao trabalho. Manter o grupo de mulheres haitianas unidas pela fé evangélica, dar condições e escolaridade aos filhos e, no futuro, fazer um "pé de meia" para conquistar a casa própria e um carro são objetivos que a motivam diariamente.

Diário de campo nº 4
Dia: 23 de outubro de 2020 (sexta-feira)
Local: Arroio do Meio/RS
O acesso a Widelene foi gentilmente intermediado pela cooperativa onde ela trabalha, explicando quem é a pesquisadora, o que faz e o objetivo do interesse em conhecê-la. Desse modo, quando a contatei por *WhatsApp,* no dia 21 de outubro,

(Continua...)

(Continuação)

obtive retorno imediato, afinal a empresa havia me recomendado. Nesse sentido, penso sobre a importância das relações interpessoais construídas ao longo da vida, assim como a importância do acesso às redes de comunicação dos telefones celulares, para agilizar e conectar pessoas. Após trocarmos algumas mensagens, a entrevista foi agendada.

Na mesma semana, especificamente na sexta-feira, às 9h45min, cheguei em frente à casa da Widelene, no bairro Aimoré, em Arroio do Meio/RS. Enquanto aguardava alguns minutos dentro do carro, pois havíamos agendado a entrevista para 10h, aproveitei para apreciar a paisagem. A última vez em que estive naquele bairro, seguramente há mais de três anos, não havia tantas casas, edificações e ruas pavimentadas. Fiquei encantada com a organização e a limpeza do lugar.

Ainda no carro, percebi que um jovem rapaz me observava do outro lado da rua e vinha caminhando em direção à calçada que dava acesso ao pequeno e bonito jardim da casa da Widelene. Saí do carro, cumprimentei-o e pedi se ele conhecia a Widelene. Sorrindo, disse que ela era sua mãe, e me convidou para entrar. Esse gesto educado me tranquilizou, por compreender que ela estava em casa e por acreditar que, caso precisássemos de ajuda para nos comunicar, certamente teríamos o apoio do filho, pois ele fala bem a língua portuguesa.

Aguardei na área da casa, quando, em seguida, fui recebida por Widelene. Convidou-me para entrar na sala de estar e sentar no sofá, uma de frente para a outra, mantendo a recomendação de distanciamento social de aproximadamente 2 metros. Além disso, ligou o ventilador e deixou a porta aberta, para maior circulação de ar. O filho acompanhou os primeiros 30 minutos da entrevista sentando ao lado da mãe, numa cadeira de madeira, estofada de palha.

Como em todas as entrevistas anteriores, sigo o ritual de apresentação pessoal, explico o foco da pesquisa e faço a leitura do TLCE, para concordância da entrevista. Na sequência, pergunto como chegou ao Brasil. Widelene vai relatando até que o filho interrompe e diz: *“Minha mãe é uma guerreira, muito guerreira. Tenho orgulho dela”!* Nesse momento, a emoção entre os dois (filho e mãe) era visível. Aproveito e o questiono sobre o motivo do orgulho, e ele responde: *“Ela fez já muito por nós. Veio sozinha pra cá”!*

Após uma pequena pausa, Widelene prossegue contando sobre o quanto é preciso ter coragem e ser confiante para conseguir um lugar para trabalhar e morar

(Continua...)

(Conclusão)

em outro país que não seja o de origem. Afirmou várias vezes que gosta de independência, de ter seu próprio salário. É batalhadora para poder sustentar-se. E passa esses valores aos filhos que se orgulham dela.

Cabe aqui uma reflexão sobre as teorias migratórias e o protagonismo dos imigrantes, desconstruindo o paradigma de que são passivos, que tendem a aceitar viver em condições de precariedade nos países de acolhimento, o que não significa que o imigrante não sofra trabalho precário, longas jornadas, menor remuneração, entre outras condições inaceitáveis de trabalho, mas Widelene é um exemplo de imigrante que não desiste dos seus sonhos, que acredita em si, na unidade familiar e no trabalho como fonte de emprego, renda, autonomia e dignidade. Para isso, mobiliza-se por meio de redes buscando assegurar um espaço para realizar-se e ajudar as amigas haitianas a se realizarem também. Ela lamenta o fato de muitas amigas haitianas estarem desempregadas na região.

Nessa perspectiva, a Nova Lei de Migração brasileira (Lei nº 13.445) representa um avanço no reconhecimento de direitos humanos às pessoas em situação migratória. Em seu Art. 3º, a política migratória rege-se por XXII (vinte e dois) princípios e diretrizes, entre eles o X (décimo), que se refere à "inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas". Essa inclusão, na prática, segundo Baggio e Nascimento (2018), é um desafio que precisa ser superado, pois ainda prevalece a lógica excludente e criminalizante na sociedade, imposta pela ideologia de segurança nacional, buscando "enquadrar" a ideia de imigrante ideal.

A conversa com Widelene fluía muito bem, mas, aproximadamente às 11h45min, questionei se poderíamos continuar por mais alguns minutos, considerando que 12h é o horário em que muitas famílias têm o hábito de almoçar. Sua resposta me surpreendeu: *"Aqui é mais importante. Depois que terminar, eu quero entrevistar você"*. Imediatamente pensei no quanto é bom fazer pesquisa qualitativa: ora somos entrevistadores, ora entrevistados, basta ter disposição para dialogar. Assim prosseguimos para muito, muito além do meio-dia.

* * *

Lovelie, negra, 34 anos, haitiana, natural de Porto Príncipe/Haiti, veio ao Brasil, há cinco anos e não esconde vincos de preocupação. Desempregada há sete meses, fez cadastro em pelo menos seis empresas de Teutônia/RS. Em todas, a

mensagem é a mesma: não há vagas por enquanto. Então, ela aguarda, mas a angústia aumenta na medida em que não é chamada.

Em busca de uma chance, Lovelie investe os parcos reais: gastou R$ 100,00 de táxi tentando uma oportunidade numa indústria em Colinas, município vizinho de Teutônia/RS. A viagem foi em vão. E as justificativas, as mesmas: não há vagas. Desmotivada, diz que já chorou na frente de contratantes, mas isso não aumentou suas probabilidades de contratação.

Atualmente, Lovelie mora numa casa alugada com o marido, o único que está empregado num frigorífico em Teutônia/RS. O filho de 11 anos ficou em Porto Príncipe, com sua mãe (avó materna). Há cinco anos, não o vê pessoalmente. Diz que não consegue visitá-lo, porque a passagem aérea é muito cara e também não consegue trazê-lo pelo mesmo motivo. Ela mostra uma fotografia do filho, guardada no telefone celular. Muito emocionada, diz que se comunica com ele diariamente, por videochamada de *WhatsApp.*

Ao olhar para a fotografia, entendi plenamente as lágrimas de Lovelie. Não é preciso ser mãe para compreender a saudade que ela tem do filho. Basta lembrar das pessoas que amamos. Minha primeira lembrança, naquele momento, foi dos meus dois sobrinhos, de 7 e 5 anos de idade. Como seria viver longe deles? Mesmo sabendo que o amor ultrapassa fronteiras e perdura na eternidade, não consigo imaginar ficar longe do Lucas e da Letícia nessa fase da vida em que se encontram. Acompanho o crescimento deles e estimulo o desenvolvimento cognitivo, por meio de brincadeiras, sons, letras, números, contação de histórias, escrita de palavras, de frases, entre tantas outras formas de interação, importantes para sua formação psicossocial.

Todas essas lembranças, vivas na minha memória, refletiam na fotografia que apreciava no celular, e não consegui conter as lágrimas. Por alguns instantes, o silêncio predominou entre os que ali estavam. Nada do que eu dissesse seria suficiente para amenizar a ausência do seu grande amor. Confesso que passei horas pensando sobre isso e sentindo um aperto no peito. Essa situação revela a força da Lovelie, assim como o sofrimento por estar distante do filho. E, como se não bastasse, a falta de perspectiva de trabalho acentua a possibilidade de uni-los. Lovelie comenta que a conjuntura financeira do casal é tão restrita, que toda a despesa da criação do filho está sendo bancada pela avó, que pouco tem.

Pela narrativa, observa-se que a avó assumiu a criação do neto, enquanto o

avô não foi mencionado por Lovelie. De modo geral, as avós são presentes na vida dos netos na tarefa de ajudar a cuidar, quando as mães estão trabalhando, são inexperientes e/ou os bebês necessitam de cuidados especiais (COUTRIM, 2007). Também há situações em que as avós são cuidadoras integrais e até legais dos netos, afirmam Mainetti e Wanderbroocke (2013), por motivos que vão desde pais adolescentes despreparados para cuidar dos filhos, desempregados, usuários de drogas, falecidos precocemente, separados, até pais que buscam em outro país melhores condições de vida para partilhar com seus familiares (LOPES; NERI; PARK, 2005; OSÓRIO; SILVA, 2008).

Lovelie acreditou que no Brasil teria mais oportunidade e até teve nos primeiros anos. Trocou de emprego três vezes, todos por melhores condições laborais. Mas, agora, o desafio é maior. Ela decidiu sair de Porto Príncipe, no Haiti, por causa da violência e da escassez de empregos e juntou toda coragem para migrar para o Brasil, sozinha. Em Porto Príncipe, estudou o equivalente à quarta série do ensino fundamental. Seus três irmãos estão espalhados pelos Estados Unidos, França e México. Todos deram um jeito de sair do Haiti buscando esperança e futuro em outras nações.

Conheceu o marido, há dois anos, vindo do Chile. Fizeram questão de constituir união marital no ano passado, em Registro Civil, com o testemunho de um casal amigo (padrinhos haitianos). Ambos obtiveram colocação no mesmo frigorífico, em Teutônia/RS, até que a rotina foi quebrada da pior maneira: ele permaneceu no emprego, mas ela foi demitida. O motivo da demissão, segundo ela, foi a recessão econômica.

Lovelie aprendeu português usando o tradutor do *Google* e hoje comunica-se relativamente bem. A língua, portanto, não é um entrave na busca por emprego. Ela não se sente discriminada por ser imigrante, mas logo se contradiz ao perceber que *“não tem vaga para haitiana”*.

Os dias de Lovelie obedecem a uma rotina: limpar a casa, lavar as roupas, “fazer ficha” (expressão usual para quem preenche cadastros para vagas de emprego em empresas) e frequentar o culto evangélico aos domingos de manhã, temporariamente cancelados em função da pandemia. Diz gostar de costurar e de cozinhar e, se houver oportunidade, quer usar suas habilidades para obter rendimentos e contribuir nas obrigações familiares. Mas não ousa sonhar tanto: para ela, qualquer trabalho será bem-vindo. De modo geral, o motivo da saída do país de

origem está ancorado na empregabilidade e em melhores condições de vida para si e para os familiares, o que impõe aos imigrantes aceitar o que lhes é oferecido.

Diário de campo nº 5
Dia: 1º de novembro de 2020 (domingo)
Local: Teutônia/RS
O encontro com Lovelie contou com a ajuda do marido da Ismenya, imigrante que entrevistei em setembro. Por conhecê-la e saber que apresenta os elementos de tempo e de empregabilidade necessários ao recorte desta pesquisa, Majid prontamente se propôs a intermediar o acesso à amiga haitiana. Dessa maneira, no dia 1º de novembro, um lindo domingo de sol e de vento que lembrava a brisa do mar, fui a Poço das Antas/RS para pegar Majid, que me acompanhou até a casa de Lovelie, em Teutônia/RS. Chegamos às 15h30min, conforme agendado. Na mesma rua, residem três famílias haitianas, uma ao lado da outra. Fui recebida na primeira casa, local onde vários haitianos estavam reunidos. Alguns almoçando sentados ao sol, com o prato de comida no colo, outros, na sala de estar, ouvindo música caribenha, em volume alto. Majid chamou as três mulheres na sala de estar e me apresentou. Procurei identificar, inicialmente, quem delas tinha mais tempo de residência e de trabalho formal no Brasil. Por mais que apreciasse entrevistar as três, tinha que cumprir os critérios de delimitação da pesquisa e administrar o tempo. Rapidamente, Lovelie manifestou-se dizendo que ela era a mais experiente. Expliquei que a conversa seria com ela, mas todos poderiam permanecer na sala, sem qualquer problema. O volume da música continuava alto. Então perguntei se me ouviam, na tentativa de sugerir que o volume fosse diminuído. Uma delas, consciente ou inconscientemente, entendeu o recado e diminuiu. Assim, senti-me pronta para iniciar o diálogo. Os maridos das imigrantes se aproximaram e acompanharam a conversa em tempo integral, sem atrapalhar. Tive a impressão de que estavam prestigiando meu estudo e, sobretudo, a presença de Majid, considerado um amigo muito querido. Depois de ter feito várias perguntas à Lovelie, procurei inserir as demais mulheres imigrantes no diálogo. E foi surpreendente. A amiga de Lovelie, Jamila, de 39 anos, também batalha por uma vaga de emprego. Ela está há quatro anos no

(Continua...)

(Conclusão)

Brasil e reside com o marido e dois filhos. Comunica-se em português com bastante dificuldade, apesar do tempo em território brasileiro. Está desempregada desde que voltou da licença-maternidade. Seu filho mais novo tem 2 anos de idade e o mais velho, 20 anos. Nenhum deles frequenta a escola. Tem outros dois filhos, de 11 e 16 anos, que residem com a avó materna no Haiti. Ao todo, ela tem quatro filhos.

As respostas de Jamila são monossilábicas. Na conversa, a haitiana pouco revela de suas dores, anseios ou necessidades. Quando questionada a respeito dos seus sonhos, limita-se a dizer, *"nenhum"*, dando a entender que as esperanças esvaziaram, e está conivente com o seu destino. Sem indignação, apenas uma doce resignação diante da situação atual. Nesse cenário, suas aspirações estão abafadas, mas podem emergir com a carteira assinada. Basta uma oportunidade, para poder ressignificar sua vida.

* * *

Nana nasceu em L'Asile, uma comunidade situada no departamento de Nippes, no Haiti. Com o apoio dos pais, em janeiro de 2017, embarcou sozinha em voo fazendo quatro escalas: Haiti – Curaçao – Manaus – Brasília e Curitiba. Relata que queria modificar seu destino, pois no Haiti há muita violência, insegurança e a situação política e econômica inconstante varre o país desde o terremoto de 2010.

Em Curitiba, ficou hospedada por pouco mais de dois meses na casa de uma amiga imigrante, que mais tarde tornou-se sua cunhada. Ou seja, quando Nana chegou em Curitiba, o irmão da amiga já estava trabalhando e residindo em Encantado, no Vale do Taquari/RS. Foi ele quem a convidou para vir a esse município, quando soube que ela estava com dificuldade de adaptar-se à grande capital paranaense. A empresa onde ele trabalhava ofertava frequentemente vagas de emprego, além de o município do Vale ter a tranquilidade que ela buscava.

Motivada pela possibilidade de trabalho e de qualidade de vida, Nana fez mais uma escala aérea, dessa vez de Curitiba/PR a Porto Alegre/RS, seguindo de ônibus até Encantado/RS, onde foi acolhida pelo amigo. Seis meses depois, conseguiu colocação na mesma empresa de alimentos do amigo. Nesse período, a relação de amizade intensificou-se e construíram uma vida a dois. Hoje estão em três, pois a pequena Meyya, de dois anos, foi concebida em solo gaúcho.

Iniciou trabalhando na empresa como "limpadora de carnes". Após engravidar, seguindo os protocolos de saúde, foi transferida para a "sala de facas", como ela fala

popularmente. Nesta sala, predominam mulheres, sendo ela a responsável por limpar e afiar os instrumentos de corte, que são substituídos a cada hora de uso no setor de produção, a fim de manterem a higiene e a eficácia necessárias.

Nana, negra, 25 anos, adquiriu, há três meses, a casa própria, por meio de financiamento habitacional estimulado pelas políticas governamentais de crédito voltadas ao setor da construção civil, lançadas no primeiro mandato do governo Lula. Em seu lar, o apreço e a gratidão pela oportunidade de trabalho e pelo estilo de vida brasileiro, completamente diferente daquele que ela possuía em Nippes, são ressaltados. *"O trabalho é muito importante. Se não tivesse trabalho, não teria recursos para realizar meu sonho,* [...] *e os que ainda virão."*

Com o emprego formal, o casal garante o parcelamento da casa, a alimentação, as despesas fixas (água, luz e internet) e as remessas mensais aos familiares no Haiti, tudo de forma módica, mas confiável. Para o transporte ao trabalho, utilizam a bicicleta. Nana trabalha seis horas diárias, das 11h às 17h, e o marido, após às 18 horas, sendo possível compartilhar o meio de transporte, bem como balizar os cuidados com a filha e os afazeres domésticos. O marido é parceiro para qualquer necessidade e ocasião, afirma. Além de pai exemplar, destaca-se na limpeza do chão da casa e no lavar a louça. O trajeto de casa ao trabalho é de aproximadamente cinco quilômetros, mas ela não se importa em percorrê-lo. Sempre chega no horário: é eficaz, pontual e batalhadora.

A vida simples, mas segura (sem sequestros que ela tanto temia no Haiti), e a situação familiar afetiva estável fazem de Nana uma imigrante que pretende radicar-se no Brasil e alcançar mais objetivos: a compra de um carro e o retorno aos estudos. Nana é apaixonada por medicina. Cursar a faculdade seria seu terceiro grande sonho. Aqui estão depositadas suas esperanças para conquistas materiais e imateriais, que incluem proporcionar uma vida de qualidade para a filha, sem, no entanto, deixar de nutrir os laços com o território haitiano.

O contato semanal com os familiares por videochamada ou *WhatsApp*, o envio de remessas financeiras mensais, a frequente sintonia de músicas românticas haitianas e os cultos evangélicos assistidos pelo *Youtube* são alguns exemplos de laços mantidos entre o território de destino e de origem. Esses laços ultrapassam relações materiais ou físicas, representando também relações simbólicas, de identidades territoriais (HAESBAERT, 2006) de Nana.

Portanto, o trabalho, a tranquilidade, a casa própria, as amizades entre tantos

outros sonhos constituem sentimentos de autoconfiança, de pertencimento, de motivação, de capacidade e de independência que constroem os territórios e as territorialidades de Nana, em Encantado/Brasil, assim como em L'Asile/Haiti, numa dinâmica multicultural, que constitui a vida da transmigrante.

Diário de campo nº 6
Dia: 8 de novembro de 2020 (domingo)
Local: Encantado/RS
O primeiro contato pessoal com Nana ocorreu no dia 3 de novembro, à tarde, em seu ambiente de trabalho, em Encantado/RS. Anteriormente, havia feito contato telefônico, após a ajuda da empresa em que ela trabalha, mas não consegui me fazer entender. Nesses casos, é imprescindível a presença física, motivo pelo qual fui ao encontro dela para me apresentar e explicar o motivo por que desejava entrevistá-la. Na ocasião, tive mais uma vez o apoio da empresa, que permitiu que ela saísse do setor de higienização para vir, acompanhada de seu supervisor, até a portaria da empresa para nos conhecermos. O supervisor foi fundamental para assegurar à Nana que esta pesquisa é um "importante trabalho de aula" e, portanto, poderia contribuir sem medo ou prejuízo de qualquer natureza. Enquanto eu era desconhecida para Nana, o supervisor é referência, e sua opinião conta muito. De acordo com Hunter (2006), o líder representa a habilidade de motivar e de influenciar os liderados, de modo ético e positivo, para que colaborem para alcançar objetivos organizacionais e, voluntariamente, objetivos sociais. Com esse aval e a compreensão do objetivo do estudo por parte da Nana, agendamos a entrevista para o domingo (8.11), às 14h, em sua residência. O bairro onde Nana mora em Encantado/RS é novo, localizado próximo a um dos principais pontos turísticos do município – a Lagoa da Garibaldi, mas, mesmo tendo essa referência, não foi fácil localizar sua casa. A maioria das casas nesse lugar é recém construída e estão sem numeração. As ruas são pavimentadas, mas sem placas de identificação de nomes. Além disso, o mapa do município não está atualizado. Diante desses empecilhos, solicitei o serviço de um taxista, que também não conhecia o local, mas me guiou com boa vontade e empatia. Nas ruas, nenhum movimento, apenas algumas poucas pessoas

(Continua...)

(Continuação)

observando o táxi e o meu carro, estacionados um atrás do outro. Eu tinha o número do telefone celular da Nana e poderia tê-la contatado para pedir referências, mas temia que não entendesse a mensagem; por isso, não o fiz. Assim, após bater na porta da casa de alguns moradores, pedindo informações, além da intuição do taxista, localizamos a residência.

Cheguei pontualmente na casa da Nana. Afinal, prever tempo para necessidades extras faz parte do planejamento de uma pesquisa de campo. A rua que dá acesso à casa da imigrante é compartilhada somente com os vizinhos que moram ao lado e em frente, uma vez que é um condomínio de casas geminadas[28], o que justifica a dificuldade de localizá-la. Mas a dificuldade e a ansiedade que senti foram compensadas com a acolhida da Nana, que me esperava na sala de estar com sua amada filhinha, assistindo a um culto evangélico na televisão.

A casa parecia de "boneca". Tudo lindo, novo, limpo e extremamente organizado, num espaço compacto, funcional, arejado e aconchegante. Impossível não observar e apreciar o ambiente! E com essa abordagem iniciei a conversa. Nana agradece os elogios e destaca a felicidade e a gratidão por estar morando na casa própria. *"É a realização de um sonho! É muito bom!",* afirma. A obtenção de créditos a juros baixos e longos prazos de pagamento podem ser alcançados por trabalhadores registrados no mercado formal de empregos. Tais financiamentos facilitam o acesso à casa própria, principalmente, das classes brasileiras baixa e média.

Aproveitei e perguntei se havia outros sonhos e, prontamente, ela respondeu: *"depois de pagar a casa, o segundo sonho é comprar um carro e o terceiro, fazer faculdade de medicina. Gosto muito de química e biologia"*. No Haiti, Nana concluiu o ensino médio em informática, e com isso aprendeu a manusear um conjunto de recursos tecnológicos, que também geram conhecimentos e habilidades para saber identificar *sites* que oferecem cursos gratuitos de português, comunicar-se semanalmente com os pais e irmãos, acompanhar cultos evangélicos pelas redes sociais e sintonizar músicas do seu país de origem. A tecnologia faz parte do processo de aprendizagem e de autodesenvolvimento, ao mesmo tempo em que

(Continua...)

[28] Casa geminada (ou conjugada) é a construção de duas ou mais casas ligadas umas às outras, que dividem proporcionalmente o lote do terreno de acordo com a quantidade de unidades. É um tipo de residência simétrica que compartilha a estrutura, a alvenaria e o telhado, com o mesmo arranjo interno invertido uma à outra.

(Conclusão)

facilita a comunicação e a manutenção das relações familiares, além de revelar suas territorialidades no país de origem e de destino.

Ou seja, as territorialidades são percebidas tanto por meio da estabilidade econômica adquirida pelo casal, em Encantado/RS, a qual possibilitou investir na compra do imóvel e também no envio de remessas financeiras mensais ao Haiti para ajudar os pais, quanto no desejo de Nana de voltar para o Haiti para rever a família: *"Gostaria de voltar para ver família, mas morar aqui, em Encantado"*.

Haesbaert (2006) denomina essa percepção de territorialidade material (espaço material, funcional) e de territorialidade simbólica (espaço vivido). De acordo com o autor, as concepções de territorialidade devem estar sempre associadas as de territórios correspondentes, onde se percebe a riqueza das múltiplas territorialidades em que o imigrante está inserido. Dessa forma, o território é um lugar subjetivo, que vai do físico apropriado, ao social e psicológico, numa perspectiva integradora, pois toda relação social implica uma interação territorial, que envolve a experiência concreta de múltiplos territórios (ou territorialidades).

* * *

Shara, negra, 41 anos, nasceu em Lagos, uma cidade superpovoada, na Nigéria, no continente africano. A nigeriana cruzou o Atlântico há oito anos para juntar-se ao marido, que já estava em Lajeado/RS, há 11 meses. Na época (2012), Shara deixou as duas filhas pequenas, com 9 e 3 anos, na Nigéria com a mãe. Veio sozinha de avião, fazendo a escala Lagos, África do Sul, São Paulo, Porto Alegre e Lajeado, para conquistar com o marido, uma vida nova, livre da violência e da situação econômica que atinge os nigerianos, sobretudo, na última década.

A Igreja Missionária de Evangelização em Células (IMEEC), de Lajeado/RS possibilitou a migração de Shara para o município de destino. A igreja também viabilizou a vinda do marido e o primeiro trabalho dele. Nos dois primeiros meses em Lajeado/RS, morou com o marido na casa do tio paterno. Logo após, enquanto procurava uma oportunidade de trabalho, a igreja subsidiou parte do valor do aluguel da casa em que o casal foi morar, assim como os principais móveis e utensílios domésticos (cama, colchão, fogão, geladeira, panelas, entre outros).

Por meio de relações na igreja, conseguiu, no quarto mês de estada em Lajeado/RS, um emprego formal de auxiliar de serviços gerais numa creche, mas a dificuldade de comunicação complicou a função. Shara não sabia uma palavra em

português, mas aprendeu com o passar do tempo. Hoje, comunica-se de forma clara e afável. Depois de ser demitida da creche, com apenas sete meses de serviço, foi contratada pelo hospital local, onde está há sete anos.

Na Nigéria, Shara concluiu o Ensino Superior em matemática, formando-se professora do Ensino Fundamental em seu país de origem. No Brasil, conforma-se com funções periféricas. O trabalho na lavanderia e, atualmente, na cozinha do hospital, é extenuante. Com a pandemia da Covid-19, o setor está ainda mais sobrecarregado, porque alguns colaboradores da instituição adoeceram e outros foram licenciados, por serem considerados vulneráveis a infecções; por isso, são classificados no grupo de risco para o novo coronavírus.

Shara gosta do trabalho devido às amizades que tem ao seu redor e às conquistas alcançadas a partir dele, mas quer mais para si: deseja cursar radiologia ou qualificar-se na área da saúde. O curso técnico a levará a ambições maiores. Aliás, Shara aposta na educação: *"é com educação que podemos avançar na vida. Os estudos são importantes na nossa família"*. Esse pensamento explica a conquista e a manutenção da bolsa de estudo integral da filha mais velha (17 anos) no Colégio Evangélico Alberto Torres (CEAT), desde 2018. Estudante no ensino médio, deseja formar-se em medicina. Em relação a esse desejo, Shara afirma: *"para essa formação, só com bolsa, então precisa boas notas. Apoiamos e também cobramos muita disciplina e dedicação"*. A filha reconhece o cuidado da mãe e orgulhosa diz: *"Minha mãe é meu maior exemplo. Tenho muito orgulho dela. Quando ela veio pra cá e nós ficamos na Nigéria, foi bastante difícil, mas ela disse que iria nos buscar. E foi".*

O trabalho dela e o do marido proporcionaram o rendimento necessário para buscar as duas filhas na Nigéria. Em Lajeado/RS, conceberam a terceira filha, que completou três anos. As filhas mais novas estudam em escolas municipais de ensino fundamental e de educação infantil em bairros distintos e um pouco distantes do local onde residem, num apartamento adquirido pelo casal. Mas *"a educação é prioridade na nossa família, e a distância não impede de frequentar a escola"*, afirma Shara.

A educação é um valor social nessa família. Nas horas vagas, uma vez por semana, em sua residência, Shara dá aula de reforço de inglês a filhos de amigas e conhecidas brasileiras. O pagamento das aulas é espontâneo, pois o maior objetivo é contribuir para a melhoria da compreensão, leitura e escrita em inglês de crianças e adolescentes, aplicando seus conhecimentos e suas habilidades pedagógicas. Aliás, é notório o grau de intelectualidade de Shara, alinhada à sua postura, discrição e

tranquilidade.

Diário de campo nº 7
Dia: 25 de novembro de 2020 (quarta-feira)
Local: Lajeado/RS
Conheci Shara no dia da entrevista, através da irmã de uma grande amiga minha, que é colega de trabalho da imigrante. Quando contatei a irmã da minha amiga, a Andréia, no início do mês de novembro, expliquei-lhe o meu estudo e fiz várias perguntas a respeito da colega, procurando identificar se atendia os critérios desta pesquisa, especialmente, no que se referia ao tempo de residência no município. Andréia soube responder a todos os meus questionamentos, pois considera Shara sua "mana estrangeira" e sabe muito sobre sua trajetória migratória e integração em Lajeado/RS. Shara e Andréia foram apresentadas no hospital e trabalharam juntas no setor de lavanderia. As duas continuam na instituição de saúde, apenas, atualmente, em setores diferentes, pois foram promovidas de função. Ainda, no contato com Andréia, ela informou que Shara estava de férias por quinze dias, e sugeriu agendarmos o encontro no seu retorno, conciliando um dia, após as 14 horas, que é o horário de término do experiente das duas. Andréia também sugeriu estar junto no encontro, para a amiga não ficar sozinha e poder ajudá-la em caso de alguma necessidade de incompreensão de questões da entrevista. Compreendo que a companhia durante a entrevista não atrapalha a coleta de dados quando deixamos claro o objetivo. Assim, agendamos o encontro para o dia 25.11, uma quarta-feira, às 14 horas, na "sala de visitantes" do hospital. Cheguei antes e aguardei até as 14h20min, pois não lembraram que, após o experiente, há um protocolo redobrado de cuidado para a troca e a higienização do vestuário antes de sair do local de trabalho, visando evitar a transmissão da Covid-19, o que demanda maior tempo dos funcionários. Na referida sala, apresentamo-nos e as convidei para ir a um lugar mais tranquilo, onde pudéssemos conversar sem barulho e contínuo fluxo de pessoas. Sugeri uma cafeteria próxima, com boa estrutura para reuniões profissionais e corporativas. Ambas concordaram. Nesse momento, chegou a filha mais velha de Shara, vinda de uma atividade extraclasse do colégio onde estuda. Entramos no

(Continua...)

(Conclusão)

meu carro e fomos à cafeteria. Lá formalizei o pedido da entrevista e, na sequência, começamos a conversar. Procurei saber, inicialmente, dados pessoais e as percepções de seu país de origem.

Quanto às percepções de seu país de origem, Shara relata que o povo nigeriano é muito bom, mas há vários grupos terroristas que matam homens sem consideração e mulheres são sequestradas, ficando à mercê de abusos sexuais, surras e trabalhos forçados. Além disso, não há empresas como no Brasil. Nas poucas empresas existentes, o acesso a vagas de emprego é muito difícil, pois as oportunidades são sempre destinadas aos filhos ou familiares de quem se encontra no quadro laboral.

Apesar de estar sinalizado no relato acima, questionei os motivos que a levaram a migrar. Prontamente, ela reafirmou que os motivos eram a violência e a falta de postos de trabalho. Contou ainda que seu marido estava sendo perseguido por radicais islâmicos simplesmente por ser cristão. Para não morrer, pediu asilo no Brasil e veio para Lajeado/RS, estabelecendo-se na casa do tio paterno. Com a ajuda do tio e da Igreja Missionária de Evangelização em Células, conseguiu emprego e, passados alguns meses, teve condições de trazê-la para viverem juntos.

Inseridos no mercado formal de trabalho, Shara e o esposo juntaram recursos financeiros para buscar as filhas na Nigéria. Ao falar disso, fica emocionada e seus olhos enchem-se de lágrimas. *"Quando penso sobre esse período, longe delas, nem sei como aguentei. Mas deu tudo certo, por isso sou grata ao Brasil"*, afirma.

Essa narrativa possibilita algumas reflexões: a primeira, independente do grupo social, do momento histórico e da idade, ser mãe parece referir-se à mesma configuração de sentimentos, ações e gestos (GRISCI, 1995). Muitas mães somente conseguem sentir-se plenas junto dos filhos, que constituem o núcleo central do "ser família". A segunda diz respeito às dimensões do sentido do trabalho. No caso da Shara, a dimensão que o trabalho ocupa na sua vida não é apenas de subsistência econômica, mas também, social, pois entre as razões para trabalhar, evidencia-se a realização, a segurança e a felicidade de conviver junto com as filhas e o marido. Apesar da saudade dos parentes que estão na Nigéria, o projeto de vida da família é permanecer em Lajeado, no Vale do Taquari/RS.

Para sintetizar e melhor visualizar o perfil das mulheres imigrantes internacionais participantes da pesquisa, apresenta-se o Quadro 5, destacando o

nome, a idade, a nacionalidade, o estado civil e o número de filhos, a cidade de origem e de destino, a escolaridade e a ocupação formal no mercado de trabalho.

Quadro 5 – Perfil das mulheres imigrantes internacionais

Nome*	Nacionalidade	Idade	Estado civil e Nº filhos	Cidade de origem	Cidade de destino	Escolaridade	Ocupação
Ismenya	Haitiana	31	Casada 2 filhas	Saint Michel de l'Attalaye, Haiti	Poço das Antas/RS	Ensino fundamental incompleto	Operadora de produção
Sophia	Peruana	25	Casada 1 filho	Lima, Peru	Estrela/RS	Ensino médio	Auxiliar de produção
Darline	Colombiana	26	Companheiro Sem filhos	Bogotá, Colômbia	Lajeado/RS	Ensino superior incompleto	Operadora de caixa
Widelene	Haitiana	52	Casada 3 filhos	Jacmel, Haiti	Arroio do Meio/RS	Ensino médio	Operadora de máquina
Lovelie	Haitiana	34	Casada 1 filho	Porto Príncipe, Haiti	Teutônia/RS	Ensino fundamental incompleto	Operadora de produção**
Nana	Haitiana	25	Casada 1 filha	L'Asile, Haiti	Encantado/ RS	Ensino médio	Higienizadora
Shara	Nigeriana	41	Casada 3 filhas	Lagos, Nigéria	Lajeado/RS	Ensino superior	Ajudante de cozinha

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).
Nota: *Os nomes estão ordenados de acordo com a realização das entrevistas.
Nota: **Desempregada na ocasião da realização da entrevista (empregada em 2018).

A partir do quadro, constata-se que as mulheres imigrantes entrevistadas apresentam quatro diferentes nacionalidades (haitiana, peruana, colombiana e nigeriana) e as idades variam entre 25 e 52 anos. A maioria é casada, tendo entre nenhum e 3 filhos, uma média de 1,57 filho por imigrante. Quanto à escolaridade, três mulheres imigrantes cursaram ensino médio completo; duas, ensino fundamental incompleto; uma, ensino superior incompleto; e uma, ensino superior completo.

A ocupação das entrevistadas no mercado de trabalho formal é em cargos de nível operacional, em indústrias de transformação de produtos alimentícios e em empresas de prestação de serviços, inclusive, da imigrante com ensino superior completo. Uma das mulheres imigrantes estava desempregada na ocasião da entrevista, mas suas experiências anteriores também foram em cargos operacionais, no segmento alimentício. Conforme recorte do estudo, reitera-se que as sete mulheres imigrantes entrevistadas ingressaram a partir de 2010 no Vale do Taquari/RS e estavam empregadas no mercado de trabalho formal em 2018.

As imigrantes Ismenya e Lovelie residem em casas alugadas, em áreas centrais de Poço das Antas/RS e Teutônia/RS, respectivamente. Já Sophia, Darline,

Widelene, Nana e Shara residem em áreas periféricas. A casa de Sophia localiza-se no bairro Boa União, em Estrela/RS; a da Nana, no bairro Lambari, em Encantado/RS; e o apartamento da Shara, no bairro Montanha, em Lajeado/RS. Esses três últimos imóveis foram adquiridos por meio de financiamento. Ainda, Darline reside num apartamento no bairro São Cristóvão, em Lajeado/RS e Widelene, numa casa, no bairro Aimoré, em Arroio do Meio/RS, ambos imóveis locados.

Quanto ao tipo de moradia onde habitam as mulheres imigrantes, constata-se que a maioria é de alvenaria, com dois quartos, um banheiro, lavanderia, cozinha e sala de estar. Nas casas de Ismenya, Sophia e Widelene, há um pequeno jardim, com grama e vegetações e com espaço para abrigar animais de estimação (que é o caso de Sophia). Nas narrativas, as mulheres imigrantes revelam o significado das suas casas, compreendidas como lugares de referência, de (re)encontro familiar e de mudança de realidade. Ainda que a moradia não seja própria para quatro das sete imigrantes, elas destacam a importância do espaço privativo, que simboliza suas condições e capacidades produtivas. De acordo com Moraes (2002), o conjunto de bens materiais e imateriais representa lugares de pertencimento e de construção de territorialidades, que oferecem reconhecimento.

Observou-se que tanto as áreas centrais quanto as periféricas onde as imigrantes entrevistadas residem apresentam boas condições de acesso, com pavimentação ou calçamento, como também dispõem de infraestrutura, como minimercados, supermercados e/ou atacados de autosserviço (atacarejo), farmácia, transporte coletivo, praça e igreja. Dos bairros citados, apenas no bairro Lambari o comércio varejista é pouco expressivo. Os horários de transporte coletivo são restritos e não há Unidade Básica de Saúde (UBS). Segundo informações da prefeitura de Encantado/RS, a UBS Planalto contempla o atendimento de primeiros cuidados aos moradores do bairro Lambari, uma vez que os bairros Planalto e Lambari são vizinhos.

A seguir, apresenta-se o desenvolvimento territorializado da mulher, por meio dos espaços ocupados pelas imigrantes entrevistadas.

5.2 Territorialidades da mulher migrante: espaços familiar, laboral e público

A primeira descrição apresentou o perfil das mulheres imigrantes internacionais, suas trajetórias e significados, sendo possível identificar várias categorias de análise propostas neste estudo. Agora, a partir das falas, analisa-se

como ocorrem os processos de integração nos espaços familiar, laboral e público. Para a construção desta parte, resgatam-se as concepções da análise de conteúdo, como explicitado no percurso metodológico, para dar voz às experiências das imigrantes e identificar suas territorialidades, dando continuidade à utilização de categorias para reunir características comuns e/ou singulares.

Ainda, a respeito das falas das mulheres imigrantes internacionais, é importante lembrar que a maior parte foi retirada das anotações do bloco de campo, ou seja, pouco se contou com o auxílio de gravador. A maior parte das falas foi escrita no momento de cada entrevista, isto é, no momento dos diálogos da pesquisadora com as mulheres imigrantes. É um desafio compilar e passar a mensagem transmitida nos diálogos, mas tentou-se fazê-lo da melhor forma, destacando as experiências de vida, as lembranças, os saberes e os sentimentos das entrevistadas, conforme vão dando maior visibilidade às questões de cada categoria de análise.

Assim, sublinhando a **rede de sociabilidade** das imigrantes (como chegaram ao local de destino, como se articularam), o **trabalho** (como acessaram trabalho, que tipo de trabalho, em que condições) e a **integração no mercado de trabalho** (desigualdades de gênero, diferenças) são notórias as similaridades e singularidades nos percursos de Ismenya, Widelene e Lovelie.

Ismenya chegou ao Brasil em janeiro de 2018, três anos depois do marido. Com uma filha de colo, embarcou em Santo Domingo, capital da República Dominicana, e seguiram de avião até o Panamá. Do Panamá, deslocaram-se num voo direto até Porto Alegre. Da capital gaúcha, rumaram de ônibus até Poço das Antas/RS. Quatro meses depois da chegada, começou a trabalhar onde permanece até o momento desta escrita. O marido indicou a esposa ao seu líder de setor. Assim, quando abriu uma vaga operacional na unidade, Ismenya logo foi chamada. Mesmo tendo muita dificuldade de falar português e ser tímida, a empresa apostou na sua contratação pelo histórico de bom desempenho técnico e comportamental do marido. *“Eles gostam do trabalho dele* (referindo-se ao marido)*, por isso chamaram eu. Eu capricho também, gosto de lá. Gosto muito de trabalhar!”*

O processo de seleção constitui a adequação entre o perfil da vaga ofertada pela empresa e o perfil do candidato à vaga. Cada empresa define o perfil da vaga com as atribuições do cargo (o que deve ser realizado pelo ocupante do cargo) e as competências técnicas (conhecimentos, experiências) e comportamentais

(habilidades e atitudes) que busca nas pessoas para compor seu quadro laboral, a fim de alcançar os objetivos organizacionais.

Esse processo apresenta variabilidade nas empresas, conforme sua cultura organizacional. Compreende-se por cultura organizacional, o conjunto de valores, crenças, hábitos, costumes e regras estabelecidos pela empresa, gerando o modo institucionalizado de pensar e de agir que existe no ambiente profissional. Ela é expressa pela maneira como a empresa faz seus negócios, atrai recursos humanos, interage com seus colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e demais envolvidos, define responsabilidades e graus de autonomia e promove níveis de engajamento entre os colaboradores e a organização (DIAS, 2003).

Nesse contexto, percebe-se, na narrativa de Ismenya, que sua acolhida na esfera laboral foi motivada pelo perfil do marido. A confiança no marido a partir do seu histórico de bom comportamento e desempenho contribuiu para que a empresa assumisse o risco da sua contratação. Do ponto de vista organizacional, a confiança traz benefícios como comprometimento, cooperação e produtividade no trabalho, mas destacam-se as hierarquias de gênero e os papéis sociais carregados de nuances, que caracterizam a valorização da capacidade produtiva masculina em detrimento da capacidade produtiva feminina.

Os critérios, as etapas e a forma de selecionar (assim como de recrutar) pessoas desvela a cultura da empresa, que pode ampliar ou restringir oportunidades, especialmente, para mulheres imigrantes que não têm o marido como referência de trabalho. Talvez isso explique a dificuldade de algumas delas não serem contratadas nas empresas da região, somada a outros fatores, como pouco conhecimento da língua portuguesa e baixo nível de qualificação profissional. É preciso um olhar atento para os processos de recrutamento e seleção, buscando identificar as características e potencialidades de cada candidato, para não perder a chance de contratar homens e mulheres aptos para a execução de determinados trabalhos e de reconhecer seu valor humano.

Dando continuidade, ao perguntar para a Ismenya o que o trabalho significa, ela responde: *“Tudo! Posso comprar coisas, ajudar família, ter vida melhor”.* Essa fala mostra uma imigrante que se esmera em desenvolver o trabalho para manter-se nele e assim poder ter e proporcionar uma melhor qualidade de vida aos familiares. O trabalho é um laço importante de integração do indivíduo na sociedade. Entre as razões para trabalhar, está a satisfação econômica e social, o sentimento de

vinculação e de relacionamento com as pessoas, a oportunidade de novas experiências e aprendizados, realização profissional, segurança e afeto.

Em Poço das Antas/RS, há mais de 60 haitianos trabalhando na mesma empresa da Ismenya, todos em níveis operacionais, conforme informações da própria organização. Nesse cenário, é notória a empregabilidade de mão de obra imigrante para o processo produtivo, principalmente, na esfera do consumo e de serviços em municípios interioranos. Embora muitos imigrantes não atuem na sua área de formação, qualificação ou experiência profissional antes de emigrarem, com frequência os empresários queixam-se da falta de profissionais especializados no mercado de trabalho.

Entre os imigrantes, existem muitos educadores, vendedores, advogados, seguranças, motoristas, entre outros profissionais espalhados pelo Rio Grande do Sul, com potencial para assumirem maiores desafios e responsabilidades que do que estarem inseridos em frigoríficos cortando e desossando carne, em metalúrgicas auxiliando em carga e descarga de materiais e na construção civil fazendo massa e carregando-a até o pedreiro (atribuições até então de pouco ou nenhum domínio da maioria dos imigrantes).

A busca por trabalho é o “[...] ponto central, tanto da oferta quanto da demanda por imigrantes” (HERÉDIA; TEDESCO, 2015, p. 143). A aceitação do que lhe é oferecido, sem opção de escolha, coloca o imigrante numa atividade laboral que perpassa a ideia de situação provisória, mas que acaba sendo, muitas vezes, definitiva. Conforme Sayad (1998), a necessidade do mercado de trabalho é circunstancial, sendo o imigrante considerado um ser "provisório", mesmo que esta provisoriedade dure anos e anos.

Widelene saiu de Jacmel, no Haiti, deixando o marido, os três filhos (dois com idade adulta e um adolescente) e o trabalho de professora de séries iniciais, e foi morar temporariamente na República Dominicana para cuidar da mãe, que estava muito doente. Logo após o falecimento da mãe, conheceu conterrâneos que a convidaram para viajar, desbravar lugares e oportunidades. O Brasil era o destino, pois os amigos tinham informações de que havia possibilidades de trabalho e, sobretudo, havia segurança nesse país. *“Então, conversei com a família, me apoiaram. Meu marido escreveu uma carta, autorização de minha saída. Ele é advogado. Vim com tudo certinho, documentos, certinhos.”* Com o apoio da família,

reuniu os documentos e as economias e comprou as passagens.

De avião, saiu de Santo Domingo, capital da República Dominicana, ao Panamá. Da cidade de Panamá, seguiu para Quito, no Equador, até chegar ao Acre, no Brasil. Depois de algumas semanas no Acre, uma cooperativa de alimentos do Vale do Taquari/RS foi selecionar trabalhadores para compor seu quadro laboral e Widelene estava entre eles. O translado de ônibus do Acre para Arroio do Meio/RS, por quase cinco dias, foi providenciado e custeado pela cooperativa, bem como a moradia e as necessidades básicas para os primeiros seis meses, para que os funcionários estrangeiros pudessem se organizar e se familiarizarem com o novo território. Com muito orgulho, Widelene destaca: *"sou a primeira mulher haitiana da cooperativa que chegou aqui, Arroio do Meio, em fevereiro de 2012".*

A narrativa de Widelene revela que o processo migratório inicia com a obtenção de dados do lugar de destino, por meio da rede de amigos que já vivenciaram a experiência migratória e encontram-se assentados no Brasil. E, no caso dela, portando documentos que a diferenciavam em termos de agilidade para o ingresso no mercado de trabalho brasileiro.

Cabe refletir sobre essa documentação, no tocante à "autorização" para a saída do país de origem, homologada pelo marido. Ou seja, a necessidade de consentimento pressupõe a submissão feminina na sociedade patriarcal, disfarçada em forma de normativa. Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas quanto à garantia de direitos, as mulheres ainda encontram restrições quanto à mobilidade espacial a partir de uma dimensão de subordinação, com clara evidência de desigualdade de gênero e de hierarquia de poderes, traduzindo a submissão feminina às normas sociais (SCOTT, 1991). Essa submissão está presente nas formas de sociabilidade humana e é reflexo de um tempo histórico, sendo reproduzida, muitas vezes, na cotidianidade não consciente e naturalizada (MARTINS, 2000).

Nessa perspectiva, a submissão está vinculada a determinadas circunstâncias sociais da vida cotidiana, sendo imprescindível entender os elementos que circundam as relações sociais. Além disso, é preciso considerar as mudanças nos valores, crenças e hábitos de uma sociedade, pois o cotidiano só é válido quando se torna dinâmico, funcional (MARTINS, 2000).

Widelene não questiona a autorização por compreendê-la como uma prática natural do sistema societário. Essa aceitação, entretanto, não pode ocultar seu perfil. Quando questionada sobre como se reconhece, disse: *"Ah, eu sou corajosa, muito*

confiante, determinada. Foi por isso que eu vim primeiro". Quando deixou seu país, não tinha nenhuma garantia de empregabilidade, a única certeza era de que precisava fazer algo pela família, pois *"no Haiti não tem segurança, não tem paz. Qualquer pessoa pode te matar, roubar, agredir. Não dá para viver com medo".*

A insegurança e o medo relatados trazem sofrimento e podem gerar transtornos de ordem física, cognitiva, afetiva e social, condenando a pessoa a perder a liberdade, familiares, amigos, relações e afetos. O esforço de Widelene em busca de melhores condições de vida para si e os seus, num novo local de moradia, é reconhecido pelo orgulho que o marido e os três filhos sentem dela e se fortifica na convivência cotidiana da família, no bairro Aimoré, em Arroio do Meio/RS.

Face aos sentimentos expressos por Widelene, destaca-se que, segundo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, o Haiti é o país mais pobre da América e um dos mais pobres do mundo. Está situado geograficamente numa região vulnerável a catástrofes. Nesse sentido, o terremoto de 12 de janeiro de 2010, considerado o maior desastre natural das últimas décadas, agravou a situação. Mas, como bem pontua a Pan American Health Organization (PAHO, 2011), não foi o terremoto que provocou o retrocesso no desenvolvimento do país, pois já havia uma catástrofe econômica, política, social, ambiental e humanitária antes dessa abrupta e intensa catástrofe. Há décadas os haitianos vivem no limite do humano (SUTTER, 2010), com consequências físicas e psicológicas que justificam os fluxos migratórios.

O Brasil tem sido o destino de 106,1 mil imigrantes haitianos entre 2011 e 2018, representando 21,5% do total (492,7 mil) de imigrantes registrados no país nesse período. Estes números colocam os haitianos como a principal nacionalidade estrangeira no Brasil, seguida de bolivianos, venezuelanos e colombianos, conforme dados do OBMigra (2019). Em termos de movimentação de migrantes no mercado de trabalho formal, o Haiti segue líder, com 24.929 admitidos e 18.985 demitidos, resultando num saldo positivo de 5.944 empregos formais.

Lovelie contatou parentes do pai que já estavam no Brasil, antes de partir do Haiti, em 2015. Saiu de Porto Príncipe (sua cidade natal) e foi até Lima. Na capital peruana, pegou um avião para Iquitos, depois seguiu para Tabatinga (cidade brasileira que faz fronteira com a Colômbia), Manaus e Porto Alegre. Da capital gaúcha, seguiu de ônibus para a casa de parentes em Estrela/RS, onde permaneceu por um ano e sete meses. O primeiro emprego, após quase doze meses de espera, foi em Venâncio

Aires/RS, numa indústria fumageira. Com seis meses de experiência na indústria de transformação de tabaco, conseguiu uma oportunidade mais rentável numa empresa de alimentos em Teutônia/RS, para onde ela se mudou e foi morar com amigas e amigos conterrâneos.

Na sequência de quase um ano e meio no segundo emprego, soube por amigos da sua rede de contatos que havia vagas em outra empresa alimentícia do município. É oportuno destacar que a rede de contatos envolve processos de articulação, de participação, de cooperação e de solidariedade, colocando em movimento a busca de interação e de vínculos sociais (CASTELLS, 2013). Assim, por meio da rede de contatos, Lovelie acessou a vaga de emprego e participou do processo de seleção, vindo a ser a escolhida para trabalhar no setor de desossa do frigorífico. Durante o período em que esteve empregada, Lovelie conseguiu ajudar seu filho e sua mãe, que permanecem no Haiti, enviando remessa financeira, e viajar a turismo para Santa Catarina/SC, Paraná/PR e Rio de Janeiro/RJ.

Porém, há sete meses a realidade mudou. Em virtude da pandemia causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, que atinge hoje cinco continentes, a empresa reduziu o quadro de funcionários e Lovelie foi desligada. Seu marido, haitiano, que ela conheceu na empresa, permanece trabalhando. Essa situação deixa-a profundamente angustiada: *“Gosto de trabalhar, mas não tem vagas. Faço ficha nas empresas, mas não chamam”.*

Dados da Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas, elaborada pelo grupo de Estatísticas Experimentais do IBGE (2020c[29]), mostram as consequências da crise causada pelo coronavírus em diversos setores da economia brasileira. A primeira medição referente a “pessoas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade”, realizada pelo instituto entre 3 e 9 de maio de 2020, totalizou 19,1 milhões de desempregados. O estudo também analisou as 2,8 milhões de empresas em funcionamento na primeira quinzena de julho no Brasil e constatou que 44,8% delas declaram terem sido negativamente afetadas pela pandemia (IBGE, 2020c).

É notório que as medidas de isolamento social e o fechamento temporário obrigatório de muitas atividades para atenuar a propagação do novo coronavírus

[29] A pesquisa está disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/. Acesso em: 16 nov. 2020. O IBGE informa que esta operação estatística de caráter excepcional permanecerá ativa pelo tempo em que for considerada relevante.

afetaram a economia e os postos de trabalho formais, sendo os imigrantes os primeiros a sentirem tais efeitos. Contudo, a recessão econômica já estava em curso, a diferença é que, por conta do vírus, tornou-se mais grave e global. Nesse contexto, Ramonet (2019) cita a estimativa de que 500 milhões de pessoas ao redor do mundo possam ser relegadas à condição de pobreza.

No Brasil, o "auxílio emergencial" criado em abril de 2020 pelo governo federal para ajudar trabalhadores desempregados, informais, autônomos e microempreendedores individuais a enfrentarem a crise causada pela pandemia da Covid-19 foi muito importante, mas paliativo.[30] O governo precisa praticar reformas estruturais e assegurar mecanismos para injetar recursos na sociedade, viabilizando oportunidades para conectar os Estados e estes conectarem os fragmentos regionais. Essas ações são indissociáveis, mas, infelizmente, o país carece de um projeto nacional de desenvolvimento, como bem afirma Castro *et al*. (2020, p. 9):

> A economia que encontrou a Covid-19 estava em frangalhos, longe de "decolar", os atores responsáveis pelas decisões de investir reafirmavam seus comportamentos rentistas avessos ao risco. Nem falar do mercado de trabalho, desemprego e uberização travestida de empreendedorismo.

Além disso, cada país parece seguir seu próprio caminho. Não há movimentos de cooperação internacional nas esferas econômica, social e política. Especificamente as economias latino-americanas já apresentavam fragilidades e a informalidade (disfarçada de empreendedorismo) respondia por boa parte dos postos de trabalho (RAMONET, 2020). Nos Estados Unidos, o desemprego, em abril de 2020, atingiu os piores níveis dos últimos 70 anos, com aproximadamente 20,5 milhões de norte americanos fora do mercado de trabalho (KRUGMAN, 2020). Não se sabe como os países superarão a crise atual; todavia, é fato que problemas como saúde pública, desigualdades sociais, de gênero e de raça foram descortinados.

No caso de Lovelie, a falta de trabalho impacta o orçamento familiar e o acesso ao atendimento de necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação para o filho. O trabalho e seus recursos são fontes de territorialização para Lovelie e

[30] O auxílio emergencial foi um benefício financeiro criado para os brasileiros em situação de maior vulnerabilidade durante a pandemia da Covid-19. No período de abril a agosto de 2020, as pessoas que cumpriram todas as regras estabelecidas pelo programa receberam R$600,00 por mês, e a mulher chefe de família monoparental, recebeu R$1.200,00. Por meio da Medida Provisória nº 1000, publicada dia 03/09/2020 no Diário Oficial da União, o auxílio emergencial foi estendido até 31/12/2020, com pagamento de quatro parcelas de R$300,00 cada, e no caso das mães chefes de família monoparental, o dobro do valor (R$600,00). Mais informações em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/solicitar-auxilio-emergencial-de-r-600-covid-19. Acesso em: 09 nov. 2020.

possibilitam construir a vida cotidiana aqui e no Haiti, com esperança, dignidade, mutualidade e oportunidade de acesso a outras áreas. Por isso, quanto maior a sensibilidade estatal para as questões sociais, maiores as possibilidades de construir novas formas coletivas de pensar e de viver no planeta.

Nessa perspectiva, a integração no mercado de trabalho formal é decisiva para a determinação do sentido do trabalho para as pessoas, tanto na perspectiva econômica quanto social. Da mesma forma, as condições de mobilidade espacial geram sentimentos de vinculação, de oportunidades de experiências e de contribuições, numa relação recíproca entre as pessoas e os espaços vivenciados (territorializados).

Não encontrando oportunidades no mercado de trabalho formal, alguns imigrantes aceitam desenvolver atividades informais, como segurar placas de propagandas pelas ruas da cidade, vender objetos e alimentos aos próprios conterrâneos, distribuir *flyers* nas sinaleiras, entre outras. O trabalho informal se caracteriza pela ausência de direitos sociais, prática que, segundo Godinho; Teixeira (2004), frequentemente é observada em microempresas na América Latina e na África, pois a maioria delas não tem trabalhadores registrados. No Brasil, não é diferente; por isso, a necessidade de políticas de emprego, renda e inclusão produtiva, por meio da educação para o trabalho, considerando a evolução e a complexidade do mercado laboral.

Ainda, as categorias de sociabilidade, trabalho e integração no mercado de trabalho são perceptíveis nas experiências de Nana e Shara e dialogam com outras categorias de análise, pois não dá para dissociar os **lugares de origem** (existência de miséria, riqueza, signos, simbologias) e as **expectativas pessoais** (conquistas, frustrações e relações intrafamiliares e afetivas no país de origem e no lugar de destino).

Nana tem uma voz tranquila e discorre com serenidade sobre o Brasil e as pessoas que a acolheram em Encantado/RS: *“Tenho muitas amigas brasileiras no trabalho. Gosto da gentileza e das amizades daqui. Sou satisfeita com tudo aqui”.* A satisfação é uma condição afetiva que pode ser descrita como o resultado de uma combinação do nível de expectativa e a confirmação do atendimento dessa expectativa ao longo das interações humanas (OLIVER, 1980). Essa condição afetiva, conforme Geyskens; Steenkamp; Kumar (1999), pode ser sustentada por condições

econômicas e/ou fatores psicológicos.

O trabalho assegura a Nana recursos financeiros importantes para o cumprimento de responsabilidades assumidas no território de origem (como a ajuda financeira mensal que envia à família no Haiti) e no território de destino (como a conquista de (i)materialidades em Encantado/RS), e firma territorialidades na medida em que aspectos econômicos, psicológicos e culturais se juntam, são construídos ou transmitidos numa combinação justaposta. As práticas da Nana singularizam seus espaços e dão consistência à configuração de seus territórios. Haesbaert (2005) destaca que as relações humanas na apropriação do espaço são o intrincamento de todos os elementos que compõem a vida cotidiana. Sendo assim, "o território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações [...]" (SAQUET, 2015, p. 24).

Shara também imprime sentimentos e territorialidades. É muito grata a Lajeado/RS, pelas duas oportunidades de trabalho, que lhe proporcionam ajudar mensalmente os familiares do lugar de origem, além de contribuirem para o pagamento do tão sonhado apartamento, financiado pelo mesmo programa habitacional acessado por Nana. Também menciona a bolsa de estudos concedida pelo colégio particular CEAT à filha mais velha, a educação pública de qualidade das filhas mais novas e os laços de amizade construídos. *"Nossa vida melhorou muito desde que estamos aqui. Não tem comparação."* Contudo, com muita discrição, revela uma frustração: *"Tenho capacidade para trabalhar em funções mais desafiadoras, mas são poucas as oportunidades".*

Nas entrevistas com as sete mulheres imigrantes, constata-se que a oferta de postos de trabalho no meio empresarial são em funções operacionais e repetitivas. Para Riedl; Marquetto (2010, p. 246), a maioria dos trabalhadores imigrantes "[...] exerce funções alienantes [...], características da produção em massa, as quais limitam o desenvolvimento das capacidades humanas, cognitivas e de ampliação de seus conhecimentos". Esse fato evidencia a falta de reconhecimento de competências e habilidades dos imigrantes e a existência de limitações no espaço público.

Nota-se que a territorialização pode ser tanto um elemento de coesão quanto de hostilidade. A primeira situação está relacionada à capacidade de sociabilidade, de solidariedade e de afetividade, no sentido de identidade espacial, acolhendo as pessoas; a segunda situação, o lado oposto, tem relação com exclusão e segregação

(SOJA, 1971). Assim, a territorialidade pode ser tanto positiva quanto negativa, variando conforme os interesses dos atores de determinado território. Dessa forma, não bastam iniciativas que regulamentem a situação do imigrante no país; é preciso também uma mudança de cultura da população nativa (MATTOS; SARTURI; BORGES, 2015), para que a diversidade tenha efetiva visibilidade e igualdade de oportunidades, e a exclusão social seja inexistente.

Quanto à categoria **percepção territorial**, as mulheres imigrantes entrevistadas percebem os municípios onde residem como bem organizados, com saneamento, transporte, com acesso a bens e a serviços essenciais e a atividades econômicas diversificadas. Essas condições de vida são destacadas por elas, especialmente, no que se refere à segurança, conforme afirma Nana: *"Aqui eu sinto segurança. Aqui não tem sequestro*. *Gosto muito desse lugar".* De forma semelhante, Widelene enfatiza e compara o local de destino com o de origem: *"Arroio do Meio tem paz, ninguém incomoda; no Haiti não é assim"*. E Ismenya ressalta: *"O município é pequeno, tudo bem tranquilo".*

As percepções de Nana, Widelene e Ismenya se justificam ao serem analisadas as estatísticas recentes sobre os índices de segurança divulgados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS, 2020), os quais mostram uma redução média de 18,05% nos números totais dos "indicadores criminais por município" no período de janeiro a novembro de 2019 (280.146 casos) em comparação com o mesmo período de 2020 (237.299 casos)[31].

O bom resultado dos indicadores criminais é observado nos municípios do Vale do Taquari/RS, embora não suprima o aumento de casos de violência contra o idoso na região, ou seja, segundo a mesma secretaria, houve um aumento de 177,00% de janeiro a agosto de 2020 em comparação ao mesmo período de 2019. De treze, passou para trinta e seis casos de violência. O município com mais registros até agosto de 2020 foi Relvado, com treze casos. Em 2019, foi Roca Sales, com sete casos (SSP/RS, 2020).

Quanto ao aspecto de **relações com familiares**, outra categoria de análise deste estudo, observa-se muito respeito entre os familiares das mulheres imigrantes

[31] A SSP/RS, por meio por meio da Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul, mede mensalmente 14 indicadores criminais, que são: homicídio doloso, total de vítimas de homicídio doloso, latrocínio, furtos, abigeato, furto de veículo, roubos, roubo de veículos, estelionato, delitos relacionados a armas e munições, entorpecentes – posse, entorpecentes – tráfico, vítimas de latrocínio e vítimas de lesão corporal seguida de morte.

entrevistadas, sobretudo, em seus lares, nas relações com o marido e os filhos, e com as mães e irmãos. Os pais são pouco mencionados (mas não desrespeitados), já que alguns casais são separados, e os homens mudaram de residência e de cidade no país de origem, constituindo outras famílias. É o caso dos pais de Sophia, Lovelie e Darline. Relações com a atual esposa do pai e com os irmãos constituídos nessa relação raramente ocorrem. O contato por telefone, quando realizado, é direto com o pai.

No que se refere aos afazeres domésticos, seis das sete imigrantes relataram que os maridos ajudam na limpeza da casa, especialmente, limpando o chão (varrem e passam pano nos ambientes) e a louça. Cinco maridos preparam frequentemente o almoço em domingos. Widelene e Shara contam com o apoio dos filhos na arrumação das camas e na limpeza da cozinha. Ainda, os maridos de Ismenya, Sophia e Nana cuidam dos filhos no turno oposto de trabalho.

Nesse sentido, Nana revela que o marido é parceiro de vida e de tarefas domésticas. Ajuda a manter a casa em ordem e cuida da filha durante as seis horas diurnas em que está no trabalho. *"Ele limpa chão, lava louça, é parceiro para tudo. E cuida dela* (referindo-se à filha), *porque eu tenho trabalho de dia, ele de noite. Dá bem certo."* Essa logística para cuidar das filhas também ocorre com Ismenya, que trabalha no turno do dia e o marido no turno da noite. A respeito disso, ela afirma: *"Agora tá sem creche, por causa da Covid, então as crianças ficam direto com ele".*

Contemporaneamente, assiste-se a um movimento de mudança na forma de envolvimento dos maridos nos processos de cuidado e de interação com os filhos ou na partilha de responsabilidades, o que também ocorre em situações em que eles ajudam a companheira nas tarefas domésticas (COMEL, 2003). Mas, quando questionadas sobre os demais afazeres, como a limpeza dos móveis e das roupas, o preparo diário da alimentação da família, a compra de alimentos e materiais necessários para manutenção da casa, suporte nas tarefas escolares dos filhos, observa-se, pelas falas delas, que ainda assumem o gerenciamento e a maior responsabilidade nesses serviços domésticos-familiares.

Desse modo, embora na constituição da família atual haja maior a colaboração entre os integrantes, o uso do verbo "ajudar" sinaliza que a responsabilidade primária pela organização e pelos afazeres domésticos-familiares é das mulheres, enquanto os homens, por benevolência, contribuem. Evidencia-se, portanto, uma divisão pouco igualitária do trabalho doméstico-familiar e a reprodução dos papéis sociais

estereotipados que se estabelecem entre homens e mulheres em diferentes contextos, inclusive nos ambientes públicos.

Uma análise realizada por Oliveira e Marcondes, presente no Caderno do Observatório Nacional do mercado de trabalho, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2015[32]), baseada em informações da população de 16 a 59 anos de idade, residente em áreas metropolitanas, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre 2001 e 2012 no Brasil, reforça a existência da divisão desigual do trabalho doméstico-familiar. Segundo as autoras, tanto as mulheres empregadas quanto as desempregadas dedicam em média 20 horas semanais à realização de tarefas domésticas e à atenção familiar, o que corresponde a mais que o dobro de horas em relação aos homens. Vinculando a atividade profissional à doméstico-familiar, as mulheres respondem por uma jornada média semanal de 60 horas de trabalho.

Quanto à integração das imigrantes no **espaço público**, Ismenya relata a experiência na Associação Beneficiente Ouro Branco, popularmente chamada de Hospital Ouro Branco, em Teutônia/RS, município vizinho de Poço das Antas/RS, quando se hospitalizou para a chegada da segunda filha: *"Foi fácil de conseguir lugar, não gastamos nada lá. E foi cesariana"* (referindo-se à intervenção cirúrgica).

Nana também relata suas experiências de acesso a serviços públicos, durante e após a gestação: *"As consultas e o parto da (*Meyya*) foram aqui* (Encantado/RS). *Depois, com dois meses, levamos* (Meyya) *no hospital em Estrela, ela tinha um probleminha. Fomos bem atendidas, ela ficou boa. O serviço é muito bom, lá e aqui, e tudo de graça, pelo SUS. Agradeço muito a ajuda".*

O Sistema Único de Saúde brasileiro (SUS)[33] é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. O Brasil é o único país com mais de 100 milhões de habitantes que garante assistência integral e completamente gratuita à população.

[32] Mais informações em: Caderno do Observatório Nacional do mercado de trabalho: volume 1/Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015, p.19-40.

[33] O SUS foi criado em 1988, pela Constituição Federal Brasileira, que determina que é dever do Estado garantir saúde a toda a população brasileira. Seu início deu-se nos anos 70 e 80, quando diversos grupos se engajaram no movimento sanitário, com o objetivo de pensar um sistema público para solucionar os problemas encontrados no atendimento da população, defendendo o direito universal à saúde. Em 1990, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica da Saúde, que detalha o funcionamento do sistema e instituiu os preceitos que seguem até hoje. A partir deste momento, a população brasileira passou a ter direito à saúde universal e gratuita.

Nana prossegue narrando que, no Haiti, a assistência médica é para poucos: *"Se não tem dinheiro, no Haiti tu morre".* Sabe-se que o Haiti está situado numa região geograficamente vulnerável a desastres naturais, mas, como bem afirmam Sutter e King (2012), nenhum desastre é totalmente natural, uma vez que a pobreza está na raiz de muitas situações de vulnerabilidade.

Por sua vez, Sophia menciona o acesso à Fundação para a Reabilitação das Deformidades Crânio-Faciais (FUNDEF)[34]. Seu filho necessita de atendimento especializado e está sendo assistido por uma equipe multidisciplinar de profissionais, sem nenhuma despesa (custo). A configuração desses serviços públicos de saúde e educacionais (reiterando o caso do parto, da creche para as filhas da Ismenya e das escolas para as filhas de Shara) permite o acesso das mulheres imigrantes entrevistadas a uma melhor qualidade de vida para a família, uma vez que se dependessem de recursos financeiros, não teriam condições de usufruí-la

Nessa perspectiva, é possível pensar que a falta de acesso a determinados serviços ocorre por motivos materiais e não culturais, o que faz lembrar as falas de Nana e Darline, que sonham com a formação acadêmica, mas não a acessam em função de dificuldades no processo de ingresso nas universidades federais, seja pela sua localização e necessidade de mobilidade, seja em função do número de candidatos que disputam as vagas, sem falar na dificuldade de acesso às universidades comunitárias ou particulares, devido à obrigatoriedade de pagamento de mensalidade, cujo valor exige maior investimento financeiro.

Sabe-se que uma parcela da população não tem acesso às universidades, pela falta de atendimento a requisitos formais como a conclusão do ensino médio, mas também faltam políticas públicas que indiquem o acesso às informações, as possibilidades de ingresso à graduação, bem como, bolsas de estudo para que um número maior de pessoas possa qualificar-se, atendendo não só aspirações pessoais, mas também, demandas do mercado de trabalho.

Especificamente no caso das mulheres imigrantes, se não houver incentivo educacional federal associado a políticas de integração, as chances de realizarem

[34] A FUNDEF é uma instituição beneficente que busca a reabilitação de pessoas com fissuras labiopalatais e deficiência auditiva. É reconhecida nacional e internacionalmente por sua atuação. Os atendimentos começaram em 1991, por iniciativa do médico Wilson Dewes e uma equipe de profissionais voluntários. São 30 anos de atuação, com reuniões clínicas para a discussão de casos e a tomada de decisão em equipe, de acordo com a necessidade de cada paciente. A fundação localiza-se em Lajeado/RS e sua abrangência é nacional.

sonhos profissionais e prosperarem são ínfimas. Acredita-se que a formação e a qualificação profissional, a partir da valorização das diferentes culturas, promovem igualdade de oportunidades e potencializam o desenvolvimento dos territórios.

5.3 Municípios e mulheres migrantes: inclusão ou segregação?

Nas primeiras páginas da revista Valores do Vale (2005, p. 6), o leitor é convidado a vir para o Vale do Taquari/RS para “alimentar-se”.

> Venha para o Vale do Taquari e alimente-se.
> Alimente o corpo e a alma com as boas energias e com as boas vibrações desta terra única. Alimente-se de cultura. Alimente-se de história. Alimente-se de cidadania. Alimente-se de bem-estar. Alimente-se com as belas paisagens e com o calor humano deste povo entusiasmado. Mas alimente-se, sobretudo, com os bons produtos que o trabalho e a competência das comunidades desta terra permitem ofertar.

O convite instiga conhecer a riqueza material e imaterial do Vale, considerando “o trabalho e a competência das comunidades desta terra”, ou seja, uma região caracteriza-se como tal, a partir das suas comunidades, compreendidas aqui como seus municípios. Os municípios, independente de tamanho, relacionam-se entre si, assumindo diferentes papéis no espaço, e formam uma região.

Segundo Kayser (1980), a formação de uma região somente se dá a partir de três elementos essenciais: (i) o caráter concreto e histórico da realidade regional (o caminho que vem sendo percorrido), com a união de forças das comunidades e, portanto, das diversas pessoas, etnias e entidades representativas que estimulam sua organização econômica, social, política e cultural; (ii) a presença de um polo de referência em torno do qual a região se organiza e se desenvolve; (iii) a participação desta região num conjunto de abrangência interna (local-regional) e externa (local-global). Assim, a região é o resultado do fluxo de pessoas, saberes e ações internas e externas, em constante movimento.

Os números e indicadores socioeconômicos do Vale do Taquari/RS e dos seis municípios onde residem as mulheres imigrantes entrevistadas, citados previamente, apontam, de modo geral, o bom desempenho dessa região, acompanhando e, em alguns momentos, até superando a média do Estado. Com base nisso e nas narrativas das sete mulheres imigrantes entrevistadas, não há dúvida de que essas características influenciaram seu processo migratório.

O sentimento das mulheres imigrantes entrevistadas em relação ao município

onde residem é o de que é um bom lugar para viver. A justificativa é a infraestrutura, a organização, a beleza, a proximidade do trabalho, da igreja e do supermercado, a relação com os colegas de trabalho, o acesso a serviços básicos de saúde e a espaços de lazer, além da segurança, que é bem maior em comparação ao local de origem. Todos esses benefícios, no entanto, não as isentam de sentir algumas dificuldades, conforme pode ser observado em suas falas:

> *Gosto daqui, é calmo, perto de tudo. Só atravesso a BR e logo chego no trabalho* (Sophia).
>
> *Tudo bom. Trabalho, amigos, igreja, dona Gelsi* (Ismenya).
>
> *Quando cheguei aqui, gostei muito do lugar. Tinha esperança de dar certo, e deu. Consegui emprego, consegui reunir minha família, estamos pagando nosso apartamento, as filhas estão em escolas boas, não posso me queixar de nada, só agradecer muito a igreja, os amigos, os colegas. Mas claro, gostaria de trabalhar num lugar mais desafiador. Um dia vou conseguir* (Shara).
>
> *Confiamos nos amigos quando saímos do Rio de Janeiro e viemos para Lajeado. E foi a melhor decisão. Lá era igual a Colômbia, muita violência. Somos felizes aqui, mesmo que não temos o suficiente para os dois estudar. Depois que ele concluir o curso de técnico de futebol, retomo o meu* (Darline).
>
> *O lugar é bom, o trabalho era bom, tinha meu dinheiro. Agora tá difícil emprego. Faço ficha nas empresas, mas não chamam. Não tem vaga para haitianas* (Lovelie).
>
> *Aqui é muito bom! Mas nem todas amigas têm emprego. Dói quando vê amigas desempregadas. Faço muitas orações pra Deus abrir portas para emprego* (Widelene).
>
> *Quando fiquei grávida, fui no médico e tive dificuldade de entender o que ele falava, porque eu não compreendia a língua portuguesa. Cheguei em casa decidida que precisava estudar português. Comecei estudar, com aplicativos no celular. Eu tinha que fazer mais por mim. E foi muito importante. Hoje vejo que têm muitas haitianas com preguiça de aprender português, e daí tem dificuldade de conversar, de arrumar trabalho* (Nana).

Lugar seguro e acesso fácil ao trabalho são condições importantes para Sophia, assim como as relações interpessoais desenvolvidas nos espaços do trabalho, da igreja e da casa da “mãe haitiana”, para Ismenya. O espaço laboral intensifica contatos sociais, proporcionando novas vivências, troca de conhecimentos e estabelecimento de vínculos pessoais e profissionais.

Da mesma forma, as igrejas, por meio de bispos, padres, irmãos/irmãs missionárias, pastores/pastoras, entre outros religiosos, ampliam as relações sociais das mulheres imigrantes e tornam-se um lugar de acolhimento, de convivência, de assistência e de orientação, assim como a casa da dona Gelsi, em Poço das

Antas/RS. No caso da Shara, foi por meio da ajuda diplomática e financeira da Igreja Missionária de Evangelização em Células (IMEEC) que o marido e, depois ela, chegaram a Lajeado/RS.

Os grupos religiosos e a dona Gelsi são referências para os imigrantes nos processos de obtenção de documentação civil, nos trâmites para alugar imóveis e no acesso a serviços básicos visando integrá-los no novo território, para que sejam protagonistas e não dependentes de trabalho social. Assim, tendo em vista a insuficiência de políticas públicas de acolhimento ao imigrante, observa-se que instituições religiosas e autônomos locais desempenham o papel do Estado.

Neste momento em que, para muitos imigrantes, pensar no futuro ainda remete à falta de expectativas, a rede de apoio constitui um meio favorecedor de socialização, com consequentes relações de amizade, de afeto, de ajuda e de motivações para buscar oportunidades e realizar projetos. Percebe-se que as relações não se restringem somente ao aspecto da informação, mas incluem uma dimensão mais ampla, a da empatia, da solidariedade e da experiência do outro.

De acordo com Lahire (2016), as experiências de vida dos indivíduos não são determinadas pela sua condição social, mas pelas múltiplas influências sociais. Logo, as redes sociais das mulheres imigrantes, tanto no país de origem quanto no de destino (por meio de empréstimo e ajuda financeira para a viagem, viabilização de hospedagem/moradia inicial, indicação para o primeiro emprego) promovem a sociabilidade e a integração nos territórios, conferindo-lhes oportunidades de criação de disposições diversas daquelas, muitas vezes, predefinidas pela classe social.

Granovetter (1992, 2007) assinala o quanto os vínculos de amizade e as relações pessoais são relevantes para o acesso a informações e a outros recursos, incluindo os financeiros. Assim, a decisão de migrar se constrói por meio de relações sociais e econômicas entrelaçadas, “[...] porque ninguém pode desprezar os fatos sociais [...] para a compreensão dos fatos econômicos [...] (STEINER, 2006, p. 121).

Seguindo as análises, compreende-se que uma região pujante precisa garantir emprego, renda e espaço para que as pessoas possam participar ativamente da sociedade (FAVARETO; KLEEB; GALVANESE, 2015). Nessas condições, as oportunidades de integração e de desenvolvimento não lhes são negadas. Ao contrário, como as pessoas vão “alimentar-se” no Vale do Taquari?

Em parte, essa situação é percebida na experiência de Darline. A imigrante verbalizou o quanto a remuneração do casal é insuficiente para os dois estudarem

concomitantemente. Diante disso, a formação do companheiro está sendo priorizada, reforçando a desigualdade de gênero que impõe uma “convenção” muito maior sobre as mulheres, que precisam adiar projetos e sonhos pessoais em prol de seus parceiros, aceitando determinadas decisões, sem deixar de contribuir com a manutenção financeira familiar.

A respeito da formação acadêmica, dados da Educação Superior (Sinopses Estatísticas 1995-2019[35]) mostram um aumento no número de matrículas ao longo das décadas no Brasil, com a implementação de programas e políticas públicas, mas, mesmo assim, é preciso mais ações que estruturem e favoreçam o acesso de estudantes de diferentes classes sociais às universidades (MONT’ALVÃO, 2014).

Em cada narrativa das mulheres imigrantes, percebem-se fatos que foram e estão sendo vividos, reafirmando as experiências de diversos momentos da vida. Lovelie lembra da atividade profissional com saudade e quer voltar ao mercado de trabalho, mas está encontrando dificuldade. Considera que o campo de trabalho para as mulheres haitianas é mais restrito, em comparação ao dos homens. Ainda, o empreendimento próprio parece ser complexo para as entrevistadas. Quando questionadas a respeito, nenhuma delas tem conhecimento de registro de empresa por imigrante feminina no seu município de residência, nem na região.

Retomando a fala de Lovelie, fica evidente a importância do trabalho para fins de autossustentação, mas também alcança a subjetividade, despertando sentimentos de autoestima, de autonomia e de independência. Ou seja, é possível notar em diferentes momentos da sua narrativa, que a condição social impõe implicações, como a privação de bens materiais, a negação de direitos e até de afeição e de respeito. O uso da expressão “tinha” revela claramente o distanciamento entre dois momentos do sujeito, aquele em que “tinha dinheiro”, e aquele em que “não tem” – alimento suficiente, educação, saúde, esperança, sonho, realização.

De modo geral, o desemprego prolongado, além de gerar problemas econômicos, pode gerar problemas psicológicos e condições particularmente difíceis aos familiares do país de origem, que contam com as remessas financeiras do membro da família que imigrou. Portanto, a falta de acesso ao emprego e à educação

[35] Em 1995 eram 1.759.703 estudantes matriculados no ensino superior (700.540 em instituições públicas e 1.059.163 em instituições privadas), enquanto em 2018 foram 8.450.755 estudantes matriculados (2.077.481 em instituições públicas e 6.373.274 em instituições privadas), perfazendo um aumento de 153,06% no período de 23 anos. Mais informações em: http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior.

distancia os imigrantes social e culturalmente do território regional com quem convivem, conduzindo a compreensão de que a igualdade de oportunidades ainda é limitada para as mulheres imigrantes. Se a situação já era frágil, com a pandemia da Covid-19 aumentou ainda mais a vulnerabilidade de milhares de imigrantes, sobretudo, de mulheres, em todo o território brasileiro.

A esse respeito, o Centro de Atendimento ao Migrante (CAM), mantido pela Associação Educadora São Carlos (AESC), vem estimulando o debate e chama a atenção para as responsabilidades governamentais e da sociedade civil com as demandas dos migrantes que estão em situação de vulnerabilidade e precisam de políticas específicas ao seu contexto social, econômico e cultural, desde o processo de chegada à manutenção das suas necessidades.

Entre as prioridades para proporcionar uma vida digna aos imigrantes no país, está a desburocratização para a obtenção de documentação, sem a qual ficam impedidos de obter carteira de identidade e acessar a oportunidades de trabalho, de se casarem, de registrarem seus filhos, enfim, de garantirem o acesso aos serviços de saúde e educação e aos direitos de cidadania (AESC, *on-line*).

Para compensar as dificuldades, não faltam relações de solidariedade e orações, conforme expressa Widelene, sempre muito ativa na comunidade haitiana em Arroio do Meio/RS. Por meio da sua liderança, envolve as conterrâneas na organização das atividades para os cultos aos domingos de manhã, ficando um grupo encarregado da parte religiosa e outro, da cultural, com muita música, interatividade e alegria. Observa-se que os cultos têm um aspecto social e cultural que une a todas. Para Widelene, essa é uma forma de manter as relações interpessoais, além de poder acompanhar e apoiar as amigas nas dificuldades, sem distinção pelo pertencimento a determinadas regiões do Haiti.

Refletindo sobre a fala de Nana, chama atenção sua capacidade de autoavaliação para identificar potencialidades e necessidades para conduzir o próprio desenvolvimento, deixando de “depender de outra pessoa” para ocupar seu espaço e produzir suas territorialidades. A conclusão sobre a necessidade de comunicar-se em português e a atitude de buscar aprender essa língua, proporcionou-lhe a compreensão do conteúdo das suas dúvidas, bem como autonomia social, estimulando-a a sonhar, a realizar e a ser mais feliz. Outra vez fica evidenciada a dimensão relacional entre os valores materiais e imateriais.

A imaterialidade e a predisposição à socialização são complexas e estão

relacionadas à personalidade de cada indivíduo, ou seja, as formas de perceber, de pensar, de sentir e de agir integram a subjetividade, que é o modo de ser de cada pessoa a partir de suas histórias, vivências e experiências, das relações sociais e da constituição biológica. Tudo isso reflete em seus comportamentos. Por isso, ao mesmo tempo em que alguns imigrantes sentem mais dificuldade, outros buscam alternativas e mostram perspectivas de transformação, pois a realidade de cada pessoa é formada pela combinação de múltiplos elementos dos meios de convivência que, por sua vez, geram diferentes territorialidades, num movimento de desterritorialização e de reterritorialização.

Nesse sentido, concorda-se com Saquet (2015), quando este afirma que o território e a territorialidade são multidimensionais e inerentes à vida na natureza e na sociedade. Em ambas, há relações sociais construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial. No que diz respeito às mulheres imigrantes, o território se apresenta como um espaço importante de construção das dinâmicas de produção por meio de suas relações sociais e de trabalho e de contribuição para a ampliação da igualdade de gênero e o desenvolvimento regional.

Contudo, para que haja continuidade nos processos de relações sociais e de construção das dinâmicas de produção na sociedade, o espaço urbano precisa ser acessível e condição para que haja produção, não meio de produção. Na fala de Widelene sobre o valor do aluguel da casa em que reside, é possível compreender a contradição existente entre o espaço como condição e o espaço como meio de produção. *“O aluguel da casa é muito caro. No Haiti as casas alugadas são pagas anualmente, não mensalmente. E o valor é bem menor. Metade do meu salário é para pagar o aluguel.”* Seguindo o raciocínio, observa-se que “[...] a posse dos meios de produção que são alocados no espaço não se configura como condição única para a produção. Sem um espaço, onde a produção vai materializar-se?” (BERGAMASCHI, 2014, p. 28).

A posse da terra urbana constitui uma das forças do capital, que alimenta o mercado imobiliário gerando, de um lado, elevada margem de lucro aos seus detentores e, de outro, elevado valor dos espaços de compra ou de locação de imóveis daqueles que a consomem. Essa prática de acumulação de capital faz com que o espaço seja condição e produto, configurando-se como instrumento de dominação e de segregação urbana, na medida em que diferencia o acesso das pessoas à moradia (CARLOS, 2007), segmentando níveis socioeconômicos e reduzindo o direito à cidade

para parte da população.

Das sete mulheres imigrantes entrevistadas, quatro residem em imóveis alugados e três adquiriram recentemente imóvel próprio, por meio de financiamento (dois financiados através de programa habitacional federal e um com recursos próprios). Em todos os locais das residências, há boa infraestrutura urbana. É importante destacar que, quando essas imigrantes chegaram nos municípios da região, a primeira residência de algumas foi em pensão compartilhada; de outra, foi um espaço providenciado pela empresa que a contratou; de outra, foi um espaço disponibilizado pela mesma igreja que a ajudou com a pagamento da passagem aérea; ainda, para outra imigrante, foi a casa de parentes.

Percebe-se que a pessoa migrante mantém uma razoável segurança quando as redes sociais lhe oferecem o primeiro apoio na chegada ao lugar de destino. Conforme as mulheres imigrantes, as condições das primeiras moradias eram satisfatórias, mas, unanimemente, a mudança para as atuais residências é enaltecida pelas entrevistadas, pelo fato de agora terem mais privacidade e liberdade, conforme descrito anteriormente.

Por meio do acesso ao trabalho e da integração no território, é possível observar a dimensão de gênero das mulheres imigrantes internacionais participantes da pesquisa. Suas práticas viabilizam novos horizontes e mudanças sociais (planejamento e realização de objetivos, emancipações), que refletem múltiplas relações, conquistas e territorialidades nos locais de acolhimento e de origem. Outra questão de gênero observada é a capacidade das imigrantes entrevistadas de compartilharem responsabilidades domésticas. É notório que são elas que assumem o papel de liderança e de controle das tarefas da casa e dos filhos, mas não são subservientes; ao contrário, sabem ensinar, delegar e cobrar resultados, num ambiente de muito respeito e reciprocidade familiar.

Nesse contexto, Darline expressa diferenças de comportamentos entre casais brasileiros e casais colombianos observadas em confraternizações nas casas de amigos. *“Fico impressionada que aqui os homens aguardam as visitas na sala, tomando cerveja, enquanto o lugar de honra das mulheres é na cozinha, preparando as comidas. Para nós, os homens e as mulheres ficam no mesmo lugar.”*

A recorrência desse comportamento pode ser permeada por relações de desigualdade com base na diferença de gênero, a qual historicamente naturaliza as tarefas domésticas de cuidar (das refeições, das roupas, dos filhos, do marido, entre

outros integrantes da família) às mulheres. Nas entrevistas com as mulheres imigrantes internacionais, foi possível perceber que há alguma ajuda para a realização de tarefas da casa e/ou o cuidado dos filhos, confirmando a declaração da Darline de que o “lugar de honra” é um espaço que pode (e deve) ser ocupado por todos os gêneros, ressignificando assim a divisão sexual do trabalho e o valor do trabalho doméstico-familiar.

5.4 As territorialidades das mulheres imigrantes

Como suporte metodológico deste estudo, utilizou-se a cartografia para expor a relação que as mulheres imigrantes de diferentes nacionalidades entrevistadas estabelecem com os espaços públicos e urbanos em municípios do Vale do Taquari/RS. A Figura 3 auxilia na leitura e no entendimento dos dados coletados, baseados nas narrativas, experiências, vivências e relacionamentos dessas mulheres com os serviços e os espaços utilizados.

Por isso, inicialmente, explica-se a figura. No canto superior esquerdo, dentro do quadrado, estão os mapas do Brasil e do Rio Grande do Sul, respectivamente. No centro, encontra-se o mapa do Vale do Taquari/RS, com seis municípios destacados – Arroio do Meio, Encantado, Estrela, Lajeado, Poço das Antas e Teutônia, para sinalizar os locais onde residem as mulheres imigrantes participantes desta pesquisa, em consonância com a legenda no canto inferior esquerdo da figura. Compondo ainda a legenda, há três distintos símbolos que remetem à igreja, à praça (ou parque) e ao supermercado, usados para demarcar os espaços mais frequentados pelas mulheres imigrantes.

Partindo dos seis municípios destacados, é relevante reconhecer as características das áreas (ou locais) onde as mulheres imigrantes entrevistadas residem. Ismenya e Lovelie residem em áreas centrais; Sophia, Darline, Widelene, Nana e Shara residem em áreas periféricas.

Cabe aqui conceituar o que é área central e periférica, antes de avançar. A segregação nas cidades brasileiras é marcada por uma distribuição espacial entre “centro” e “periferia”, na qual, de modo geral, as classes sociais mais ricas habitam as áreas centrais (áreas mais antigas e tradicionais da cidade, mais valorizadas e importantes), enquanto as classes mais pobres ocupam as periferias, os subúrbios ou as áreas abandonadas (áreas pouco valorizadas, marginalizadas, comuns).

Na concepção de Mary Douglas (1966), centro e periferia são constituídos por polaridades de valorização entre principal e marginal; rico e pobre; regular e irregular; perto e longe; compondo o que Milton Santos (1994b) estabelece como áreas luminosas e áreas opacas. As áreas opacas (espaços opacos), segundo o autor, se justapõem, superpõem e contrapõem com as áreas luminosas (zonas luminosas), estas valorizadas simbolicamente como espaços de reconhecimento e de altos aportes técnicos e financeiros (SANTOS, 1994b).

No entanto, os centros tradicionais de diversas cidades brasileiras começam a perder sua centralidade a partir da década de 1969, com o avanço do sistema rodoviário de circulação, originando novos modelos de urbanização nos quais “a centralidade deixou de ser atributo do Centro”, o que levou “à ruptura na continuidade interpretativa de seus significados” (TOURINHO, 2006, p. 279). Novos loteamentos, afastados das áreas centrais, foram abertos e muitas pessoas passaram a morar fora do núcleo tradicional, especialmente, as classes mais ricas, que saíram do centro das cidades e se mudaram para novos empreendimentos imobiliários, como loteamentos e condomínios fechados, monitorados e privatizados.

Além disso, ocorreram desdobramentos do caráter de centralidade do Centro, surgindo novos centros – subcentros ou centros estendidos, caracterizados pelo conceito de espaços segregados, como *shopping centers*, centros comerciais e outros conglomerados, associados “a um novo modelo de acessibilidade, já que os *shoppings* são alocados próximos a vias expressas [...]” (SPOSITO, 1991, p. 12) e apresentam diversas formas de interação social entre os clientes, a vizinhança e os proprietários destes imóveis.

Dessa forma, muitos centros tradicionais vão se tornando locais com pouco uso misto, com poucas residências e uso majoritariamente comercial, além da presença de muitos imóveis vazios, acentuado em 2020 com a pandemia do novo coronavírus. Várias organizações encerraram suas atividades em salas comerciais e passaram a adotar a modalidade de teletrabalho *home office*, uma tendência cada vez mais popular no mundo e no Brasil, especialmente, para as atribuições em que o contato e a entrega de resultados podem ser virtualizados, por meio de tecnologias de informação e de comunicação, abrindo novas possibilidades de contatos entre pessoas e cidades em diferentes dimensões e criando uma complexa rede de relacionamentos e novas práticas.

O Vale do Taquari/RS vem tendo influência desta dinâmica relacionada a novos

modelos de urbanização (com centros comerciais, condomínios de sobrados, condomínios fechados) e à criação de novas centralidades em áreas periféricas de alguns municípios. Para identificar essas novas centralidades, perguntou-se às mulheres imigrantes participantes deste estudo se gostam de seus locais de residência; quais os espaços públicos utilizados nos locais de residência; e quais os espaços públicos preferidos nos municípios de residência.

De modo geral, as entrevistadas deixam transparecer a satisfação de residirem nos locais atuais, bem como a segregação espacial existente, que tende a diferenciar cada vez mais as classes sociais em diferentes espaços urbanos, o que fica evidente nas narrativas de Sophia, Darline e Widelene.

> *Com as nossas economias deu pra comprar essa casa, nesse bairro. A casa é velha, precisa de muitas reformas. Vamos fazer as melhorias aos poucos* (Sophia).
>
> *Conseguimos alugar um apartamento, mas é bem pequeno, no (bairro) São Cristóvão* (Darline).
>
> *Procuramos bastante casas, em vários lugares aqui (em) Arroio do Meio, até alugar essa, a mais barata. Aluguéis muito caros aqui* (Widelene).

A segregação espacial gera vários problemas às cidades, especialmente, a desigualdade entre as classes sociais que possuem menos recursos financeiros (CARLOS, 2007). Nessa situação, encontram-se as três imigrantes e, certamente, outros migrantes provindos de diferentes países, geralmente, em busca de melhores condições de vida, não restando outra alternativa senão moradias populares, em áreas periféricas e com preços mais acessíveis.

Buscando conhecer as áreas onde as mulheres imigrantes residem, procurou-se observar as características que as diferem. As áreas centrais onde Ismenya e Lovelie residem apresentam maior densidade demográfica, com regular fluxo de carros e de pedestres. A área periférica onde Nana mora apresenta menor densidade demográfica e maiores espaços livres e verdes, o que se associa à tranquilidade e à proximidade com a natureza, ao silêncio e ao pouco movimento de carros. As áreas periféricas onde Shara e Sophia residem apresentam moderado fluxo de carros e regular fluxo de pedestres. Já as áreas periféricas onde Widelene e Darline moram apresentam fluxo regular de carros e de pedestres.

Nas áreas periféricas e numa das áreas centrais, as opções de horário de transporte coletivo são limitadas e nem sempre atendem adequadamente, embora isso não chegue a ser um problema, afirmam as mulheres imigrantes, pois deslocam-

se de bicicleta, a pé e, eventualmente, de carona com colegas de trabalho ou conhecidos do local. Contudo, as razões por optarem por essas formas de deslocamento é a incompatibilidade de horários do transporte coletivo e, sobretudo, o custo desse transporte. Essa constatação converge com o que Carlos (2007) afirma: o acesso restrito às formas de mobilidade restringem as formas de apropriação da cidade, limitando seu uso.

De acordo com a mesma autora, o sistema capitalista cria de forma particular a organização das cidades (CARLOS, 2007). Há grupos sociais excluídos do acesso ao transporte coletivo que atende suas necessidades, excluídos do acesso ao lazer, à cultura, à educação, à saúde, à moradia e de tantas outras dimensões que são vivenciadas cotidianamente pela população. A estrutura das cidades tem obedecido prioritariamente às questões econômicas e não às sociais, produzindo desigualdade de renda. E, na falta de renda, as pessoas acabam aceitando a condição exercida pela cidade como alternativa de vida (MONDARDO, 2009).

Nesse contexto, cabe a seguinte análise: considerando a remuneração média mensal líquida de R$ 1.583,00 das mulheres imigrantes entrevistadas em 2020 e o desconto de 6,0% sobre o salário, se aderirem ao benefício do vale-transporte, o custo-benefício torna-se inviável[36], conforme declara Nana: *“economizo transporte, com esse valor pago outra conta”.* Fica claro que o orçamento financeiro familiar segue um planejamento e um controle de receitas (entradas) e despesas (saídas) para que as contas fixas e prioritárias sejam atendidas e os sonhos contemplados. Nana prossegue dizendo: *“Vamos para o trabalho de bicicleta. É econômico* [...], *mas quando chove, quando é frio, é difícil”.*

Observa-se que a renda do indivíduo determina o uso (ou não) do transporte coletivo urbano para a circulação. “Quanto maior a renda, mais acessível a cidade se torna, e vice-versa” (BERGAMASCHI, 2014, p. 42). Diante disso, faz sentido a descrição de acessibilidade que Mondardo (2009, p. 66) compartilha como sendo “[...] a mobilidade para a realização das necessidades [...]”. Ou seja, a acessibilidade urbana se refere à possibilidade e à condição de alcance para a utilização de espaços, transportes, serviços, além de atributos físicos, que são melhorias criadas para

[36] A Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, instituiu o vale-transporte no Brasil e a Lei nº 7.619 de 30 de setembro de 1987, alterou alguns dos seus dispositivos. Quando o trabalhador solicita ao empregador a necessidade do uso de vale-transporte, o trabalhador terá o custo de 6,0% do valor da sua remuneração, independentemente do número de vales-transportes necessários para seu deslocamento.

proporcionar avanços sociais (praticidade, conforto) de uso coletivo, valorizando o espaço público, portanto, valorizando a cidade e a população.

A mesma prática é percebida na fala de Widelene: *"Vou no trabalho de bicicleta ou a pé, aqui é seguro. Sempre tem gente indo ou voltando. E é perto".* Na área periférica em que Widelene reside em Arroio do Meio/RS, há uma das unidades de uma grande cooperativa da região, empregadora de dezenas de trabalhadores, inclusive ela, e várias outras empresas prestadoras de serviços de menor porte que também empregam. Esse cenário, por si só, já ocasiona fluxo regular de pedestres (trabalhadores) que circulam diariamente e passam a relacionar-se, gerando sentimento de segurança e de "familiaridade" entre eles, independente do turno: *"De noite tem mais homens, e é tranquilo também",* conclui Widelene.

Nesse cenário, Darline tem a experiência de alguns horários estendidos e relata: *"Quando preciso trabalhar até mais tarde da noite, meu marido vem me buscar de bicicleta. Nos dias muito chuvosos e frios, uso Uber"*[37]*.* Segundo as narrativas, a segurança é um elemento que permeia fortemente a maneira como as mulheres imigrantes percebem e se relacionam com os espaços. No caso de Darline, a "noite" causa sensação de insegurança e medo por diferentes motivos, sinalizando que, conforme o local e o horário, o pleno acesso dos espaços públicos para as mulheres é limitado, o que contribui para relações de dependência e de vulnerabilidade, destituindo sua autonomia.

A vulnerabilidade do indivíduo se define sempre em relação a algum tipo de ameaça (situações de risco ou de constrangimentos). Assim, o acesso à rede social, constituída pelo marido, pela carona oferecida por colegas de trabalho ou pelos conhecidos do local onde residem mostra-se, mais uma vez, relevante, à medida que ajuda a minimizar a insegurança das imigrantes. Contudo, como enfatiza Bilac (2006), a insegurança não pode ser ignorada ou transferida para outrem; ela é a matéria-prima para entender a vulnerabilidade vivida na sociedade. Reconhecer que a insegurança envolve fenômenos de natureza multidimensional e relacional (econômico e social) é fundamental para combater a vulnerabilidade.

Outro ponto importante mencionado por Widelene é a predominância masculina

[37] Uber Technologies Inc. é uma empresa multinacional americana, prestadora de serviços eletrônicos na área do transporte privado urbano, através de um aplicativo que permite a busca por motoristas baseada na localização, oferecendo serviço semelhante ao tradicional táxi. A Uber chegou ao Brasil em 2014, com atuação no Rio de Janeiro, seguida de São Paulo e Belo Horizonte. Atualmente, centenas de cidades brasileiras contam com os serviços da empresa, realizados por motoristas parceiros.

no turno da noite. Identifica-se a complexidade de elementos associados ao trabalho formal noturno, em que o gênero tem forte influência quando se analisam aspectos da vida familiar, especialmente, para as mulheres, em função do papel tradicionalmente atribuído a elas, quanto aos cuidados com a família e a casa.

Estudos sobre a rotina familiar entre trabalhadoras indicam um esforço das mulheres para adaptar os horários dos filhos em casa e na escola, a organização das refeições aos turnos dos filhos e do marido, a distribuição temporal e o adiamento de serviços domésticos que possam gerar ruídos e atrapalhar seu sono diurno (KNAUTH; COSTA, 1996), a frequência à rede de sociabilidade (relação com amigos, atividades religiosas e de lazer), entre outras atividades. Os mesmos estudos também indicam a colaboração dos familiares nessa rotina, sinalizando a aceitação do trabalho noturno. Resguardadas as devidas características individuais relacionadas à saúde e ao bem-estar, bem como as condições laborais e de segurança pública, Knauth; Costa (1996) ressaltam que, quando há apoio do meio familiar e social, é mais fácil obter sucesso em turnos de trabalho diversos.

Esse apoio, somado ao desejo de trabalhar, é percebido na fala de Lovelie: *“Gosto de trabalhar! Preciso trabalhar, não importa o horário”!* Observa-se que os benefícios financeiros do trabalho são importantes como estratégia de sobrevivência humana. Por outro lado, a desigualdade de acesso às condições de emprego e renda leva a uma situação de vulnerabilidade, que corresponde a uma condição de fragilidade material e/ou social do indivíduo, sobretudo, dessas mulheres imigrantes.

A narrativa de Lovelie, ao dizer que gosta de trabalhar, também revela outros benefícios da empregabilidade, que vão além dos financeiros, como a realização profissional, que se caracteriza pela participação em experiências que gerem níveis de empregabilidade, a execução de atividades desafiadoras e relevantes e a satisfação do indivíduo diante das possibilidades de crescimento para conduzir a própria carreira. Ainda, a realização profissional está diretamente alinhada à eficiência da pessoa no desempenho de uma tarefa, que depende da relação positiva de três variáveis: a maneira de ser ou o estilo do indivíduo, a atividade laboral e o ambiente em que está inserido (BERGAMINI, 2009). Quanto maior for a adequação ao estilo, à atividade laboral e ao ambiente, mais eficiente será o desempenho.

Diante disso, faz-se necessário identificar o perfil dos imigrantes no Brasil. Segundo Almeida (2015, p. 183), os imigrantes praticamente não possuem vínculos empregatícios no país, ou, quando existem, são “[...] vínculos frágeis, sem uma

profissão definida, semiqualificada”, pelo fato de não terem conhecimento da língua portuguesa, ou conhecimentos precários da língua e pouca inserção social para ampliar a rede de relações. Esses elementos podem intensificar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou oportunizar vagas para atividades essencialmente de nível operacional. Em parte, é o que se observa no perfil dos imigrantes do Vale do Taquari/RS.

Resgatando o valor médio mensal que as mulheres imigrantes entrevistadas recebem atualmente e comparando-o com a média recebida há dois anos, observa-se que a política salarial das empresas do Vale do Taquari/RS para cargos operacionais praticamente não alterou. De R$1.567,50 mensal em 2018 passou para R$1.583,00 mensal em 2020, o que equivale à faixa de 1,5 salário mínimo mensal. O rendimento médio real efetivamente recebido por todos os trabalhos das pessoas ocupadas no Rio Grande do Sul, em novembro de 2020, foi de R$ 2.413,00 e no Brasil, no mesmo período, foi de R$ 2.205,00 (IBGE, 2020b). Comparando os valores, nota-se que a remuneração paga no Vale do Taquari/RS é bastante inferior à média do estado e do país.

É indiscutível que a remuneração pelo trabalho está relacionada à capacidade produtiva e comercial das organizações, mas também não se deve atribuir a responsabilidade da falta de incremento na renda do trabalhador somente a isso, pois a lucratividade empresarial mostra-se, muitas vezes, igual ou superior. Esta prática sinaliza uma divisão desigual do aumento de produtividade e explica a participação da renda do trabalho (DEDECCA, 2004).

Ademais, o perfil profissional requerido pelo mercado de trabalho contemporâneo abrange qualidades pessoais, conhecimentos, habilidades e atitudes que precisam ser desenvolvidas para assegurar a empregabilidade. Neste estudo, constatou-se que as mulheres imigrantes entrevistadas apresentam características como assiduidade, responsabilidade, comprometimento, dedicação, cordialidade nas relações interpessoais e gratidão pelo trabalho. No entanto, acredita-se que a inexperiência e a falta de formação e de aperfeiçoamento profissional da maioria delas, além da pequena rede de relacionamentos local, podem estar contribuindo para a invisibilidade de oportunidades de trabalho, de renda e de maior inclusão social.

Em relação ao segundo questionamento, sobre os espaços públicos utilizados nos locais onde residem, as mulheres imigrantes são unânimes em destacar a igreja, a praça (ou o parque) e o supermercado, demarcados na Figura 3. A unanimidade

sinaliza que estas mulheres ocupam os espaços disponíveis na periferia e que as mudanças de centralidade alteram a forma de relacionar-se de uma população. As igrejas, por exemplo, nas novas centralidades, representam espaços de forte identidade cultural, que expressam memórias, valores e crenças, observados na demonstração de religiosidade, especialmente, entre as mulheres haitianas entrevistadas, cuja presença nos extensos cultos em domingos de manhã (das 8h às 12h) são uma prática assídua na periferia, incorporando uma dimensão simbólica e afetiva de trocas espirituais e de vida (SANTOS, 2002).

Com as determinações de medidas de isolamento social para contingenciamento do novo coronavírus, os encontros na igreja passaram a ser quinzenais e, em determinados momentos, foram suspensos. Contudo, mesmo em meio a esse período pandêmico, Widelene e Nana persistem na fé. Substituíram os cultos presenciais por cultos disponíveis gratuitamente em determinados canais de televisão, e orientam as conterrâneas a assistirem, afinal a religiosidade está associada a indicadores de bem-estar psicológico, com pensamentos e comportamentos positivos (SANTOS, 2002).

Widelene tornou-se líder comunitária, capacitou-se por meio da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus e fala às mulheres haitianas na igreja do bairro onde reside, em Arroio do Meio/RS. A vida social e comunitária das famílias das imigrantes entrevistadas é direcionada aos cultos e eventos na igreja evangélica. É assim que as famílias socializam, solidificam as relações sociais e geram territorialidades no território.

Outro espaço mencionado pelas mulheres imigrantes como preferido em suas áreas residenciais foi a praça (ou o parque), revelando a importância desse espaço público, com equipamentos de brinquedos e bancos, vegetação e arborização. Mais uma vez, aparece a valorização da tranquilidade, da segurança e da qualidade ambiental para o lazer da família.

O espaço “supermercado” é compreendido pelas mulheres imigrantes como público. Não se desconstruiu essa ideia propositalmente, tentando compreender o que ele representa. Resgatando suas trajetórias de vida, quatro das sete entrevistadas vivenciaram um passado sofrido, de luta pela sobrevivência em meio a poucos recursos. De acordo com elas, nem sempre havia comida para todos os integrantes da família, muito menos, para fazer mais de uma refeição diária. A possibilidade de ir ao supermercado e poder comprar, mesmo de maneira comedida, é avaliada pelas

mulheres imigrantes como uma conquista e motivo de felicidade.

Além disso, o ambiente do supermercado é bonito, organizado, iluminado e colorido em função da vasta variedade de itens (alimentos, bebidas, produtos de higiene e beleza, utensílios, entre outros), os quais afirmam apreciar. Ao comparar as experiências, Lovelie aponta: *"Não existe nada disso no Haiti. Lá vende comida na rua. O terremoto destruiu o que faltava".*

O terremoto a que Lovelie se refere é o de 12 de janeiro de 2010, de 7,2 graus na escala Ritcher, que arrasou a região oeste do Haiti. A capital, Porto Príncipe, onde residia, e as áreas no entorno foram locais bastante devastados. Lovelie sentiu e viu de perto a dor de milhares de mortos, feridos e amputados, bem como as ruínas de residências, estabelecimentos, edifícios educacionais, hospitais e centros de saúde, imprescindíveis ao funcionamento estatal e ao atendimento da população. Contudo, muito antes desse desastre natural, acontecimentos sociopolíticos já arrasavam o país e empobreciam a população (PNUD, 2016).

A mão de obra barata, abusiva e não regulamentada e a violência estrutural são deficiências que persistem historicamente no Haiti e refletem sua instabilidade socioeconômica. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2016), o Haiti é o país mais pobre do hemisfério Ocidental sendo elevadas as desigualdades sociais. O IDH é o mais precário da região e um dos mais baixos do mundo. Conforme o *Fragile States Index* de 2016, indicador que mede os índices de países frágeis, o Haiti encontra-se em décimo lugar como o país mais frágil do mundo, numa escala de grande alerta, nomeada pela organização *Fund for Peace* (FUND FOR PEACE, 2016). Além disso, a maior parte da população haitiana vive com menos de 2US$ (dois dólares) por dia (FMI, 2014).

Esse quadro explica a violência estrutural que o Haiti enfrenta, que restringe o acesso à saúde, à educação, à água potável, à energia elétrica, à moradia, ao emprego, à alimentação, entre outros itens necessários para uma vida digna. Essa carência de tudo também explica as narrativas da Lovelie, que prossegue dizendo: *"Gosto de ir ao supermercado, vou até passear, mas falta, agora, dinheiro".* Ir ao supermercado é uma experiência nova e singular para Lovelie. Remete a um espaço de visitação, de apreciação e de lazer que a motiva sempre que dispõe de recursos financeiros. Porém, a falta dele a impede de efetivar as compras e reduz o nível de autonomia e de atendimento de necessidades fundamentais, o que não deixa de ser uma forma de violência estrutural (GALTUNG, 1969).

O sentimento de ir ao supermercado também é relatado por Sophia: *"Me realizo no supermercado. Adoro comprar potes coloridos, enfeitar a cozinha. Preciso até me controlar porque as vezes a gente compra sem precisar".* O relato de Sophia permite compreender o quanto a geração de emprego e de renda oportuniza à mulher mudanças no espaço público e, à medida que conquista emancipação econômica, provoca mudanças no próprio comportamento, ampliando seu horizonte e sua perspectiva. A melhoria se concretiza também na esfera da subjetividade, por meio da elevação da autoestima, da percepção da sua capacidade, da sua independência, da liberdade e da realização pessoal.

Nota-se que o consumo passa a fazer parte da prática das mulheres, evidenciando que elas foram adquirindo direitos que as colocam em condições iguais aos homens, entre eles, o direito de adquirir bens, a partir do resultado de seu trabalho. Esse consumo demonstra estar associado ao exercício do trabalho e também à família; logo, remete a um consumo do necessário (CERUTTI, 2010).

No entanto, é difícil distinguir o consumo do necessário (responsável), do desnecessário ou do supérfluo. Portilho (2015) explica que, com a Revolução Industrial, surgiu a chamada "Sociedade do Consumo" e, de lá para cá, muitas são as discussões a respeito da compreensão dos seus significados e consequências, pois o consumo é um fenômeno relacional, ou seja, material e simbólico, que pode configurar processos de empoderamento e de segregação dos consumidores.

Para Bourdieu (2007), na perspectiva do capital econômico, o consumo atua como método e estratégia de diferenciação social entre classes e também como método de aproximação de grupos sociais. Em função disso, uma classe social não pode ser definida somente por sua situação e posição na estrutura social, pois seus membros se envolvem em relações simbólicas com outros indivíduos de outras classes, "[...] e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em distinções significantes" (BOURDIEU, 2007, p. 14).

Em síntese, o referido autor (BOURDIEU, 2007) afirma que, através do consumo simbólico, é possível identificar a posição social que o indivíduo ocupa na estrutura social; por isso, considerar somente o fator econômico seria uma análise incompleta, uma vez que o consumo simbólico está relacionado à formação da identidade do indivíduo, constituindo uma fonte rica para as interações sociais, que podem estender-se ao grupo social e/ou à sociedade.

Em sintonia com esse posicionamento e para além da aquisição de bens materiais por meio da força de trabalho, Miller (2002), no livro “Teoria das Compras”, compreende o consumo a partir de um viés subjetivo. Para o autor, os bens têm significados na vida dos consumidores, que passam a fazer parte de suas identidades. Assim, o processo de compra configura-se como uma prática subjetiva e estimula a construção de relacionamentos, fortalecendo sentimentos de apreço, de preferência, de responsabilidade, entre outros.

Quanto aos critérios para o consumo no supermercado, constatou-se a estreita relação entre os itens (produtos) e as condições socioeconômicas. A compra é realizada pelas mulheres imigrantes pela sua capacidade de análise criteriosa do valor monetário e do benefício de cada produto, afirmam. Esses critérios definem, em vários momentos, a seleção dos produtos, conforme relato de Lovelie: *“Vejo os tipos dos produtos em promoção. Analiso se vale a pena, então, se gosto compro; ou não compro”.* Observa-se um posicionamento relacional em que a decisão de compra está ligada ao aspecto material (custo) e simbólico do produto, à medida que “os tipos de produtos” são considerados, ou seja, o que aquele produto representa, além da dimensão econômica. Neste caso, as representações simbólicas podem ser compreendidas como qualidade, preferência, praticidade, confiança, *status*, entre outras.

A compra de maior quantidade de itens é realizada uma vez por mês, utilizando o *ticket* alimentação[38] (remuneração indireta), geralmente concedido pelas empresas de médio e grande porte, a trabalhadores formais. As preferências relativas ao consumo de alimentos privilegiam a farinha, o arroz, o feijão, a batata, a carne e os condimentos, especialmente, a pimenta. No cotidiano, os itens mais comuns de compra são pães, frios e leite. Uma regra que vale para qualquer refeição é zero desperdício de alimentos, garante Widelene.

As mulheres imigrantes também são questionadas a respeito do papel do alimento enquanto elemento de reunião familiar. Diferentes comportamentos são observados entre elas. Widelene e Lovelie normalmente preparam os alimentos e não necessariamente os degustam juntos. Como os integrantes da família são adultos,

[38] O ticket alimentação é um vale-alimentação, com valor determinado, que possibilita comprar alimentos numa rede credenciada de supermercados, açougues, hortifrútis, mercearias e padarias. Existe também o *ticket* restaurante, que é um vale-refeição, com valor determinado, que pode ser usado em restaurantes, lanchonetes, padarias e panificadoras. Algumas empresas adotam o ticket como um benefício que compõe a sua política de remuneração.

conforme os compromissos e interesses do dia, cada um aquece o alimento e faz a refeição no horário que desejar ou puder, e lava a louça que sujar, numa clara declaração de responsabilidades compartilhadas.

Shara, em função do horário de trabalho, não almoça em casa; por isso, em finais de semana, cozinha receitas especiais com variações de frango assado. É o seu jeito de colocar "tempero", amor e presença nas relações familiares. Sophia faz as refeições em casa, na companhia da mãe e do marido, quando não está viajando pela empresa. Comenta que, quando retornar ao trabalho, a rotina mudará: *"Quando eu voltar da licença maternidade, janto na empresa. É muito bom e prático".* Neste caso, a empresa tem refeitório e oferece alimentação aos colaboradores com custo baixo. Trata-se de um benefício concedido e uma estratégia de reter capital humano.

Ismenya e Nana, por terem filhas pequenas, redobram os cuidados com a alimentação e fazem as refeições em família. No turno da noite, de segunda a sexta-feira, sem a companhia dos maridos, por estarem trabalhando. Darline e o companheiro trabalham em horários em que não é possível conciliar as refeições durante a semana; por isso, em sábados e/ou domingos, não abrem mão de prepararem receitas juntos, ouvindo músicas: *"Gostamos de preparar o almoço, o jantar e ouvir músicas* [...] *daqui e da Colômbia* [...], *músicas da Ivete Sangalo, da Shakira"*. Nas músicas, observa-se a presença de valores culturais do Brasil e da Colômbia, responsáveis pela manutenção de uma identidade multicultural, de sentimentos, de emoções, de lembranças, enfim, de dimensão imaterial.

O tempo com a família/amigos/colegas é tempo para a reprodução social, para o viver e conviver, para as oportunidades de diálogo, de socialização, de trocas e de territorialidades. Por isso, o tempo social não pode ser subordinado ao tempo econômico, nem vice-versa. Os "dois relógios" devem funcionar sincronicamente (CHIESI, 1989). Nessa compreensão, as relações e interações entre as pessoas em convergência com os lugares (ambiente) resultam num conviver por meio de redes. Sasaki e Assis (2000) definem a rede como uma teia, caracterizada pelo conjunto de laços sociais que ligam as comunidades de origem e de destino. Esses laços unem migrantes e não migrantes, que se territorializam no viver e no conviver, por meio de relacionamentos interpessoais e expectativas mútuas.

Quanto à terceira pergunta, quais os espaços públicos preferidos nos municípios onde residem, as narrativas das mulheres imigrantes entrevistadas deixam claro que são limitados, por opção, por falta de recursos e pela situação da pandemia

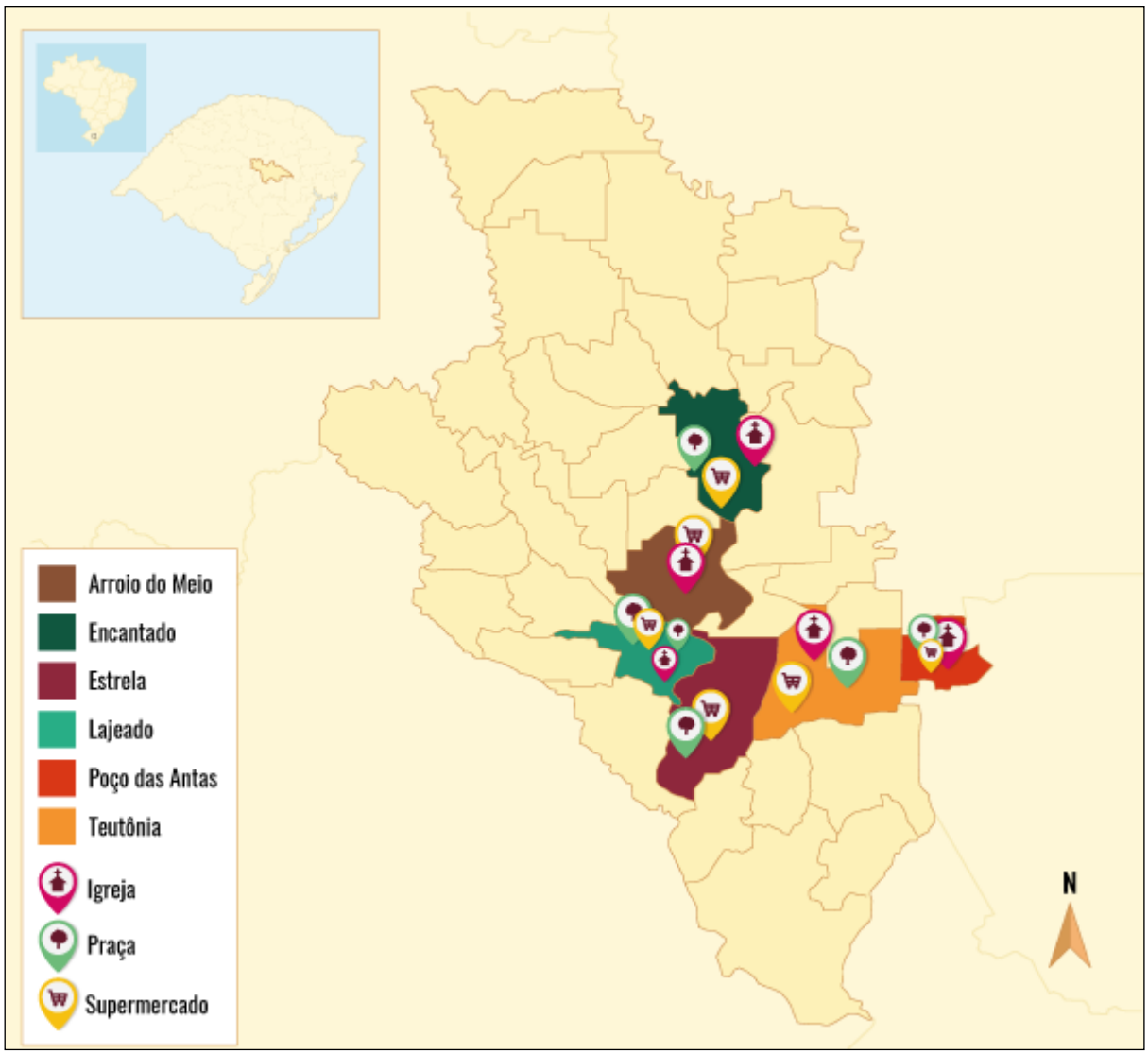
do novo coronavírus. Nana reconhece que quase não frequenta lugares, só vai a eventos promovidos pela igreja: *“Prefiro ficar em casa. Mas quando tem evento da igreja, vamos. E vamos na praça com a* (Meyya), *para brincar”.* Widelene reitera sua preferência e também destaca as festas. *“O lugar que eu gosto é a Igreja, ver minhas amigas lá; e as festas da Igreja. Mas agora tem Covid, não dá.”*

Constata-se nas narrativas de Nana e de Widelene, a ligação com o espaço da igreja, que proporciona muito mais do que encontro e celebração religiosa entre as imigrantes. A igreja proporciona integração, sociabilidade e cria laços de identidade e de solidariedade entre as participantes. E as festas são momentos de confraternização, de integração, de união, de encontro entre os imigrantes que convivem no território, reproduzindo e mantendo territorialidades por meio de relações sociais e de valores internalizados na cultura de origem e de destino, numa dinâmica que transcende o econômico, porque possui dimensão simbólica, afetiva.

Darline diz que gosta de sair e frequenta o Jardim Botânico, o Parque dos Dick e os espaços de natureza próximos à Univates: *“Gostamos muito de natureza, é o nosso programa aos domingos de tarde”.* Ela também lembra de bons momentos de encontros com os familiares dos colegas de trabalho do marido, interrompidos desde meados de março de 2020, em função da pandemia da Covid-19.

Shara relata que um carro facilitaria o deslocamento da família para conhecer lugares na região, mas *“por não ter ficamos mais em casa. Temos uma área verde ao lado do nosso apartamento, vamos mais lá”*. Já Lovelie gosta de passear pelo centro e na praça próxima de casa. A necessidade de distanciamento social tem contribuído para a decisão de permanecer em casa, além da falta de transporte e de recursos financeiros. Como já mencionado, a figura a seguir apresenta a reprodução social das mulheres imigrantes entrevistadas, a partir dos espaços onde mais circulam e vivem.

Figura 1 – Espaços ocupados pelas mulheres imigrantes participantes da pesquisa



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, COREDE Vale do Taquari (2010), adaptado com base nos dados da pesquisa (2021).

Cada uma das mulheres imigrantes entrevistadas revela preferências quanto à igreja, ao supermercado e/ou à praça (parque) que frequentam, os quais foram sinalizados na Figura 3, por meio de ícones. Em síntese, a Nana frequenta a igreja e o parque localizados na área periférica em que reside, enquanto o supermercado de preferência localiza-se em outra área periférica – a mesma do seu trabalho formal; Widelene frequenta a igreja e o supermercado localizados na área periférica onde mora; e os parques frequentados por Darline encontram-se fora da área periférica da sua residência. Shara frequenta a praça e o supermercado próximos à sua moradia, mas prefere ir à igreja na área central da cidade. Lovelie e Ismenya frequentam a praça, o supermercado e a igreja próximos à sua residência, na área central; e, por

fim, Sophia frequenta a praça próxima à sua residência, na área periférica, e, geralmente, o supermercado, em outra área periférica da cidade.

Para certificar a existência desses serviços e espaços nas áreas periféricas (AP) e áreas centrais (AC) dos municípios onde residem, procurou-se levantar informações junto às respectivas Prefeituras Municipais. Os resultados são apresentados no Quadro 6, com a identificação do município e do tipo de área residencial, a quantidade de igrejas, de praças (ou de parques) e de supermercados disponíveis.

Quadro 6 – Levantamento de serviços e espaços nas áreas residenciais das entrevistadas

Município/Área	Igreja	Praça/Parque	Supermercado
Arroio do Meio/AP	2 evangélicas 1 católica	1 praça	1 grande porte 1 médio porte
Encantado/AP	1 evangélica	2 parques	2 pequeno porte
Estrela/AP	1 católica 1 evangélica	1 praça	2 pequeno porte
Lajeado/AP	1 evangélica	1 praça	2 grande porte 1 médio porte
Lajeado/AP	2 católicas 2 evangélicas	2 praças	3 grande porte 1 médio porte
Poço das Antas/AC	2 evangélicas 1 católica	1 praça	1 grande porte 1 pequeno porte
Teutônia/AC	1 evangélica 1 católica	1 praça	1 grande porte 3 pequeno porte

Fonte: Prefeituras Municipais, 2020. Elaborado pela autora, com base nos dados fornecidos.
Nota: AP = Área periférica; AC = Área central.

Conforme verificado no levantamento, as áreas onde as mulheres imigrantes entrevistadas residem dispõem dos serviços e espaços que apreciam, o que justifica suas narrativas de atendimento às principais necessidades. O levantamento também demonstra as novas centralidades nas áreas periféricas, em que as próprias formas de interação entre os moradores (de proximidade ou de afastamento, de dominação ou de subordinação, de conflito ou de convergência) definem configurações de sociabilidade e constroem espaços sociais específicos (SIMMEL, 1973).

Considerando a quantidade de espaços públicos acessados pelas mulheres imigrantes entrevistadas, convém ponderar que ela demonstra ser pequena. A falta ou o pouco uso desses espaços nos municípios limita o estabelecimento de relações sociais e de interação com o município e seus habitantes, tornando mais difícil o desenvolvimento de laços de amizades com o local de destino, já que é pouco vivenciado.

Mais de uma vez, a falta de recursos financeiros, seja para a aquisição de veículo próprio ou de outros meios de locomoção, para fins de lazer, bem como as permanentes recomendações de cuidados para reduzir a disseminação da Covid-19, com frequentes fechamentos de espaços públicos não essenciais estiveram presentes em vários momentos da narrativa das mulheres imigrantes entrevistadas e podem estar influenciando o pouco acesso e a integração a eles.

Mesmo assim, esse tema pode render outras possibilidades de pesquisa a partir deste trabalho, pois compreende-se que as relações com o município geram identificação, pertencimento e territorialidades, podendo reduzir o impacto das mudanças espaciais vividas pelos imigrantes, pelo fato de proporcionar ambientes de acolhimento, de segurança e de reconhecimento étnico.

Acredita-se que o espaço urbano só é possível nas ações e reações de seus integrantes, em suas múltiplas interações, estando a territorialidade entrelaçada por várias redes sociais. Como afirma Hannerz (1980, p. 220), “a vida social gera redes” e a cidade enquanto espaço urbano deve ser compreendida como “uma rede de redes”, intensificando o acesso e a interação das pessoas através da rede urbana e do desenvolvimento socioeconômico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fluxos migratórios internacionais são antigos, mas ganham relevância na sociedade atual, na tentativa de compreender os diversos motivos que levam as pessoas a cruzar fronteiras e estabelecer-se em outro território, distinto de suas nações, por tempo determinado ou indeterminado. Foi com esse interesse que esta tese buscou conhecer as territorialidades da recente imigração feminina internacional em municípios do Vale do Taquari/RS.

O aporte teórico da pesquisa amparou-se na abordagem relacional no campo da sociologia econômica contemporânea, que possibilita um olhar com outras lentes, as lentes das inter-relações entre as atividades econômicas e sociais, para compreender o processo de decisão de migrar. De acordo com Granovetter (1992, 2007), todos os fenômenos econômicos são sociais por natureza e estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social. Em outras palavras, significa que as ações econômicas estão inseridas em estruturas sociais e vice-versa.

Para atender aos objetivos propostos, adotou-se como estratégias metodológicas, o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, com entrevista em profundidade, diário de campo e cartografia, e levantamento de dados secundários. Na pesquisa qualitativa, foram entrevistadas sete mulheres imigrantes internacionais de quatro diferentes nacionalidades residentes nos municípios de Arroio do Meio, Encantado, Estrela, Lajeado, Poço das Antas e Teutônia, no Vale do Taquari/RS.

O levantamento de dados secundários foi realizado junto ao banco de microdados da RAIS, disponibilizado pelo Ministério da Economia (BRASIL, 2019). Esses dados subsidiaram a seleção dos municípios com maior representatividade de mulheres imigrantes internacionais no mercado de trabalho formal no Vale do Taquari/RS, descrita acima, observando os critérios de ingresso na região, a partir de 2010 e a empregabilidade, em 2018.

Na análise dos dados qualitativos, empregou-se a técnica de análise de conteúdo, com as narrativas organizadas em categorias e apresentadas na forma de estrutura textual. Na análise dos dados quantitativos, foram realizadas estatísticas descritivas, apresentadas por meio de gráficos.

O primeiro objetivo específico do estudo procurou identificar o perfil das mulheres imigrantes internacionais em municípios do Vale do Taquari/RS. Os resultados revelam que o perfil das mulheres imigrantes entrevistadas é composto

pelas nacionalidades haitiana, peruana, colombiana e nigeriana, com idade média de 33,43 anos, predominantemente casadas, pretas, 1,57 filho, escolaridade equivalente ao ensino médio completo, residentes em casas alugadas. Todas as entrevistadas ingressaram na região a partir de 2010 e estavam empregadas em 2018, em cargos operacionais, predominantemente em empresas do segmento alimentício, com remuneração média mensal líquida em 2020 de R$ 1.583,00, o equivalente a 1,5 salário mínimo.

A empregabilidade prevalece entre seis das sete mulheres imigrantes entrevistadas até o momento da escrita desta tese, demonstrando que o Vale do Taquari/RS é um território de possibilidades laborais formais. A remuneração mensal oferecida pelas empresas onde as imigrantes trabalham é inferior à média estadual e brasileira, o que, possivelmente, tem relação com sua qualificação e experiências profissionais, sem deixar de considerar a cultura que orienta e reflete a política salarial das organizações dessa região.

Com base nas narrativas das participantes da pesquisa, foi possível alcançar o segundo objetivo específico, que é identificar as trajetórias de mobilidade das mulheres imigrantes considerando o país de origem, o país de acolhimento e a sua chegada ao Vale do Taquari/RS. Oriundas dos continentes americano e africano, a decisão de migrar e a escolha pelo Brasil e por esta região teve influência da rede de relações familiares, de amigos e/ou da igreja. Conforme Lomnitz (2009) e Castells (2013), as redes sociais canalizam, filtram e interpretam informações, articulando e estimulando a viagem, ao mesmo tempo em que auxiliam com indicação de alojamento e possibilidades de emprego.

Das entrevistadas, apenas a Nana e a Darline tiveram experiências em outros estados brasileiros antes de virem ao Rio Grande do Sul. A primeira imigrante não se adaptou ao tamanho da capital paranaense, enquanto a segunda temia a violência da capital carioca, além da dificuldade de emprego. No Vale do Taquari/RS, as mulheres imigrantes relatam vivenciar outra realidade, a de melhor qualidade de vida por meio da conquista de trabalho e renda, das amizades construídas no ambiente laboral e nos cultos religiosos, da infraestrutura e da segurança urbana.

A estabilidade laboral e o rendimento familiar permitiram à Nana e à Shara financiamento através de programa federal para aquisição da casa própria. Já Sophia e seu marido financiaram a nova casa com recursos próprios, afirmando compromissos e responsabilidades, além de autonomia e liberdade. Da mesma

maneira, a mudança de um quarto de pensão ou da casa de parentes para o aluguel de uma casa ou de um apartamento, experienciada por Darline e Lovelie, representa muito mais do que privacidade pessoal. Quatro das sete entrevistas foram realizadas nas casas das imigrantes, oportunizando à pesquisadora a apreciação de seus espaços privados. Neles, observa-se que as imigrantes desenvolvem novas territorialidades que não são medidas apenas pelo valor material, mas, sobretudo, pelo valor imaterial. Os novos locais de moradia são locais cheios de significados, de vida, de esperança, de felicidade, de gratidão e de abrigo para muitos outros planos e metas a médio e longo prazo.

Sabe-se que o crescimento e a transformação urbana dos municípios do Vale do Taquari/RS, com a apropriação da terra e o uso dos espaços pela especulação imobiliária, tornam muitos imóveis e terrenos inacessíveis; por isso, destaca-se a relevância das políticas públicas de acesso à moradia para que a população de baixa renda possa ter sua casa própria e para que diferentes nacionalidades possam compor cada vez mais a pluralidade dessa região, contribuindo para a sua formação social, política e econômica.

Retornando aos novos locais de moradia, nota-se que as conquistas são compartilhadas com os familiares e amigos daqui e com os que se encontram nos locais de origem. Nessa perspectiva, a família apresenta-se como uma unidade importante em diversos momentos das narrativas das mulheres imigrantes. A figura da vó materna é uma referência de cuidado e amor, e extensão da criação de netos. Shara contou com a ajuda da mãe para cuidar das duas filhas quando veio ao encontro do marido em Lajeado/RS, assim como a mãe de Lovelie zela por seu filho há cinco anos no Haiti, o que explica a relevância das remessas financeiras mensais para os familiares, para auxiliar nas despesas básicas de alimentação e saúde, especialmente, quando há crianças e idosos.

A partir dessas relações, defendem-se os conceitos de reterritorialidade e de espaço. As trajetórias de mobilidade das mulheres imigrantes internacionais entrevistadas evidenciam processos de apropriação material e imaterial, ou concreta e simbólica, como menciona Haesbaert (2006), mostrando que as territorialidades precárias podem ser o embrião de reterritorializações dos imigrantes que se deslocam no espaço e mantêm relações de identidade e/ou de interdependência, gerando transformações nos locais de destino e de origem.

No terceiro objetivo específico, buscou-se analisar, a partir das narrativas, como

ocorrem os processos de integração das imigrantes na esfera familiar, laboral e no espaço público no Vale do Taquari/RS. Na esfera familiar, as mulheres imigrantes entrevistadas demonstram ser ativas e estratégicas. Assumem o planejamento e a delegação de tarefas domésticas e cuidados com os filhos, mas contam com a colaboração de seus maridos/companheiros e dos próprios filhos adultos, responsáveis por atribuições diárias no lar. Também é notório nesse ambiente, o respeito, a harmonia e a admiração entre os integrantes da família, conforme depoimentos da filha da Shara e do filho da Widelene, quando expressam publicamente o orgulho que sentem de suas mães.

Na esfera laboral, o trabalho constitui um caminho de possibilidades para a construção da identidade, da autorrealização, da subsistência e da existência das imigrantes, bem como de todas as pessoas que dependem em boa medida das oportunidades oferecidas nos lugares (SANTOS, 2002). Nesse aspecto, como já mencionado, o Vale do Taquari/RS revela-se uma região promissora pela diversidade de atividades econômicas e pela inserção no contexto estadual, nacional e internacional, contribuindo para a disponibilidade de vagas de trabalho, a geração de renda e qualidade de vida. Porém, isso não o isenta de desafios como diferenças de renda, melhores condições de acesso à educação, à assistência social, à moradia, ao saneamento básico e ao combate à drogadição.

Entre as imigrantes entrevistadas, uma está desempregada no momento, mas trabalhou por mais de quatro anos em empresas da região. As demais atuam há mais de três, cinco, sete e oito anos na mesma organização, o que demonstra que conseguiram inserir-se e manter-se no mercado de trabalho formal. A propósito, é importante destacar que, após a licença-maternidade, Ismenya, Sophia, Nana e Shara, mantiveram-se empregadas, o que nem sempre é uma realidade no Brasil. Algumas empresas veem na maternidade um empecilho e acreditam que a mulher, após a licença-maternidade, não tem mais o mesmo tempo e a mesma dedicação ao trabalho (MACHADO; PINHO NETO, 2016). Essa visão é o desafio da maternidade no mercado de trabalho e reflete a desigualdade entre os gêneros.

A permanência das mulheres imigrantes no quadro laboral indica, entre outros aspectos, a adaptação à cultura organizacional e a aprendizagem de novos ofícios, manifestadas pela satisfação de trabalhar na empresa, além de declarações de assiduidade, de pontualidade e de responsabilidade. Acredita-se que o trabalhador somente desenvolve percepções favoráveis em relação à empresa quando há bom

ambiente de trabalho e qualidade nas relações interpessoais. As amizades desenvolvidas no ambiente de trabalho também são destacadas, embora apenas Sophia, Darline e Shara visitem colegas e amigas brasileiras, e vice-versa. Já o contato com os familiares nos países de origem é frequente por parte de todas as entrevistadas, por *WhatsApp* e/ou por videochamada. Esse contato é uma forma de manter os vínculos familiares, afetivos e culturais, e, no caso de Lovelie, de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento do seu único filho, de 11 anos de idade, que mora com a mãe dela.

Ainda, na esfera laboral, ficou explícita a dificuldade que Lovelie está tendo para reingressar no mercado de trabalho, gerando desmotivação e a constatação de que não há vagas. Mesmo com experiências laborais anteriores positivas, elementos como baixo nível de qualificação profissional e o restrito conhecimento da língua portuguesa podem estar entre as objeções à contratação, considerando as atuais exigências das organizações. É preciso um olhar atento do poder público para auxiliar as pessoas que se encontram nessa situação.

Programas de educação continuada, por meio de cursos profissionalizantes em parceria com instituições de ensino, com organizações públicas e privadas e com voluntários locais são ações viáveis que geram inclusão, novos aprendizados, novas perspectivas e oportunidades de atuação nos territórios, pois apresentam-se como estratégias diante de situações de vínculos de trabalho frágeis ou de vulnerabilidade social. Além disso, pode-se aprender com a cultura e as experiências de vida dos imigrantes, pois os “saberes” são construídos nas relações sociais.

Nesse contexto, o desejo de ascensão profissional sinaliza a vontade de progredir “na” e “junto” à organização, conforme explicitado por Shara. Do ponto de vista da gestão contemporânea das organizações, as práticas da Área de Recursos Humanos são essenciais, entre elas, a de atrair e de reter talentos por meio de um plano de cargos e salários a partir de critérios claros de faixas salariais, benefícios, promoções, transferências e participações nos processos de seleção internos. Ou seja, as relações de trabalho são permeadas por expectativas de reciprocidade e, se elas estiverem alinhadas, tanto os objetivos profissionais quanto os objetivos corporativos serão atendidos. Vale ainda mencionar que, de modo geral, quanto maior a formação e a experiência do funcionário, mais ele sente-se disposto a contribuir em atividades que o desafiem, potencializando sua criatividade, motivação e capacidade de resolução de problemas complexos.

Quanto aos processos de integração das imigrantes nos espaços públicos no Vale do Taquari/RS, constata-se o acesso às praças e/ou parques próximos às suas residências. A falta de carro próprio foi mencionada como fator que dificulta o deslocamento da família para conhecer e usufruir diferentes espaços públicos na região, assim como a falta de recursos financeiros no momento, em função da aquisição da casa própria. Identificou-se, também, que, por causa da pandemia da Covid-19, os deslocamentos das mulheres imigrantes entrevistadas limitam-se aos locais de trabalho, supermercados e igrejas, quando estão autorizadas a abrirem para a realização de cultos. As igrejas constituem uma rede de relações e um local de encontro muito valorizado e apreciado pelas imigrantes, que, por meio dos cultos, reforçam os laços de amizade, de solidariedade e de cooperação, além de serem instâncias de inclusão social.

Por fim, no quarto objetivo específico, procurou-se averiguar os papéis das mulheres imigrantes e os mecanismos de proteção social que se constituem a partir das relações sociais e de trabalho estabelecidas na escala dos municípios e na região acolhedora. As narrativas mostram que as imigrantes não são mulheres invisíveis nos processos de migração; ao contrário, são visíveis e desempenham um papel fundamental para a manutenção do núcleo familiar por meio da sua coragem, determinação, tomada de decisão, capacidade de adaptação, resiliência e proatividade. Essas características e atitudes são reconhecidas e valorizadas pela família no ambiente privado e público.

No mercado de trabalho formal, enquanto papel produtivo, as mulheres imigrantes preenchem lacunas críticas de mão de obra regional, geram remuneração, pagam impostos e contribuem para a previdência social. Ou seja, os municípios e o Vale do Taquari/RS beneficiam-se significativamente da migração. E, quando apoiada em políticas públicas apropriadas, a migração pode contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social das comunidades de origem e de acolhimento. Exemplo disso é que, em 2000, os migrantes internacionais enviaram cerca de 126.000 milhões de dólares para seus países de origem; já em 2020, foram 689.000 milhões de dólares enviados (IOM, 2020).

Este cenário permite afirmar que o trabalho formal das mulheres imigrantes gera independência, acesso a bens materiais e realização de sonhos pessoais e coletivos, que são compartilhados com os familiares na região acolhedora e na região de origem. Suas experiências na região acolhedora levam ao desenvolvimento de

novas territorialidades, que se somam a todas as territorialidades (experiências vivenciadas) da região de origem, comprovando a dimensão relacional entre o “aqui” e o “lá” (HAESBAERT, 2006) e entre o econômico e o social (GRANOVETTER, 1992, 2007).

Referente aos mecanismos de proteção social, o acesso ao serviço público de saúde foi citado por Nana, Sophia, Shara e Ismenya. Elas fizeram o acompanhamento da gestação em postos de saúde e o parto de seus filhos nos hospitais dos municípios de Encantado, Estrela, Lajeado e Teutônia, por meio do Sistema Único de Saúde. A qualidade dos profissionais, dos equipamentos, dos medicamentos, enfim, da prestação de serviços como um todo foi unanimemente enaltecida. Nana ainda relata que precisou de atendimento para a filha no hospital de Estrela/RS, pois, em Encantado/RS, não havia a especialidade necessária, e foi igualmente bem atendida, sem custos financeiros diretos.

O acesso e a qualidade à educação pública também foram lembrados por Shara, cujas duas filhas estudam em escolas municipais em Lajeado/RS; por Ismenya, que tem uma das filhas matriculada na escola municipal em Poço das Antas/RS; e por Widelene, cujos dois dos três filhos frequentaram uma escola estadual em Arroio do Meio/RS.

Em comparação ao ensino infantil, fundamental e médio, observa-se que o acesso ao ensino superior ainda é complexo. Darline deseja muito concluir o curso de Tecnologia em Recursos Humanos iniciado na Colômbia e Nana deseja iniciar a formação acadêmica, mas o que as impede são os custos financeiros. Reitera-se a importância de políticas públicas educacionais, pois acredita-se que a educação é um dos meios de ascensão social e econômica e a solução de muitos problemas, como desigualdade, exclusão, violência, corrupção e pobreza.

Ainda vale destacar a importância do trabalho formal enquanto mecanismo de proteção social às mulheres, que lhes assegura, com os devidos regramentos, recebimento de direitos sociais e trabalhistas, como licença-maternidade, férias, 13º salário, auxílio doença, seguro-desemprego, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), entre outros. Para Lovelie, por exemplo, o seguro-desemprego foi uma importante fonte de renda por cinco meses, embora não estivesse em seus planos utilizá-lo. Contudo, ele serve como fonte de segurança social, impedindo que o indivíduo passe por situação de extrema necessidade.

Analisando os resultados como um todo, tanto nas entrevistas, quanto no levantamento de dados secundários, constatam-se informações importantes do ponto de vista da abordagem, migração, trabalho e gênero. Ou seja, as mulheres imigrantes não vivem no mundo restrito do lar; elas deslocam-se com apoio familiar e de uma rede social para ocupar lugar também no espaço público. O trabalho é uma meta para suprir as próprias necessidades e um propósito de vida que se estende a muitas outras vidas “daqui” e de “lá”, diuturnamente.

Os papéis reprodutivos e produtivos das mulheres imigrantes são desenvolvidos com o mesmo nível de comprometimento e competência, mostrando capacidade adaptativa, como aprendizagem e flexibilidade diante de situações de mudanças e/ou incertezas, fundamentais para a manutenção do núcleo familiar e para o desenvolvimento regional. A força do trabalho das mulheres imigrantes gera prosperidade nos municípios e na região do Vale do Taquari/RS, embora o nível salarial não seja proporcional. Comparando-o com o estado e o país, a região apresenta remuneração média inferior.

Nas narrativas das mulheres imigrantes, foi possível perceber que a divisão sexual do trabalho, bem como a hierarquia patriarcal estão em declínio. No ambiente privado, há o mesmo grau de autoridade e de autonomia, pois as mulheres têm compartilhado tarefas domésticas, assim como manifestam seus desejos e ideias “ocupando o mesmo lugar de honra da casa”. Embora ainda assumam maior responsabilidade, ressalta-se um posicionamento permeado de diálogo, de respeito e de ajuda entre os integrantes da família, que serve de exemplo aos filhos e a outras mulheres e famílias.

No ambiente público, os estudos de gênero e a divisão sexual do trabalho versam sobre os territórios construídos historicamente, a partir de contínuos e integrados processos de produção e de transformação das organizações, modos e contextos de vida, não sendo possível considerar a homogeneidade. As organizações onde as mulheres imigrantes trabalham são de médio e de grande porte, com hierarquia de funções e de cargos, e com processos de trabalho e de produção bem definidos, executando cada trabalhador, especialmente no nível operacional, tarefas padronizadas (ou com pouca diversificação).

Assim, as tarefas das entrevistadas são repetitivas, acompanhando uma esteira elétrica, ou operando uma máquina, ou preparando alimentos, com fluxo contínuo e acentuada exigência de concentração, além de ambientes com baixa ou alta

temperatura. Mesmo nessas condições, as imigrantes são gratas pelo trabalho e não fazem parte das estatísticas de rotatividade de trabalhadores, pois comparam as diferenças de qualidade de vida no país de origem e no país de acolhimento. A vontade de conquistar outra oportunidade e de prosperar também emerge.

Nesse sentido, nota-se que a construção de gênero nas organizações tem relação com a descrição dos cargos, uma vez que as mulheres imigrantes estão presentes em ocupações de operadora ou de auxiliar de produção, operadora de máquina, operadora de caixa, higienizadora e ajudante de cozinha. Por outro lado, os homens estão locados em variados tipos de atividades, como operador de caldeira, operador de empilhadeira, auxiliar de expedição, auxiliar de manutenção, auxiliar de pesagem, auxiliar de qualidade, líder de produção, almoxarife, porteiro, maqueiro, entre outros.

Ainda, as mulheres imigrantes entrevistadas relatam que há colegas homens em seus setores de trabalho, mas, em menor proporção. Esses relatos evidenciam a predominância feminina em determinados processos produtivos, num número restrito de ocupações em comparação aos homens, que estão distribuídos em diversas atividades produtivas, mostrando como as ocupações estão segregadas de modo sexuado. Nesse contexto, é oportuno registrar que nenhuma imigrante entrevistada relatou ter sofrido preconceito ou discriminação de qualquer natureza no ambiente de trabalho.

Como fatores de vulnerabilidade, destacam-se a pouca qualificação e a falta de experiência profissional e o restrito conhecimento da língua portuguesa por parte de algumas imigrantes, conforme já mencionado. Há a necessidade de ações que contribuam para potencializar a capacidade laboral, evitando, inclusive, o trabalho informal. Os municípios onde as mulheres imigrantes participantes desta pesquisa residem e a própria região do Vale do Taquari/RS apresentam condições de auto-organização comunitária para promover iniciativas nos territórios. Afinal, quanto mais organizado for o município e a região, maior é a probabilidade de lidar com as vulnerabilidades e obter sucesso.

Em síntese, ainda que não se possa generalizar, este estudo reforça a abordagem relacional de que as trajetórias migratórias são fluxos caracterizados pela inter-relação entre a estrutura econômica e a social. As territorialidades materiais e imateriais acontecem numa dinâmica de reciprocidade e de contínuo movimento nos territórios de origem, de percurso e de acolhimento, constituindo a multiplicidade de

valores, culturas, estilos de vida e experiências de cada imigrante, por meio de relações de gênero construídas no cotidiano.

REFERÊNCIAS

Livros

ADICHIE, Chimamanda N. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (*orgs*.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BAGGIO, Roberta C.; NASCIMENTO, Daniel B. Do estatuto do estrangeiro à nova lei da migração no Brasil. *In*: MEJÍA, Margarita R. G. (*org*.). **Migrações e direitos humanos:** problemática socioambiental. Breves apontamentos. Lajeado: Ed. da Univates, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Laura P. de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In*: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (*orgs*.). **Pistas do método da cartografia:** pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 52-75.

BERGAMINI, Cecília, Whitaker. **Liderança:** administração do sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar:** ética do humano – compaixão pela terra. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas:** introdução, organização e seleção. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades:** ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**. Lisboa: Fim de Século, 2005.

COMEL, Nelsinha Elizena Damo. **Paternidade responsável**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

DIAS, Reinaldo. **Cultura organizacional**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2003.

DOSSE, François. **O império do sentido:** a humanização das Ciências Sociais. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.

DUTRA, Delia. **Migrações femininas contemporâneas.** Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM). Brasília, 2013.

FERRI, Gino**. História do Rio Taquari-Antas.** Encantado: Grafen, 1991.

FONSECA, T. M. G.; KIRST, P. G. **Cartografia e derives:** a construção do presente. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOI, Christiane K.; MATTOS, Pedro L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. *In*: GODOI, Christiane K.; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson B. (*orgs*.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais:** paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 301-323.

GOLDENBERG, Mirim. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. *In*: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (*orgs*.). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritotialização. *In*: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (*org*.). **Cruzando fronteras disciplinares:** um panorama dos estudos migratórios. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-46.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global:** dilemas da região e da regionalização na geografía contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HANCIAU, Núbia J. Entre lugar. *In*: FIGUEIREDO, Eurídice (*org*.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

HERÉDIA, Vania B. M. (*org*.). **Migrações internacionais:** o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul, RS: Belas-Letras, 2015.

HERÉDIA, Vania B. M.; TEDESCO, João Carlos. O lugar do imigrante nos espaços de trabalho em Caxias do Sul: o caso dos senegaleses. *In*: HERÉDIA, Vania B. M. (*org*.). **Migrações internacionais:** o caso dos senegaleses no sul do Brasil. Caxias do Sul/RS: Belas-Letras, 2015.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo; CARVALHO, Vera. Tráfico mercantil, expropriação e escravização dos indígenas: o Vale do Taquari nos anos de 1500 a 1737. **Estudo & Debate**, Lajeado, ano 5, n. 2, p. 53-64, 1998.

HUNTER, James C. **Como se tornar um líder servidor**. Tradução de A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997. 104 p.

LOMNITZ, Larissa. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais Ltda, 2009.

MALHOTRA, Naresh. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2012.

MARSHALL, Gordon. **A dictionary of sociology**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MARTES, Ana Cristina Braga (*org*.). **Redes e sociologia econômica.** São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MILLER, Daniel. **Teoria das compras:** o que orienta as escolhas dos consumidores. São Paulo: Nobel, 2002.

MORAES, Antônio C. R. **Território e história do Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anna Blume, 2002.

MOREIRA, Marco A. **Metodologias de pesquisa em ensino**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

MOROKVASIC-MULLER, Mirjana. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, [*S.l.*], v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

MOROKVASIC-MULLER, Miriana; EREL, Umut; SHINOZAKI, Kyoko (*eds*.). **Crossing borders and shifting boundaries***.* Gender on the move. Oplanden, [*s.l*.], v. 1, 2003.

RIEDL, Mário; MARQUETTO, Rut Maria F. Fronteira da paz: a segregação urbana x zona de livre comércio. *In*: NETO, Eraldo M. C.; MESSENA, Fábio dos Santos; LONDERO, Josirene C. (*orgs*.). **Novos olhares para o desenvolvimento sustentável:** caminhos e perspectivas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

SALIM, Celso Amorim. **Migrações internas:** a necessidade de novos paradigmas*.* Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1992.

SANTOS, Milton. O retorno do territorio. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura (*orgs.*). **Território:** globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994a. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994b.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teórico e metodológico da geografía. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território.** 4. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS CORPO, 1991.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. Território, rede e desenvolvimento regional. Notas para discussão. *In*: SILVEIRA, Rogério L. L. da; FELIPPI, Ângela C. T. (*orgs*.). **Territórios, redes e desenvolvimento regional:** perspectivas e desafios. Florianópolis: Insular, 2018.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. **A economia solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Itamar de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, P. C. da; CORRÊA, R. L. (*orgs*.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 78-110.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica** (La sociologie économique). Tradução de Maria Helena C. V. Trylinski. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, R. Markets in society. *In*: SMELSER, N. J.; SWEDBERG, R. (*ed.*). **The handbook of economic sociology**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2005. p. 233-253.

VADE MECUM SARAIVA. 25. ed. São Paulo: Saraiva-Educação, 2018.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. Redes organizacionais e desenvolvimento territorial*.* **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 74-98, set./dez. 2007a.

VALE, Gláucia Maria Vasconcellos. **Territórios vitoriosos:** o papel das redes organizacionais. Editora Garamond, 2007b.

VIEIRA, Marcelo M. F.; ZOUAIN, Deborah M. (*orgs*.). **Pesquisa qualitativa em administração:** teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WATTS, Duncan J. **Seis graus de separação:** a evolução da ciência de redes em uma era conectada. São Paulo: Leopardo, 2009.

Congressos, Seminários, Encontros

MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria; CAZAROTTO, Rosmari Terezinha. **As mulheres imigrantes na familia transnacional haitiana no Brasil**. *In*: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: perspectivas e desafios, Santa Cruz do Sul, RS, 13 a 15 set. 2017.

SASAKI, Elisa M.; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teoria das Migrações Internacionais. *In*: XII ENCONTRO NACIONAL DA ABEP 2000, GT de Migração, Sessão 3 – A migração internacional no final do século. **Anais** [...]. Caxambu, out. 2000. Disponível em: https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 31 ago. 2018.

SOLIMEO, Tatiana. **Mulheres bolivianas na zona leste de São Paulo:** territorialidade e gênero. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Florianópolis, 2017.

SOUZA, Itamar de. **Para além da concepção metafórica de redes sociais:** fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. *In*: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Minas Gerais: UFMG/Cedeplar. 2002. p. 1-27.

Dissertações e Teses

BERGAMASCHI, Eliza. **Urbanização, reestruturação urbana e mudanças na organização espacial da cidade de Lajeado na região do Vale do Taquari-RS**. 2014. 241 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

CASTRO, Juventina Yolanda Correa. **Ahora las mujeres se mandan solas:** migración y relaciones de género en una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo. 2006. 470 f. Tese (Departamento de Antropología Social) – Universidade de Granada, Espanã, 2006.

CAVALCANTE, Gustavo Vasconcellos. **Ciência das redes:** aspectos epistemológicos. 2009. 153 f. Tese (Programa de Pós-Graduação da Informação e Documentação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CERUTTI, Bernardete Bregolin. **Mulher, meio ambiente e modo de vida sustentável:** um estudo com artesãs da região do Vale do Taquari/RS. 2010. 135 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – Mestrado), Centro Universitário Univates, Lajeado, 2010.

SANTOS, Edgar Oliveira. **Dinâmicas de desenvolvimento, redes e trajetórias migratórias no contexto da formação histórica de Imperatriz – MA**. 2018. 223 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

SANTOS, Rai Nunes dos. **Territórios discursivos:** discursos sobre a Vila Duque e suas aplicações para o entendimento do territorio. 2019. 152 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SCHULZE, Carolina Datria. **Quando o corpo se torna lar:** narrativas de moradoras de rua de Porto Alegre/RS. 2018. 74 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Publicações *on-line* (artigos, cadernos, *e-books*, relatórios)

AGOSTINI, Cíntia (*coord*.). **Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Taquari 2015-2030**. Lajeado: Editora da Univates, 2017. Disponível em: https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/11104740-plano-valedotaquari.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

ANGUIANO TÉLLEZ, Maria E. Intoducción. *In:* ANGUIANO TÉLLEZ, Maria E.; LÓPEZ SALA, Ana M. (*eds*.). **Migraciones y Fronteras:** nuevos contornos para la

movilidad internacional. Barcelona: CIDOB/Icaria, 2010.

ANTHIAS, Floya. Metaphors of home: gendering new migrations in Southern Europe. *In*: ANTHIAS, Floya; LAZARIDIS, Gabriela. **Gender and migration in Southern Europe***.* Oxford, New York: Berg, 2000. p. 17-47.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional*.* **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 336, set./dez., 2007.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana (REMHU)**, Brasília, ano XX, n. 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século 21. *In*: BAENINGER, Rosana (*org*.). **Migração internacional**. Campinas: Nepo: Unicamp, 2013. (Coleção por Dentro do Estado de São Paulo, v. 9).

BARBIERI, Alisson Flávio. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar*.* **Revista brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 225-246, 2007.

BECKER, Gary S. **Human capital:** a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993. Disponível em: https://www.nber.org/system/files/chapters/c11226/c11226.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

BILAC, Elisabete Dória. **Gênero, vulnerabilidade das famílias e capital social:** algumas reflexões. [*s.l.*], 2006. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquuivos/arquuivos/vulnerab_cap_2_pgs_51-65.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

BORJAS, George J. Economic theory and international migration*.* International Migration Review, **Special Sirver Anniversary Issue:** International Migration an Assessment for the 90's, [*s.l.*], v. 23, n. 3, p. 457-485, autumn 1989.

BOTELHO, Maurilio L. Dossiê: as metrópoles no atual padrão de expansão do capitalismo. A metrópole para além da nação: globalização e crise urbana. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 20, n. 43, set./dez. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-99962018000300697&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 03 jan. 2021.

BOYD, Monica. Family and personal networks in internacional migration: recent devepments and new agendas. **Internacional Migration Review**, [*s.l.*], v. 23, n. 3, p. 639-669, 1989.

BOYD, Monica; GRIECO, Elizabeth. **Women and Migration:** Incorporating Gender into International Migration Theory. [*s.l.*], 2003. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/article/women-and-migration-incorporating-gender-international-migration-theory. Acesso em: 05 mar. 2020.

BRANDT, Grazielle Betina; WASSERMAN, Marcelo. O estereótipo como elemento discursivo: reflexões a partir da figura do imigrante no Brasil. **Aedos,** Porto Alegre, v. 12, n. 27, março 2021.

BRETTELL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. Migration theory: talking across disciplines*. In*: BRETTELL, Caroline B. **Theorizing migration in anthropology**. The social construction of networks, identities, communities and globalscapes. New York: Routledge, 2000.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n2/a09v23n2.pdf. Acesso em: 13 jan. 2021.

CADERNO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. São Paulo: DIEESE, v. 1, 2015. 126 p. Disponível em: https://www.dieese.org.br/livro/2016/cadernoObservatoNacionalVol1.html. Acesso em: 04 jan. 2021.

CASTRO, Demian *et al*. Brasil e o mundo diante da Covid-19 e da crise econômica. Introdução. **PET Economia UFPR**, [*s.l.*]: Universidade Federal do Paraná, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACEDO, Marília. Imigração e refúgio no Brasil. **Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

CEPAL. Globalización y Desarrollo. **Santiago de Chile:** Cepal, Naciones Unidas, [*s.l.*], 2002. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2724/2/S2002024_es.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

CEPAL/OIT. **Coyuntura Laboral em América Latina y el Caribe**. Evolución y perspectivas de la participación laboral feminina em América Latina. [*s.l.*], 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---sro-santiago/documents/publication/wcms_725432.pdf. Acesso em: 07 mar. 2021.

CHIESI, A. **Sincronismi Sociali**. Bologna: Il Mulino, 1989.

COLONOMOS, Ariel. **Sociologie des réseaux transnationaux:** communautés, entreprises et individus: lien social et système international. Paris: Editions L'Harmattan, 1995.

COSTA, Marisa V.; SILVEIRA, Rosa H.; SOMMER, Luis Henrique. Estudos culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, [*s.l.*], n. 23, mai./jun./jul./ago., 2003.

COUTRIM, Rosa Maria da E. O que os avós ensinam aos netos? A influência da relação intergeracional na educação formal e informal. **GT12: Gerações – Entre Solidariedades e Conflitos**. *In*: XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Recife, 29 mai. a 01 jun. 2007.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Tempo, Trabalho e Gênero. *In*: COSTA, Ana Alice; OLIVEIRA, Eleonora M. de; LIMA, Maria E. B. de; SOARES, Vera (*orgs*.). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT Brasil, 2004.

DIEME, Kassoum *et al*. Autorizações concedidas a imigrantes pela Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL). *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de. **Relatório Anual 2019**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1966.

ELIAS, N. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

FALKEMBACH, Elza Maria Fonseca. Diário de campo: um instrumento de reflexão. **Revista Contexto/Educação**, Ijuí: Unijuí, v. 7, 1987.

FAVARETO, Arilson; KLEEB, Suzana Cecilia; GALVANESE, Carolina. Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, [*s.l.],* v. 1, n. 1, 2015.

FAVRET-SAADA, Jeane. Ser afetado. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376. Acesso em: 30 jan. 2020.

FEI, J. C. H.; RANIS, G. A theory of economic development. **The American Economic Review**, [*s.l.*], v. 51, n. 4, p. 533-565, 1961.

FMI. **Haiti:** Poverty Reduction Strategy Paper. Washington, D.C., jun. 2014. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1451haiti.pdf. Acesso em 12 mar. 2021.

FORD, Reuben. **Migration and stress among corporate employees**, tesis submitted for the degree of doctor of Philosophy in the University of London, 1992.

FRIEDMAN, John A. General Theory of Polarized Development. *In*: HANSEN, N. (*ed.*). **Growth Centres in Regional Development**. New York: The Free Press, 1972. p. 29-41.

FUND FOR PEACE. **Fragile States Index 2016**. Washington, D.C., 2016. Disponível em: https://fundforpeace.org/wp-content/uploads/2018/08/fragilestatesindex-2016.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

FURTADO, Ailton José *et al*. Notas metodológicas. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu de; MACEDO, Marília de. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. **Relatório Anual 2018**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018.

GODINHO, Tatau.; TEIXEIRA, Marilane. **Trabalho e cidadania ativa para mulheres:** desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura do Município, 2004. Disponível em: https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.

GOLGHER, André Braz. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2004. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf. Acesso em: 28 jul. 2018.

GRANOVETTER, Mark S. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, [*s.l.*], v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

GRANOVETTER, Mark S. Economic action and social structure: the problema of embeddedness. **American Journal of Sociology***,* [*s.l.*], v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, Mark S. **The sociology of economic life***.* Boulder: Westview, 1992.

GRANOVETTER, Mark S. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, [*s.l.*], v. 6, n. 1, Art. 9, jan./jun. 2007.

GRISCI, Carmem L. I. Mulher-mãe. **Psicologia:** Ciência e Profissão, Brasília, v. 15, n. 1-3, 1995.

GRUNDY, Emily. The household dimension in migration research. *In*: CHAMPION, T.; FIELDING, T. (*ed*.). **Migration Processes and Patterns**. V. I: Research Progress and Prospects. Londres: Belhaven Press, 1992. p. 165-174.

HANNERZ, Ulf. **Explorer la ville**. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1980.

HARRIS, John; TODARO, Michael P. Migração, desemprego e desenvolvimento: uma análise com dois setores. *In*: MOURA, Hélio A. de. **Migração interna:** textos selecionados*.* Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB). Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), 1980. p. 173-210.

HATTON, Timothy J.; WILLIAMSON, Jeffrey G. **The age of mass migration:** causes and impact. New York, Oxford University Press, 1998.

HEIDRICH, A. Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. *In*: HEIDRICH, A.; PIRES, C. (*orgs*.). **Abordagens e práticas da**

pesquisa qualitativa em geografia e saberes sobre espaço e cultura. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2016. p. 15-34.

HIRATA, Helena. Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais. **Revista da ABET**, [*s.l.*], v. 15, n. 1. jan./jun. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/31256-Texto%20do%20artigo-69857-1-10-20161102%20(1).pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM. The UN Migration Agency. World migration report*. In*: MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. **Mulheres migrantes e refugiadas a serviço do desenvolvimento humano dos outros**. 2018. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf. Acesso em: 30 mar. 2018.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION – IOM. **World Migration Report 2020**. 2020. Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. O trabalho informal no município de São Paulo. *In*: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (*orgs*.). **Mapa do trabalho informal**. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia e Sociedade**, [*s.l.*], v. 19, n. 1, p. 15-22, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/psoc/v19n1/a03v19n1.pdf. Acesso em: 04 fev. 2020.

KAYSER, Bernard. A região como objeto de estudo da geografia. *In*: GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves. **Geografia ativa**. São Paulo: DIFEL, 1980.

KNAUTH, P.; COSTA, G. Psychosocial effects. *In*: COLQUHOUN, W. P. *et al*. (*eds*.). **Shiftwork:** problems and solutions. Frankfurt: Peter Lang, 1996. p. 89-112.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos:** disposição e variações individuais. Porto Alegre, Artmed, 2016.

LEE, Everett S. A theory of migration*. In*: JACKSON, J. A. (*ed*.). **Migration.** Cambridge, Cambridge University Press, p. 282-297, 1969. (Originalmente publicado em Demography, v. 3, 1996).

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **Revista GEOUSP, Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74098/77740. Acesso em: 04 jan. 2021.

LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labour*.* **Manchester Scholl of Economics and Social Studies**, [*s.l.*], v. 22, Issue 2, p. 139-151, 1954.

LIMA, Everton Emanuel Campos de; BRAGA, Fernando Gomes. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. *In*: ABEP. **Anais** [...]. Caxambu, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982013000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 05 jan. 2020.

LISBOA, Teresa K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set./dez. 2007.

LOPES, Ewellyne S. L.; NERI, Anita L; PARK, Margareth. B. Ser avós ou ser pais: os papéis dos avós na sociedade contemporânea. **Textos sobre Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 30-32, 2005.

LUBKEMANN, S. C. Embedded time and disperced place: displacement and gendered differences in Mozambican “lifespace”. *In*: XXIV IUSSP CONGRESS. **Anais** [...]. Salvador, 2001.

MACHADO, Cecilia; PINHO NETO, Valdemar. **The labor market consequences of maternity leave policies:** evidence from Brazil. Getúlio Vargas Foundation EPGE-FGV, 2016. Disponível em: https://portal.fgv.br/sites/portal.fgv.br/files/the_labor_market_consequences_of_maternity_leave_policies_evidence_from_brazil.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

MAINETTI, Ana Carolina; WANDERBROOCKE, Ana Claudia Nunes de Souza. Avós que assumem a criação de netos. **Pensando famílias**, Porto Alegre, v. 17. n. 1, p. 87-98, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100009. Acesso em: 06 nov. 2020.

MAMED, Letícia Helena; LIMA, Eurenice Oliveira de. Trabalho, precarização e migração: recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA***,* [*s.l.*], v. 18, n. 1, p. 33-64, jan-jun. 2015. Disponível em: http://200.239.64.159/index.php/ncn/article/viewArticle/2079. Acesso em: 28 fev. 2019.

MARINUCCI, Roberto. Feminization of Migration? REMHU. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,** Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM), Brasília, v. 15, n. 29, p. 5-22, 2007.

MARINUCCI, Roberto. **Feminização das migrações**. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM). Brasília, 2013.

MARQUES, Eduardo. Os mecanismos relacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 64, jun. 2007.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, rede e redes sociais – fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., 2007. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/07/pdf_691c714087_0011336.pdf. Acesso em:

03 jan. 2021.

MARTIN, Susan. Women, migration and development. **ISIM**, Transatlantic Perspectives on Migration. Policy Brief #1, [*s.l.*], jun. 2007. Disponível em: https://www12.georgetown.edu/sfs/isim/Pulication/GMF%20Materials/Martin.pdf. Acesso em: 04 fev. 2019.

MASSEY, Douglas S. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review***,* [*s.l.*], v. 14, n. 3, p. 383-413, sep. 1988.

MASSEY, Douglas S. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, [*s.l.*], v. 56, n. 1, p. 3-26, 1990.

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquin; HUGO, Graeme; KOUAOUCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, [*s.l.*], v. 19, n. 3, p. 431-466, set. 1993.

MATTOS, Alice Lopes; SARTURI, Cristina Arruda; BORGES, Leonardo Antunes. Políticas públicas de acolhida a imigrantes: discussões e experiências. *In*: REDIN, Giuliana; MINCHOLA, Luís Augusto Bittencourt (*coords*.). **Imigrantes no Brasil:** proteção dos direitos humanos e perspectivas político-jurídicas. Curitiba: Juruá, 2015.

MERCKLÉ, Pierre. **Sociologie des réseaux sociaux**. Paris: La Découverte, 2004.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Allyn and Bacon, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONDARDO, Marcos Leandro. Meandros da produção do espaço urbano: mobilidade, acessibilidade e exclusão social. **Boletim goiano de geografia**, Goiás, v. 9, n. 1, 2009.

MONT'ALVÃO, Arnaldo. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 417-441, abr./jun. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a05.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1965, 240 p.

NASH, Mary. **Mujeres em el mundo**. Historias, retos y movimientos. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu de. O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 a 2010. *In*: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio

Tadeu; TONHATI, Tânia (*orgs*.). A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. **Cadernos OBMigra**. Ed. Especial. Brasília, 2015.

OSÓRIO, N. B.; SILVA, L. S. N. **Avô-Neto:** uma relação de risco e afeto. Santa Maria: Biblos, p. 91, 2008.

PAIVA, Odair da Cruz. Histórias da (i)migração. Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Ensino & Memória**, São Paulo, 2013.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION – PAHO. **Health response to the earthquake in Haiti:** january 2010. Washington, D. C: PAHO, 2011. Disponível em: https://www.paho.org/disasters/dmdocuments/HealthResponseHaitiEarthq.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

PEIXOTO, João. **As teorias explicativas das migrações:** teorias micro e macro-sociológicas. Lisboa: SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações, n. 11, 2004.

PESSAR, Patrícia R. The role of gender, households and social networks in the migration process: a review and appraisal. *In*: DEWIND, J.; HIRSCHAMN, C.; KASINITZ, P. (*orgs*.). **Becoming American/America Becoming**. New York: Russell Sage Foundation, 1999.

PIORE, Michael J. Alcune note sul dualismo nel mercato de lavoro. **Rivista di Economia e Politica Industriale**, [*s.l*.], v. 3, n. 2, p. 185-210, 1977.

PIORE, Michael J.; DOERINGER, Peter B. **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington, Mass.: Heath, 1971.

PNUD. Relatório para o Desenvolvimento Humano 2016. **Desenvolvimento Humanos para todos**. Brasília, 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/HDR2016%202016%20PT%20ANGOLA.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

PNUD – Relatório do Desenvolvimento Humano 2019. **Mulheres resilientes** – Cidades resilientes Região Metropolitana de Teresina (PI). Brasília, 2019. Disponível em: https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/Pessoas/Coton41.html. Acesso em: 02 jan. 2019.

POCHMANN, Márcio. O excedente de mão-de-obra no municipio de São Paulo. *In*: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (*orgs*.). **Mapa do trabalho informal**. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, [*s.l.],* n. 271, mar. 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Natália. Saúde, migração e direitos humanos. **Mudanças** – Psicologia da Saúde, [*s.l.*], v. 17, n. 1, p. 1-11, jan./jun. 2009.

REIS, José. Uma epistemología do território. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: FAPERJ, v. 13, n. 1, p. 51-74, 2005.

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. London, MacMillan Press, 1988.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: saberes e práticas. **Iluminuras**, Porto Alegre, RS, v. 9, n. 21, s. p. 2008.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Sociologia das migrações***.* Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

RODRIGUES, Francilene dos Santos; VASCONCELOS, Iana Santos. Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia*.* **Textos & Debates**, Boa Vista, n. 18, p. 251-268, jan./jun. 2010.

ROSSI, Peter H. Why families move*. In*: LAZARSFELD, P. F.; ROSENBERG, M.; (*ed.*). **The Language of Social Research**. Glencoe: The Free Press, 1955. p. 457-468.

SACK, Robert. **Human territoriality:** its theory and history. New York: Cambridge, 1986.

SANDEFUR, Gary D.; SCOTT, Wilbur J. A Dynamic analysis of migration: an assessment of the effects of age, family, and career variables. **Demography**, [*s.l.*], v. 18, n. 3, p. 355-368, 1981.

SANTOS, J. Freitas; RIBEIRO, J. Cadima. O papel das redes na captação de investimento directo externo para as regiões. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 1, p. 135-150, jan./abr. 2004.

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, [*s.l.*], v. 1, n. 13, 2009.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Travessia**, São Paulo, v. especial, p. 3-33, jan. 2000.

SCHILLER-GLICK, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. De imigrante a transmigrante: teorizando a migração transnacional. Tradução de Mário A. Eufrácio, Michele Aparecida de Souza, Célia Toledo Lucena, Geraldo Ribeiro de Sá e

Maria Christina Siqueira de Souza Campos. **Cadernos CERU**, [*s.l.*], série 2, v. 30, n. 1, jun. de 2019. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/158717/153713. Acesso em: 14 jun. 2020.

SCHILLER, Nina Glick.; ÇAGLAR, Ayse. Introduction: migrants and cities. *In*: SCHILLER, Nina Glick; ÇAGLAR, Ayse (*orgs*.). **Locating migration:** rescalling cities and migrants. New York: Cornell University, 2011. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=1futDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR7&ots=Wi30Z2kvb5&sig=aeydFwp_FV8UzESTMn7q0YWM04Y&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 04 dez. 2020.

SILVA, Sidney Antônio da. Inserção social produtiva dos haitianos em Manaus. *In*: PRADO, Erlan J. P. do; COELHO, Renata (*orgs*.). **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. 236 p.

SIMMEL, Geog. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (*org*.). **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. *In*: Banco do Nordeste do Brasil (BNB), **Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste**. [*s.l.*], 1980. t. 1. p. 211-244. (Estudos Econômicos e Sociais, 4).

SINNER, Rudolf Von. Confiança e convivência: aportes para uma hermenêutica da confiança na convivência humana. **Estudos Teológicos**, [*s.l.*], v. 44, n. 1, p. 127-143, 2004.

SJAASTAD, Larry A. The costs and returns of human migration. **The Journal of Political Economy**, [*s.l.*], v. 70, n. 5, part 2: Investiment in Human Beings, 1962.

SOJA, E. W. **The political organization of space**. Washington, D. C: AAG Comission on College Geography, 1971.

SPOSITO, Maria E. B. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, n. 10, 1991.

STAMM, Cristiano; STADUTO, Jefferson A. R.; LIMA; Jandir F. de; WADI, Yonissa M. A população urbana e a difusão das cidades de porte médio no Brasil. **Interações,** Campo Grande, v. 14, n. 2, p. 251-265, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/inter/v14n2/a11v14n2.pdf. Acesso em: 03 jan. 2021.

STARK, Oded; BLOOM, David E. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, [*s.l.*], v. 75, n. 2, p. 173-178, mai., 1985.

STARK, Oded; TAYLOR, J. Edward. Migration incentives, migration types: the role of relative deprivation. **The Economic Journal**, [*s.l.*], v. 101, n. 408, p. 1163-1178, set. 1991.

SUTTER, Christina. Haiti, país mal dito. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 3, set. 2010.

SUTTER, Christina; KING, Ananda M. Vivendo sobre escombros: qualidade de vida no Haiti pós-terremoto. **Salud & Sociedad**, [*s.l.*], v. 3, n. 3, septiembre-diciembre, Universidad Católica Del Norte, Antofagasta, Chile, 2012.

TEDESCO, João Carlos; MELLO, Pedro A. T. de. Imigração e transnacionalismo religioso. Os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul. **Revista Nures**, [*s.l.*], ano XI, n. 30, mai./ago. 2015.

TODARO, Michael P. **Internal migration in developing countries:** a review of theory, evidence, methodology and research priorities (International Labour Office, Geveva), [*s.l.*], 1976.

TODARO, Michael P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. *In*: MOURA, Hélio A. de (*org.*). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste, 1980.

TODARO, Michael P. A model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries. **The American Economic Review**, [*s.l.*], n. 59, p. 138-48, 1969.

TODARO, Michael P. **Economic Development in the Third World**. New York: Longman, 1989.

TODARO, Michael P.; MARUSZKO, Lydia. Illegal migration and U.S. Immigration reform: a conceptual framework. **Population and Development Review**, [*s.l.*], v. 13, n. 1, p. 101-114, 1987.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. *In*: CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (*orgs.*). **Geografia das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

VALORES DO VALE: perfil socioeconômico do Vale do Taquari – RS. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, v. 3, 2005.

VERÁS, Maura P. B. Os impasses da crise habitacional em São Paulo ou os nômades urbanos no limiar do século XXI. **Revista São Paulo em Perspectiva**, [*s.l.*]: Fundação Seade, n. 1, 1987.

WEBER, Max. **The methodology of the Social Sciences**. 1. ed. [*s.l.*], 1949.

ZELIZER, Viviana A. R. **Economic lives:** how cultura shapes the economy. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2010.

ZELIZER, Viviana A. R. **A negociação da intimidade**. Tradução de Daniela Barbosa Henriques. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. (Coleção Sociologia).

ZUKIN, Sharon; DIMAGGIO, Paul. **Structures of capital:** the social organization of the economy. [*s.l.*]: Cambridge University Press, 1990. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=LsE6AAAAIAAJ&oi=fnd&pg=PR7&dq=Structures+of+capital+the+social+

organization+of+the+economy&ots=OqxPbPtk5a&sig=cqxdds3Qci097jfgtkIvdsUrO-Y#v=onepage&q=Structures%20of%20capital%20the%20social%20organization%20of%20the%20economy&f=false. Acesso em: 28 set. 2019.

Jornais e Sites

ASSOCIAÇÃO EDUCADORA SÃO CARLOS – AESC. Disponível em: https://www.aesc.org.br/noticias/. Acesso em: 02 out. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/. Acesso em: 26 jan. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/encantado_rs. Acesso em: 26 jan. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/estrela_rs. Acesso em: 26 jan. 2020.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lajeado_rs#demografia. Acesso em: 26 jan. 2020.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/25155751-mapa-corede-valetaquari-2010.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)**. 2010. Disponível em: http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes. Acesso em: 18 dez. 2019.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Taquari**. 2010. Disponível: https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/upload/arquivos/201611/25155751-mapa-corede-valetaquari-2010.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Relação Anual de Informações Sociais**. 2019. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php. Acesso em: 01 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: https://coronavirus.saude.gov.br/https://saude.gov.br/. Acesso em: 06 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: https://www.turismo.rs.gov.br/cidade/199/poco-das-antas#sobre. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança. Disponível em: https://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes. Acesso em: 30 jun. 2020.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* segundo Região, Unidade da Federação e Região Metropolitana**. 1991; 2000; 2010a. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/giniuf.def. Acesso em: 19 dez. 2020.

DATASUS. **Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* segundo Município**. 1991; 2000; 2010b. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirs.def. Acesso em: 19 dez. 2020.

FIRJAN. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm/. Acesso em: 18 dez. 2020.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. Disponível em: https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Vale+do+Taquari. Acesso em: 18 dez. 2020.

GALTUNG, Johan. Violence, peace and peace research. **Journal of Peace Research**, Oslo, v. 6, n. 3, p.167-191, set. 1969. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/422690?seq=1. Acesso em: 14 mar. 2021.

GEYSKENS, Inge; STEENKAMP, Jan-Benedict; KUMAR, Nirmalya. Uma meta de satisfação nos relacionamentos com canais de marketing. **Journal of Marketing Research**, [*s.l.*], v. 36, n. 2, p. 223-238, 1999. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/239845848_A_Meta-Analysis_of_Satisfaction_in_Marketing_Channel_Relationships. Acesso em: 07 mar. 2020.

GILL, P.; STEWART, K.; TREASURE, E.; CHADWICK, B. Methods of data collection in qualitative research: interviews and focus groups. **British Dental Journal**, [*s.l.*], v. 204, p. 291-295, 2008. Disponível em: https://www.nature.com/articles/bdj.2008.192.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

GLOBO. **Criação de empregos formais soma 2,52 milhões em 2010 e bate recorde**. 2011. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/01/criacao-de-empregos-formais-soma-252-milhoes-em-2010-e-bate-recorde.html. Acesso em: 26 out. 2020.

HOSPITAL BRUNO BÖRN. **Comitê de Enfrentamento do Cononavírus** – Lajeado – Indicadores. Disponível em: https://www.hbb.com.br/servicos/covid_lajeado. Acesso em: 02 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD COVID19)**. 2020a. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/a49390474b30650cf366e20ce0814ee9.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **O IBGE apoiando o combate à Covid-19**. 2020b. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/. Acesso em: 11 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Pulso Empresa: Impacto da Covid-19 nas Empresas**. 2020c. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/. Acesso em: 16 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades**. 2020d. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 10 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Conceitos gerais de cartografia**. 2020e. Disponível em: https://atlasescolar.ibge.gov.br/conceitos-gerais/o-que-e-cartografia. Acesso em: 04 fev. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=36410. Acesso em: 27 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXAIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação**. 1995-2019. Disponível em: http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior. Acesso em: 30 dez. 2020.

JORNAL A HORA. **Empresas inovam em busca de mão de obra**. Lajeado, 2012. Disponível em: https://www.jornalahora.com.br/conteudos/2012/10/19/empresas-inovam-em-busca-de-mao-de-obra/. Acesso em: 07 fev. 2020.

JORNAL A HORA. **Em Brasília, prefeitos buscam apoio aos atingidos da enchente**. Lajeado, 22 jul. 2020, p. 3.

JORNAL O INFORMATIVO DO VALE. **Rio Taquari volta a subir e cidades ficam em alerta**. Disponível em: https://www.informativo.com.br/enchente/rio-taquari-volta-a-subir-e-cidades-ficam-em-alerta-,363616.jhtml. Acesso em: 12 jul. 2020.

JORNAL O INFORMATIVO DO VALE. **Lajeado de ideias e desafios**. Caderno especial em comemoração aos 129 anos de Lajeado. Lajeado, 26 jan. 2020.

JORNAL O INFORMATIVO DO VALE. **A árvore genealógica do Vale do Taquari**. Aspectos que impulsionaram Lajeado, por Drª Silvana Rossetti Faleiro. Lajeado, 08 mai. 2016. P. 10.

KLUVER, Jürgen; SCHMIDT, Jorn. Topology, metric and dynamics of social systems. **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, [*s.l.*], v. 2, n. 3, 1999.

KRUGMAN, Paul. Como criar uma depressão pandêmica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2020.

MAYS, N.; POPE, C. Qualitative research: rigour and qualitative research. **British Medical Journal**, Londres, v. 311, p. 109-112, jul. 1995.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Disponível em http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar. Acesso em 02 jan. 2019.

MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA. Disponível em: https://www.teutonia.rs.gov.br/o-municipio/. Acesso em: 24 abr. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdg. Acesso em: 15 fev. 2021.

OLIVER, Richard L. Um modelo cognitivo dos antecedentes e consequências das decisões de satisfação. **Journal of Marketing Research**, [*s.l.*], v. 17, n. 4, p. 460-469, nov. 1980. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3150499?seq=1. Acesso em: 22 nov. 2020.

ONU MULHERES. **Trabalhadoras remuneradas do lar na América Latina e no Caribe frente à crise do COVID-19**. 2020. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/pt-trabajadoras_del_hogar_portugues-.pdf. Acesso em: 05 mar. 2021.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. **Em busca de un compromiso equitativo para los trabajadores migrantes em la economia globalizada**. 2004. Disponível em: https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc92/pdf/rep-vi.pdf. Acesso em: 21 fev. 2021.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO – OIT. **Las mulheres en el trabajo**. Tendências de 2016. Oficina Internacional del Trabajo. Ginebra: OIT, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_483214.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

PORTAL DO VALE DO TAQUARI. **O Vale do Taquari**. Disponível em: https://www.cicvaledotaquari.com.br/cic-vt/o-vale-do-taquari/. Acesso em: 19 dez. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO MEIO. Disponível em: http://www.arroiodomeio.rs.gov.br/site/sobre. Acesso em: 21 jan. 2020.

PREFEITURA DE ENCANTADO. Disponível em: http://encantado-rs.com.br/site/. Acesso em: 21 jan. 2020.

PREFEITURA DE ESTRELA. Disponível em: https://estrela.atende.net/#!/tipo/inicial. Acesso em: 21 jan. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJEADO. Disponível em: https://www.lajeado.rs.gov.br/. Acesso em: 21 jan. 2020.

RAMONET, Ignácio. **Coronavirus:** La pandemia y el sistema-mundo. 2020. p. 12. Disponível em: https://www.pagina12.com.ar/262989-coronavirus-la-pandemia-y-el-sistema-mundo. Acesso em: 17 out. 2020.

SAVAGE, Mike. The missing link? The relationship between spatial mobility and social mobility. **British Journal of Sociology**, [*s.l.*], v. 39, n. 4, p. 554-577, 1988.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA RS – SSP/RS. Disponível em: https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais. Acesso em: 21 dez. 2020.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SEPLAN. **Perfil Socioeconômico Corede Vale do Taquari**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Departamento Governamental. Porto Alegre, 2015. Disponível em: https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17095341-perfis-regionais-2015-vale-do-taquari.pdf. Acesso em: 05 mai. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista em profundidade direcionada a mulheres imigrantes internacionais

Perfil da mulher imigrante internacional

1. Nome completo:
2. Idade:
3. Escolaridade:
4. Estado civil:
5. Número de filhos:
6. Etnia:
7. Tipo de visto:
8. Religião:
9. Cidade e país de nascimento:
10. Cidade e país de partida:
11. Cidade e região de residência atual:
12. Número de pessoas que integram o núcleo familiar (de origem e de destino):
13. Reside com quem?

Roteiro para a entrevista

Antes da mudança de país

1. Atividade que exercia:
2. Atividade dos pais:
3. Acesso a serviços como educação, saúde, lazer:
4. Frequência na escola/universidade:
5. Relação social com a familia e os amigos:

Decisão de migrar e partir

6. Motivo da decisão de migrar:
7. Sentimento de partida:
8. Sentimento da familia:
9. Projeto individual ou coletivo:
10. Integrantes que ficaram no país de origen:

Escolha e instalação na cidade de destino

11. Experiência da vinda para o Brasil:
12. Outras experiências antes dessa cidade:
13. Motivos da escolha pela cidade:
14. Avaliação da acolhida na cidade de Lajeado (e demais):
15. Frequência na escola/universidade:
16. Atividade profissional:
17. Aprendizado do ofício:
18. Interesse pelo ofício:
19. Tempo de atuação no ofício:
20. Importância do trabalho:
21. Alguém ajuda no trabalho?
22. Existência de outra(s) atividade(s):
23. Serviços domésticos na casa:
24. Uso do tempo livre:
25. Espaços que frequenta:
26. Programas na televisão que gosta:
27. Músicas que gosta de ouvir:
28. Divisão do tempo entre o trabalho, a família e o lazer:
29. O trabalho da mulher e o trabalho do homem:
30. Opinião sobre a mulher que trabalha:
31. Relacionamento com a família, vizinhos, amigos e colegas de trabalho:

(Continua...)

(Conclusão)

32. Integrada à cidade?
33. Acesso a serviços como educação, saúde e lazer:
34. Lugares conhecidos na cidade e na região:
35. Lugares de que mais gosta:
36. Motivo de felicidade:

Avaliação da decisão
37. Encontrou o que buscava?
38. Desejo de retornar ao país de partida?
39. Sentimento de falta de algo?
40. Perspectivas de futuro:

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você é convidada a participar voluntariamente de uma pesquisa que tem o objetivo de compreender a territorialidade da imigração feminina internacional recente em municípios da região do Vale do Taquari/RS, a partir da configuração de narrativas e significações a respeito das relações entre migração, trabalho e gênero.

Este estudo é de responsabilidade da pesquisadora Bernardete Bregolin Cerutti, sob orientação da Profª. Drª. Grazielle Betina Brandt. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Para isso, a sua participação por meio de depoimentos é de fundamental importância. Esses depoimentos serão reunidos, organizados e analisados visando compor os resultados de uma tese de doutorado e posterior publicação em eventos científicos, assegurando postura ética e profissional, além de sigilo absoluto em relação à sua identificação. Contudo, sua recusa ou interrupção poderá ser feita a qualquer tempo, sem prejuízo na relação com a pesquisadora ou a universidade.

Após estar esclarecida sobre a pesquisa e ciente da necessidade do uso de seu depoimento, bem como da utilização deste para os fins descritos acima, e havendo concordância livre e espontânea em aceitar participar de forma voluntária, você deverá assinar este documento, em duas vias. Uma das vias ficará com você e a outra via permanecerá com o pesquisador responsável.

Em caso de dúvida em relação a este documento, contate a pesquisadora responsável pelo telefone (51)99514-5833 ou e-mail becerutti@gmail.com.

De acordo com o Termo, manifesto minha concordância.

Entrevistada

Bernardete Bregolin Cerutti – Pesquisadora
Doutoranda em Desenvolvimento Regional

APÊNDICE C – Síntese do perfil das mulheres imigrantes entrevistadas

Primeiro nome	Ismenya
Idade	31 anos
Estado civil	Casada
Nº de filhos	2
Etnia	Haitiana
Tipo de visto	Temporário
Religião	Católica no país de origem, evangélica no país de destino
Cidade e país de nascimento	Saint Michel de l'Attalaye – Haiti
Cidade e país de partida	Saint Michel de l'Attalaye – Haiti
Cidade e região de residência atual	Poço das Antas – Vale do Taquari/RS
Nº de pessoas que integram o núcleo familiar	6 no núcleo de origem e 4 no núcleo de destino
Reside com quem	Marido e duas filhas
Ano que chegou ao Brasil	2017

Primeiro nome	Sophia
Idade	25 anos
Estado civil	União estável
Nº de filhos	1
Etnia	Peruana
Tipo de visto	Temporário (a cada 5 anos renova)
Religião	Não tem – acredita em Deus
Cidade e país de nascimento	Lima – Peru
Cidade e país de partida	Lima – Peru
Cidade e região de residência atual	Estrela – Vale do Taquari/RS
Nº de pessoas que integram o núcleo familiar	7 no núcleo de origem e 4 no núcleo de destino
Reside com quem	Companheiro, filho e a mãe materna
Ano que chegou ao Brasil	2010

Primeiro nome	Darline
Idade	26 anos
Estado civil	Casada
Nº de filhos	Nenhum
Etnia	Colombiana

(Continua...)

(Conclusão)

Tipo de visto	Temporário
Religião	Católica
Cidade e país de nascimento	Bogotá, Colômbia
Cidade e país de partida	Gogotá, Colômbia
Cidade e região de residência atual	Lajeado – Vale do Taquari/RS
Nº de pessoas que integram o núcleo familiar	3 no núcleo de origem e 2 no núcleo de destino
Reside com quem	Companheiro
Ano que chegou ao Brasil	2017

Primeiro nome	Widelene
Idade	52 anos
Estado civil	Casada
Nº de filhos	3
Etnia	Haitiana
Tipo de visto	Residência permanente
Religião	Católica no país de origem, evangélica no país de destino.
Cidade e país de nascimento	Jacmel, Haiti
Cidade e país de partida	Jacmel, Haiti
Cidade e região de residência atual	Arroio do meio – Vale do Taquari/RS
Nº de pessoas que integram o núcleo familiar	5 no núcleo de origem e 5 no núcleo de destino.
Reside com quem	Marido e três filhos
Ano que chegou ao Brasil	2012

Primeiro nome	Lovelie
Idade	34 anos
Estado civil	Casada
Nº de filhos	1
Etnia	Haitiana
Tipo de visto	Temporário
Religião	Católica no país de origem, evangélica no país de destino.
Cidade e país de nascimento	Porto Príncipe, Haiti
Cidade e país de partida	Porto Príncipe, Haiti
Cidade e região de residência atual	Teutônia – Vale do Taquari/RS

(Continua...)

(Conclusão)

Nº de pessoas que integram o núcleo familiar	6 no núcleo de origem e 2 no núcleo de destino.
Reside com quem	Marido
Ano que chegou ao Brasil	2015

Primeiro nome	Nana
Idade	25 anos
Estado civil	Casada
Nº de filhos	1
Etnia	Residência permanente
Tipo de visto	Temporário
Religião	Católica no país de origem, evangélica no país de destino.
Cidade e país de nascimento	L'Asile, Haiti
Cidade e país de partida	L'Asile, Haiti
Cidade e região de residência atual	Lajeado – Vale do Taquari/RS
Nº de pessoas que integram o núcleo familiar	4 no núcleo de origem e 3 no núcleo de destino.
Reside com quem	Companheiro
Ano que chegou ao Brasil	2017

Primeiro nome	Shara
Idade	41 anos
Estado civil	Casada
Nº de filhos	3
Etnia	Argeniana
Tipo de visto	Residente permanente
Religião	Católica no país de origem, evangélica no país de destino.
Cidade e país de nascimento	Lagos, Nigéria
Cidade e país de partida	Lagos, Nigéria
Cidade e região de residência atual	Lajeado – Vale do Taquari/RS
Nº de pessoas que integram o núcleo familiar	4 no núcleo de origem e 5 no núcleo de destino.
Reside com quem	Marido e três filhas
Ano que chegou ao Brasil	2012

APÊNDICE D - Sistematização, categorias de análise e evidências de análise

Objetivo geral: Compreender como as mulheres imigrantes internacionais constroem suas territorialidades em municípios do Vale do Taquari/RS			
Objetivos específicos	**Recursos utilizados**	**Categorias**	**Evidências de análise**
Identificar o perfil das mulheres imigrantes internacionais em municípios do Vale do Taquari/RS.	- Entrevista - Diário de campo	- Lugares de origem - Relações com familiares	Descritas no item 5.1 (A existência do ser migrante nas vozes femininas: perfil, trajetórias e significados).
Identificar as trajetórias de mobilidade das mulheres imigrantes, considerando o país de origem, o país de acolhimento e a sua chegada no Vale do Taquari/RS.	- Entrevista - Diário de campo	- Rede de sociabilidade - Percepção territorial	Descritas nos itens 5.2 (Territorialidades da mulher migrante: espaço familiar, laboral e público); e 5.3 (Municípios e mulheres migrantes: inclusão ou segregação?).
Analisar, a partir das narrativas, como ocorrem os processos de integração das imigrantes na esfera laboral e no espaço público no Vale do Taquari/RS.	- Entrevista - Diário de campo - Cartografia	- Trabalho - Integração no mercado de trabalho - Reprodução social - Expectativas pessoais	Descritas nos itens no item 5.1 (A existência do ser migrante nas vozes femininas: perfil, trajetórias e significados); 5.2 (Territorialidades da mulher migrante: espaço familiar, laboral e público); 5.3 (Municípios e mulheres migrantes: inclusão ou segregação?); e 5.4 (As territorialidades das mulheres imigrantes).
Averiguar os papéis da mulher e os mecanismos de proteção social que se constituem a partir das relações sociais e de trabalho estabelecidas na escala dos municípios e na região acolhedora.	- Entrevista - Diário de campo	- Mobilidade espacial - Integração no espaço público	5.3 (Municípios e mulheres migrantes: inclusão ou segregação?); e 5.4 (As territorialidades das mulheres imigrantes).

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da pesquisa (2021).